

# **GEOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE EUA E AMÉRICA DO SUL**

HIGOR FERREIRA BRIGOLA



2021

# **GEPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE EUA E AMÉRICA DO SUL**



# **GEPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE EUA E AMÉRICA DO SUL**

---

**HIGOR FERREIRA BRIGOLA**



BOA VISTA/RR  
2021

## Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



### EXPEDIENTE

#### Revisão

Francisleile Lima Nascimento  
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

#### Capa

Abinadabe Pascoal dos Santos  
Elói Martins Senhoras

#### Projeto Gráfico e

#### Diagramação

Elói Martins Senhoras  
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

#### Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos  
Charles Pennaforte  
Claudete de Castro Silva Vitte  
Elói Martins Senhoras  
Fabiano de Araújo Moreira  
Julio Burdman  
Marcos Antônio Fávaro Martins  
Rozane Pereira Ignácio  
Patrícia Nasser de Carvalho  
Simone Rodrigues Batista Mendes  
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Br1 BRIGOLA, Higor Ferreira.

Geopolítica das relações entre EUA e América do Sul. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 391 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993758-7-3  
<http://doi.org/10.5281/zenodo.5015029>

I - América do Sul. 2 - EUA. 3 - Geopolítica. 4 - Relações Internacionais.  
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade do autor.



## EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

*Prof. Dr. Elói Martins Senhoras*

(Editor Chefe)





## PREFÁCIO

Nós, orientadores de Pós-Graduação, mais do que satisfação, sentimos orgulho quando trabalhos que acompanhamos se tornam livros, mostrando que além da aprovação da banca de julgamento, o trabalho passou por um crivo editorial, permitindo ampliar o seu público, um indicativo de que o tema em questão é interessante, importante e que a pesquisa foi viável e reveladora de aspectos inerentes ao tema.

A tese do Higor Ferreira Brigola, defendida no Programa de Geografia da Universidade Estadual de Campinas em dezembro de 2020, em plena pandemia de Covid-19, tratou das relações geopolíticas dos Estados Unidos da América (EUA) com países da América do Sul nas icônicas gestões de Barack Obama (2009-2016), o presidente *pop star*, do qual se esperava muitos avanços nesta relação historicamente marcada por subordinação da América Latina (e de sua parte sul), ora sob o exercício de hegemonia, ora de forma imperialista, como demonstra a história latino-americana após os principais processos de independências da América Espanhola e Portuguesa no século XIX e, principalmente, com o desenrolar do século XX. Assim, o esforço do autor foi o de contribuir no entendimento do contexto geopolítico da política externa dos EUA para a América do Sul nas duas gestões de Barack Obama.

Como coloca Higor, as relações entre países hegemônicos e seu entorno imediato são de grande relevância nas relações internacionais, caso dos EUA com a América Latina e, por consequência, da América do Sul. Assim, desde o século XIX essa relação alterna períodos de “explícita demonstração de poder de Washington” com períodos de cooperação.

Historicamente, é importante lembrar que o movimento de independência dos EUA, ocorrido no século XVIII, foi inspirador nos processos de independência dos países latino-americanos e, se esse marco inicial pode ser visto como uma positividade, na sequência, diversos episódios envolvendo aquele país podem ser considerados, no mínimo, como controversos, no sentido de um padrão de posicionamento da nação norte-americana de arrogância e dominação.

Foram muitas as intervenções militares e ditaduras políticas patrocinadas ou apoiadas pelos EUA na América Latina, o que possibilitou um lugar de subjugo das nações latino-americanas aos interesses norte-americanos na política internacional. Esta atuação imperialista dos EUA configurou um protagonismo entre as nações extrarregionais à América Latina, no contexto da chamada *pax americana*, período de dominação econômica e militar dos EUA no sistema internacional, com a retórica da busca da paz, da defesa da democracia e das liberdades individuais, valores marcadamente liberais, mas não, necessariamente, universais. Fora relações indicativas do lugar dos EUA no sistema internacional: o do país com poder e vontade para definir e influenciar os destinos dos demais países, ora fazendo uso de seu *soft power*, ora intervindo com seu *hard power*.

O fato inquestionável é que os EUA no século XX se aliaram a ditadores de várias estirpes na América Latina, financiando e apoiando governos que garantiam seus interesses econômicos à custa da morte, pobreza e opressão de inúmeros latino-americanos, defendendo, primeiramente durante a Guerra Fria, uma agenda de combate ao comunismo e, posteriormente, “modernizando” essa agenda com o mote de estimular o comércio e de combater o tráfico de drogas e o terror, apontados como as grandes ameaças na região, mas que também afetavam a política doméstica. Contudo, esta

relação da região com os EUA se desgastou e na atualidade, no mínimo, ela pode ser vista como ambígua, com idas e vindas.

Higor Brigola também chama a atenção para o fato de que nas primeiras décadas do atual século XXI essa relação passou por mais reveses do que progressos, especialmente quando se considera a parte sul da América Latina, em contexto de reorientação da política externa norte-americana para o Oriente Médio (após episódio de 11 de setembro de 2001) e por causa da ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em vários países da América do Sul, defensores de políticas externas mais autônomas em relação aos EUA. Foi neste período que se deu a administração de Barack Obama nos EUA.

De certa forma, a eleição de Barack Obama foi vista de forma otimista por muitos. Eram esperadas políticas pragmáticas que considerassem os interesses dos países da região. Mas seu discurso e prática não se afastaram da visão tradicional sobre o papel dos EUA no mundo: o de superioridade e protagonismo do país no campo da política externa, com o discurso de usar a força quando necessária para “agir em nome da dignidade humana”, em uma incorporação de valores dos Direitos Humanos como meta universal que gera controvérsias.

Observe-se que não é desprezível que a eleição e depois reeleição de Barack Obama tenha se viabilizado com o seu compromisso primordial de reconstruir os EUA economicamente, enquanto que no campo internacional seu foco era estimular o multilateralismo e principalmente reorientar o poder dos EUA para a Ásia, cabendo interrogar: e a América Latina? Esta questão Higor Brigola se propôs a responder neste importante livro advindo de sua tese de doutorado.

A primeira parte deste livro foi intitulada, “Histórico das relações geopolíticas entre os EUA e a América do Sul” e foi

subdividida em três capítulos. O primeiro, nomeado de, *Os primórdios da construção da hegemonia estadunidense na América Latina*, Higor traçou, de forma competente, uma cronologia da relação entre os EUA e os países da América Latina, especialmente em sua parte Sul que foi se modelando. Ele destacou, entre vários eventos, a aplicação da Doutrina Monroe (a partir de 1823), passando pelo Corolário Roosevelt, também chamado de *Big Stick* (Grande Porrete), adentrando nas intervenções estadunidenses na América Latina, desde a Guerra Hispano-Americana.

Nosso autor mostra que de 1898 a 1934, muitas vezes foi feito uso de intervenção militar direta, apoiando a deposição de governos que não “agradavam” a Washington, mas também influenciando eleições de diversas formas. Neste contexto, em 1933 foi inaugurada uma nova fase do relacionamento, com a chamada *Good Neighbor Policy* (Política da Boa Vizinhança), focando em ações cooperativas, em abandono de ações coercitivas. Após a 2ª GM, os EUA atuaram em escala global e a América Latina passou a ser uma entre as suas prioridades, mas uma região de menor peso, o que, segundo o nosso autor, não significou uma ausência de interesses norte-americanos no subcontinente. Assim, foi um período de comportamento oscilante, “com uma depreciação da soberania latino-americana que aparentemente não conhecia limites”.

O capítulo 2 foi intitulado, *A Guerra Fria e o mundo bipolar: Uma reorientação nas relações hemisféricas?* Nele, Higor Brigola mostra que os interesses prioritários de Washington estavam voltados para a disputa com a URSS. Na relação com América Latina, vale ressaltar a criação, no governo Kennedy (1960-1963), da Aliança para o Progresso (*Alliance for Progress*). Nosso autor discute também o apoio de Washington aos regimes militares à direita na região, devido ao temor de uma possível revolução interna de cunho comunista nos países latino-americanos. Contudo, nos anos

1980, alguns países da América do Sul iniciaram seu processo de democratização sem encontrar, porém, resistência por parte dos EUA.

No capítulo 3, intitulado, *Relações hemisféricas no mundo multipolar: Entre a aproximação com os EUA e a autonomia sul-americana*, Higor Brigola discorre sobre o contexto de importantes mudanças na geopolítica mundial e foi quando novos temas entraram na agenda de segurança dos EUA, ganhando relevância nas chamadas novas ameaças, como o combate às drogas, em uma região onde a Colômbia, Peru e Bolívia se posicionavam entre os principais produtores de cocaína da América do Sul e do mundo.

Assim, o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de drogas, mas também atos de corrupção e lavagem de dinheiro, entre outros, possibilitaram que o continente americano se tornasse um laboratório para as políticas aplicadas pelo governo estadunidense. Outros importantes eventos do período em questão apontados no capítulo foi a difusão do chamado *Consenso de Washington* e a *Enterprise for the Americas Initiative* (Iniciativa para as Américas), de 1990, objetivando uma maior inserção comercial e política dos EUA na região, posteriormente reorientada para a *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA), proposta lançada no governo Clinton, mas que, devido a divergências de opiniões, especialmente com o Brasil, tornou-se uma iniciativa que fracassou.

Outro foco de atuação de Washington para a região, durante a década de 1990, foi a “guerra contra as drogas”, com Bill Clinton sancionando no ano 2000, um pacote de ajuda popularmente conhecido como “Plano Colômbia”. Na administração seguinte, de George W. Bush (2001-2009), a chamada “guerra ao terror”, desviou a atenção dos Estados Unidos para longe da região, cabendo à América Latina um papel secundário na política externa norte-americana que se deveu também à ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em diversos países no subcontinente, partidários

da ideia de autonomia e entusiastas das iniciativas de integração regional.

Na segunda parte deste livro, denominada de, “Relações geopolíticas do governo Barack Obama com a América do Sul (2009-2016)”, Higor apresenta no quarto capítulo (*Uma biografia sucinta de Barack Obama: do Estado do Havaí à Casa Branca em Washington, D.C.*), um histórico sobre a candidatura de Barack Obama pelo Partido Democrata, construído a partir de sua trajetória política, da campanha eleitoral e dos seus discursos proferidos.

O Capítulo 5, intitulado como, *A política global de Barack Obama: Uma análise sobre as National Security Strategies (2010 e 2015)*, teve como objetivo apresentar a política externa de caráter global de Barack Obama – conhecida como *Doutrina Obama*, que não apresentou nenhuma política voltada especificamente para a América do Sul.

No capítulo 6, *Governo Obama e as diretrizes de Política Externa do Departamento de Estado e da USAID: Os Strategic Plans (2007-2012 e 2014-2017)*, foi elaborado pelo autor um estudo dos *Strategic Plans*, um dos instrumentos de política externa estadunidense, que são elaborados pelo Departamento de Estado e pela United States Agency for International Development (USAID). No governo Obama, as linhas centrais do *Strategic Plan* foram: a consolidação da democracia, visando fortalecer as instituições democráticas representativas; promoção da prosperidade com o combate à fome e melhoria na qualidade de vida; o acesso à prosperidade e também a proteção do Estado democrático e questões de segurança (como o combate ao terrorismo, crime organizado e tráfico de ilícitos), não havendo, no entanto, nada de específico sobre a região que possa ser visto como uma marca da gestão Obama para a América do Sul.

No Capítulo 7, *O primeiro mandato de Barack Obama e as relações com a América do Sul: Esperança e desapontamento*, o autor observa que após assumir a presidência, Barack Obama mostrou interesse pela América Latina como um todo, especialmente pela Venezuela, que no governo de Hugo Chávez (1999-2013) atuava com uma política de autonomia e de confrontação aos EUA. Mas, de fato, a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, a partir dos anos 2000, reforçou um cenário regional marcado pela diminuição da influência dos EUA na região e pela movimentada agenda de integração regional de caráter revisionista em relação ao governo norte-americano.

Por fim, o capítulo 8, *O segundo mandato de Barack Obama e a América do Sul: Novas relações hemisféricas?*, mostra que na *National Security Strategy* (NSS), de 2015, não foram apresentadas ações que pudessem ser consideradas como inovadoras nessas relações. Um evento no segundo mandato que azedou as relações, especialmente com o Brasil, foi o vazamento de documentos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) por um funcionário da agência, Edward Snowden, em 2013, nos quais constavam atividades de espionagem da agência estadunidense ao governo brasileiro.

Traçado este percurso acima resumido, a tese de Higor é que, mesmo de modo secundário, a América do Sul é uma área de importância estratégica e geopolítica para os EUA, tanto no âmbito comercial como no âmbito da segurança. No entanto, ainda que Barack Obama afirmasse desejar melhorar as relações geopolíticas com a América do Sul por meio da cooperação e do multilateralismo, efetivamente não ocorreram avanços significativos na política externa estadunidense para a América do Sul.

A América do Sul se manteve como uma área de influência imediata dos EUA, diferentemente do que era esperado com a eleição de Barack Obama, que era de parceria solidária. A América

do Sul continuou na órbita do interesse de Washington, seja por afetar a segurança nacional dos EUA por causa do tráfico de drogas, seja como um mercado para empresas norte-americanas, mas não foi uma região prioritária nas diretrizes de política externa estadunidense nos dois mandatos de Barack Obama.

Desde então, no momento em que escrevo este prefácio, já se encerrou o governo do republicano Donald Trump (2017-2021), que sucedeu a Barack Obama na presidência dos EUA, estando em vigência o governo do democrata Joe Biden do qual é nítido que a América do Sul continua não sendo, até o momento, uma região prioritária na política externa norte-americana. No entanto, relações mais intensas de alguns países da região com outras potências extrarregionais, especialmente a China, incomoda Washington que teme uma perda de influência. No atual momento de incertezas, a leitura deste livro é importante porque ajuda na compreensão do relativo declínio que a hegemonia dos EUA vem sofrendo no mundo e na região e marca uma etapa diferenciada na história do regionalismo latino-americano nas primeiras décadas do século XXI, de caráter ativo e altivo que, lamentavelmente, parece se encontrar em estado de coma profundo.

**Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte**

*Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)*

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
------------	----

---

## PARTE 1 | HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS ENTRE OS EUA E A AMÉRICA DO SUL

CAPÍTULO 1	
Os primórdios da construção da hegemonia estadunidense na América Latina	31

---

CAPÍTULO 2	
A Guerra Fria e o mundo bipolar: uma reorientação nas relações hemisféricas?	59

---

CAPÍTULO 3	
Relações hemisféricas no mundo multipolar: entre a aproximação com os EUA e a autonomia sul-americana	97

---

# SUMÁRIO

## PARTE 2 | RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS DO GOVERNO BARACK OBAMA COM A AMÉRICA DO SUL (2009-2016)

### CAPÍTULO 4 |

Uma biografia sucinta de Barack Obama: do Estado do Havai à Casa Branca em Washington, D.C. 163

---

### CAPÍTULO 5 |

A política global de Barack Obama: uma análise sobre as National Security Strategies (2010 e 2015) 183

---

### CAPÍTULO 6 |

Governo Obama e as diretrizes de política externa do Departamento de Estado e da USAID: os Strategic Plans (2007-2012 e 2014-2017) 199

---

### CAPÍTULO 7 |

O primeiro mandato de Barack Obama e as relações com a América do Sul: esperança e desapontamento 213

---

### CAPÍTULO 8 |

O segundo mandato de Barack Obama e a América do Sul: novas relações hemisféricas? 273

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS |

327

---

### REFERÊNCIAS |

337

---

### SOBRE O AUTOR |

383

---

# **APRESENTAÇÃO**

---



## APRESENTAÇÃO

O presente livro se propôs a contribuir para a compreensão do contexto geopolítico da política externa dos EUA para a América do Sul. Cabe mencionar que este livro é um resultado parcial de uma pesquisa que foi previamente desenvolvida no doutorado, no Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, cuja a tese foi intitulada, *As relações geopolíticas dos EUA com a América do Sul na gestão de Barack Obama (2009-2016): continuidade ou rupturas na política externa estadunidense?*

O livro foi dividido em duas partes subdivididas em capítulos distintos. Na primeira parte buscou-se sintetizar por meio de pesquisas bibliográficas, dissertações, teses, artigos de revistas e jornais, bem como de páginas digitais e documentos oficiais dos governos envolvidos na pesquisa, o histórico das relações geopolíticas entre os EUA e a região desde o início do século XIX, com a Doutrina Monroe, até a gestão de George W. Bush, para verificar de que modo foram construídas essas relações ao longo dos anos.

Na segunda parte foi elaborada uma pesquisa por meio de fontes bibliográficas diversas sobre assuntos relativos ao tema, com foco em geopolítica e relações internacionais, de documentos oficiais e discursos da gestão presidencial norte-americana, do Congresso e das Forças Armadas, bem como de sites e *think tanks* especializados nessa temática, buscando compreender de que modo ocorreu a condução da política externa dos EUA durante os governos de Barack Obama para a América do Sul.

Conclui-se que, as relações geopolíticas entre EUA e América do Sul foram caracterizadas pela oscilação entre períodos de forte presença do poderio estadunidense no hemisfério e períodos

de cooperação por parte da potência hegemônica, ainda que, no governo de George W. Bush, tenha ocorrido um afastamento entre Washington e a América do Sul, resultante da campanha estadunidense no Oriente Médio.

No governo de Barack Obama, a América do Sul continuou como uma área dotada de importância estratégica para o governo de Washington na agenda de segurança, sendo o narcotráfico um fator prejudicial à segurança nacional estadunidense, enquanto, na agenda econômica, a América do Sul continuou sendo um mercado importante de fornecimento de *commodities* e manufaturados para os EUA, e também um mercado comprador das exportações estadunidenses.

Contudo, mesmo com os discursos de aproximação e cooperação de Barack Obama em relação à região, sua política externa em quase nada foi alterada em comparação à gestão de George W. Bush, o que nos permite concluir que a América do Sul, embora importante, foi considerada uma região secundária na política externa estadunidense durante o governo Obama.

Ótima leitura!

**Higor Ferreira Brigola**

# **INTRODUÇÃO**

---



## INTRODUÇÃO

Dentre os diversos temas que abarcam a área dos estudos de geopolítica e Relações Internacionais (RI), aqueles que abordam as relações entre países hegemônicos e suas áreas de influência imediata são dotados de grande instigação e importância. O desencadeamento de distintos episódios levou o Sistema Internacional a ser dividido entre grandes potências e países com baixa projeção internacional de poder, os quais passaram a ser áreas de interesses e disputas entre os países dominantes. Dentro deste âmbito, estão incluídas as relações entre Estados Unidos e América Latina.

Datadas em um longo período histórico, seu início ocorreu na terceira década do século XIX, quando o país do Norte, já independente, incitou a manutenção da descolonização na porção sul do continente, evitando novas tentativas de colonizações através da ideologia da Doutrina Monroe. A proximidade geográfica, somada aos novos mercados e abundância em recursos naturais, destinou aos países recém-independentes um papel de subalternidade aos EUA.

As mudanças no Sistema Internacional, provenientes dos fatos desencadeados no século XX – duas guerras mundiais, o período bipolar e a pós-bipolaridade –, contribuíram para que as relações entre EUA e América Latina assumissem um caráter pendular, com alternância entre períodos de explícita demonstração de poder de Washington sobre os países hemisféricos e períodos de cooperação entre eles. No século XXI, quando a cristalização do sistema capitalista neoliberal como sistema-mundo se tornou um fato consumado, as relações hemisféricas passaram por mais reveses do que progressos, em especial com a América do Sul.

Algumas das questões que contribuíram para esses reveses foram a falta de uma política concreta por parte dos EUA em relação

ao hemisfério, sobretudo após os atentados ao World Trade Center, os quais fizeram eclodir a campanha militar de Washington no Oriente Médio e, em segundo lugar, a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda, que buscavam uma integração regional fechada, ao invés de um alinhamento incondicional com o país hegemônico.

Com a orientação estadunidense de sua política exterior voltada ao Oriente Médio e a ausência de uma agenda hemisférica por parte dos EUA, criou-se, nos países sul-americanos, um desprestígio a Washington, o que fez ampliar a margem de autonomia dos países da região em diversos aspectos, entre eles: políticas externas, de segurança e de defesa, o que propiciou o surgimento de propostas de integração regional e o distanciamento, cada vez maior, em relação ao governo estadunidense, priorizando organismos como a Unasul ao invés da OEA, por exemplo. Além disso, alguns países, que causaram desconfiança na Casa Branca, buscaram uma relação mais estreita com países externos à região como Rússia, Irã e, principalmente, China, a qual vem preenchendo o vácuo de poder deixado pelos EUA na América do Sul.

O discurso chamado de “*Renewing U.S. Leadership in the Americas*” e pronunciado pelo democrata Barack Obama, em 28 de maio de 2008, quando ainda concorria à presidência, era um tanto esperançoso, pois, além de criticar as posturas na política global (assim como regional) adotadas por seu antecessor, George W. Bush, Barack Obama frisava que iria agir por novas relações hemisféricas, deixando para trás os laços baseados em centro e periferia, os quais seriam substituídos por políticas, cujo princípio seria o da cooperação.

Mesmo distante geograficamente dos principais acontecimentos geopolíticos globais que sempre estão em primeira linha na atenção da política de Washington, o continente sul-americano continua sendo uma região de importância para a

geopolítica estadunidense. Além disso, mesmo com a diminuição de sua influência, os EUA mantêm a região como uma extensão de seu espaço vital, como defendem autores renomados na academia estadunidense de diferentes gerações, a exemplo, Spykman e Kissinger.

Nesse sentido, este trabalho possui como objetivo principal contribuir para o entendimento do contexto geopolítico da política externa dos Estados Unidos para a América do Sul, observando as pautas de política externa, segurança e compromissos de governos (as principais “bandeiras” e discursos da gestão presidencial estadunidense, do Congresso e das Forças Armadas). Este livro foi dividido em duas partes subdivididas em capítulos distintos.

Na primeira parte, *Histórico das relações geopolíticas entre os EUA e a América do Sul*, foi realizado um resgate histórico, desde os primórdios das relações geopolíticas entre EUA e América do Sul, que datam do século XIX, até o governo de George W. Bush. Ao iniciar o resgate histórico, é necessário ter em mente que o diálogo deve partir de uma questão mais ampla, englobando não apenas os países sul-americanos, mas toda a América Latina – por esse motivo, nos primeiros capítulos, foi utilizado na maioria das vezes, o termo América Latina –, pois, como será demonstrado, no século XIX e início do século XX, os países da América Central e do Caribe foram os que mais sentiram o poder hegemônico dos EUA. Isso não significa dizer que a América do Sul não estivesse envolvida nos planos de Washington, mas, a princípio, talvez pela proximidade geográfica, as políticas estadunidenses tiveram maior intensidade nos países centro-americanos e caribenhos, cabendo aos países sul-americanos um maior destaque anos mais tarde, em especial após a Primeira Guerra Mundial (TULCHIN, 2016).

A segunda parte, *Relações geopolíticas do governo Barack Obama com a América do Sul (2009-2016)*, tem como foco apenas a gestão de Barack Obama. A princípio foi elaborada uma breve

biografia do ex-presidente Obama; seguido por uma análise nos documentos oficiais, nos quais são registradas as diretrizes de política externa estadunidense, o *Nacional Security Strategy* (NSS) e o *Strategic Plan*; e por fim, foi abordada a política externa dos EUA para a América do Sul por meio de uma análise das agendas político-estratégica e econômica<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> É importante destacar que o período que envolveu as gestões de Barack Obama foi de 20 de janeiro de 2009 a 20 de janeiro de 2017. Contudo, como nesses vinte dias de 2017 não ocorreu nada de considerável em sua política externa, foi optado por colocar 2009-2016 quando houver referência ao período das gestões de Barack Obama.

# **PARTE 1**

---

*Histórico das relações geopolíticas  
entre os EUA e a América do Sul*



## **HISTÓRICO DAS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS ENTRE OS EUA E A AMÉRICA DO SUL**

Esta parte será composta por diferentes capítulos, avançando cronologicamente sobre a relação hegemônica dos EUA com os países sul-americanos e procurando demonstrar como a política externa de Washington foi modelada ao longo desses anos. Além disso, será destacada também a visão (ou relação) dos países do subcontinente com o país hegemônico. A pesquisa foi realizada a partir de bibliografias como livros, dissertações, teses, artigos de revistas e jornais, bem como de páginas digitais e documentos oficiais dos governos envolvidos, principalmente referentes ao período pós-Guerra Fria, ao qual foi dado maior enfoque.

Como já mencionado, nos primeiros capítulos desta parte do livro, os quais foram trabalhados os primórdios da construção hegemônica dos EUA no hemisfério, foi utilizado o termo América Latina – especificando os países sul-americanos –, pelo fato de não haver uma política exclusiva para os países da América do Sul, mas sim para todo o subcontinente, com intensidade inicial maior na América Central e Caribe. Ao decorrer dos capítulos, o recorte espacial será redirecionado para a América do Sul, com menor preocupação em relação aos países centro-americanos e caribenhos.

Em um primeiro momento, destaca-se a abordagem sobre os primórdios das relações entre EUA e América do Sul, discorrendo sobre a Doutrina Monroe, a Política do Grande Porrete e a Política da Boa Vizinhaça. Em um segundo momento, busca-se discutir as relações entre EUA e a América do Sul durante a Guerra Fria, ressaltando a estratégia de segurança hemisférica e a contenção ao comunismo no continente. Por fim, foram abordadas as relações entre EUA e América do Sul no período pós-Guerra Fria,

ênfatizando o final do governo de George H.W. Bush, os dois mandatos de Bill Clinton e os dois mandatos de George W. Bush.

O objetivo desta parte do livro, consiste em traçar um histórico das relações entre EUA e a América do Sul, e demonstrar a importância geopolítica da região para os interesses dos EUA. O histórico destas relações foi marcado por momentos pendulares, alternando entre períodos de ações coercitivas ou de negligência por parte do governo estadunidense para com a América do Sul, e momentos de cooperação entre o país do Norte e dessa região.

Durante este período, mesmo com alguns esfriamentos nas relações entre ambos, em especial durante a gestão de George W. Bush, a hegemonia dos EUA no subcontinente, mesmo que declinante, se manteve presente.

# **CAPÍTULO 1**

---

*Os primórdios da construção da hegemonia  
estadunidense na América Latina*



# OS PRIMÓRDIOS DA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA

## OS PRINCÍPIOS DA DOCTRINA MONROE

O dia dois de dezembro de 1823, marcou o início da política dos EUA para a América Latina, a partir da mensagem enviada pelo então presidente James Monroe (1817-1825) ao congresso estadunidense. Tal pronunciamento, carregado de uma carga ideológica, ficaria conhecido como Doutrina Monroe. Nele, estava declarado apoio ao processo de independência dos países da América Ibérica, que teve uma duração de 1808 a 1826. A intenção primordial de Washington era a eliminação das antigas metrópoles europeias, evitando novas pressões neocolonialistas na América Latina.

De acordo com Gilderhus (2006), a Doutrina Monroe estava embasada em uma proposta idealista e de altos princípios, ao defender o direito dos países recém-independentes à liberdade, democracia e paz. Influenciados pela ideologia do Destino Manifesto<sup>2</sup>, os estadunidenses se enxergavam como missionários do processo civilizador, levando seus princípios de democracia e liberdade aonde quer que houvesse “barbárie”. Como demonstra Tulchin (2016, p. 28), “a frase mais frequente na época era que as

---

<sup>2</sup> De acordo com Pecequilo (2011), o Destino Manifesto ocupa um grande espaço no imaginário estadunidense. No período de sua formação territorial, a anexação de novas terras a partir das treze colônias ao Pacífico foi compreendida como algo natural e inevitável, como se fosse algo destinado a eles. No imaginário estadunidense, os “Estados Unidos têm um grande destino no mundo, que é o de disseminar a excelência dos seus princípios, ampliando os domínios de experimento norte-americano, das virtudes da democracia, da república e da liberdade” (PECEQUILO, 2011, p. 65).

nações mais civilizadas ‘levariam a civilização para’ os menos civilizados”.

Mas, ao mesmo tempo, a Doutrina Monroe significou “uma afirmação da posição norte-americana dentro de seu continente, sinalizando aos demais países sua zona de influência” (PECEQUILO, 2011, p. 67). Moniz Bandeira (2010a, p. 41) complementa afirmando que, “o *destino manifesto* dos EUA consistia em expandir suas fronteiras não apenas territoriais, mas também econômicas por todo o hemisfério”.

O afastamento das potências europeias do continente americano tinha se tornado um imperativo para o governo de Washington, pois aqueles países recém-independentes apareciam como novas oportunidades comerciais, que até então estavam atreladas a suas metrópoles. Alguns países europeus, especialmente aqueles formadores da Santa Aliança<sup>3</sup>, demonstraram interesse em uma tentativa de recolonizar os países da região. Esses países já estavam exercendo políticas intervencionistas no chamado Velho Mundo, o que fez o então secretário de Estado dos EUA, John Quincy Adams, preocupar-se em saber se tais ambições poderiam ser estendidas ao continente americano (GILDERHUS, 2006).

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, George Canning, a fim de preservar seus interesses comerciais no continente, mostrou-se apoiador convicto da posição assumida pelos EUA, com o objetivo de manter os países da Santa Aliança distantes das ex-colônias espanholas. Porém, Adams não tinha confiança no apoio britânico e “incitou o presidente Monroe a excluir o

---

<sup>3</sup> A Santa Aliança passou a existir após o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, sendo inicialmente formada pelo Império Russo, Império Austríaco e Reino da Prússia. A Inglaterra chegou a participar da coligação, formando, então, a Quádrupla Aliança, porém ela acabou deixando o grupo devido à sua posição ter passado a ser de apoio a independência dos países do Novo Mundo.

colonialismo europeu das Américas a partir de uma decisão unilateral americana” (KISSINGER, 2007, p. 26).

Sendo assim, o presidente James Monroe enviou sua mensagem ao Congresso, demonstrando claramente seus objetivos em relação aos países latino-americanos. Nas palavras dele:

[...] devemos considerar qualquer tentativa da parte deles de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigosa para a nossa paz e segurança. Com as colônias existentes ou dependências de qualquer poder europeu, não interferimos e não devemos interferir. Mas, com os Governos que declararam sua independência e a mantêm, e cuja independência nós temos, em grande consideração e em princípios justos, reconhecido, não poderíamos ver qualquer interposição com o propósito de oprimi-los ou controlar de qualquer outro modo seu destino, por qualquer poder europeu em qualquer outra luz, do que como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos (MONROE, 1823).

Com o depoimento do presidente ao Congresso, ficou evidente a postura assumida pelos EUA, a qual poderia ser separada em três eixos principais: a não formação de novas colônias na América, o não envolvimento dos europeus nos assuntos internos dos países do Novo Mundo e a posição de isolacionismo dos EUA em relação aos assuntos europeus. A Doutrina Monroe declarava que uma nova tentativa de colonização ou de interferência nos países latinos seria compreendida por Washington como uma afronta à sua segurança.

Até esse momento, a regra principal da política externa americana tinha sido a do não envolvimento nas disputas europeias pelo poder. A Doutrina Monroe deu o passo seguinte, declarando que a Europa não devia envolver-se nos assuntos americanos. E a noção de Monroe do que constituía os assuntos americanos era, na realidade, extensiva: compreendia o todo hemisfério ocidental [...]. Sob a influência da Doutrina Monroe, a América podia conduzir políticas que não diferiam muito dos sonhos de qualquer rei europeu – expandir seu comércio e sua influência [...] (KISSINGER, 2007, p. 26-27).

Para os Estados Unidos, a periferia da América tornara-se sua zona de ação e influência imediata, o que passou a significar um local diretamente ligado à sua segurança nacional (PAGLIARI, 2004), pois, de acordo com a concepção de Pecequillo (2011), o governo estadunidense presumia que uma ameaça ao hemisfério seria respectivamente uma ameaça aos seus interesses, os quais não eram puramente econômicos, mas também estratégicos e geopolíticos.

A mensagem do presidente James Monroe ao Congresso, logo iria se tornar conhecida nos países sul-americanos, sendo inicialmente aceita por alguns estadistas do continente e publicada nos principais jornais da América do Sul da época. Robertson (1915) explana que os relatórios relativos à mensagem chegaram à Colômbia no início de 1824, tendo se tornado conhecida pelo público por um artigo publicado no dia 1º de fevereiro de 1824, no jornal *Gaceta de Colombia*, que provavelmente foi escrito pelo vice-presidente da época, Francisco de Paula Santander, seguido de alguns parágrafos da mensagem de Monroe. Entre os trechos do jornal, cabe destacar:

Muito prazer nos deu para ver isso na mensagem que temos em vista, que o presidente dos Estados Unidos aproveitou a oportunidade das diferenças pendentes com a Rússia para assegurar que os continentes americanos já são livres e independentes, que, doravante, não podem ser o teatro da colonização para qualquer potência europeia. Sim; os americanos do Norte e do Sul deste continente não verão mais em suas terras aquelas hordas de estrangeiros, que, com a cruz em uma mão e a adaga na outra, venham a interromper a felicidade e a paz que agora desfrutam (GACETA DE COLOMBIA, 1824).

Santander chegou até mesmo a citar a Doutrina Monroe em cartas enviadas por ele a Símon Bolívar. Em uma delas, o então vice-presidente escreveu:

A mensagem para o congresso dos Estados Unidos fez uma profunda impressão na Europa. A Santa Aliança está queimando de raiva, não só porque o Presidente Monroe assumiu um tom ameaçador, mas porque é suspeito que a Grã-Bretanha concordou com a mensagem (O' LEARY, [18--] *apud* ROBERTSON, 1915, p. 85).

No Brasil, após os EUA reconhecerem a independência brasileira e darem início aos assuntos diplomáticos, por medo de Portugal tentar reconquistar o território brasileiro, o então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, José Silvestre Rebello, em uma conversa com Adams, em 27 de janeiro de 1825, chegou a propor a formação de uma aliança entre os EUA e o Brasil, a qual outros países sul-americanos deveriam ser convidados a participar (ROBERTSON, 1915). Porém, não houve avanços significativos.

Outro político brasileiro que viria a apoiar firmemente a Doutrina Monroe, anos mais tarde, foi o ex-diplomata Joaquim Nabuco. De acordo com Tulchin (2016), Nabuco fazia parte de uma elite que defendia, com mãos de ferro, a soberania territorial do Brasil – a mesma que apoiou a Guerra do Paraguai em 1864 pelo domínio da Bacia Platina, e defendeu as políticas de ocupação populacional no interior do país pelos bandeirantes –, considerando que era “a Doutrina Monroe e a consequente ambição hegemônica dos EUA o melhor método de garantir essa soberania” (TULCHIN, 2016, p. 45)<sup>4</sup>. Na visão de Darc Costa, uma aproximação com os EUA seria vantajosa para o Brasil, pois “refletia um claro esforço de desvincular-se da Inglaterra e demais nações da Europa” (COSTA, 2009, p. 510).

De fato, embora desafiadora aos países europeus, as possibilidades de intervenção direta dos EUA para a defesa do continente, em caso de uma tentativa de recolonização, era extremamente baixa, pois sua capacidade militar naquele período estava em níveis inferiores à dos países do Velho Mundo, carente de meios para ser aplicada (LIPMAN, 1943 *apud* PECEQUILO, 2011) – realidade que seria mudada na Guerra Hispano-Americana, em 1898. Sendo assim, a Doutrina Monroe representou mais uma política de caráter discursivo do que efetividade prática.

Em 1889, o governo de Washington procurou dinamizar seus interesses na região, buscando uma alternativa aplicável, e não apenas discursiva, com foco em aspectos econômicos e no aprofundamento do comércio hemisférico. Após um efetivo crescimento econômico entremeado por árduas recessões como as de

---

<sup>4</sup> Embora inicialmente a Doutrina Monroe tenha sido bem aceita, mais tarde, ela viria a ser questionada por estadistas e intelectuais de diversos países, casos de Carlos Calvo e Luis María Drago, na Argentina, assim como José Bonifácio e Oliveira Lima no Brasil. Um dos fatores principais que desencadeou uma visão negativa sobre a doutrina foi a efetivação do Corolário Roosevelt, que será abordado neste capítulo.

1873 a 1878 e 1882 a 1885 (SANTOS, 2007), os EUA buscavam novos mercados para suas manufaturas, bem como fontes de matéria-prima para alavancar sua crescente economia.

A partir desses episódios, foi idealizado pelo secretário de Estado James Blaine, a ideia do *Pan-Americanismo*, resultando na organização da *1ª Conferência Pan-Americana*, em Washington, em 1889, na qual os ambiciosos desejos comerciais trariam a proposta de criar uma espécie de união aduaneira entre os países americanos e também a um sistema de arbitragem para resolução pacífica de conflitos (SANTOS, 2007).

Segundo Stuart (1998):

[...] essa primeira conferência pan-americana almejava a ampliação do diálogo entre os Estados Unidos e a América Latina, ao mesmo tempo que procurava excluir, agora definitiva, das potências europeias (principalmente a Grã-Bretanha) do hemisfério ocidental, tanto do ponto de vista econômico quanto político (STUART, 1998 *apud* PECEQUILO, 2011, p. 74).

Dulci (2008) aponta que, diante de tal cenário, era esperado que a Grã-Bretanha fizesse forte oposição a esta conferência, visando à manutenção de seu influente comércio junto aos países da região. Por sua vez, a Argentina, por se apresentar naquele período como um grande parceiro econômico dos ingleses, foi o país que mais resistiu às propostas estadunidenses. Moniz Bandeira (2010a) complementa, afirmando que o representante argentino na conferência, Roque Sáenz Peña, chegou a ser acusado de “europeísmo”, por contrariar os interesses dos EUA na conferência. Peña era contrário à Doutrina Monroe e não concordava com o fato dos EUA se colocarem como “chanceleres” do Novo Mundo; para

ele, nenhum Estado teria o direito de falar em nome do hemisfério como um todo (MONIZ BANDEIRA, 2010a).

Sendo assim, os avanços da *1ª Conferência Pan-Americana* foram quase nulos, exceto “pela criação da União Internacional das Repúblicas Americanas (posteriormente União Pan-Americana), órgão destinado a reunir dados sobre o comércio do continente e a publicar boletins com esses dados” (DULCI, 2008. p. 27)<sup>5</sup>. De acordo com a autora, esse órgão foi que se responsabilizou pela organização das demais Conferências Pan-Americanas.

Um fato importante que incitou atitudes reveladoras sobre o desejo dos EUA na América Latina viria a ocorrer no ano de 1895, a partir de uma questão mal resolvida entre a Venezuela e a Inglaterra, de caráter fronteiriço pela região de Essequibo, na Guiana (ainda colônia inglesa). O governo estadunidense ficou com a responsabilidade de intermediar esta situação e declarou aos britânicos, por meio de uma mensagem do secretário de Estado, Richard Olney, que; “hoje os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente, e seu decreto é lei sobre os assuntos para com os quais se limita a sua interposição” (GILDERHUS, 2006, p. 10).

Mas o primeiro envolvimento militar dos EUA na América Latina viria a ocorrer três anos mais tarde, em 1898, na chamada Guerra Hispano-Americana. Essa foi a primeira guerra extracontinental que os EUA lutaram, desde seu surgimento como nação (PECEQUILO, 2011). Nesse conflito, os EUA lutaram contra a Espanha para dar apoio a Cuba em sua independência. Desta forma,

[...] a participação norte-americana procurou garantir a autonomia da ilha e expulsar os antigos

---

<sup>5</sup> Entre os dados publicados pela União Internacional das Repúblicas Americanas estariam tarifas comerciais, regulamentos aduaneiros, entre outros (DULCI, 2008).

colonizadores. Conforme a Doutrina Monroe, as nações americanas deveriam ser livres para escolher seus caminhos, suas formas de governo e regime, o que significava a garantia de sua liberdade das metrópoles europeias e a eliminação do risco de colonização. Em Cuba, a Espanha estava violando esses princípios e, naquele momento, os Estados Unidos estavam prontos para interferir diretamente a fim de garantir a Doutrina Monroe (PECEQUILO, 2011, p. 83).

A bem da verdade, o que ocorreu foi uma transferência de dominador, pois Cuba passaria de uma colônia espanhola a um protetorado dos EUA, por meio da Emenda Platt de 1901, aprovada em 1903. A Emenda Platt foi um acordo que garantia o direito dos EUA de intervir nos assuntos da ilha para manter a estabilidade nacional, o que de fato significava interferir quando seus interesses estivessem ameaçados.

[...] Cuba era fundamental para a segurança da Flórida e do Vale do Mississippi. Se uma potência mais forte que a Espanha ocupasse a ilha, o canal de Yucatán, entre o México e Cuba, e o Estreito da Flórida, entre a Flórida e Cuba, poderiam ser fechados, ocasionando uma ameaça geopolítica séria aos Estados Unidos (FARIAS, 2008, p. 37).

De modo semelhante, Moniz Bandeira (2009) afirma que os interesses estadunidenses na região não estavam vinculados apenas ao viés econômico do comércio de produtos como açúcar, café e tabaco. “Eram também estratégicos. O governo americano percebia o domínio de Cuba [...] como fundamental para as rotas no Golfo do

México e para a defesa do canal que projetava abrir no istmo do Panamá” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 47).

Nesse episódio, ficou clara a forte influência da teoria de Alfred Mahan na política externa norte-americana, já que esse autor defendia a expansão da influência de seu país na região caribenha. A importância da posição geográfica de Cuba, destacada por Mahan, foi defendida também por políticos estadunidenses da época. Ademais, a influência norte-americana já extravasava o continente americano, pois, entre 1897 e 1898, os EUA “anexaram o Hawái como mais um Estado, expandindo sua influência a Cuba, Porto Rico, Guam, Ilhas Wake, Samoa e Filipinas”<sup>6</sup> (PECEQUILO, 2011, p. 84).

Além da Guerra Hispano-Americana, outros episódios marcaram as relações entre EUA e a América Latina na virada do século XIX para o século XX, como o bloqueio naval realizado pelos países europeus à Venezuela, em 1902. Nesse caso, o governo venezuelano, sob a égide de Cipriano Castro, não conseguiu pagar suas dívidas de títulos negociadas com bancos dos países do Velho Mundo, resultando num bloqueio naval ao país sul-americano por parte da Alemanha, Inglaterra e Itália. Como demonstra Hernández (2015, p. 487), “as hostilidades dos aliados se materializaram através do bloqueio de portos, a captura dos navios nacionais, o naufrágio de alguns navios e o bombardeio dos castelos de San Carlos e Puerto Cabello”. Assim,

O serviço diplomático alemão relatou seu plano de entrada no Caribe ao Departamento de Estado,

---

<sup>6</sup> Posteriormente, em 1903, os EUA incitaram a independência do Panamá em relação à Colômbia, objetivando manter o controle político sobre o país recém-independente para garantir o acesso do oceano Atlântico ao Pacífico através da construção do Canal do Panamá, cujas obras tiveram início em 1904, sendo inaugurado em 1914. Nesse episódio, também é claramente notável a influência de Mahan na política externa de Washington.

solicitando que os EUA reconhecessem a validade de sua ação. Roosevelt assentiu. Poucos dias depois, porém, ele arrependeu-se de ter sancionado uma invasão armada ao hemisfério ocidental por um governo europeu em nome de acionistas europeus. Onde estava a Doutrina Monroe? (TULCHIN, 2016, p. 56).

A indiferença dos EUA em relação à atividade militar dos países europeus sobre a Venezuela foi alvo de críticas por parte de governos da América do Sul, em especial da Argentina. O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luís María Drago enviou no dia 29 de dezembro de 1902, uma mensagem ao representante de seu país nos EUA, García Mérou, demonstrando sua reprovação na intervenção europeia no continente com a cobrança de dívidas públicas, alegando que tal atitude feria a soberania nacional dos países do Novo Mundo, em especial dos latino-americanos.

De acordo com Souza (2008), a nota enviada pelo ministro argentino gerou uma grande repercussão no continente, primeiramente, por meio do apelo à recorrência do direito internacional, ao invés da lei das canhoneiras aplicável a essas situações; segundo, pela posição assumida dos EUA, sendo que o princípio da Doutrina Monroe consistia na intolerância às intervenções europeias nesses países.

Ainda segundo Souza (2008), a resposta estadunidense na época sob o governo de Theodore Roosevelt, foi que, por não ter sido uma tentativa de colonização ou anexação territorial, mas uma cobrança de inadimplência da Venezuela, os EUA nada poderiam fazer. Mas, por quais motivos estaria a Argentina invocando os preceitos da Doutrina Monroe – justo o principal país a contrariar a formação de uma união aduaneira na Conferência Pan-Americana de

1889 e que negou o reconhecimento dos EUA como os “chanceleres” do Novo Mundo?

Nas palavras de Drago (1903), naquele período, observava-se nas publicações da imprensa e manifestações da opinião europeia, uma forte defesa da ideia de que a região ainda seria passiva e adequada para novas expansões territoriais. Também diversos escritores europeus descreviam a América do Sul com uma região de vastos recursos naturais e com um clima favorável para qualquer tipo de produção agrícola. Luís Maria Drago (1903) afirmava que:

A tendência humana expansiva, aquecida pelas sugestões de opinião e da imprensa, pode, em qualquer momento, tomar uma direção agressiva, mesmo contra a vontade das atuais classes de governantes. E não se negará que o caminho mais simples de apropriações e da fácil suplantação das autoridades locais pelos governos europeus é precisamente a partir de intervenções financeiras [...] Em uma palavra, o princípio que deve ser reconhecido é que a dívida pública não pode dar lugar a uma intervenção armada, muito menos à ocupação material do solo das nações americanas por uma potência europeia (DRAGO, 1903, p. 7).

O temor de Drago (1903) era de que os países europeus formalizassem intervenções militares contra países sul-americanos inadimplentes e, com isso, readquirissem novas possessões territoriais. Embora o governo argentino tivesse contrariado os EUA e ficado a favor da Inglaterra na *1ª Conferência Pan-Americana*, em Washington, no episódio do bloqueio naval à Venezuela, o então ministro argentino tomou uma atitude contrária, clamando, além da aplicação do direito internacional, o auxílio dos EUA por meio da

Doutrina Monroe. A atitude tomada por Luís Maria Drago ficou conhecida como a “Doutrina Drago”.

## **MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM JUÍZO: A POLÍTICA DO GRANDE PORRETE**

Embora Roosevelt, a princípio, tivesse assentido com a cobrança dos países europeus pelas dívidas dos países sul-americanos, desde que não houvesse tentativa de anexação territorial, o desencadeamento dos episódios, como a captura e o naufrágio de navios e bombardeio ao território da Venezuela, fez o então presidente recuar em sua posição e propor que a resolução desse caso fosse realizada a partir de uma arbitragem internacional.

Roosevelt chegou até mesmo a enviar um comunicado à Alemanha alegando que o não aceite da proposta de resolução, a partir de uma arbitragem internacional, resultaria na intervenção militar estadunidense para a resolução de tal questão, a partir do envio da frota Dewey, que, naquele momento, encontrava-se em Porto Rico (MITCHELL, 1996; FARIAS, 2008).

Após a aceitação dos países europeus pela arbitragem na resolução, a questão foi levada a Haia e, “em fevereiro de 1904, o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia decidiu favoravelmente às potências que haviam participado do bloqueio, concedendo a elas a preferência no recebimento das dívidas da Venezuela” (FARIAS, 2008, p. 86).

O episódio da intervenção militar, assim como a decisão do tribunal internacional, colocou a posição dos EUA no continente em xeque, pois uma intervenção militar, mesmo sendo de caráter econômico e não territorial, significava uma afronta às soberanias dos países na região, assim como um desafio à Doutrina Monroe.

Roosevelt, a princípio, fez “vista grossa” para o bloqueio continental na Venezuela, mas logo percebeu que o que estava em jogo era a influência estadunidense em seu “quintal”, sua área estratégica de projeção de poder imediata.

Sendo assim, no dia 12 de maio de 1904, Roosevelt enviou uma mensagem ao seu secretário de Guerra, Elihu Root, apresentando sua frustração em relação às possíveis interferências dos países europeus no continente. Em sua mensagem, estava escrito: “se pretendemos dizer ‘tirem as mãos’ às potências da Europa [...] então cedo ou tarde nós mesmos teremos que manter a ordem” (BOOT, 2002, p. 136 *apud* FARIAS, 2008, p. 86).

Roosevelt estava pronto para inaugurar sua nova política externa, um corolário que proclamou em 06 de dezembro e que viria complementar, de modo prático e ativo, a Doutrina Monroe. O Corolário Roosevelt, também chamado de *Big Stick* (Grande Porrete), concedia o direito de intervenção militar dos EUA em qualquer país do continente sempre que eles achassem necessário.

Como demonstra Kissinger (2007), Roosevelt possuía uma visão das relações internacionais calcada na perspectiva realista, ou seja, para o ex-presidente dos EUA, “a vida internacional significava luta, e a teoria de Darwin, sobre a sobrevivência dos mais aptos era um melhor guia para a história do que a moralidade pessoal” (KISSINGER, 2007, p. 30). Em sua concepção, “num mundo regulado pelo poder, a ordem natural das coisas se refletia no conceito das ‘esferas de influência’, que imputava uma influência preponderante sobre vastas regiões a potências específicas” (KISSINGER, 2007, p. 31), que, neste caso, significaria a subalternidade da América Latina ao domínio de Washington.

Roosevelt tinha percebido o papel que os EUA estavam desempenhando no cenário internacional, pois, as condições materiais de poder desse país no início do século XX eram

completamente diferentes daquelas de quando a Doutrina Monroe fora anunciada, passando de uma potência regional à ambição de potência global (KISSINGER, 2007). Desse modo, após um vitorioso conflito com a Espanha pela ilha de Cuba e com uma potencial participação militar contrária à Alemanha no caso da Venezuela, os EUA passaram, através dessa política externa elaborada por Roosevelt, a exercer uma hegemonia não mais discursiva, como em 1823, mas efetiva e prática.

Se uma nação mostra que sabe agir com razoável eficiência e decência em questões sociais e políticas, se mantém a ordem e paga suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. [...] no Hemisfério Ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, embora com relutância, em casos flagrantes de tal delito ou impotência, ao exercício de um poder de polícia internacional (ROOSEVELT, 1904, p. 33).

Embora o Corolário Roosevelt ou *Big Stick* tenha sido pronunciado apenas no fim de 1904, as intervenções estadunidenses na América Latina já estavam ocorrendo pouco antes a esse período. Como registra Santos:

Em 1898, a Guerra Hispano-Americana garantiu a supremacia norte-americana sobre Cuba, Filipinas e Porto Rico. Em 1902 o Haiti foi forçado pelos EUA a pagar suas dívidas com credores europeus. Ainda em 1902, a assinatura da Emenda Platt concedeu aos EUA o direito de intervir em Cuba, negando ao país a sua soberania. Além disso, em 1903, os EUA foram autorizados a instalar uma base militar em Guantánamo. Também em 1903, os EUA estimularam o Panamá a se separar da Colômbia,

garantindo posteriormente o controle do Canal do Panamá (SANTOS, 2007, p. 28).

Zimmermann (*apud* MONIZ BANDEIRA, 2009) afirma que Roosevelt, em seus dois mandatos, construiu a primeira presidência imperial dos EUA, tratando de governar possessões próximas ou distantes do território estadunidense, de consolidar o poder na região caribenha e América Central, assim como de elevar a posição da sua Marinha para a segunda mais poderosa do mundo. A política do *Big Stick* duraria até a década de 1930 – e seria retomada novamente após a Segunda Guerra Mundial –, passando por diversos governantes posteriores a seu fundador.

De acordo com Smith (1996 *apud* PECEQUILO, 2011), entre os anos de 1898 e 1934, foram realizadas mais de trinta intervenções militares pelos EUA na América Latina, as quais ocorria o envio de tropas a diversos países e pelas mais variadas razões, sendo destacadas pelo autor as intervenções de caráter político e, principalmente, econômico, ambas para reafirmar a hegemonia estadunidense na região<sup>7</sup>. Além da intervenção militar direta, outros métodos também foram utilizados, como o apoio à deposição de governos que não agradavam a Washington, ou a influência em eleições, buscando colocar no poder governantes que seguissem a linha ditada pelo país hegemônico.

No campo econômico, o sucessor de Roosevelt criaria uma política que viria a incrementar os interesses dos EUA na região, porém, com viés não militarista. William Howard Taft (1909-1913) inauguraria, no ano de 1912, a chamada “Diplomacia do Dólar”, “a qual consistia na utilização de recursos econômicos, como

---

<sup>7</sup> De acordo com Pecequilo (2011, p. 91), os países listados na Bacia do Caribe são: Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.

empréstimos e investimentos, para a expansão e manutenção da supremacia norte-americana na região” (SANTOS, 2007, p. 30), assim como o controle da “alfândega e os fluxos comerciais e financeiros de alguns países” (PECEQUILO, 2011, p. 90).

Seguindo esse pensamento, Rego-Monteiro aborda que “a ‘diplomacia do dólar’, com a substituição das dívidas em libra esterlina dos países latino-americanos por dívidas em dólar americano, foi o complemento econômico para as dimensões ideológica e militar do corolário Roosevelt” (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 101).

Essa estratégia facilitava a influência dos EUA nos mercados e na economia dos países da América Latina. Impulsionados pelo capital estadunidense, a injeção de dólares auxiliava a manutenção da estabilidade dos países economicamente frágeis que estivessem à beira de uma convulsão social, bem como contribuía para o pagamento de dívidas externas de países europeus, garantindo o afastamento deles da região.

[...] a administração de Taft viu o comércio e o investimento exterior como promotores da saúde geral da economia dos EUA e, apenas por coincidência, como o aumento dos lucros corporativos. [...] a principal motivação para a Diplomacia do Dólar veio de uma crença que foi extraída de uma mistura dessas considerações econômicas e de segurança, uma crença de que o Corolário Roosevelt conferiu aos Estados Unidos a obrigação de garantir que os latino-americanos pagassem suas dívidas (SCHOULTZ, 2001, p. 209).

A Diplomacia do Dólar, mesmo sendo uma política estratégica travestida de ações econômicas, não significou o fim do

intervencionismo militar estadunidense no hemisfério. Domício da Gama (1911 *apud* MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 131) comenta um discurso do presidente Taft, no qual este enfatizara: “os EUA têm o direito de intervir como o irmão maior (*big brother*) na vida política das irmãs intranquilas para ensinar-lhes como se vive”.

Mesmo no período posterior à Primeira Guerra Mundial, com a política isolacionista aplicada por Woodrow Wilson em escala global, as relações hemisféricas não se alteraram, sendo mantidos os princípios da Doutrina Monroe e do *Big Stick* (PECEQUILO, 2011). “Wilson levou a Diplomacia do Dólar ao paroxismo na América Latina, aumentando o número de intervenções militares e legitimando-as também com o zelo missionário de exportação da democracia” (BASTOS, 2012, p. 16).

Após os envolvimento em Colômbia para incitar a independência panamenha e do caso do bloqueio da Venezuela, os EUA não tinham planos de intervir nas questões internas dos países da América do Sul, até seu ingresso na Primeira Mundial (TULCHIN, 2016). O mesmo não acontecia com os países caribenhos e com a América Central, onde a hegemonia estadunidense era muito mais presente e antecedeu a esse período. Com a eclosão da guerra, “os EUA ampliaram suas estratégias geograficamente e incluíram pela primeira vez a América do Sul, com o intuito de debilitar o comércio alemão com a América Latina e enfraquecer a força comercial do país depois da guerra” (TULCHIN, 2016, p. 67)<sup>8</sup>. Ainda em Tulchin (2016, p. 67), uma das

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que, mesmo que a influência dos EUA na América do Sul tenha se tornado mais atuante após a Primeira Guerra Mundial, isso não quer dizer que ela não existisse anteriormente. Entre um dos episódios de destaque, cabe lembrar a rivalidade entre Brasil e Argentina que foi amplamente explorada pelos EUA através do comércio de equipamentos militares para ambos os países, objetivando mantê-los separados, pois uma possível aproximação entre as duas maiores potências regionais poderia significar um revés a sua influência na região (TEIXEIRA, 2014). Como consequência, o Barão do Rio Branco

principais estratégias dos EUA era a lista negra, “uma extensão da beligerância para nações que se consideravam neutras”, pressionando-as para declararem uma posição em relação ao conflito, obviamente ao lado dos EUA e contrário aos alemães<sup>9</sup>.

Com a Alemanha sendo uma potência industrial e militar, o temor dos EUA em relação ao seu poder era marcante, pois esse país era visto como a principal ameaça do Velho Mundo no continente americano. O próprio Roosevelt compartilhava dessa visão. Para ele, “se a Alemanha tivesse vencido esta guerra, esmagado a frota inglesa e destruído o império britânico, dentro de um ano ou dois, insistiria em assumir uma posição dominante nas Américas Central e do Sul” (ROOSEVELT, 1914, p. 823 *apud* KISSINGER, 2007, p. 33)<sup>10</sup>.

Mas, de fato, os EUA se tornaram, no período da Primeira Guerra Mundial, uma potência dominante na América do Sul, suplantando definitivamente os europeus, pois se aproveitaram da interrupção comercial da região com a Europa “para dominar-lhe completamente o comércio exterior, tornando-se também seu

---

chegou a propor um pacto de não agressão entre Argentina, Brasil e Chile, o qual viria a ser chamado de Pacto ABC, trazendo como objetivo a pacificação do cone sul-americano e a união entre esses países para contrabalancear a influência dos EUA na região (MONIZ BANDEIRA, 2010a). Porém o pacto não teve um avanço satisfatório, sendo ratificado apenas no Brasil, no ano de 1915.

<sup>9</sup> Nesse conflito, a Argentina, mesmo após ter navios afundados pelos alemães, manteve-se em neutralidade devido as suas estreitas relações econômicas com esse país, posição também assumida pelo Chile. Enquanto o Brasil agiu de maneira contrária, pois, além de romper as relações com a Alemanha, permitiu a utilização de seus portos pelos EUA e posteriormente pela Grã-Bretanha, França e Itália, demonstrando claramente sua oposição aos alemães na guerra (MONIZ BANDEIRA, 2010a).

<sup>10</sup> Essa posição da Alemanha como a principal ameaça aos interesses dos EUA no continente americano foi bem abordada pelo geógrafo britânico Halford Mackinder (1904) em seu artigo *The geographical pivot of History*, no qual afirmava que as potencialidades da América do Sul poderiam ter uma influência decisiva na disputa de poder mundial, podendo fortalecer os EUA ou a Alemanha se esta viesse a desafiar com sucesso, o domínio da Doutrina Monroe.

principal fornecedor de manufaturados” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 135).

Sendo assim, as relações entre EUA e América Latina, nas duas primeiras décadas do século XX, ficariam marcadas pelas intervenções militares, garantidas pela aplicação do Corolário Roosevelt e pelo avanço dos mercados estadunidenses na região, por meio da política complementar de caráter econômico, da Diplomacia do Dólar; e, mais especificamente na América do Sul, a da queda das relações comerciais da região com a Europa no período da Primeira Guerra Mundial, o que contribuiu para a consolidação dessa hegemonia regional. De fato, após a Primeira Guerra Mundial, os EUA alcançaram um novo patamar no sistema internacional, consolidando-se não apenas como uma potência do continente americano, mas também como uma potência global.

## **ALTERANDO OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA: O INÍCIO DA “BOA VIZINHANÇA”**

Após décadas de turbulentas intervenções militares na região, o início dos anos 1930 marcaria uma alteração na política externa dos EUA para a América Latina, em contexto de questionamento da eficiência e dos resultados da prática do *Big Stick* nos bastidores da Casa Branca. Segundo Pecequillo (2011), os motivos disso estão diretamente relacionados a três fatores de destaque: os desastres econômicos trazidos pela Grande Depressão e a crise ocasionada pela quebra da bolsa de valores de 1929, resultando numa redução dos recursos disponíveis para as ações externas dos EUA nos países da América Latina; a ascensão de regimes totalitários na Europa, os quais trouxeram um clima de guerra que gerou a incerteza sobre o futuro do cenário internacional;

e, por último, a demonstração da crescente insatisfação dos países latino-americanos às políticas intervencionistas dos EUA.

Dessa forma, foi apresentada na 6ª Conferência Pan-americana em Havana, em 1928, uma vigorosa reprovação à conduta dos EUA no continente (SPYKMAN, 1944a). Entre as décadas de 1920 e 1930, um forte pensamento nacionalista tomou conta dos governos da América Latina, havendo uma forte rejeição ao imperialismo das grandes potências. Nesse período, “desenvolveu-se bastante a ideia de defender o interesse nacional, questão que foi de utilidade para o surgimento do pensamento modernizador industrialista, característico do período posterior” (VALDÉS, 1997, p. 322).

Desse modo, o governo dos EUA compreendeu que não havia outra opção, além de uma reestruturação nas relações hemisféricas. Sob a égide de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), Washington inauguraria, em 1933, uma política externa para a região que buscava se desvencilhar das intervenções militares dos anos anteriores. Chamada de *Good Neighbour Policy*, ou Política da Boa Vizinhança (PBV), promovia uma aproximação da potência hegemônica com os países latino-americanos por meio da cooperação, deixando de lado a ação coerciva.

A PBV, de acordo com Spykman (1944a), demonstrou, nos anos que se seguiram a 7ª Conferência Pan-americana, realizada em 1933 em Montevidéu, que os EUA haviam se redimido do pecado da intervenção, pois esse país reconheceu:

[...] a soberania cubana pondo fim a Emenda Platt; retiraram tropas de fuzileiros do Haiti e da Nicarágua; deixaram de intervir nos assuntos internos do Panamá e da República Dominicana; toleraram o governo da Frente Popular no Chile; ofereceram créditos ao governo de Getúlio Vargas para a construção da

empresa Siderúrgica de Volta Redonda; aceitaram timidamente a nacionalização do petróleo no México de Lázaro Cárdenas etc. (SANTOS, 2007, p. 34)

Roosevelt estava fazendo uma política similar ao modelo do Pan-Americanismo aplicado no fim do século XIX por James Blaine, buscando promover o comércio, a cooperação, a liberdade, o progresso e a harmonia no continente. Embora a PBV tenha alterado a forma das relações entre os EUA e os países latino-americanos, seu objetivo de garantir sua influência na região foi mantido, sendo apenas travestido de ações cooperativas. A “redefinição do relacionamento pode ser entendida como uma mudança tática da política externa dos Estados Unidos, sem que se alterassem conteúdos ou prioridades estratégicas continentais” (PECEQUILO, 2011, p. 118). A PBV teve continuidade no período da Segunda Guerra Mundial, principalmente para angariar aliados na região e manter afastada a influência exógena dos países do Eixo.

Nicholas Spykman foi um importante formulador das estratégias geopolíticas dos EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial, incluindo a América do Sul nestas estratégias. Spykman era seguidor da Doutrina Monroe e, embora defendesse uma política de caráter intervencionista dos EUA na Europa, em escala regional, apoiava um imperialismo “benevolente” no subcontinente.

Em sua análise geopolítica, a América Latina deveria ser separada em dois grupos: o primeiro chamado pelo autor de Mediterrâneo Americano, formado por México, a América Central, os países caribenhos em sua totalidade, a Colômbia, a Venezuela e as Guianas; em contrapartida, o segundo grupo seria formado pelos demais países sul-americanos, classificados por ele como a “América do Sul”. Para o autor, Colômbia e Venezuela geopoliticamente não faziam parte do segundo grupo pelo fato de que suas características geográficas limitavam seus meios de

comunicação com os demais países sul-americanos, tendo como exemplo os planaltos dos Andes e das Guianas e a selva amazônica, o que tornava ambos os países isolados em relação à América do Sul, mas, ao mesmo tempo, mais próximos dos países mediterrâneos devido ao fato de seus litorais estarem voltados em direção ao Mar do Caribe (SPYKMAN, 1944a).

A partir disso, o autor afirmava que a hegemonia estadunidense na região era algo incontestável e que o primeiro grupo não apresentava nenhum tipo de subversão ao domínio do Norte, pois estava geograficamente próximo dos EUA e separado dos demais países sul-americanos. Já no segundo grupo, Spykman chamava a atenção para os países de maior destaque da região, Argentina, Brasil e Chile (ABC), países com um vasto litoral, distantes dos EUA e nos quais a influência de alguma potência externa à região seria mais facilmente conseguida, podendo ocorrer um contrabalanceamento de forças à hegemonia estadunidense.

A principal preocupação de Spykman viria, sem dúvida, da Alemanha. Para aumentar sua influência na região, “os alemães faziam ameaças de restrições comerciais, usavam submarinos e demonstravam seu poderio naval, mesmo limitado no Atlântico” (TULCHIN, 2016, p. 85), bem como utilizavam a estratégia de guerra psicológica para expandir a propaganda do regime nazista nos países do subcontinente, a partir da população de ascendência alemã (SPYKMAN, 1944a).

Nas palavras de Spykman (1944a, p. 235), “as repúblicas do México, Panamá, e os estados sul-americanos denominados de ABC, quer dizer, os grupos politicamente mais importantes, são os países da América Latina a que Hitler consagrou a maior parte de seus esforços” de cooptação, sendo que “Brasil e Argentina são os casos sempre mencionados da adesão a regimes políticos de inspiração fascista” (PECEQUILO, 2011, p. 118).

Para afirmar o poderio norte-americano no continente, Spykman propôs como estratégia inicial o que ele denominou de “cooperação econômica pan-americana”, conjugado a um único sistema de defesa continental. Para este sistema, ele elaborou a teoria das fímbrias marítimas, na qual propugnava a instalação de bases protetoras ao redor de todo o continente americano, em particular o Atlântico, onde se instalariam bases marítimas avançadas, formando um cordão protetor (o cordão sanitário) que desse tempo aos EUA para entrar em alerta no caso de agressão (PENHA, 2011, p. 79-80).

Como afirma Tulchin (2016, p. 82), “pela primeira vez, os geopolíticos norte-americanos consideravam que a zona de segurança se estendia para além do Caribe”, pois o Atlântico Sul poderia servir como um trampolim geopolítico para uma invasão dos países do Eixo na América do Sul. Deste modo, com a concatenação dos episódios da guerra, “a ideia da cooperação interamericana foi ainda mais incrementada pela retórica da parceria e da cooperação (‘fazer a guerra juntos’), com ênfase na solidariedade e na segurança hemisférica” (PECEQUILO, 2011, p. 118).

Finalizando, presenciou-se, desde a década de 1930, uma mudança drástica nos padrões das relações hemisféricas, com o abandono dos princípios intervencionistas do *Big Stick* em função de uma agenda cooperativa e solidária. Com o fim da Segunda Guerra, o esperado era que essas primazias fossem mantidas, porém, com a reorientação do sistema internacional que caminhava para a bipolaridade, os EUA viram-se obrigados a rever sua política externa, resultando em novas orientações nas relações hemisféricas.

A perseguição por uma política efetiva em escala global colocou a América Latina como uma, entre muitas prioridades internacionais, em um processo que diminuiu a atenção dos EUA no

hemisfério (PECEQUILO, 2011). De fato, a queda na centralidade da região na política global dos EUA não significou uma ausência de interesses deles no subcontinente, porém, o relacionamento construído com a PBV acabou virando algo do passado e sendo substituído pela “constante oscilação dos EUA em sua definição de segurança e com uma depreciação da soberania latino-americana que aparentemente não conhecia limites” (TULCHIN, 2016, p. 84).



## **CAPÍTULO 2**

---

*A Guerra Fria e o mundo bipolar:  
uma reorientação nas relações hemisféricas?*



## A GUERRA FRIA E O MUNDO BIPOLAR: UMA REORIENTAÇÃO NAS RELAÇÕES HEMISFÉRICAS?

Em razão das mudanças no cenário internacional promovidas no período bipolar, a geoestratégia estadunidense envolvendo a América Latina passou por alterações. Pecequillo (2011) afirma que as relações de parceria embasadas pela PBV do período anterior deixaram de possuir a mesma importância, iniciando um período de negligência dos EUA em relação à região. De fato, agora, os interesses prioritários de Washington estavam voltados para a região eurasiática do *Heartland*<sup>11</sup>, agora dominado pela URSS.

O poder global dos EUA dependia da necessidade de impedir que o avanço soviético se estendesse até o *Rimland*<sup>12</sup>, algo que ficou claro no pronunciamento do então presidente Harry Truman, em 1947<sup>13</sup>. Porém, mesmo que a América Latina tenha assumido uma posição secundária na agenda externa dos EUA, isso não significou

---

<sup>11</sup> No ano de 1904, em seu artigo *The geographical pivot of History*, Halford Mackinder elaborou o conceito de Área-Pivô. Este conceito foi reelaborado pelo autor no livro *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*, de 1919, quando passou a ser denominado de *Heartland*, sendo novamente revisado em 1943 no artigo *The round world and the winning of the peace*. O *Heartland* corresponde “a parte norte e o interior da Eurásia. Estende-se desde a costa do Ártico até os desertos centrais e tem como limites ocidentais o amplo istmo entre o Mar Báltico e o Mar Negro” (MACKINDER, 1943, p. 598). De acordo com Mackinder, a potência que dominasse o *Heartland* teria a hegemonia global em suas mãos.

<sup>12</sup> O conceito de *Rimland* foi elaborado por Nicholas Spykman e publicado no livro *The Geography of the Peace*, em 1944, um ano após a morte do autor. O *Rimland* teria a mesma localização ao que Mackinder chamou de *Inner Crescent* (Crescente Interno), o qual corresponde às regiões costeiras que circundam o continente eurasiático e seus mares marginais (SPYKMAN, 1944b). Em oposição a Mackinder, Spykman afirmava que o domínio do *Rimland* seria a chave para obtenção da hegemonia global, e não o domínio do *Heartland*.

<sup>13</sup> O discurso proferido ao Congresso dos EUA por Harry Truman, no dia 12 de março de 1947, ficou conhecido como a Doutrina Truman. Nele, o então presidente anunciou seu comprometimento e dever em relação à contenção do expansionismo da URSS.

uma ausência e desinteresse total deles pela região, pois alguns planos já ensaiados, ainda que de maneira tímida no contexto da Segunda Guerra Mundial, iriam se tornar realidade durante os primeiros anos da Guerra Fria.

## **OS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA FRIA E A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA**

A disputa pelo poder global entre as duas superpotências trouxe a necessidade de garantir o domínio de regiões geopolíticas estratégicas e, embora a Europa fosse o cenário de maior cobiça, ambas as potências possuíam áreas de influência imediata fora desse continente, sendo um imperativo defendê-la do domínio inimigo, como o sudeste asiático para a URSS e a América Latina para os EUA.

Desse modo, a “solidariedade” hemisférica no continente americano se traduziu na formação de laços militares que abrangessem toda a região para a prevenção de ataques externos. Desde o início do século XIX, os Estados Unidos ensaiavam a formulação de um plano de segurança hemisférica para garantir a proteção militar em sua área de influência imediata. Porém, apenas quando a Segunda Guerra Mundial emergiu como uma ameaça real, houve maiores esforços de Washington para a criação de órgãos institucionalizados:

As bases institucionais deste sistema foram estabelecidas em 1942, porém, a adoção de mecanismos comuns de segurança e defesa foi sendo delineada a partir de 1936, quando na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, foi aprovada a Declaração de Princípios de Solidariedade

e Cooperação Interamericana, com o intuito de considerar que cada ato suscetível de perturbar a paz da América seria um ato que afetaria cada uma e todas as repúblicas americanas (PAGLIARI, 2006, p. 28).

Também em 1942 foi criada na Conferência do Rio de Janeiro, a chamada Junta Interamericana de Defesa (JID)<sup>14</sup>, este órgão teria a responsabilidade de realizar o planejamento da defesa do continente contra possíveis agressões extracontinentais. Assim, “caberia preparar gradualmente as repúblicas americanas para a defesa conjunta do continente, mediante a realização de estudos e a recomendação de medidas para este fim” (PAGLIARI, 2006, p. 28). Dois anos mais tarde, em 1945, ocorreu, na Cidade do México, um encontro no qual os países americanos se reuniram para discutir a paz no pós-guerra e assinaram a Ata de Chapultepec<sup>15</sup>, em que constava uma declaração de “Assistência Recíproca e Solidariedade Americana”, firmando-se, nesse documento, o compromisso da solidariedade entre os países do hemisfério (PAGLIARI, 2006).

Mas foi no ano de 1947 (mesmo ano do pronunciamento da Doutrina Truman) que tais reuniões e atas realmente “saíram do papel” e tiveram uma formalização prática com a assinatura do *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR), também conhecido por Tratado do Rio, um acordo regional para implementar a Doutrina Truman na América Latina e que institucionalizava os mecanismos de segurança hemisférica previstos na Ata de Chapultepec. Sendo assim,

---

<sup>14</sup> Em 1962, a JID fundou o Colégio Interamericano de Defesa (CID) para auxiliar na elaboração de estratégias e planos militares logísticos e de combate.

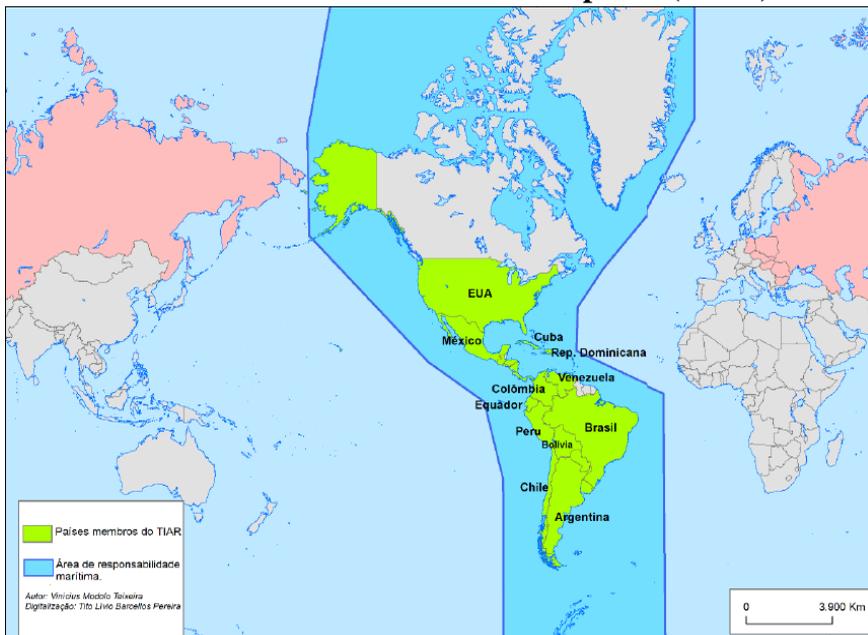
<sup>15</sup> O Tratado de Chapultepec marginalizou a Argentina, em razão da posição de neutralidade que o país assumiu na Segunda Guerra e também por simpatizar com os regimes totalitários europeus, os quais eram vistos como antagonônicos ao avanço do liberalismo estadunidense (CASTRO, 1994).

[...] nesse momento, as alianças da guerra estavam desfeitas e a URSS era considerada uma força agressiva em busca de expansão. O tratado configurase, então, como um pacto de segurança e defesa coletiva, e, ao invés de acordos bilaterais, estabelece um acordo de assistência militar mútua multilateral contra ameaças externas; que recomenda aos Estados o uso de métodos pacíficos de solução de conflitos, condenado o uso da força ou o recurso à guerra. A sua ideia era a da formação de uma frente comum em caso de ataque a qualquer membro, invocando o exercício imane da legítima defesa individual ou coletiva (PAGLIARI, 2006, p. 29).

De acordo com Veneroni (1971), entre os governos de Harry Truman (1945-1953) e principalmente do general Dwight D. Eisenhower (1953-1961), os EUA mantiveram a doutrina de agressão extracontinental, o que significou que os países latino-americanos desempenhariam o papel tradicional de proteção da soberania política e territorial de seus respectivos países. A princípio, a proposta de segurança hemisférica elaborada pelos EUA deixava de fora algumas áreas reivindicadas pela Argentina, como os arquipélagos subantárticos e a própria Antártica, o que foi alterado posteriormente com a criação do TIAR (Figura 1):

A área definida pela Declaração do Panamá só atingia o hemisfério austral até 58 graus de latitude sul, incluindo os meridianos de 57 e 80 graus de longitude oeste, equivalendo, portanto, apenas a inclusão da Passagem de Drake. Conseguida a ampliação dos limites da zona de segurança, o TIAR atingiu o polo sul e, conseqüentemente, criou-se a Antártica Americana (CASTRO, 1994, p. 289).

**Figura 1 - Área de abrangência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)**



Fonte: Teixeira (2019).

Na realidade, os países latino-americanos possuíam uma missão limitada, cabia a eles apenas a manutenção da ordem interna em seus respectivos países, além de prestar auxílio as forças armadas estadunidenses em uma potencial intervenção militar de fora do hemisfério, enquanto que aos Estados Unidos caberia a defesa militar da região. Neste caso, as forças armadas latino-americanas, devido a sua baixa projeção de poder militar, serviriam apenas como primeira linha contra uma agressão externa, até que chegassem as tropas estadunidenses para garantir a segurança:

[...] o TIAR é uma aliança militar, mas não pressupõe a existência de um comando militar unificado. Dessa forma, há o reconhecimento da defesa dos Estados membros em caso de ataque externo ou de conflito intra-hemisférico, mas não existe um aparelho militar próprio, autônomo, que operacionalize qualquer intervenção nas Américas (VELLOZO JÚNIOR, 2006, p. 51).

Giannasi (2011, p. 95) afirma que o TIAR significou a “abdicação por parte dos exércitos dos países signatários da responsabilidade máxima de tomar a iniciativa de defesa de seus territórios, em caso de conflito com a União Soviética”. Por meio do TIAR, Washington mantinha os militares latino-americanos em posição subalterna com relação aos comandos estadunidenses, sendo que muitos militares da região receberam treinamento nos EUA, por meio da *Doutrina de Segurança Nacional* e do *Plano de Assistência Militar* (PAM) de 1952, que serão apresentados nos próximos parágrafos.

A *Doutrina de Segurança Nacional*, instaurada em 1947 a partir do *Nacional Security Act*, foi responsável pela criação do Conselho de Segurança Nacional (*Nacional Security Council*, NCS), assim como a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA) e trazia consigo o objetivo de:

[...] não só justificar a ação norte-americana em todo o planeta, em se tratando de barrar o avanço da União Soviética, mas também que desse a seus militares a orientação de como agir. E mais importante ainda, sobre como deveria ocorrer a cooptação de governos e forças armadas de todas as Américas, por sua política externa, a cargo do Departamento de Estado,

para que tal objetivo fosse conseguido (GIANNASI, 2011, p. 88)<sup>16</sup>.

Um ano mais tarde à formação do TIAR, foi criada na 9ª *Conferência Pan-Americana*, no ano de 1948 em Bogotá, a Organização dos Estados Americanos (OEA) com objetivos complementares ao bloco de segurança hemisférico, porém, sua natureza não visava à cooperação militar; era um organismo que buscava fortalecer a solidariedade no campo político, “propondo soluções coletivas e multilaterais para problemas e responsabilidades comuns no hemisfério” (PECEQUILO, 2011, p. 220).

Ambos eram, na verdade, em nível regional, representantes do esforço norte-americano em construir um arcabouço de parceria e cooperação no sistema internacional, seguindo lógica semelhante, à encontrada nas Nações Unidas e nas demais organizações e instituições de inspiração liberal e democrática fundadas no pós-guerra e que se espalharam pelo mundo (PECEQUILO, 2011, p. 220).

Continuando:

O TIAR e a OEA se baseavam em quatro princípios jurídicos essenciais: a) a não-intervenção, b) a igualdade jurídica dos Estados, c) o arranjo pacífico das diferenças e d) a defesa coletiva contra

---

<sup>16</sup> Dentro do cenário de inserção da Doutrina de Segurança Nacional, a JID e CID desempenharam o papel de transmissão da estratégia do Pentágono à América Latina (COMBLIN, 1978).

agressões... Os primeiros dois princípios implicam a defesa da soberania dos Estados; os outros dois enfatizam a cooperação entre eles. Em certos momentos, essas duas ideias básicas se tornam contraditórias na prática. Em todo caso, as duas últimas podem ser administradas pela potência hegemônica (BOERSNER, 1990, p. 238 *apud* AYERBE, 2002, p. 82).

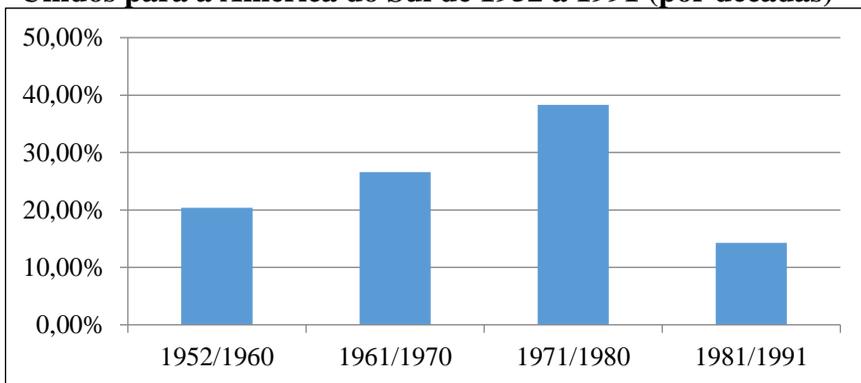
Como consequência do TIAR, os EUA passaram então a influenciar a América Latina no plano militar de diversas formas, por meio de reuniões de chefes militares, ou por meio de programas de ajuda militar e de venda de armas, ou ainda por meio de treinamento de oficiais em suas escolas militares estadunidenses (COMBLIN, 1978), como por exemplo, o *Nacional War College*. Os EUA, a partir da formalização do *Programa de Assistência Militar* (PAM), de 1952, instituído pela Lei de Segurança Mútua de 1951, forneciam equipamentos militares para os países da região que ratificassem o acordo de caráter bilateral com Washington (COMBLIN, 1978).

Entre os anos de 1952 e 1955, dentre os países latino-americanos que ratificaram o acordo estavam Equador, Cuba, Colômbia, Peru, Chile, Brasil, República Dominicana, Uruguai, Nicarágua, Honduras, Haiti e Guatemala; entrando, anos mais tarde, a Bolívia, em 1958, e a Argentina, em 1964 (VENERONI, 1975). Ainda em Veneroni (1975), foi tomado conhecimento de que tais equipamentos eram fornecidos através de empréstimos, doações ou vendas a preços modestos, e esses equipamentos eram materiais excedentes da Segunda Guerra Mundial (VERONI, 1975; GUIMARÃES, 1987 *apud* PENHA, 2011).

Por outro lado, para Comblin (1978), o envio desse material bélico ajudou os EUA a se desfazerem de equipamentos antiquados e, ao mesmo tempo, contribuiu para a dependência dos países da

região em relação ao complexo industrial-militar estadunidense, pois o serviço de treinamento e de manutenção periódica exigia o fornecimento de peças e técnicos dos EUA. Desse modo, além de os EUA tentarem criar um monopólio no comércio de equipamentos militares com a América Latina, buscando diminuir o comércio da região com os europeus – que sempre foram exportadores tradicionais desses equipamentos ao subcontinente –, a forte dependência buscava também impedir o desenvolvimento de uma indústria de defesa autônoma nos países latino-americanos.

**Gráfico 1 - Porcentagem do total de equipamentos militares exportados pelos Estados Unidos para a América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)<sup>17</sup>**



Fonte: SIPRI. Organização: Brigola (2018).

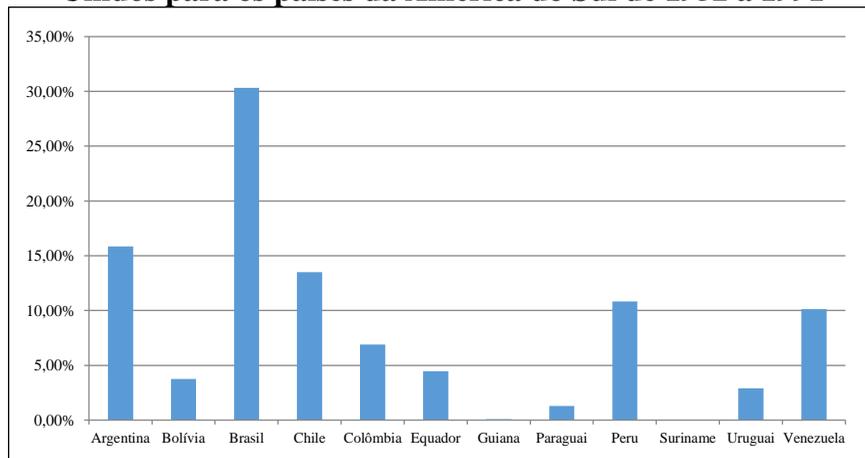
De fato, o papel destinado aos países latino-americanos, no início da Guerra Fria, trazia a necessidade do envio de equipamentos

<sup>17</sup> A pesquisa foi realizada com todos os países sul-americanos, à exceção do departamento ultramarino francês, a Guiana Francesa, sobre as seguintes classes de equipamentos militares: aeronaves, armas navais, artilharia, defesa antiaérea, mísseis, navios e veículos blindados. Os dados incluem todos os tipos de equipamento dessas classes, não se restringindo, por exemplo, a aeronaves ou navios apenas de combate.

militares à região, devido a suas baixas capacidades bélicas. No Gráfico 1, foi apresentada as porcentagens do total da exportação dos equipamentos militares dos EUA para a América do Sul, do período que corresponde de 1952, início do PAM, a 1991, que marca o fim da bipolaridade.

Em quantidades absolutas, o envio desses equipamentos foi significativo nos períodos de 1952/1960 e 1961/1970. Porém, a partir da década de 1970, eles se tornaram mais intensos, logo assumindo uma queda marcante nos anos de 1980, por motivos que serão mais bem analisados adiante. Em suma, o predomínio da exportação desses equipamentos tinha como destino os países de maior destaque na região, casos de Brasil, com 30,32%; Argentina com 15,86%; e Chile com 13,50%, como é possível concluir a partir do Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Porcentagem do total de equipamentos militares exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991**



Fonte: SIPRI. Organização: Brigola (2018).

Os países chamados de ABC, já apontados na estratégia geopolítica elaborada por Spykman desde a Segunda Guerra Mundial, assumiram uma posição determinante no cenário bipolar, em especial entre Brasil e Argentina por sua localização atlântica. Sobre ambos, cabe destacar a gritante diferença de valores das exportações dos EUA para cada um deles, estando o Brasil em primeiro lugar com aproximadamente o dobro do valor das importações realizadas pela Argentina, fato que pode estar diretamente ligado a posição mais estreita do Brasil em relação aos mercados estadunidenses, a maioria da extensão de seu litoral – o que resultaria na necessidade de elevada demanda de importação de armamentos para sua proteção –, seu superior poder econômico ou ainda pela sua ratificação do *Programa de Assistência Militar* (PAM) ter ocorrido anos antes da que ocorreu na Argentina.

Nota-se também que alguns países que não aderiram ao PAM importaram uma quantidade superior de equipamentos em relação a alguns países signatários, caso da Venezuela, em comparação com a Bolívia, a Colômbia, o Equador e o Uruguai, estando esse fato relacionado às reservas de petróleo venezuelanas. No caso do Brasil, Penha (2011) reforça que, entre o fim dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950, o país já incorporava a dimensão atlântica em suas diretrizes geopolíticas devido a dois episódios inter-relacionados: a assinatura do TIAR, em 1947, quando foi definido o papel do país na defesa do Atlântico Sul e a formulação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, amplamente inspirada na estadunidense *Nacional War College*.

O papel brasileiro da contenção soviética no Atlântico Sul foi fortemente absorvido por seus geopolíticos da época, em especial militares. Um dos nomes mais marcantes da escola brasileira de

geopolítica foi o do general Golbery do Couto e Silva, que registrou suas ideias no livro *Geopolítica do Brasil*, publicado em 1967<sup>18</sup>.

O general Golbery defendia a ideia de inserção do Brasil na estratégia militar de defesa do bloco ocidental, mas não se contentava em ficar inteiramente sob o “guarda-chuva” estadunidense. Para esse geopolítico militar, o Brasil não era imune às ameaças externas e sua fragilidade nas estruturas internas o expunha perigosamente ao eixo Moscou-Pequim. Nesse sentido, Golbery almejava o reconhecimento de Washington da importância brasileira na estratégia atlântica de confronto com o mundo comunista:

Admitida essa importância, deveriam os Estados Unidos cooperar no sentido de promover o fortalecimento da economia nacional e, também e principalmente, preencher as enormes carências nacionais de instrumentos de defesa. Cumprido esse programa, teriam os Estados Unidos reforçado o território sul-americano contra os inimigos externos e internos e, ao mesmo tempo, protegido o Atlântico Sul e a África Meridional, outro ponto vulnerável da estratégia global do Ocidente (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 214).

Golbery argumentava que a distância do Atlântico Sul em relação ao *Heartland* eurasiático conferia o papel proeminente a ser desempenhado pelo Brasil na segurança sul-atlântica, pois esta porção do oceano estaria à margem das disputas entre as potências mundiais. De acordo com o autor, a costa oeste da América do Sul

---

<sup>18</sup> Penha (2011), mostra que, além de Golbery do Couto e Silva, autores como Delgado de Carvalho, Theresinha de Castro, Lysias Rodrigues e Meira Mattos, ainda que com pontos de vista divergentes, ressaltaram a importância do Atlântico Sul na contenção ao bloco comunista e, sobretudo, a relevância do Brasil neste processo.



graus díspares de ocupação humana e de potencial econômico, sendo, em relação à América do Sul, “máximo a noroeste, muito incipiente a leste, e nulo ao sul” (COUTO E SILVA, 1967, p. 80). De acordo com o autor, nesse hemisfério não haveria nenhuma ameaça à América do Sul, pois os países africanos não possuíam poder militar significativo (salvo as bases soviéticas instaladas em alguns países), a Antártida não era passiva de ocupação e os Estados Unidos eram um aliado que garantia a segurança do continente. Para além do hemisfério interior, encontrava-se o hemisfério exterior, formado por um bloco maciço de terras abrangendo uma distância média de 15.000 km:

[...] aquém do raio médio, avançando até morder levemente o hemisfério interior na aberta nordeste, o poderoso núcleo europeu, incluídas aí a grande Rússia asiática e a região caucasiana, o qual se infiltra tênue, mas profundamente, no dorso truncado do continente africano [...] duas massas que se correspondem, uma por detrás da África a outra por detrás da Antártida, ambas por motivos distintos embora, ainda não suficientemente potentes, mas apresentando perspectivas altamente favoráveis [...] pra lá ainda do arco demarcador, a transbordante humanidade amarela do Japão e da China a prolongar-se pela Indochina, pela Malásia, pela Indonésia e Filipinas (COUTO E SILVA, 1967, p. 82).

De acordo com Golbery, as ameaças à segurança da América do Sul estavam situadas nesse hemisfério, sejam ameaças passadas, como a Alemanha (com Guilherme II e Hitler) e o Japão (com Hirohito), sejam ameaças correspondentes ao período bipolar, caso do eixo Moscou-Pequim. A partir desta premissa, necessitava o Brasil proteger a área do hemisfério interior da influência de

potências inimigas. Para obter sucesso, o general advogava que o país sul-americano desenvolvesse seu aparato militar de modo condizente com as necessidades de segurança envolvendo distâncias intercontinentais (COUTO E SILVA, 1967).

É importante lembrar que as bacias do Atlântico Sul, na costa brasileira e na costa africana, possuem milhares de metros de profundidade, sendo um local propício para o esconderijo de gigantescos submarinos nucleares (CASTRO, 1984), os quais podem ficar ofuscados nas profundidades, esperando para atacar seus alvos, militares ou não. De acordo com Ayerbe (2002), as regiões de maiores atenções dos EUA, as mais suscetíveis a receber um potencial ataque soviético, seriam o Caribe e a costa Atlântica em sua porção meridional.

Desse modo, a maior parte do fornecimento de equipamentos militares dava ênfase para essas regiões, “destinando os recursos ao fornecimento de barcos, aviões de reconhecimento e treinamento para operações antissubmarinas” (SELSER; DIAS, 1975, p. 61 *apud* AYERBE, 2002, p. 83). A Marinha brasileira, então “coirmã” da U. S. Navy, era corresponsável pela proteção oceânica contra os submarinos soviéticos, dedicando, “nesse sentido, todos os equipamentos e as manobras navais à luta antissubmarino” (COUTAU-BÉGARIE, 1985 *apud* PENHA, 2011, p. 100).

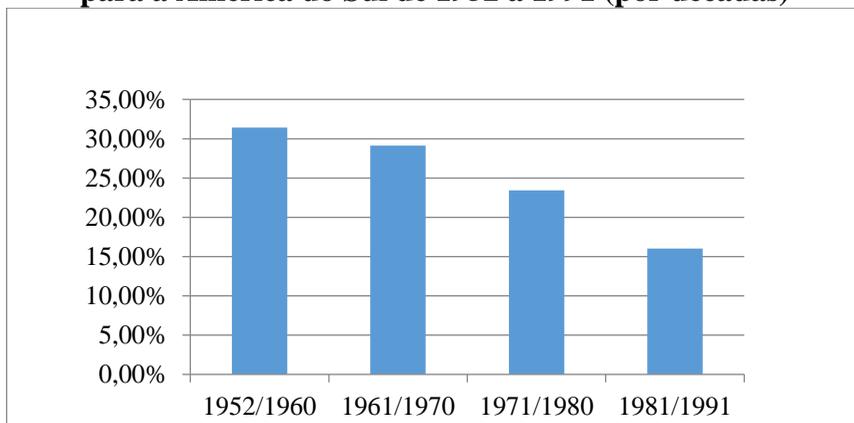
## **A REESTRUTURAÇÃO NA ESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO AO COMUNISMO NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 1960**

Com a ascensão de John F. Kennedy à presidência dos EUA, em 1961, a postura defendida por Washington para os países latino-americanos na Guerra Fria tenderia a mudar drasticamente. A

revolução cubana de 1959, que tornou Cuba uma “vitrine de propaganda” do comunismo na América, e a deflagração de conflitos ideológicos na Ásia, alteraram as preocupações e as diretrizes dos EUA sobre a segurança hemisférica que precisaram ser repensadas. Vellozo Júnior (2006) assevera que os EUA passaram a temer a expansão do comunismo a partir de núcleos de dentro do continente, em substituição a visão da ameaça extracontinental. Desta forma,

a noção de defesa continental que orientou os investimentos no aparelhamento da marinha e da aeronáutica, para o controle das vias de acesso de potências extracontinentais pela Costa Atlântica, cede espaço para uma visão centrada na contrainsurgência, fortalecendo as forças militares e paramilitares de cada país para enfrentar inimigos internos (AYERBE, 2002, p. 123).

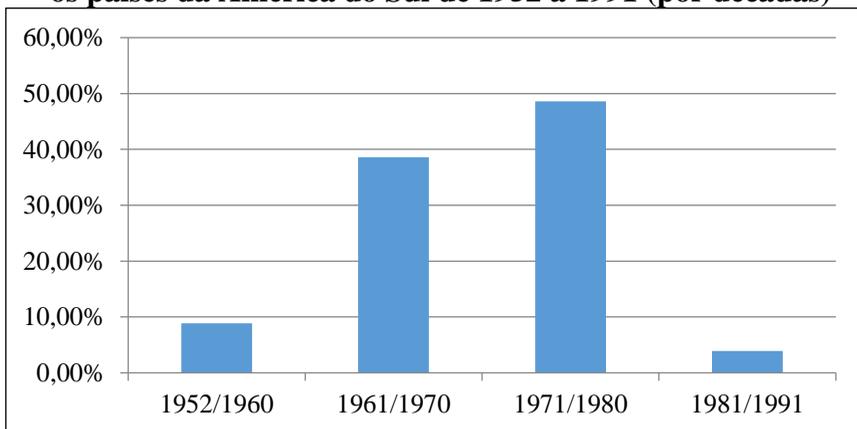
**Gráfico 3 - Porcentagem do total de aeronaves exportadas pelos Estados Unidos para a América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)**



Fonte: SIPRI. Organização: Brigola (2018).

Essa mudança de estratégia alterou também o fornecimento de equipamentos dos EUA para região por meio do PAM, considerando não ser mais viável o envio de um elevado número de equipamentos pesados, como aeronaves e grandes navios, mas, sim, aqueles mais precisos para serem utilizados em eventos de contrainsurgência, como veículos blindados, caminhões, entre outros (BAINES, 1972). Essa alteração estratégica, no entanto, não significou o não envio de materiais pesados, mas sua diminuição, como é possível verificar nos Gráficos 3, 4 e 5.

**Gráfico 4 - Porcentagem do total de equipamentos de artilharia exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)**

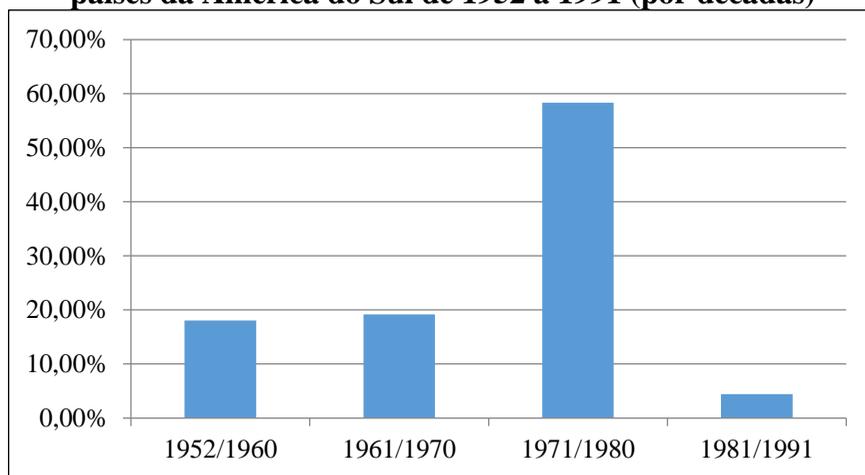


Fonte: SIPRI. Organização: Brigola (2018).

Como pode ser observado nos Gráficos 3, 4 e 5, é evidente a diminuição do fornecimento de equipamentos mais pesados, voltados para proteção de ataques externos, em função do envio de aparatos que pudessem dar um melhor apoio para o controle de subversões internas. O ápice do envio de aeronaves para a América

do Sul foi entre os anos de 1952 e 1960, a primeira década desde a criação do PAM, sendo marcado, nas décadas posteriores, por números decrescentes.

**Gráfico 5 - Porcentagem do total de veículos blindados exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)**



Fonte: SIPRI. Organização: Brigola (2018).

Em contrapartida, o envio de equipamentos de artilharia aumentou significativamente, em especial nos anos 1971/1980, igualmente em relação aos veículos blindados, sendo que a grande maioria do envio desses equipamentos são datados dos primeiros anos da década de 1970, pois a posição nacionalista adotada pelos regimes militares nos países sul-americanos, em especial na segunda metade da década citada, resultou na diminuição do envio de equipamentos para a região e praticamente suprimiu o PAM em 1976 (COMBLIN, 1978), fato demonstrado nos gráficos pela gigantesca queda dos números nos anos 1981/1991.

Autores como Comblin (1978) alegam que a postura norte-americana de não doar ou vender material para a guerra convencional a partir da década de 1960, limitando-se ao fornecimento para subversão interna, fez os países procurarem por esse material em mercados europeus. Todavia, visando garantir o mercado da região, os EUA aprovaram a Lei de Assistência ao Estrangeiro (*Foreign Assistance Act*), em 1968, que autorizava a venda de equipamentos para guerras convencionais, sob as condições de que a transação não trouxesse ameaças para a segurança nacional dos EUA (VENERONI, 1971). De fato, como já citado, a aquisição de equipamentos modernos pelos países do subcontinente não fazia parte do repertório de Washington, restringindo-se apenas a materiais sobressalentes da Segunda Guerra Mundial.

Para além da mudança na política externa de caráter militar, o governo Kennedy procurou também ampliar as relações entre EUA e a América Latina no viés econômico e social, buscando uma cooperação para o desenvolvimento em troca da garantia dos governos de evitarem o enraizamento de ideologias de cunho comunista dentro de suas fronteiras.

Tal projeto foi batizado de Aliança para o Progresso (*Alliance for Progress – Alpro*), lançado pelo então presidente norte-americano em agosto de 1961, na Conferência Pan-americana em Punta del Leste. Esse plano contava com três princípios básicos e interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais e estruturais e por fim, a democratização política (SCHLESINGER JR, 1975). De acordo com Pecequillo (2011), foram recuperadas algumas diretrizes da Política da Boa Vizinhança, promovendo a cooperação hemisférica e a boa relação entre os EUA e a região. Mas a Aliança para o Progresso influenciava não só o desenvolvimento econômico, enfocando também questões políticas e sociais em sua agenda.

Entre os principais objetivos, destacam-se a reforma agrária, o crescimento do produto bruto *per capita* a uma média anual de 2,5%, a eliminação do analfabetismo até o ano de 1970, a redução pela metade da mortalidade infantil, e o estímulo à industrialização e à integração econômica das nações (AYERBE, 2002, p. 118-119).

Nesse sentido, o debate sobre a Aliança para o Progresso tinha como base a ideia de que a fome e o subdesenvolvimento eram fatores impulsionadores da instabilidade social, tornando o comunismo um caminho atrativo. Por isso, havia o entendimento de que a cooperação para o desenvolvimento econômico e social tenderia a fortalecer cada país na contenção das subversões internas e, sendo assim, facilitaria a fidelidade dos países da região ao modelo estabelecido por Washington (TULCHIN, 2016).

Tendo suas metas estabelecidas, “os Estados Unidos se comprometiam a promover o desenvolvimento local, trabalhando em conjunto com os países da América Latina para atingir metas de progresso e reestruturação social, política e econômica” (PECEQUILO, 2011, p. 229). Na tabela 1, há dados da pesquisa realizada por Tulchin, com base no Serviço de Investigação do Senado dos Estados Unidos, sobre a ajuda que estes enviariam para a região, na qual “o Estado fornecia a maior parte do capital [...] e os líderes locais tinham de definir as metas de desenvolvimento de suas nações e negociar normas para o uso do auxílio ao desenvolvimento” (TULCHIN, 2016, p. 99).

É notável na tabela 1 que os valores do auxílio de Washington para a região tiveram um aumento significativo a partir do início da década de 1960, tendo seu ápice entre 1962 e 1968, seguidos de uma queda em 1969 e 1970, mas voltando a aumentar,

ainda que de maneira bem mais tímida comparada a 1962-1968, nos primeiros anos da década de 1970.

**Tabela 1 - Ajuda total dos Estados Unidos à América Latina entre 1952 e 1975 (em milhões de dólares constantes para 1989)**

Ano	Militar	Não Militar	Total
1952	231.503	129.963	361.466
1953	452.154	179.934	632.088
1954	106.224	211.442	317.666
1955	120.714	429.288	550.002
1956	149.495	983.082	1.132.577
1957	257.195	1.154.243	1.411.438
1958	193.249	694.507	887.756
1959	252.400	685.910	938.310
1960	282.437	623.781	906.218
1961	466.517	1.604.880	2.071.397
1962	603.844	3.221.310	3.825.154
1963	359.076	3.053.770	3.412.846
1964	401.158	3.596.356	3.997.514
1965	352.446	2.625.777	2.978.223
1966	463.233	2.832.830	3.296.063
1967	308.153	2.052.937	2.361.090
1968	256.481	1.888.519	2.145.000
1969	139.921	1.216.872	1.356.793
1970	73.737	1.622.415	1.696.152
1971	228.886	1.186.806	1.415.692
1972	261.713	1.193.705	1.455.418
1973	222.373	907.528	1.129.901
1974	340.098	960.444	1.300.542
1975	340.736	873.478	1.214.214

Fonte: Tulchin (1990) *apud* Ayerbe (2002). Base de dados: Serviço de Investigação do Senado dos Estados Unidos.

Porém, mesmo com os investimentos de recursos fornecidos pelos EUA, os países da América Latina não conseguiram trilhar seu desenvolvimento e a Aliança para o Progresso não alcançou o

resultado esperado. Os próprios governos latino-americanos foram incapazes de promover o crescimento de seus países, sendo que as próprias elites da América Latina foram as principais responsáveis pelo entrave às mudanças, conforme assevera Ayerbe (2002), baseado em Kryzanek:

Os Estados Unidos viram que, apesar do crescimento econômico, a população em aumento tornava difícil conseguir um desenvolvimento significativo. Além disso, os arquitetos da Aliança compreenderam que solicitar aos latino-americanos que cooperassem na realização de reformas econômicas e sociais nem sempre assegurava o cumprimento. Os funcionários americanos acharam grande resistência de parte das elites governantes e econômicas para avançar na área de reforma agrária, equalização de impostos e formação de programas de bem-estar social. Finalmente, havia uma desconfiança subjacente entre os latino-americanos para este novo grande projeto dos Estados Unidos. Os latino-americanos haviam ouvido essas promessas antes e não estavam demasiado ansiosos por aderir à Aliança para o Progresso (KRYZANEK, 1987, p. 108 *apud* AYERBE, 2002, p. 122).

Sendo assim, até a década de 1970, a Aliança para o Progresso desapareceu da agenda externa estadunidense devido ao resultado insatisfatório (PECEQUILO, 2011). Mesmo que, com a Aliança para o Progresso, os EUA tivessem assumido o comprometimento em contribuir com o desenvolvimento econômico, político e social dos países latino-americanos, a política de Washington objetivava garantir esses países em sua órbita durante o período bipolar.

Nos anos de 1960, as relações entre EUA e a América Latina ficaram marcadas por outro fator além da criação da Aliança para o Progresso: o apoio de Washington aos regimes militares na região. Com o crescimento de grupos revolucionários, os EUA passaram a temer uma possível revolução interna de cunho comunista nos países, iniciando uma onda de sabotagem e golpes de Estado a governos populistas ou que dirigissem suas políticas ao modelo de aspiração socialista, ou ainda que fossem contrários aos interesses estadunidenses.

Como consequência, a região vivenciou uma onda de regimes militares de tendência à direita, monitorados e impulsionados por Washington para controlar subversões internas e lutas de cunho revolucionário: “a opção por regimes ditatoriais deveu-se ao entendimento, por parte dos EUA, de que esses governos poderiam agir de maneira mais eficiente, inclusive, de que regimes democráticos, contra a ameaça comunista” (PAGLIARI, 2004, p. 40).

A ascensão de governos militares na América Latina remeteu a uma clara demonstração do ápice da bipolaridade, na qual os EUA temiam que a ideologia comunista adentrasse em sua área de influência e pudesse contrabalancear sua hegemonia regional. Na América do Sul, o Paraguai foi o primeiro a vivenciar um regime militar, em 1954, anterior à Revolução Cubana.

Mesmo o Paraguai não representando uma aspiração socialista, o governo dos EUA, sob a égide de Eisenhower, apoiou o golpe em nome do regime totalitário que viria a ser governado por Stroessner (GESTEIRA, 2014). Logo depois, nas décadas de 1960 e 1970, outros países sul-americanos, como Argentina (1963 e 1976), Brasil (1964), Bolívia (1964), Chile (1973), Equador (1972), Peru (1968) e Uruguai (1973), vieram a se juntar ao Paraguai, sendo governados por ditaduras militares impulsionadas pelos EUA e influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional.

Embora, aos olhos dos EUA, a estratégia de apoio aos regimes ditatoriais tenha se mostrado eficaz entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, as ideias do nacionalismo tomaram conta do pensamento de parte dos militares da América Latina e alguns governos da região passaram a focalizar em seus interesses específicos, não mais simplificando sua orientação apenas pela oposição Leste-Oeste. O desenvolvimento econômico tornou-se o fator impulsionador da política externa, e não a ideologia.

Esse novo pensamento nacionalista militar passou a ver visto com maus olhos pelo governo estadunidense, principalmente porque significaria o abandono da estratégia de segurança nacional imposta por Washington. Naquele momento, não bastava apenas apoiar os governos militares na região, era necessário investigar o cunho destes governos e dividi-los em “garantidos” e “nacionalistas” (COMBLIN, 1978)<sup>19</sup>.

Essa reviravolta do pensamento de parte das lideranças regionais gerou a recusa estadunidense para a doação ou vendas de armas mais sofisticadas para guerras convencionais a esses países, limitando as remessas apenas ao necessário para o combate à subversão interna (COMBLIN, 1978). Como já comentado, esse fato levou diversos governos latino-americanos a procurarem um comércio mais estreito com a Europa Ocidental.

No Brasil, com o presidente Geisel em 1974, o Estado brasileiro iniciou uma multilateralização de sua agenda em uma política que ficaria conhecida como o “pragmatismo responsável”, tendo como foco:

[...] autonomia e universalismo, o novo projeto de política internacional do Brasil, [que] pressupunha o

---

<sup>19</sup> Entende-se por governos “garantidos” aqueles que possuíam um alinhamento estreito com Washington, não perseguindo puramente seus objetivos nacionais.

fim do alinhamento automático com os EUA, o abandono dos condicionantes ideológicos impostos pela Guerra Fria e a identificação com o Terceiro Mundo (HIRST, 2009, p. 48).

Assim, mesmo que os regimes militares da Argentina e do Brasil tivessem um forte caráter anticomunista, os reveses nas relações políticas e econômicas com os EUA os fizeram aproximar-se da URSS com o intuito de ampliarem sua margem de autonomia no cenário internacional (MONIZ BANDEIRA, 2010a). Nesse período, dentre os fatos que se delineavam no cenário geopolítico, é importante destacar “o início da corrida nuclear entre os países do Terceiro Mundo, desencadeado pela detonação do primeiro artefato nuclear indiano, ocorrido em 18 de maio de 1974, no deserto de Rajastã” (MEDEIROS, 2005, p. 68).

No âmbito regional, Brasil e Argentina foram os países que ambicionavam o domínio da energia nuclear, sendo que, até então, eles eram não signatários do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), embora também tivessem assinado, em 1967, o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe, conhecido como Tratado de Tlatelolco, que só viria a vigorar em 1994<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Sobre esse caso, cabe destacar aqui o acordo nuclear realizado entre Brasil e Alemanha, em 1975, responsável pela criação da usina de Angra II, que, diferente do acordo com os EUA na criação de Angra I, previa a transferência de tecnologias, algo aspirado pelo governo brasileiro para um possível desenvolvimento de uma bomba nuclear. Porém, o acordo teve resultados aquém do esperado, sendo alvo de diversas críticas. Enrique Gugliamelli, um importante geopolítico argentino do período, defendia que o desenvolvimento de armas nucleares na Argentina deveria ocorrer apenas se o Brasil o fizesse primeiro e iniciasse uma corrida armamentista na América do Sul (KELLY, 1997).

## GUERRA DAS MALVINAS, REDEMOCRATIZAÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS: O OCASO DA GUERRA FRIA

Com a chegada dos anos 1980, a última década da Guerra Fria, as relações entre os EUA e a América Latina seriam afetadas por diferentes episódios. Ao findar o governo de Jimmy Carter (1977-1981), marcado por uma política externa menos agressiva, com menor ênfase intervencionista e pautada na defesa dos direitos humanos – o que incluiu até mesmo denunciar ditaduras militares nos países latino-americanos por sua violência –, o governo de Ronald Reagan (1981-1989), que o sucedeu, passou por um revigoração da disputa dos EUA contra a URSS, sendo esse período classificado como a segunda Guerra Fria.

Em âmbito global, a política externa do governo Reagan não assumiu um caráter apaziguador nas relações com a URSS, pelo contrário, “Reagan fora eleito com a promessa de lutar contra o comunismo e cumpriu sua palavra” (KISSINGER, 2007, p. 670). Sua política teve um caráter nitidamente militarista, pois, além de aumentar o orçamento em defesa, fortalecer a presença dos EUA em áreas geopoliticamente estratégicas, como Oriente Médio e Ásia Central, Reagan também lançaria o projeto de contenção de ataques nucleares, chamado a princípio de *Iniciativa de Defesa Estratégica* (IDE), posteriormente rebatizado de projeto *Guerra nas Estrelas*<sup>21</sup>.

No âmbito regional, as mesmas diretrizes globais foram mantidas. Na visão de Reagan, o governo Carter teve pouca

---

<sup>21</sup> O projeto *Guerra nas Estrelas* de Reagan consistia na formação de uma espécie de escudo espacial composto por satélites de reconhecimento que detectariam os mísseis inimigos quando lançados, para que satélites armados de raios laser e mísseis antibalísticos, baseados em terra, destruíssem a ameaça antes que ela alcançasse o território dos EUA (BERTONHA, 2006). Devido a inúmeras críticas e dificuldades tecnológicas, o projeto não teve avanço. Bill Clinton e George W. Bush tentaram reativar o projeto, porém, acabou sendo engavetado no governo de Barack Obama.

competência para manter a Doutrina Monroe na região, permitindo que a ideologia comunista se espalhasse pelos governos regionais. Em sua concepção, Washington havia “aberto mão de suas posições nas Américas durante a Guerra Fria e havia chegado a hora de recuperá-las” (PECEQUILO, 2011, p. 235). A América Central foi marcada por novas intervenções militares, pois, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, no mesmo período em que o debate entre os direitos humanos e a luta anticomunista estavam sendo delineados nos EUA, as instabilidades regionais na América Central estiveram em constante ascensão (SCHOULTZ, 2001).

Na América do Sul, em 1982, o argumento estadunidense da solidariedade hemisférica ruiu de vez quando Argentina e Inglaterra se defrontaram pela posse das ilhas Malvinas/Falklands, enfraquecendo a credibilidade que diversos países da região depositavam no bloco hemisférico.

A gênese da chamada Guerra das Malvinas provém de longa data. A Argentina, no pós-independência, tomou posse daquela ilha por se considerar herdeira direta da Espanha. Mas a ilha tinha um passado marcado pela disputa entre França, Espanha e Inglaterra e estes últimos a retomaram pela força naval em 1833, ordenando que a Argentina deixasse as Malvinas. Tendo passado quase 150 anos da posse britânica da ilha, a retomada das aspirações geopolíticas argentinas em relação ao arquipélago, durante um regime militar fortemente questionado no plano econômico e político, tomou força, sendo elaborada então, a estratégia de recuperação das ilhas (TEIXEIRA, 2011).

No governo do general Galtieri – momento de esfriamento das relações da Argentina com os EUA, aquele governante se posicionava favorável a uma relação mais estreita com Washington. A Argentina procurou realizar negociações diplomáticas com a Inglaterra, reivindicando o direito de soberania sobre a ilha. Com o fracasso das negociações, a Argentina, no dia 2 de abril de 1982,

realizou militarmente a retomada das Malvinas. Segundo Penha (2011), foram três juízos equivocados:

[...] o primeiro, da diplomacia britânica, foi no sentido de que a Argentina não buscaria tomar pela força o que se havia negado pela via da negociação; o segundo e o terceiro foram argentinos que os britânicos não reagiriam militarmente; e que os EUA respaldariam a atitude argentina levando-se em consideração a defesa da Doutrina Monroe e os princípios contidos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (PENHA, 2011, p. 139-140).

Evidente que a Inglaterra era aliada de maior peso estratégico dos EUA, comparada a Argentina, em razão dos interesses globais estadunidenses. Nesse sentido, os EUA, sob fortes pressões da opinião pública interna e para honrar seus compromissos com a OTAN, não apenas deixaram de proteger a Argentina como também se mantiveram ao lado da tradicional aliada europeia, dando todo o respaldo logístico para que as ilhas fossem recuperadas pelos ingleses (MONIZ BANDEIRA, 2010a).

Os países da América do Sul reagiram de forma diferenciada. O Chile se inclinava favoravelmente à Inglaterra, também em razão das disputas geopolíticas com a Argentina pelo Canal de Beagle. O Peru concedia apoio diplomático à Argentina, talvez pela oposição ao Estado chileno, o qual havia conquistado uma parte do território peruano no século XIX, ao fim da Guerra do Pacífico; assim como a Venezuela, que mantinha uma disputa com a Inglaterra pela posse da região de Essequibo, na Guiana Inglesa. Caso a Inglaterra cedesse as Malvinas à Argentina, abriria precedente para a devolução da região de Essequibo ao Estado venezuelano (TEIXEIRA, 2011). Por sua vez, o Brasil se manteve ao lado da Argentina, devido às boas

relações provindas da assinatura de ambos no Tratado Tripartite, em 1979.

Se a solidariedade sul-americana não se traduziu em ajuda militar, esse conflito arruinou de vez a credibilidade do TIAR, pois, naquela ocasião, o pacto americano demonstrou-se uma falácia, a partir do momento em que os EUA deixaram de proteger o país sul-americano. Com a ineficiência do TIAR frente à crise das Malvinas, os países da região passaram a questionar sua funcionalidade e, embora ainda exista o bloco, sua credibilidade pelos países sul-americanos foi perdida.

Nessa década, alguns países da América do Sul iniciaram seu processo de democratização para darem fim aos regimes autoritários, situação que, ao invés de encontrar a resistência dos EUA, que haviam sustentado o processo dos golpes militares na região, encontrou auxílio por parte desse país. É possível dizer que quase simultaneamente a esse processo, outro fator aparece na agenda estadunidense para os países da região, o combate às drogas.

A política antidrogas já era defendida pelos EUA desde anos anteriores, mas no governo Reagan teve um forte impulso, tornando-se militarizada. Durante sua gestão, foi desenvolvida uma força em escala continental e extracontinental envolvendo órgãos como o DEA (*Drug Enforcement Administration* – Administração de Fiscalização de Drogas), FBI e polícia de países Europeus, do México e da América do Sul para o combate à produção e tráfico de substâncias consideradas ilícitas (FRAGA, 2007).

Quando foram redigidas as *National Security Decision Directives* (NSDD) - 221, em 1986, ficou clara a preocupação de seus autores com o narcotráfico. Nelas, alegava-se que o tráfico de entorpecentes desestabilizava os governos democráticos aliados, corrompendo suas instituições políticas e judiciárias; contribuía para

o aumento da violência nos países produtores e consumidores; e colaborava com a aquisição de armamentos ilegais.

Além disso, com o dinheiro ilegal da venda de entorpecentes, aumentava o poder de grupos insurgentes, financiando grupos terroristas. Desse modo, os Estados soberanos ou aqueles que passavam por turbulentas tentativas de revoluções poderiam tolerar o tráfico de drogas para obter benefícios financeiros e políticos (THE WHITE HOUSE, 1986).

Entre algumas medidas práticas para a implementação da política de combate ao narcotráfico, destacam-se: assistência a outras agências governamentais dos EUA, tanto no planejamento como na execução de grandes operações contra narcóticos; coleta, análise e disseminação de serviços de inteligência; realização de exercícios em pequena escala, visando melhorar o planejamento, inteligência, mobilidade e comunicações; assessoria de treinamentos das forças militares de outros países em seu planejamento e execução das políticas antidrogas; fornecimento de suporte técnico e material com o intuito de garantir a melhoria na capacidade de governos estrangeiros atuarem no combate à produção e ao tráfico de entorpecentes (THE WHITE HOUSE, 1986).

No mesmo ano de 1986, foi realizada uma lista na qual constavam 30 países classificados como de maior prioridade no combate às drogas, sendo que tais países não deveriam medir esforços em suas políticas, seguindo os padrões impostos pela Casa Branca, caso contrário resultaria em sanções econômicas por parte dos EUA, situação que poderia acarretar problemas em suas economias (FRAGA, 2007).

A inclusão nesta lista, que normalmente abrange 30 países, automaticamente inicia um processo de sanções, a menos que o presidente decida “certificar” o país. Aqueles que se consideram inteiramente

cooperantes nos esforços para o controle das drogas são certificados. Aqueles considerados pouco cooperativos perdem o certificado, o que resulta em cortes na assistência do governo dos Estados Unidos (com exceção da ajuda humanitária e dos fundos para o controle das Drogas), oposição dos Estados Unidos à concessão de empréstimos multilaterais para o desenvolvimento para esses países e o estigma de ser marcado como nação traficante de drogas (FALCO, 1998, p. 146 *apud* AYERBE, 2002, p. 215).

No ano de 1989, o Congresso dos EUA delegou o papel para detecção e monitoramento das drogas provindas do exterior ao Departamento de Defesa, permitindo ao Pentágono utilizar seus recursos para realização das mais variadas atividades operacionais, como voos e patrulhas marítimas, construção de radares e ações de vigilância (JORGE, 2009). É importante sublinhar a possibilidade de ter havido *lobby* dos militares para continuarem recebendo alto orçamento no setor de defesa, o que não se justificaria sem um novo inimigo, o narcotráfico, a substituir a URSS que se encontrava em constante declínio.

Durante o governo Reagan, os recursos gastos para o combate ao tráfico de drogas foram aumentando ano a ano, desde 1982 a 1989, como está demonstrado na Tabela 2.

Como se pode notar na Tabela 2, desde 1982 até o término de seu mandato em 1989, o governo Reagan não apresentou decréscimo nos gastos registrados pelos anos fiscais, abrangendo o combate ao narcotráfico. Desses recursos, uma maior proporção foi aplicada com a finalidade de reduzir a oferta dos produtos ilícitos, ou seja, combater a entrada das substâncias ilícitas em território estadunidense, quer por meio da contenção na própria fonte, quer nos países produtores com a aplicação de leis para erradicação.

**Tabela 2 - Valores destinados ao combate às drogas nos Anos Fiscais do Governo Reagan (1982-1989)**

Ano Fiscal	Total do valor (em milhões de dólares)*	Valor destinado à redução de oferta	% do total destinada à redução de oferta	Valor destinado à redução de demanda	% do total destinada à redução de demanda
1982	2,903.4	1,768	61%	1,135.4	39%
1983	3,268.4	2,044.9	63%	1,223.5	37%
1984	3,707.3	2,464.8	66.5%	1,242.5	33.5%
1985	4,167.1	2,856.6	68.5%	1,310.5	31.5%
1986	4,284.8	2,976.5	69.5%	1,308.3	30.5%
1987	6,876.3	4,825.9	70%	2,050.4	30%
1988	6,486.7	4,413.5	69%	2,073.7	31%
1989	8,759.5	5,993.5	69%	2,766	31%
<b>Total</b>	<b>40,453.5</b>	<b>27,163.5</b>	<b>67%</b>	<b>13,290.0</b>	<b>33%</b>

\*O valor está ajustado em relação ao valor do dólar em 1998.

Fonte: GUZZI (2008). Base de dados: Transactional Records Access Clearinghouse (TRAC).

Em 1982, o valor total destinado à redução da oferta e da demanda era de US\$ 2.903,4 milhões, tendo 61% do total investido na redução da oferta, e 39% na redução da demanda; em 1989, o valor total destinado à redução da oferta e demanda receberia um acréscimo relativamente alto, totalizando US\$ 8.759,5 milhões, quase o triplo do valor gasto em 1982. Deste total, 69% foram destinados a redução da oferta, e 31% a redução da demanda.

A redução da demanda contaria com programas como prevenção, educação, tratamento, reabilitação e repressão com vistas a conter o consumo interno dos ilícitos (CIMADAMORE, 1997 *apud* GUZZI, 2008). E, embora apareça com o dispêndio inferior de recursos em relação à redução da oferta, também não houve redução dos recursos destinados para esta finalidade. De fato, seu crescimento foi tímido, tendo sido investidos US\$ 1.135,4 milhões em 1982, representando 39% do total investido naquele ano. O ano de 1989 foi finalizado com US\$ 2.766 milhões, um pouco a mais que o dobro dos dispêndios iniciais e representando 31% do total investido naquele ano, ou seja, uma queda de 8% em relação ao ano de 1982.

Colômbia, Peru e Bolívia eram os principais produtores de cocaína da América do Sul, sendo que a Colômbia possuía, na década de 1970, uma posição de destaque no refino da substância, responsabilizando-se por aproximadamente 75% do tráfico dos países andinos com o destino ao mercado estadunidense (BAGLEY, 1988).

Com o fortalecimento de grupos guerrilheiros de orientação marxista, como as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*), além de grupos que dominavam cartéis de drogas utilizando seus recursos para garantir influência entre os parlamentares colombianos, surgiu, na década de 1980, o conceito de “narcoterrorismo”, sendo proferido pela primeira vez “pelo embaixador norte-americano na Colômbia, que buscava qualificar o ‘terrorismo’ praticado pelos grupos do ‘narcotráfico’ colombiano” (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 182).

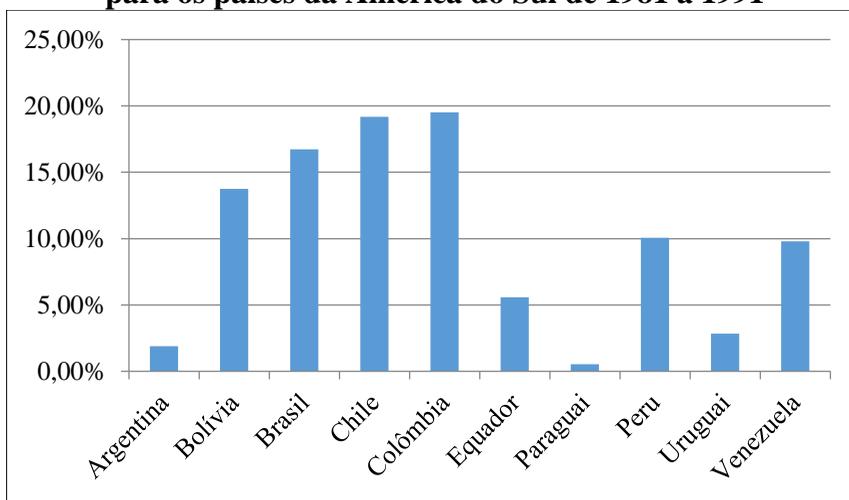
É importante destacar que, naquele período, a ajuda militar fornecida pelos EUA por meio do PAM já havia sido cancelada. Porém, continuava a aquisição pelos países da América do Sul, de equipamentos militares importados de Washington, mesmo que de maneira mais modesta que nos anos 1960 e 1970. Dentre os países sul-americanos, a Colômbia foi o país que mais importou aeronaves dos EUA neste período, com aproximadamente 19,52% do total, ficando pouco à frente do Chile, com aproximadamente 19,18%, como demonstrado no Gráfico 6.

Entre as aeronaves, destacam-se o avião *Dragon Fly*, um avião para missões de contra insurgência e apoio próximo, e também o helicóptero UH-1N; ambos utilizados na Guerra do Vietnã no combate às guerrilhas e que passaram a ter a mesma função na Colômbia nas missões antinarcóticos.

Não foram encontrados documentos que comprovassem que tais equipamentos tivessem sido adquiridos por meio da ajuda dos

EUA, semelhante ao que acontecia no PAM ou por compra a preços de mercado. Mas, de fato, essas aquisições indicam o comprometimento do governo colombiano com a agenda de segurança de Washington, considerando que a Colômbia era o principal produtor e exportador de cocaína entre os países da América do Sul.

**Gráfico 6 - Porcentagem do total de aeronaves exportadas pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1981 a 1991**



Fonte: SIPRI. Organização: Brigola (2018).

As diretrizes políticas entre Washington e a América Latina permaneceram basicamente as mesmas nos dois anos finais da Guerra Fria, embora tenha ocorrido a entrada de George Herbert Walker Bush, em 1989, na presidência dos EUA. Esse presidente deu continuidade às diretrizes da agenda que herdara de Ronald

Reagan e, em nome das lutas contra as drogas, realizou uma intervenção no Panamá no mesmo ano de sua posse.

Além disso, encabeçou o *Plano Brady*, uma nova proposta para ajudar na recuperação econômica e reestruturação das dívidas externas dos países da região (PECEQUILO, 2011), lançando, em 1990, a *Iniciativa para as Américas*. Tanto a agenda antidrogas, como as iniciativas de políticas econômicas para a região foram diretrizes que, mesmo com as mudanças no sistema internacional inauguradas com o fim da Guerra Fria, tiveram continuidade no período da Nova Ordem Mundial, como será analisado no capítulo a seguir.



## **CAPÍTULO 3**

---

*Relações hemisféricas no mundo multipolar: entre a aproximação com os EUA e a autonomia sul-americana*



## **RELAÇÕES HEMISFÉRICAS NO MUNDO MULTIPOLAR: ENTRE A APROXIMAÇÃO COM OS EUA E A AUTONOMIA SUL-AMERICANA**

No intervalo de apenas dois anos, uma sucessão incrível de eventos, como a queda do muro de Berlim (novembro de 1989), a reunificação da Alemanha (outubro de 1990), a dissolução do Pacto de Varsóvia (abril de 1991) e o fim da potência socialista soviética (dezembro de 1991), marcou o triunfo norte-americano e o final da ordem bipolar, inaugurando o que George H. W. Bush denominou de Nova Ordem Mundial.

A geopolítica global sofreu uma enorme transição, pois um dos sistemas socioeconômicos que disputara a hegemonia global sucumbiu, tornando o capitalismo neoliberal sob a égide dos EUA, o sistema dominante no cenário mundial. Aqueles países que, no passado aderiram aos ideais da economia planificada tiveram que “migrar” para a economia de mercado.

Embora muitos analistas da política internacional defendessem que as questões econômicas predominariam no pós-Guerra Fria, a bem da verdade é que a economia se mostrou atrelada à geopolítica, sendo um dos fatores que moveu as relações internacionais desse período, ainda que não unicamente, pois não foram apenas as agendas externas de caráter econômico que tiveram que ser repensadas.

A mudança ocorrida no cenário mundial, a partir do desmantelamento da ordem bipolar, contribuiu para a desatualização dos parâmetros doutrinários das políticas de defesa e concepções de segurança, inclusive sobre as percepções de ameaças e constituição das missões e estruturas operativas e funcionais das forças armadas (MONTENEGRO, 2003).



Para além das ameaças ditas tradicionais, ou seja, de carácter militar, ganhavam relevância ameaças não tradicionais que englobavam questões políticas, económicas, sociais, de saúde e ambientais (PAGLIARI, 2004), tais como o caso do terrorismo, do crime organizado, do tráfico de drogas, atos de corrupção e lavagem de dinheiro, tráfico de armas, desastres naturais, entre outros<sup>22</sup>. Desta forma,

Na medida em que não existe nenhum Estado (ou mesmo um conjunto de Estados) com capacidade militar de se contrapor aos Estados Unidos, e colocar em risco o seu sistema doméstico, económico, social e político como ocorria no caso da União Soviética, com o seu poderio militar convencional, nuclear e missilístico e sua ideologia -, os novos inimigos são apresentados agora sob forma de novas ameaças (GUIMARÃES, 2005, p. 303).

É preciso destacar que, com o desaparecimento do inimigo soviético tornava-se difícil justificar os gastos no complexo industrial-militar, que eram absurdamente altos<sup>23</sup>. Assim, era necessário focalizar novas ameaças arraigada em uma nova

---

<sup>22</sup> O renomado autor sobre estudos em segurança, Barry Buzan, reconheceu que as ameaças surgidas no pós-Guerra Fria não derivavam apenas do carácter militar. Seu livro, *People, States and fear: the national security problem in International Relations*, publicado em 1983, foi reeditado em 1991 com o título, *People, States and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War Era*. Nele, o autor tornou mais abrangente a classificação de ameaças na Nova Ordem Mundial.

<sup>23</sup> O complexo industrial-militar dos Estados Unidos foi o único setor que atravessou incólume todas as crises económicas do período da Guerra Fria, não sofrendo as agruras do mercado, em razão de seus gastos terem sido custeados pelo Estado (DANTAS, 2007). Ao contrário, em períodos de crise económica, o complexo industrial-militar teve mesmo seus recursos ampliados. Se o Pentágono fosse um país, estaria entre as quinze primeiras economias do mundo (BLINDER, 2003 *apud* DANTAS, 2007).

concepção de segurança. Não que a noção de inimigo tradicional tivesse desaparecido, mas ela foi ampliada de modo a incorporar também os inimigos difusos ou “ameaças”.

Nessa visão estadunidense, qualquer grupo ou atividade que pudesse interferir no desenvolvimento do sistema capitalista, na democracia ou abalar seu controle do sistema político internacional representaria uma ameaça. Com isso, puderam ser considerados também como ameaças ao território e sociedade estadunidense quaisquer eventos que pudessem afetar os interesses políticos, econômicos e estratégicos de seu governo, mesmo que distantes milhares de quilômetros de seu próprio território nacional (GUIMARÃES, 2005).

De fato, as mudanças estruturais ocorridas no sistema internacional com o fim da Guerra Fria repercutiram nas relações hemisféricas, em especial na América do Sul. Pecequillo (2012) classificou as relações entre Washington e os países sul-americanos em três períodos distintos, sendo o primeiro (1990-1998) caracterizado por uma intensa ofensiva regional pelos Estados Unidos, devido à fragilidade econômica dos países europeus e à possibilidade da propagação das políticas neoliberais aos países sul-americanos; o segundo (1999-2004) ficou marcado por crises e um maior distanciamento nas relações entre o país hegemônico e a periferia sul-americana.

Esse distanciamento pode ser interpretado a partir dos ataques às Torres Gêmeas em Nova York, em 2001, que reorientou a política externa estadunidense para a campanha no Oriente Médio; e, por fim, o terceiro período (2005-2012) foi aquele no qual ocorreu uma mudança de foco, quando os Estados Unidos passaram a buscar uma reaproximação com os países da região, dando uma atenção especial ao Brasil, ainda que a América do Sul não estivesse em um patamar privilegiado em relação aos interesses globais dos EUA.

Embora seja adequada a periodização realizada pela autora, a análise proposta neste livro ocorreu a partir das diferentes gestões de governos que dirigiram a Casa Branca, buscando resgatar os acontecimentos históricos e compreender as relações deles com os países da América do Sul. Inicialmente, foi abordado os anos finais de George Herbert Walker Bush (1991-1993), em seguida a gestão de Bill Clinton (1993-2001) e posteriormente o governo de George Walker Bush (2001-2009). Para esta análise, além do uso de fontes bibliográficas, foi dada maior ênfase aos planos de governos e dados oficiais fornecidos pelas autoridades dos países envolvidos na pesquisa.

## **OS PRIMEIROS ANOS PÓS-GUERRA FRIA E O FINAL DO MANDATO DE GEORGE HERBERT WALKER BUSH NA CASA BRANCA (1991-1993): A “NOVA ORDEM MUNDIAL” RESULTOU EM NOVAS RELAÇÕES HEMISFÉRICAS?**

Embora a Guerra Fria tivesse acabado oficialmente em dezembro de 1991, desde a queda do Muro de Berlim o mundo socialista já estava com seus dias contados. Essa conclusão se tornou evidente aos olhares dos estrategistas de Washington quando escreveram o documento *Nacional Security Strategy* em março de 1991, o qual já demonstrava, em seu corpo, os objetivos estadunidenses na chamada Nova Ordem Mundial.

Nas primeiras páginas do documento, foi destacada a posição de liderança dos EUA no sistema internacional que acabara de ser instaurado, tendo a possibilidade de moldá-lo de acordo com seus valores e ideais (THE WHITE HOUSE, 1991). Questões como democracia, livre mercado, meio ambiente, tráfico de drogas e armas de destruição em massa foram alguns dos pontos salientados na nova

agenda global estadunidense, com rebatimentos evidentes na América do Sul.

O Quadro 1, a seguir, ilustra os principais tópicos da agenda econômica e política estabelecidos pelo governo estadunidense em nível global, que constam na *Nacional Security Strategy* (1991), não sendo incluídos os tópicos sobre a agenda de defesa. Foi destacado, neste quadro, os pontos relativos às prioridades hemisféricas. Embora alguns temas globais não tenham sido abordados nos assuntos hemisféricos, como, por exemplo, questões ambientais e não proliferação de armas de destruição em massa, não significa que esses assuntos não tivessem relevância para a região.

Um exemplo disso está no caso do Brasil, o qual foi o responsável por sediar o evento mais importante sobre meio ambiente, naquela década, a chamada *Eco-92*. As discussões ambientais tiveram início a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, mas foi após a *Eco-92* ocorrida no Rio de Janeiro que a temática adquiriu maior relevância.

Embora, no documento em questão, o tema sobre a não proliferação de armas de destruição em massa também não aparecesse nos assuntos hemisféricos, cabe destacar que nos tópicos sobre a agenda política era apontada a importância dos países da América Latina assinarem acordos que certificassem o compromisso destes com os EUA quanto a essa questão. Sendo assim, “Argentina e Brasil concordaram em aceitar salvaguardas da AIEA em todas as suas instalações nucleares e tomar medida para a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, que origina uma América Latina livre de armas nucleares” (THE WHITE HOUSE, 1991, p. 16).

Ao observar se o Quadro 1, é notável a predominância de assuntos de caráter econômico como as principais preocupações dos EUA na região. Como demonstra Herz (2002), as prioridades hemisféricas mais imediatas para Washington se concentrariam

basicamente em duas agendas: o progresso das reformas econômicas de cunho neoliberal e o combate ao comércio ilícito de drogas.

**Quadro 1 - Tópicos da agenda global política e econômica dos Estados Unidos e as prioridades hemisféricas de acordo com a *Nacional Security Strategy*, de 1991**

<b>Agenda Política</b>	<b>Agenda Econômica</b>	<b>Questões Hemisféricas</b>
Alianças e Cooperação com outros países e as Nações Unidas	Desafios Econômicos nos anos de 1990	Consolidação e Fortalecimento da Democracia
Defesa da Democracia	Manutenção do Crescimento Econômico	Cooperação Militar
Controle de Armas	Desequilíbrios Globais	
Não proliferação de armas de destruição em massa	Dívida dos Países em Desenvolvimento	Expansão do Comércio
Programas de Inteligência	Expansão do Comércio e Abertura de Mercados	Reformas Econômicas com Base no Neoliberalismo
Assistência em Segurança e Economia	Transferência de Tecnologias Cíveis e Militares	Formação de Blocos de Livre-Comércio
Tráfico de Drogas e Substâncias Ilícitas	Suprimento de Recursos Energéticos	Investimento Econômico e Negociação da Dívida Externa
	Questões Ambientais	
Refugiados e Imigrantes	Tecnologias, Pesquisas e Viagens Espaciais	Combate ao Narcotráfico

Fonte: *Nacional Security Strategy* (WHITE HOUSE, 1991). Organização: Brigola (2018).

Com a chamada “década perdida” dos anos de 1980, os países não apenas da América do Sul, mas de toda América Latina

se encontravam numa situação na qual uma aproximação com os EUA era vista como o melhor caminho a ser percorrido, sendo esse pensamento sustentado pela ideia “de que uma aliança preferencial com os norte-americanos colocava-se como a única maneira viável do hemisfério de retomar o seu desenvolvimento e reinserir-se no cenário internacional pós-bipolaridade” (PECEQUILO, 2012, p. 38).

Essa reaproximação com os EUA era devida, em grande parte, ao otimismo pelo neoliberalismo, ideologia que tornou o continente americano um laboratório para as políticas aplicadas pelo governo estadunidense, por meio do Consenso de Washington. Contudo, embora a região “tenha demonstrado a maior coerência dentre todas as regiões do mundo na adoção do consenso neoliberal, não houve uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas requeridas pela nova forma de inserção internacional” (CERVO, 2000, p. 5)<sup>24</sup>.

A primeira tentativa de penetração das ideias neoliberais deu-se com a chamada *Enterprise for the Americas Initiative* (Iniciativa para as Américas – IA), sendo difundida por George H. W. Bush, ainda em 1990, um ano antes da derrocada da URSS. Tal política objetivava expor uma visão de prosperidade hemisférica sustentada por três pilares: o livre mercado, com a criação de uma Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC); o aumento dos investimentos externos na região; e a renegociação para a redução da dívida de países com débitos a serem pagos (THE WHITE HOUSE, 1991). Em seu discurso, George H. W. Bush deixou claros seus objetivos, afirmando que:

---

<sup>24</sup> O autor, em seu artigo “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina”, explana sobre as diferenças entre a intensidade da ideologia neoliberal nos países da América Latina. Segundo o autor, embora o Brasil também tenha sido incorporado por esse pensamento, a veemência não foi a mesma que ocorreu na Argentina e no Chile.

Para expandir o comércio, proponho que iniciemos o processo de criação de uma zona de livre comércio que abranja todo o hemisfério; para aumentar o investimento, proponho que nós tomemos medidas para criar um fluxo líquido de capital para a região; e para continuar reduzindo o peso da dívida, proponho uma nova abordagem em relação à dívida regional, com benefícios importantes para o nosso meio ambiente (BUSH, 1990, p. 51).

De acordo com Yopo Herrera e Soler (1993), naquele período a IA foi o projeto mais abrangente para as relações hemisféricas desde a iniciativa da Aliança para o Progresso. Porém, dos três pilares da IA anunciados por George H. W. Bush, apenas a redução da dívida externa teve algum resultado positivo, enquanto os outros foram insatisfatórios (PECEQUILO, 2012).

Essas políticas iniciadas na década de 1990 seriam, de acordo com Pecequilo (2012), a prescrição de uma nova era de relações hemisféricas, caracterizadas pela substituição do discurso da antiga Doutrina Monroe em detrimento de um discurso de cooperação regional. A região, então, “se apresentava como uma válvula de escape importante para a economia dos Estados Unidos, por meio de novos projetos de inserção comercial e política na região” (PECEQUILO, 2012, p. 37).

Esses projetos visavam garantir a manutenção e preservação de sua zona de influência estratégica, sobretudo diante da reafirmação de demais competidores como os mercados europeus e asiáticos (PECEQUILO, 2012).

A IA foi basicamente o projeto embrião da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – proposta que seria lançada no governo Clinton – e era um projeto ambicioso que buscava utilizar as relações comerciais como um instrumento de poder, sendo alguns

credos neoliberais denunciados pelo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e chamado por ele de *globalização assimétrica* (CERVO, 2000). Complementando o pensamento, Moniz Bandeira expõe que:

Seu propósito central consistia em criar um conjunto de regras, a fim de incorporar os países da América do Sul, sobretudo o Brasil, ao espaço econômico (e ao sistema político) dos Estados Unidos, de forma assimétrica e subordinada [...] a vertente econômica da estratégia global dos Estados Unidos para manter a hegemonia no hemisfério, conjugou-se com a aplicação das medidas neoliberais, estabelecidas pelo Consenso de Washington [...] no sentido de reduzir o papel do Estado, torná-lo miniatura de Estado, o Estado mínimo, o que significava, em meio à globalização da economia, o constrangimento da própria soberania nacional dos países da América do Sul (também de outros continentes), com a entrega de todo poder econômico às corporações transnacionais, a maioria das quais americanas, que se assenhoravam das empresas estatais, postas à venda pelos governos, sob o signo da privatização, que implicava, na maioria dos casos, sua estrangeirização (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 53).

Para além da IA, George H. W. Bush criou uma política econômica para beneficiar os países da América Andina, que estaria atrelada ao tema de sua agenda relacionada à produção e tráfico de drogas. Lançada em 1991 e batizada pelo nome de *Andean Trade Preference Act* (ATPA), tal política consistia no fornecimento de benefícios tarifários da parte dos EUA aos produtos do comércio exterior da Colômbia, da Bolívia, do Equador e do Peru, intentando expandir alternativas econômicas desses países em virtude da luta contra a produção e o tráfico de drogas em seus territórios, tendo a

validade de dez anos (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2001).

De acordo com o *Third Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act*, publicado pelo *Office of United States Trade Representative (USTR)*, em 2001, entre os anos de 1991 a 1999, as exportações dos EUA aos países andinos beneficiados pelo ATPA aumentaram 65% e as importações, 98%, tendo uma queda após o ano de 1999, como demonstra a Tabela 3.

**Tabela 3 - Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA (1991-agosto/2000)**

Ano	Exportações estadunidenses aos países do ATPA*	Participação do ATPA nas exportações mundiais dos EUA	Importações estadunidenses dos países do ATPA**	Participação do ATPA nas importações mundiais dos EUA	Balança Comercial dos EUA
	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$
1991	3,798.2	0.9	4,969.5	1.0	-1,171.3
1992	5,319.7	1.3	5,058.7	1.0	261.0
1993	5,359.1	1.2	5,282.3	0.9	76.7
1994	6,445.0	1.3	5,879.5	0.9	565.5
1995	7,820.2	1.4	6,968.7	0.9	851.4
1996	7,718.7	1.3	7,867.6	1.0	-148.9
1997	8,681.8	1.3	8,673.6	1.0	8.2
1998	8,670.1	1.4	8,361.0	0.9	309.1
1999	6,263.2	1.0	9,830.2	1.0	-3,567.0
1999 (Jan-Ago)	4,076.6	1.0	6,173.2	0.9	-2,096.6
2000 (Jan-Ago)	4,156.9	0.9	7,376.8	0.9	-3,219.9

\*Exportações domésticas

\*\*Importações para consumo, valor aduaneiro

Fonte: Third Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act, USTR, 2001. Organização: Brigola (2018).

Ao analisar os dados fornecidos pela Tabela 3, percebe-se que as exportações dos EUA aos países do ATPA aumentaram gradualmente até o início de 1999, enquanto que as importações realizadas pelos EUA tiveram um aumento ainda maior, embora

também tenha havido um decréscimo no ano de 1999, devido à alta nos preços dos produtos derivados do petróleo (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2001).

Entre os principais produtos importados pelos EUA estavam matérias-primas, produtos têxteis, combustíveis minerais, metais preciosos, café, frutas, peixes, entre outros, sendo que, dos países andinos, a Colômbia foi quem obteve o maior destaque nas relações comerciais com os EUA, desde o início do programa (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2001).

Os EUA esperavam que a política de preferência tarifária a esses países resultasse em maior compromisso deles na adesão e esforços ao combate ao narcotráfico, assim como a pretensão de aumento das exportações desses países significaria mais capitais para investir na contenção da produção e comércio de ilícitos. Por outro lado, a falta de compromisso por parte dos países andinos significaria a exclusão das políticas de preferências providas de Washington.

A política de contenção à produção de ilícitos, além da complementação econômica, ainda se manteve militarizada. De acordo com o *Annual Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*, publicado em 1993, desde 1989, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos forneceu mais de 200 milhões de dólares em treinamento, equipamentos e planejamento de apoio aos países andinos, tendo como braços de execução o *USSOUTHCOM* (Comando Sul), a *Special Operation Forces* (SOF) e o *Special Operations Command* (USSOCOM). No entanto, a presença militar dos EUA na América Latina é relativamente pequena em relação a outras regiões que possuem maior peso estratégico para Washington, como demonstra a Tabela 4.

Ao se analisar a Tabela 4, é possível concluir que a presença de militares dos EUA até 1987 teve maior concentração na

Alemanha, devido às instabilidades internacionais providas da bipolaridade, tendo esse valor diminuído a partir daquele ano até o final da Guerra Fria.

**Tabela 4 - Militares dos EUA em áreas estrangeiras, 1984-1992 (fim dos anos fiscais – em milhares)**

	FY 84	FY 85	FY 86	FY 87	FY 88	FY 89	FY 90	FY 91	FY 92b
<b>Alemanha</b>	254	247	250	251	249	249	228	203	168
<b>Europa</b>	73	75	75	73	74	71	64	62	58
<b>Europa (embarcada)</b>	25	36	33	31	33	21	18	20	17
<b>Coreia do Sul</b>	41	42	43	45	46	44	41	40	39
<b>Japão</b>	46	47	48	50	50	50	47	45	47
<b>Pacífico</b>	16	16	17	18	17	16	15	9	8
<b>Pacífico (embarcado - incluindo o sudeste da Ásia)</b>	18	20	20	17	28	25	16	11	16
<b>América Latina e Caribe</b>	13	12	13	13	15	21	20	19	20
<b>Diversos</b>	25	20	26	27	29	13	160a	39	20

a - Incluem 118.000 em terra e 39.000 embarcados em apoio à operação DESERT STORM.

b - A partir de 31 de março de 1992.

Fonte: *Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*. Department of Defense, 1993. Organização: Brigola (2018).

Na América Latina e Caribe, o número dentre o efetivo de militares foi menor em relação às outras localidades, algo que pode ser compreendido pela hegemonia estadunidense na região ter fraca contestação. O efetivo norte-americano teve um pequeno aumento a partir de 1986, certamente pela maior militarização com a política antidrogas, iniciada por Ronald Reagan.

No documento acima, não é especificado se esse contingente militar se encontrava em maior parte na América Central e Caribe ou na América do Sul, do mesmo modo também não se especifica a utilidade e ocupação desse contingente. Mas, como demonstrou Luzzani (2012), até 1999 a América do Sul era um território livre de

bases permanentes dos EUA, havendo apenas cooperação militar, exercícios conjuntos e missões humanitárias, diferente da realidade dos países centro-americanos e caribenhos.

Em janeiro de 1993, último ano no poder da Casa Branca, George H. W. Bush chegou a publicar uma nova *Nacional Security Strategy*. Os temas abordados seguiam basicamente a mesma agenda da NSS anterior, de 1991, como a reafirmação da liderança dos EUA na Nova Ordem Mundial; a defesa e o fortalecimento da democracia; a expansão do livre comércio; a contenção do tráfico de ilícitos e de produção de armas de destruição em massa, entre outros.

Em relação à América Latina, no novo documento, foi colocada a importância da OEA na defesa e promoção da democracia, sendo a ascensão de governos democráticos no hemisfério um objetivo quase concluído, tendo Cuba como uma exceção (THE WHITE HOUSE, 1993).

A nova *Nacional Security Strategy* repetiu o discurso de que o desenvolvimento econômico neoliberal é interdependente das questões de democracia e de instabilidades regionais, sendo que, “sem crescimento econômico, pouco progresso seria possível” (THE WHITE HOUSE, 1993, p. 8). Para o crescimento ocorrer, além da IA, foi citada novamente a proposta de constituição de bloco de livre comércio na região, como o NAFTA – mencionado nas duas NSSs do governo George H. W. Bush, e que passou a se concretizar apenas no governo de Bill Clinton.

## **A ADMINISTRAÇÃO BILL CLINTON (1993-2001) E A ESTRATÉGIA DO *ENGAGEMENT AND ENLARGEMENT*: NOVIDADES E CONTINUIDADES**

Após tomar posse da Casa Branca, em 1993, William Jefferson “Bill” Clinton, com uma posição ideológica diferente de



seu antecessor, ancorada pelo prisma do Partido Democrata, discursaria um modelo de política externa com o slogan *engagement and enlargement* (engajamento e alargamento). Embora de partidos diferentes, George H. W. Bush e Bill Clinton apresentaram algumas semelhanças quanto aos objetivos e estratégias de segurança nacional, buscando proteger interesses internos e no exterior.

Assim como George H. W. Bush, Clinton, em sua primeira NSS – que, embora tenha sido publicada em julho de 1994, remete ao seu governo desde o início de 1993 –, ressaltou a importância da liderança de Washington no cenário internacional pós-Guerra Fria para difusão da democracia e do livre mercado, significando também a continuidade dos exorbitantes gastos em defesa sob a justificativa de preocupação com o surgimento de um potencial inimigo militar<sup>25</sup>, pois, “o futuro da Rússia é incerto e a China mantém um regime repressivo, mesmo quando esse país assume um maior papel econômico e político nos assuntos globais” (THE WHITE HOUSE, 1994, p. 1).

Entre as ameaças registradas em sua NSS, foram incitadas, com grande ênfase, aquelas de natureza além da estritamente militar, como atores transnacionais, a exemplo do terrorismo, narcotráfico, degradação ambiental, rápido crescimento populacional e fluxos de refugiados (THE WHITE HOUSE, 1994).

No *Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*, do ano de 1993, foi destacado que há quatro regiões no pós-Guerra Fria que mereciam uma grande atenção dos EUA, pelo peso estrategicamente crucial para os interesses norte-

---

<sup>25</sup> Tendo como base os dados do *Center for Defense Information* (2002, p. 35), Shimabukuro (2009, p. 40) afirma que, ao “longo da década de 1990, a média dos gastos de defesa, apesar das reduções orçamentárias durante os dois mandatos de Bill Clinton, em torno de US\$ 337 bilhões ficou praticamente inalterado em relação aos níveis da Guerra Fria, de US\$ 344 bilhões [...] Isso indicava o comprometimento do presidente Clinton em manter a posição militar dominante dos Estados Unidos diante das demais potências”.

americanos: Europa, Ásia Oriental, Golfo Pérsico/Oriente Médio e América Latina, respectivamente.

Quatro regiões representam o núcleo de interesses críticos globais dos EUA. A história tem mostrado que a Europa, com mais de um terço do produto nacional bruto (PIB) mundial e com um passado torturado por conflitos regionais e globais, não pode ser ignorada. Ásia Oriental, a região economicamente mais dinâmica no mundo, representa mais do nosso comércio bilateral do que Europa ou América Latina. O Oriente Médio, o Golfo Pérsico, que contém mais da metade das reservas comprovadas de óleo do mundo, testemunhou 10 grandes guerras e conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial, muitos dos quais envolveram amigos dos EUA e exigiram uma resposta americana. Devido à sua proximidade e às ligações econômicas com os Estados Unidos, a América Latina tem uma capacidade única de afetar diretamente segurança e bem-estar dos EUA (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 1993, p. 7).

Entre os governos norte-americanos no pós-Guerra Fria até o fim do mandato do governo de Barack Obama, a gestão de Bill Clinton foi aquela que redigiu o maior número de NSSs, tendo realizado praticamente uma por ano de governo, deixando de fazê-lo apenas nos seus três últimos anos, como é possível verificar no Quadro 2.

**Quadro 2 - *Nacional Security*  
Strategy publicada por governo (1991-2016)**

<b>Ano de Publicação</b>	<b>Governo em Vigor</b>
1991	George W. H. Bush
1993	George W. H. Bush
1994	Bill Clinton
1995	Bill Clinton
1996	Bill Clinton
1997	Bill Clinton
1998	Bill Clinton
2002	George W. Bush
2006	George W. Bush
2010	Barack Obama
2015	Barack Obama

Fonte: <<http://nssarchive.us>>. Organização: Brigola (2018).

No que se refere à América Latina, em todas suas NSSs, os temas abordados são praticamente os mesmos, variando pouco de um para a outro. Entre algumas questões que foram citadas na NSS de 1994 e foram repetidas quase com a mesma redação nas NSSs de 1995 e 1996, destacam-se:

[...] a resolução de tensões fronteiriças, controle de insurgências e contenção de pressões para a proliferação de armas, será uma essencial sustentação do progresso político e econômico no hemisfério [...] O triunfo sem precedentes da democracia e das economias de mercado em toda a região oferece uma oportunidade inigualável de assegurar os benefícios da paz e estabilidade, e promover o crescimento econômico e o comércio [...] Estamos trabalhando com nossos vizinhos por meio da OEA para revigorar a cooperação regional. Tanto bilateralmente como regionalmente, procuramos eliminar o flagelo do narcotráfico, que representa uma séria ameaça à

democracia e segurança (THE WHITE HOUSE, 1994, p. 25).

No tocante à agenda de segurança para América Latina, embora a região possua uma baixa projeção militar, após o fim da Guerra Fria, o governo norte-americano fez exigências e pressionou os países da América Latina, mais precisamente da América do Sul, para que renunciassem às suas ambições de tornarem-se potências nucleares, especialmente a Argentina e o Brasil, que, em seus períodos militares, almejavam a tecnologia nuclear para fins bélicos. Foi na gestão Clinton que os acordos de maior importância nesse setor, com ambos os países, foram ratificados.

No dia 17 de setembro de 1990, o Brasil, sob o governo Collor, gestão concomitante à de George H. W. Bush nos EUA, encerrou suas atividades nucleares na Serra do Cachimbo, onde realizava explosões subterrâneas experimentais. Uma semana depois, houve anúncio na ONU de “que o Brasil rejeitava a ideia de qualquer prova que implicasse explosões nucleares, mesmo para fins pacíficos” (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 57).

Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil, as diretrizes da política nuclear brasileira de contenção de armamentos não foram alteradas, uma vez que a política externa brasileira daquele governo ampliava o globalismo, mas sem afetar as premissas de melhoria nas relações com os EUA (VIZENTINI, 2005).

Logo no início de seu mandato, em 1995, Fernando Henrique assinou a adesão brasileira ao *Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis* (MTCR), uma associação informal e voluntária dos países que compartilhavam os objetivos da não-proliferação de sistemas de entrega não-tripulados capazes de transportar armas de destruição

em massa e que procuravam coordenar os esforços de exportação nacional de licenciamento com vista a prevenir sua proliferação.

Também ratificou, no ano de 1994, o *Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe* (Tratado de Tlatelolco)<sup>26</sup>, e em 1998, o Brasil aderiu ao *Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares* (TNP), que, até então, sempre fora classificado pelo próprio país como discriminatório, pois significava a aceitação do *status* dos países detentores, de modo a legitimar uma ordem internacional baseada no desequilíbrio de poderes entre os Estados (MONIZ BANDEIRA, 2010b).

É importante lembrar que os acordos citados também foram ratificados pela Argentina, e mais do que isso, a década de 1990 consolidou uma aproximação de caráter cooperativo entre Brasil e Argentina no setor nuclear, com garantia:

[...] à comunidade internacional da utilização exclusivamente pacífica de energia atômica e superando assim as dificuldades para a obtenção de equipamentos e tecnologia avançada no exterior, afastando as suspeitas, que afetavam inclusive as relações bilaterais, sobre uma possível corrida de armas nucleares no Cone Sul (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 143).

Essa aproximação, na verdade, teve início ainda na década de 1980, a partir da ratificação do *Acordo de Cooperação para Usos*

---

<sup>26</sup> O Tratado de Tlatelolco foi aberto para assinatura no ano de 1967, na Cidade do México. Dois anos depois, em 1969, foi criado a partir deste tratado, a OPANAL, um organismo internacional com a função de manter a América Latina e o Caribe livres de armamentos nucleares. O Brasil chegou a assinar em 1968, mas com ressalvas, o que praticamente anulava sua funcionalidade. O acordo só foi assinado no ano de 1994, passando, então, a vigorar.

*Pacíficos da Energia Nuclear*, firmado em 17 de maio de 1980, tendo, ao longo dessa década e início dos anos 1990, significativos avanços registrados em declarações conjuntas por ambos os países.

No ano de 1991, foi celebrado o *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) sobre suas Obrigações, Privilégios e Imunidades*, no qual foram definidos os objetivos da ABACC, suas propriedades na administração e aplicação do *Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC)*, sendo este um conjunto de procedimentos com a função de fiscalizar “que os materiais nucleares em todas as atividades nucleares das Partes não sejam desviados para armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; REPÚBLICA DA ARGENTINA, 1991, ANEXO, artigo I).

Nesse sentido, a política de contenção aos armamentos de natureza nuclear foi concluída na América Latina durante a gestão de Bill Clinton, mais precisamente na América do Sul, pois o Brasil e a Argentina, países que traziam maior preocupação ao governo de Washington, ao assinarem os acordos especificados, atestaram seu comprometimento e alinhamento à política global de utilização da energia nuclear para fins de natureza não militar.

Embora a possibilidade da produção de armamentos nucleares na América Latina tenha sido um dos pontos destacados nas estratégias de segurança nacional dos EUA no pós-Guerra Fria, o principal foco de segurança de Washington para a região, durante a década de 1990, foi a “guerra contra as drogas”, particularmente o conflito na Colômbia (SHIMABUKURO, 2009).

De acordo com Santos (2010), o governo colombiano, na gestão de Andrés Pastrana (1998-2002), com o intuito de conter a produção de produtos ilícitos na Colômbia, no início de seu governo,

elaborou um plano de ação com o nome de *Cambio para construir la paz 1998-2002*, o qual:

[...] apostava numa solução negociada com os movimentos insurgentes, e, por outro, sustentava que o cultivo de substâncias ilícitas era, antes de tudo, um problema social que deveria ser tratado de forma multilateral mediante uma espécie de “Plano Marshall” para Colômbia (SANTOS, 2010, p. 72).

O plano idealizado por Andrés Pastrana, de acordo com Ramírez (2001), iria se desdobrar em três frentes para alcançar seus objetivos:

[...] as visitas a líderes de nações industrializadas, especialmente os Estados Unidos, para organizar sua colaboração; a busca de apoio nos organismos internacionais e o pedido de corresponsabilidade tanto nas diferentes fases do problema mundial das drogas como em suas consequências no conflito armado colombiano (RAMÍREZ, 2001, p. 50).

No entanto “a falta de envolvimento pleno da comunidade internacional, sobretudo financeiro, e as dificuldades estruturais para cumprir os objetivos do plano inviabilizaram essa estratégia” (SANTOS, 2010, p. 72). Tal fato fez com que o governo colombiano recorresse a uma aliança tática com os EUA, estreitando as suas relações com o país do Norte, para que o problema interno da Colômbia fosse resolvido (SANTOS, 2010).

Sendo assim:

Em julho de 2000, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, sancionou o pacote de ajuda popularmente conhecido como "Plano Colômbia", a contribuição do governo dos Estados Unidos para um plano de combate ao narcotráfico e de desenvolvimento da Colômbia. A política comprometeria aproximadamente US\$ 1,6 bilhões em assistência financeira e militar dos EUA ao governo colombiano (com uma pequena parte para seus vizinhos andinos) para fortalecer principalmente as capacidades militares e a eficácia da Colômbia contra uma insurgência guerrilheira. Os Estados Unidos contribuíram para a estratégia da Colômbia, que priorizou a militarização da luta antinarcóticos em um esforço para estabelecer o estado de direito nas regiões da Colômbia consideradas cruciais para o sucesso na “guerra às drogas dos Estados Unidos”, especificamente áreas de forte cultivo de coca e a presença de longa data das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (AVILÉS, 2008, p. 410).

O Plano Colômbia, criado por Bill Clinton, tomou uma dinâmica própria, enfatizando a militarização do combate ao narcotráfico e aos grupos guerrilheiros, diferente do *Cambio para construir la paz 1998-2002*, que, de acordo com Betancourt e Martínez (2000 *apud* BORGES, 2009) era um plano eminentemente social. A princípio, o Plano Colômbia estava previsto para ter duração até dezembro de 2005 (SANTOS, 2010), contudo, ele se tornou o principal vetor estadunidense no combate ao narcotráfico na Colômbia, tendo continuidade nos governos de George W. Bush (2001-2009), Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021).

A agenda econômica de Bill Clinton para a América Latina foi de continuidade das propostas feitas, ainda que sem avanços, pelo

seu antecessor. Embora George H. W. Bush tivesse objetivado levar os ideais do neoliberalismo para a região, tendo como plano principal a IA, foi no governo Clinton que as propostas começaram a ganhar escopo real. O primeiro passo seria a entrada em vigor do NAFTA, em janeiro de 1994, formalizando um bloco de livre comércio com México e Canadá, bloco criado em 1991, na gestão de George H. W. Bush, mas sem efetividade até essa formalização.

Nesse período, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai já possuíam seu próprio bloco econômico, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ratificado em 1991 pelo *Tratado de Assunção*, complementado com o *Tratado de Ouro Preto*, em 1994, o qual lhe concedeu personalidade jurídica.

Na sua concepção, o Mercosul ambicionava criar um mercado comum aos moldes da União Europeia, com a eliminação das barreiras alfandegárias e a criação da Tarifa Externa Comum (TEC) a terceiros, prevendo a livre circulação de pessoas, bens e capitais. No entanto, seu desenvolvimento encontrou barreiras que lhe possibilitaram apenas formar uma união aduaneira ainda incompleta.

De fato, embora tenha sido criado aos moldes neoliberais e por governos de vertentes neoliberais, o Mercosul provocou uma forte desconfiança em Washington, pois poderia se desenvolver a ponto de angariar a simpatia da maioria dos países sul-americanos, em um regionalismo fechado, excluindo os EUA.

Após a posse do presidente Itamar Franco, em 1993, sucedendo o *impeachment* de Fernando Collor, o Brasil chegou a anunciar um projeto para formar uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), tendo o Mercosul como núcleo. Tal

projeto pretendia se contrapor ao NAFTA, que, até então, não havia vigorado (MONIZ BANDEIRA, 2010a)<sup>27</sup>.

Ainda segundo Moniz Bandeira (2010a), o projeto da ALCSA, anunciado pelo Brasil, provavelmente seria um dos estopins que levariam o governo Clinton a dar um revigoramento na IA de Bush, buscando formalizar a Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZLCH), que abarcaria todos os países do hemisfério. Tal proposta viria a ser lançada na *1ª Cúpula das Américas* celebrada em dezembro de 1994.

Como lembra Palmer (2006), o vice-presidente do governo Clinton, Al Gore, visitou o México em 1993 – mesmo ano do lançamento da proposta da ALCSA –, a mando de Bill Clinton, para apurar as negociações sobre o NAFTA. Na ocasião, Al Gore fez um discurso convidando os presidentes e chefes de governo democraticamente eleitos do hemisfério para a Cúpula das Américas, que deveria ocorrer no ano seguinte, em Miami, tendo como meta a discussão de temas como o aprofundamento da cooperação hemisférica por meio da integração econômica e o compromisso com a democracia. Ainda em Palmer (2006), a realização da *1ª Cúpula das Américas*:

[...] representou um ponto alto nas relações entre EUA-América Latina, durante os anos Clinton. A importância simbólica de reunir 33 chefes de Estado democraticamente eleitos e o significado normativo desse evento sem precedentes não pode ser subestimado (PALMER, 2006, p. 56).

---

<sup>27</sup> Cabe comentar aqui que, após o NAFTA entrar em vigor, Chile e Argentina foram candidatos a aderirem ao bloco de livre comércio sendo que a Argentina já fazia parte do Mercosul. Porém, tais iniciativas não tiveram sucesso.

Os temas discutidos e que ficaram registrados na Declaração de Miami foram: a preservação e fortalecimento da comunidade e da democracia nas Américas; a promoção da prosperidade mediante a integração econômica e o livre comércio; a erradicação da pobreza e da discriminação em nosso hemisfério; e, por fim, a garantia de desenvolvimento sustentável e da conservação do nosso meio natural para futuras gerações. Como consta na Declaração de Princípios:

Os Chefes de Estado e de Governo eleitos das América assumem o compromisso de fazer avançar a prosperidade, os valores e as instituições democráticas e a segurança do nosso Hemisfério. Pela primeira vez na História, as Américas são uma comunidade de sociedades democráticas. Embora enfrentem diferentes desafios de desenvolvimento, as Américas estão unidas na busca da prosperidade por meio de mercados abertos, da integração hemisférica e do desenvolvimento sustentável. Estamos determinados a consolidar e levar avante laços mais estreitos de cooperação e a transformar nossas aspirações em realidades concretas (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1994).

Continuando:

Reiteramos a nossa firme adesão aos princípios do Direito Internacional e aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, inclusive os princípios de igualdade soberana dos Estados, de não intervenção, de autodeterminação e de solução pacífica de controvérsias. Reconhecemos a heterogeneidade e diversidade dos nossos recursos e culturas, assim como estamos convencidos de que,

mediante a formação de sólidos vínculos associativos, podemos fazer avançar nossos interesses e valores comuns (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1994).

Embora diversos temas tivessem sido discutidos, o mais importante resultado da cúpula foi a proposta da ZHLC, que fora lançada ainda no governo George H. W. Bush e retomada na reunião por Clinton. Com essa proposta, batizada com o nome de *Free Trade Area of the Americas* (FTAA) e traduzida para o português como Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), foi estabelecido “um cronograma de reuniões e cúpulas para definir e encaminhar o processo negociador” (PECEQUILO, 2011, p. 353).

O principal objetivo da ALCA seria a eliminação de barreiras ao comércio e investimentos no hemisfério, com exceção de Cuba. De acordo com a decisão dos trinta e três países, somados aos EUA, as negociações deveriam ser finalizadas até o ano de 2005, sendo que, até esse período, outras Cúpulas das Américas e reuniões ministeriais ocorreriam, com o intuito de discutirem a evolução e as normas do novo bloco que estava para ser criado.

O projeto da ALCA previa sua coexistência com outros blocos regionais, de forma que não significaria o fim de blocos como Mercosul ou NAFTA, mas esses passariam a fazer parte da área de livre comércio, ajustando suas políticas para a integração, mantendo a sua autonomia e identidade própria (PECEQUILO, 2011). Os países poderiam negociar sua adesão individualmente ou enquanto membro de um grupo, realizando a negociação como uma unidade. Também os acordos realizados no novo bloco, deveriam possuir compatibilidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Durante a gestão Clinton, foram realizadas cinco reuniões ministeriais em diferentes países, sendo eles: Estados Unidos, Colômbia, Brasil, Costa Rica e Canadá, como mostra o Quadro 3.

**Quadro 3 - Reuniões  
Ministeriais da ALCA na gestão Clinton**

<b>Local da reunião</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>
Denver	Março	1996
Cartagena	Março	1996
Belo Horizonte	Maio	1997
São José	Março	1998
Toronto	Novembro	1999

Fonte: <[www.ftaa-alca.org/Minis\\_p.asp](http://www.ftaa-alca.org/Minis_p.asp)>. Organização: Brigola (2018).

As três primeiras reuniões ministeriais tiveram pouco resultado, embora tenha ocorrido um início de atividades, como a divisão de grupos de trabalho. Até então, nada tinha ficado claramente definido sobre o futuro do bloco. Nessas primeiras reuniões, ocorreram mais preparativos para as negociações futuras do que ações práticas. A partir da reunião ministerial realizada em São José, na Costa Rica, em 1998, os parâmetros do bloco começaram a ser moldados da seguinte forma: “recomendado aos chefes de Estado e Governo que iniciassem as negociações, sendo estabelecidos os princípios e objetivos gerais para a condução das mesmas” (CORTES, 2004, p. 358).

Naquela reunião, ocorreu a formalização de nove grupos de negociação que deveriam ser acompanhados por um comitê tripartite, formado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os grupos seriam divididos entre: acesso a mercados, investimentos, serviços, compras governamentais, solução de controvérsias, agricultura, direitos de propriedade intelectual, subsídios, *antidumping*, e medidas compensatórias e políticas de concorrência. Também foi estabelecido o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), formado por um presidente e vice-presidente, tendo como função:

[...] a responsabilidade de orientar o trabalho dos grupos de negociação e de decidir sobre a arquitetura geral do acordo e assuntos institucionais. Ao CNC caberá a responsabilidade global de assegurar a plena participação de todos os países no processo da ALCA. Ademais, assegurará que este tema, em particular as preocupações das economias menores e aquelas relativas a países com diferentes níveis de desenvolvimento sejam tratadas em cada grupo de negociação (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1998a).

O Comitê de Negociações Comerciais também seria o responsável por indicar os países que representariam os cargos de presidência e vice-presidência dos nove grupos de negociação, sendo eles “selecionados levando[-se] em consideração a necessidade de preservar o equilíbrio geográfico entre os países” (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1998a), e cada país escolhido teria um mandato rotativo a cada dezoito meses ou até a reunião ministerial subsequente.

No mesmo ano, após a reunião de São José, ocorreu a 2ª *Cúpula das Américas*, em Santiago, no Chile, onde as negociações formais para o lançamento da ALCA tiveram início (CORTES, 2004).

Hoje instruímos nossos Ministros Responsáveis por Comércio a iniciarem as negociações sobre a ALCA, como estabelecido na Declaração Ministerial de São José, de março de 1998. Reafirmamos nossa determinação em concluir as negociações da ALCA, no mais tardar, até 2005, e de fazer progressos concretos até o final deste século (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1998b).

Por fim, ainda na gestão Clinton, ocorreu a reunião ministerial em Toronto, no Canadá, em 1999. Sendo relatados os seguintes avanços:

Nos últimos dezoito meses, o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) estabeleceu o marco institucional inicial necessário para lançar negociações efetivas. Em particular, reconhecemos o acordo e o progresso verificados na implementação dos programas de trabalho para cada um dos nove Grupos de Negociação, para o Grupo Consultivo sobre Economias Menores, para o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil e para o Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico; o estabelecimento e funcionamento da Secretaria Administrativa em Miami – sede inicial das negociações; o progresso para o desenvolvimento de regras e procedimentos para administrar as negociações, e a criação de um Subcomitê do CNC sobre Orçamento e Administração, visando ao fortalecimento da gestão financeira nas negociações (ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS, 1999).

Embora tenha ocorrido diversas reuniões entre os países, as propostas estabelecidas pelos EUA tiveram pouco avanço, sobretudo pelas grandes divergências de opiniões com o Brasil e pela preferência do governo de Brasília pelo Mercosul, em vez do bloco proposto por Washington. Em primeira instância, “o modelo da ALCA não era o de mercado comum, nos termos da União Europeia, para os quais o Mercosul se propunha a evoluir” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 491). A estrutura da ALCA limitava-se apenas ao livre comércio, ao modelo do NAFTA, eliminando as barreiras alfandegárias, mas não incluindo livre circulação de pessoas, a inclusão de uma TEC (Tarifa Externa Comum) para países exteriores ao bloco e a harmonização de políticas comerciais e setoriais. Cortes (2004) assevera que o Congresso americano não estava:

[...] disposto a fazer concessões, como eliminar os elevados subsídios à agricultura, e a rever a legislação antidumping, que afeta a venda de produtos manufaturados, como os siderúrgicos, exportados pelo Brasil, além de também estabelecer limites para a negociação de carnes, azeite de soja e outros vegetais, frutas, legumes, açúcar, suco de laranja, cacau, chocolate, derivados de café e chá, algodão, cigarros etc., produtos igualmente exportados pelo Brasil (CORTES, 2004, p. 374).

Com a possibilidade da abertura do comércio no hemisfério, passaria a ocorrer uma competição econômica em condições aparentemente de igualdade – devido à eliminação das barreiras tarifárias. Com a continuação das políticas internas dos EUA, somada a seu maior poder econômico e de competitividade comercial, as relações hemisféricas iriam se tornar assimétricas, levando os produtos estadunidenses a dominar o mercado.

À medida que, com a Alca, as empresas americanas e canadenses passem a desfrutar do mesmo tratamento de tarifa zero nos mercados do Mercosul, as exportações do Brasil e da Argentina intra-Mercosul deverão se reduzir, e os produtos brasileiros e argentinos, hoje protegidos da maior capacidade competitiva daquelas empresas pela tarifa externa comum (TEC), sofrerão uma renovada e forte competição direta em seus próprios mercados nacionais (GUIMARÃES, 2007, p. 144).

De acordo com a matéria publicada na Folha de S. Paulo, em 20/04/1998, realizada por Marta Salomon, o governo brasileiro, então chefiado por Fernando Henrique Cardoso, entrou e saiu da 2ª *Cúpula das Américas* com o mesmo discurso cauteloso em relação à formação do bloco de livre comércio, alegando que:

O Brasil continua favorável à Alca, à integração hemisférica. O Brasil apenas quer discutir o conjunto dos problemas e não açodadamente uma questão que pode interessar a um país, aos EUA, por exemplo, ao Canadá, ou a quem seja, e não a nós e aos outros países (CARDOSO, 1998 *apud* SALOMON, 1998).

De fato, como aponta Guimarães (2005; 2007), o único país que poderia mostrar um peso regional contra a ALCA – ainda que em desvantagem – era o Brasil. A posição do governo de Brasília foi mantida durante todas as Cúpulas das Américas, defendendo um bloco que trouxesse benefícios a todo o hemisfério e que não apenas satisfizesse aos países de maior desenvolvimento, como ficou claro no pronunciamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na 3ª *Cúpula das Américas*, quando afirma que:

Nosso objetivo deve ser o de uma Comunidade das Américas. E “comunidade” pressupõe consciência de um destino comum e, portanto, eliminação de assimetrias e garantia de oportunidades iguais para todos. [...] A ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente for o caminho para regras compartilhadas sobre antidumping; se reduzir as barreiras não-tarifárias; se evitar a distorção protecionista das boas regras sanitárias; se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos (CARDOSO, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 55-56).

Nesta mesma Cúpula, o presidente voltou a reforçar que, para o Brasil, o Mercosul continuava sendo “uma prioridade absoluta, uma conquista que veio para ficar, e que não deixará de existir pela participação em esquemas de integração de maior abrangência geográfica” (CARDOSO, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 55).

As Tabelas 5 e 6 trazem uma análise comparativa do comércio exterior do Brasil com o Mercosul e com os EUA. A pesquisa teve como fonte o sítio eletrônico do ComexStat, ligado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do governo brasileiro, tendo como períodos de abrangência de 1997 até 2001. O ano inicial foi 1997 porque os dados disponíveis no sítio eletrônico são a partir dessa data, enquanto o período final escolhido foi 2001, por caracterizar o último ano da gestão Clinton na Casa Branca.

**Tabela 5 - Valores em dólares (FOB) das Exportações e Importações brasileiras para países do Mercosul (1997-2001)**

<b>Exportações/ Bloco Econômico</b>	<b>Países</b>	<b>1997 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>1998 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>1999 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>2000 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>2001 - Valor FOB (US\$)</b>
Mercosul	Argentina	6.765.349.920	6.743.435.426	5.359.397.011	6.229.543.769	4.993.052.394
Mercosul	Paraguai	1.406.553.837	1.246.084.684	743.769.183	831.617.667	719.974.900
Mercosul	Uruguai	869.686.178	880.511.490	669.418.487	666.712.667	640.884.747
Total		9.041.589.935	8.870.031.600	6.028.815.498	7.727.874.103	6.353.912.041
<b>Importações/ Bloco Econômico</b>	<b>Países</b>	<b>1997 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>1998 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>1999 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>2000 - Valor FOB (US\$)</b>	<b>2001 - Valor FOB (US\$)</b>
Mercosul	Argentina	7.922.530.187	8.021.078.377	5.810.969.637	6.849.829.801	6.201.513.569
Mercosul	Paraguai	962.871.026	1.041.870.218	646.606.922	605.230.797	502.793.149
Mercosul	Uruguai	510.145.996	350.493.405	260.360.109	351.738.304	300.155.211
Total		9.395.547.209	9.413.442.000	6.717.936.668	7.806.798.902	7.004.461.929

Fonte: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Organização: Brigola (2018).

É perceptível que os valores, tanto nas exportações quanto nas importações do Brasil, são maiores nas relações comerciais com os EUA. Com este país, a balança comercial brasileira apresentou uma oscilação, contendo déficits em 1997, 1998 e 1999, mas logo se tornando superavitária em 2000 e 2001, enquanto que, com o Mercosul, a balança comercial apresentou déficit em todo o período analisado, provocado basicamente pelas relações comerciais com a Argentina, pois o Brasil era o principal destino das exportações daquele país (MONIZ BANDEIRA, 2010a). Nota-se também uma queda nas exportações brasileiras para o bloco como um todo, o que é explicado por Moniz Bandeira (2010a) a partir da desvalorização do real, em 1998.

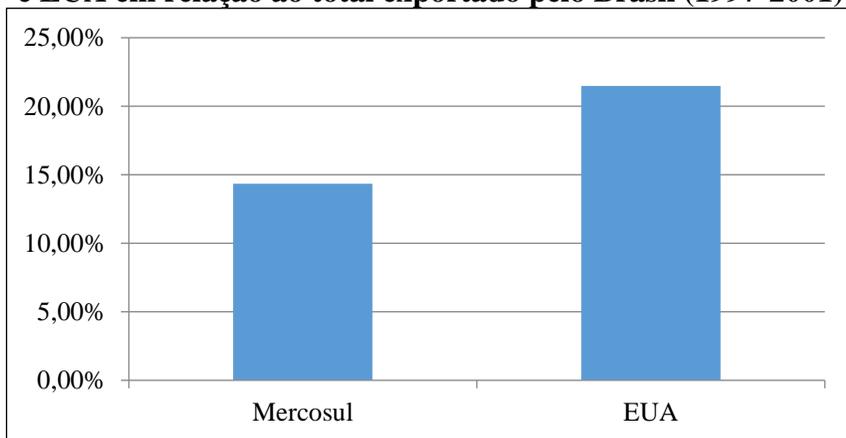
**Tabela 6 - Valores em dólares (FOB) das Exportações e Importações brasileiras para os Estados Unidos (1997-2001)**

Exportações/ País	1997 - Valor FOB (US\$)	1998 - Valor FOB (US\$)	1999 - Valor FOB (US\$)	2000 - Valor FOB (US\$)	2001 - Valor FOB (US\$)
EUA	9.268.838.126	9.741.246.198	10.662.470.563	13.160.699.765	14.148.505.908
Importações/ País	1997 - Valor FOB (US\$)	1998 - Valor FOB (US\$)	1999 - Valor FOB (US\$)	2000 - Valor FOB (US\$)	2001 - Valor FOB (US\$)
EUA	13.661.679.946	13.481.519.060	11.723.492.200	12.906.099.243	12.859.664.815

Fonte: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Organização: Brigola (2018).

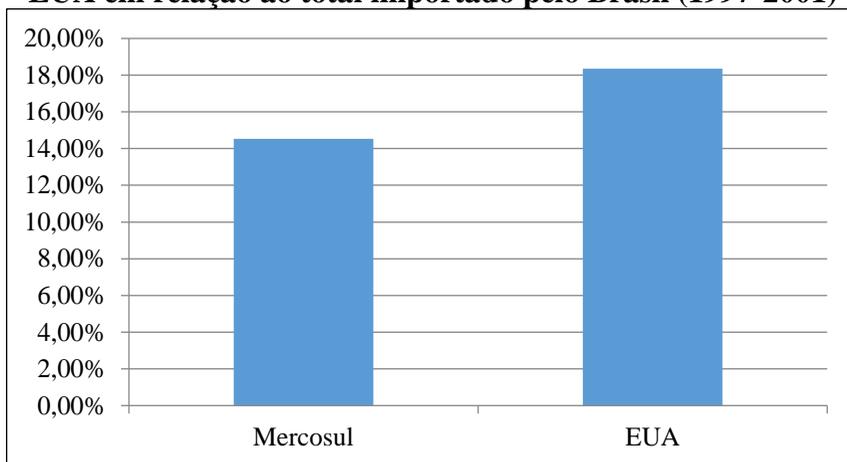
Para classificar e comparar a importância de ambos os mercados, seja do Mercosul ou dos EUA com o Brasil, torna-se importante observar os valores das importações e exportações em relação ao restante do mundo, como será verificado nos Gráficos 7 e 8.

**Gráfico 7 - Exportações brasileiras para o Mercosul e EUA em relação ao total exportado pelo Brasil (1997-2001)**



Fonte: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Organização: Brigola (2018).

**Gráfico 8 - Importações brasileiras do Mercosul e EUA em relação ao total importado pelo Brasil (1997-2001)**



Fonte: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Organização: Brigola (2018).

Como demonstrado nos Gráficos 7 e 8, o comércio exterior do Brasil com os EUA possuía uma vantagem em relação ao Mercosul. Entre os anos de 1997/2001, os EUA receberam 21,49% das exportações brasileiras e eram responsáveis por 18,36% das importações do Brasil. O Mercosul, por sua vez, acabou ficando em desvantagem, com diferença maior nas exportações, em relação aos EUA, cerca de 14,34% das exportações brasileiras e 14,53% das importações realizadas por este país.

Embora as trocas com o mercado dos EUA pareçam envolver maiores valores para o Brasil, o que estava em jogo com a entrada da ALCA era a potencial diminuição do escoamento de seus produtos para os mercados regionais, em detrimento de um domínio do mercado hemisférico por produtos estadunidenses. Sobre essa questão, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que:

[...] o Brasil não tem força para tanto. O mundo não deve ser pensado em termos de hegemonia. O que acontece é que o Brasil não aceita uma hegemonia absoluta de qualquer outro país e também não queremos impor a nossa. E, além de não termos força, não temos aspirações nesse sentido. O Brasil tem uma atuação a nível global. Os Estados Unidos não são o nosso primeiro cliente; é a Europa, em segundo lugar os Estados Unidos, que é mais ou menos equivalente à América Latina, e depois a Ásia. É melhor para o mundo, inclusive para os Estados Unidos, que exista uma redistribuição mais significativa de poder no plano mundial e nessa redistribuição queremos participar junto com outros países da região (CARDOSO, 2001 *apud* CORTES, 2004, p. 375).

Em suma, os anos iniciais do projeto da ALCA, inaugurado por Clinton, tiveram o Brasil como resistência para sua formalização aos moldes propostos. A América do Sul foi um espaço privilegiado para os mercados brasileiros, pois Brasília assumiu a posição central do maior bloco econômico na porção sul do continente. Mas esse projeto não terminaria nas gestões de Clinton, nos EUA, ou por Fernando Henrique, no Brasil, mas sim nos governos que os sucederam, em ambos países. Além disso, uma nova gama de presidentes na América do Sul passaria a questionar as políticas de Washington – entre elas a ALCA –, acusando-as de possuírem intuítos imperialistas, como será demonstrado no próximo item sobre o governo de George W. Bush.

## **A ADMINISTRAÇÃO DE GEORGE W. BUSH (2001-2009) E A CAMPANHA NO ORIENTE MÉDIO: A “VIRADA DE COSTAS” PARA AMÉRICA DO SUL**

Após as conturbadas eleições de 2000, tendo como concorrentes o democrata Al Gore – que trazia a proposta de uma

agenda com diretrizes voltadas à preocupação com o meio ambiente – e o republicano George W. Bush – que tinha sua pauta de campanha denominada de Internacionalismo Diferenciado<sup>28</sup> –, em janeiro de 2001, assumiu o poder da Casa Branca, o candidato republicano. Ele representou o retorno de um presidente denominado neoconservador (*neocon*)<sup>29</sup> ao poder dos EUA – até então, Ronald Reagan era o último representante dessa corrente.

A primeira visita internacional de George W. Bush, após assumir a Casa Branca, foi ao México. Comprometido com o discurso da construção do *Século das Américas*, o presidente explanou um dia antes, aos funcionários do Departamento de Estado que: “Nosso futuro não pode estar separado dos nossos vizinhos do Canadá e da América Latina” (BUSH, 2001). Era necessário, então, trabalharem juntos “para construir um hemisfério ocidental de liberdade e prosperidade, unido pelas mesmas ideias e pelo livre comércio – desde o Ártico, passando pelos Andes, até chegar ao Cabo Horn, ao sul da Argentina” (BUSH, 2001).

George W. Bush alegava que a região, em seu governo, iria se tornar mais que uma vaga lembrança na política externa de Washington (FONSECA, 2008), em crítica à inércia democrata no estreitamento das relações hemisféricas (PECEQUILO, 2012):

---

<sup>28</sup> Como demonstra Pecequilo (2011, p. 366), no campo externo, sob o nome de Internacionalismo Diferenciado, “Bush indicou a desmoralização e o enfraquecimento da posição hegemônica dos Estados Unidos provocados pelas atitudes complacentes e tímidas dos democratas. [...] O momento unipolar, a força unilateral, estavam sendo desperdiçados em meandros burocráticos e temas secundários como meio ambiente. Enquanto isso, as Forças Armadas eram desmontadas e os inimigos avançavam lentamente enquanto a ‘América dormia’”.

<sup>29</sup> Teixeira (2010) afirma que entre as diretrizes do pensamento neoconservador em política externa estão: o unilateralismo, o internacionalismo não institucional, a democracia e o poder militar.

A Casa Branca saudou o progresso da região em direção à democracia e à economia de mercado e decidiu concluir as negociações em curso para um pacto de livre comércio no hemisfério, construir parcerias econômicas mais amplas e resolver problemas crônicos como imigração e tráfico de drogas (HAKIM, 2006, p. 41).

Porém, os argumentos sobre o *Século das Américas* caíram por terra logo nos primeiros anos do governo George W. Bush, principalmente após os atentados ocorridos em 11/09/2001 (PECEQUILO, 2012). Para a corrente das Relações Internacionais que se empenha na Análise de Política Externa, os atentados foram classificados como um “choque externo”, que pôde influenciar diretamente no processo de tomada de decisão do líder predominante, alterando drasticamente os rumos da política externa (GOMES, 2008, p. 56).

É claro que a América Latina – assim como a América do Sul – não era uma prioridade na política externa de Washington antes dos atentados, pois a Eurásia era o foco principal por apresentar mercados mais dinâmicos, países com potencialidade de desafiar a hegemonia estadunidense, assim como maior acesso a fontes energéticas. Mas, a “guerra ao terror” iniciada por George W. Bush “desviou consideravelmente a atenção dos Estados Unidos para longe da região” (SHIMABUKURO, 2009, p. 47), passando, então, as relações entre ambos a serem classificadas por Hakim (2006) como as mais baixas desde o fim da Guerra Fria.

O 11 de Setembro teve um peso fundamental no desempenho de George W. Bush. O consenso estava ali e era de fácil interpretação: o país não poderia deixar impunes os responsáveis pelos ataques. Desde o eleitor norte-americano com pouco contato com

temas de política externa até a oposição democrata, todos esperavam uma resposta. E como o líder predominante sensível utiliza as informações oriundas do ambiente político que o rodeia para moldar sua política externa, Bush encontrou-se em um cenário extremamente propício para atuar sem grandes constrangimentos (GOMES, 2008, p. 61).

A guerra contra o terrorismo se tornou um dos princípios norteadores da política externa dos EUA, justificando a adoção de restrições ou sanções ou ainda de intervenções armadas aos países chamados de Estados delinquentes, aqueles acusados de abrigar ou cooperar com Estados que apoiavam grupos terroristas (BUZAN; WAEVER, 2003). Em seu nome, retomam-se o unilateralismo estadunidense, as coalizões militares e as sanções do Conselho de Segurança da ONU.

No mesmo ano de 2001, os EUA iniciaram sua campanha contra o terrorismo no Oriente Médio, em primeira instância no Afeganistão e, dois anos depois, em 2003, no Iraque. A diretriz de política externa no combate ao terrorismo tomou as primeiras páginas dos documentos oficiais do governo estadunidense. No relatório anual do Departamento de Defesa ao presidente, publicado em 2002, o então secretário de Defesa do governo George W. Bush, Donald Rumsfeld, destacou que:

Os ataques de 11 de setembro mostraram que os Estados Unidos estão em uma nova e perigosa era. A insularidade histórica dos Estados Unidos deu caminho para uma era de novas vulnerabilidades. Inimigos atuais e futuros procurarão atacar os Estados Unidos e suas forças de maneiras novas e surpreendentes. Como resultado, os Estados Unidos enfrentam um novo imperativo: ele deve ganhar tanto a presente guerra contra o terrorismo e preparar-se

para futuras guerras – guerras notavelmente diferentes daquelas do século passado e até mesmo do atual conflito (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2002, p. 1).

Ainda sobre os documentos oficiais, a *Nacional Security Strategy*, publicada em 2002, também trazia a questão do terrorismo internacional como um de seus principais tópicos. O documento foi redigido em nove tópicos: I) Visão geral sobre as estratégias dos EUA; II) Aspirações campeãs pela dignidade humana; III) Fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques contra nós e nossos amigos; IV) Trabalhar com os outros para neutralizar conflitos regionais; V) Evitar que nossos inimigos ameacem a nós, nossos aliados e nossos amigos com armas de destruição em massa; VI) Influir uma nova era de crescimento econômico global através de Livres Mercados e do Livre Comércio; VII) Expandir o círculo de desenvolvimento pelas sociedades abertas e construir a infraestrutura da democracia; VIII) Desenvolver Agendas para Ação Cooperativa com outros principais centros do poder global; IX) Transformar as instituições de segurança nacional dos EUA para atender aos desafios e oportunidades do século XXI (THE WHITE HOUSE, 2002a).

Sendo assim, ambos os documentos, demonstram a preocupação com o combate ao terrorismo nas diretrizes da política externa dos EUA, como ficou claro após as investidas militares no Afeganistão e Iraque.

Como aparece na *Nacional Security Strategy*: “Nossa prioridade será primeiro interromper e destruir organizações terroristas de alcance global e atacar sua liderança, comando, controle e comunicação, suporte material e finanças” (THE WHITE HOUSE, 2002a, p. 5). A América do Sul chega a ser citada sobre o tema do terrorismo, ao alegar que “milhares de terroristas treinados

permanecem à solta com células na América do Norte, América do Sul, Europa, África, Oriente Médio e em toda a Ásia” (THE WHITE HOUSE, 2002a, p. 5).

De fato, a América do Sul é citada apenas essa vez na *Nacional Security Strategy*, de 2002; em sua maioria, é utilizado o termo “América Latina” e, ainda assim, citada em poucos parágrafos de alguns itens. Sobre a região, constam no documento preocupações também na área de conflitos regionais, tráfico de drogas, avanço da democracia e livre comércio.

Ainda que a América do Sul – como toda a América Latina – não estivesse dentre as prioridades da política externa dos EUA, no primeiro governo George W. Bush, algumas tímidas relações ainda persistiram, mas com poucos avanços.

No tocante à agenda de segurança, as principais diretrizes dos anos 1990 foram mantidas, como: tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro e terrorismo (SHIMABUKURO, 2009). A instabilidade nos países andinos devido ao tráfico de drogas resultou em políticas econômicas, como o *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA) – que foi a renovação do ATPA, em 2002, com o nome alterado pelo então presidente George W. Bush –, e políticas militares, como o Plano Colômbia, que teve início no governo de Bill Clinton.

A instabilidade contínua na região andina representa uma ameaça aos interesses de segurança dos Estados Unidos e do mundo. Esse problema foi parcialmente resolvido por meio de ajuda externa, como o Plano Colômbia, promulgado pelo Congresso em 2000. Entretanto, somente a ajuda externa não é suficiente. O aprimoramento do comércio legítimo com os Estados Unidos oferece um meio alternativo para revitalizar e estabilizar as economias da região andina [...] O aumento temporário dos benefícios comerciais

para os países beneficiários andinos promoverá o crescimento da livre empresa e das oportunidades econômicas nesses países e servirá aos interesses de segurança dos Estados Unidos, da região e do mundo (THE WHITE HOUSE, 2002b).

A Tabela 7 apresenta dados do comércio exterior dos EUA com os países beneficiados pelo ATPA/ATPDEA: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru do período de 1991 a 2004.

**Tabela 7 - Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA/ATPDEA (1991-2004)**

Ano	Exportações estadunidenses aos países do ATPA/ATPDEA*	Participação do ATPA/ATPDEA nas exportações mundiais dos EUA	Importações estadunidenses dos países do ATPA/ATPDEA**	Participação do ATPA/ATPDEA nas importações mundiais dos EUA	Balança Comercial dos EUA
	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$
1991	3,798.2	0.9	4,969.5	1.0	-1,171.3
1992	5,319.7	1.3	5,058.7	1.0	261.0
1993	5,359.1	1.2	5,282.3	0.9	76.7
1994	6,445.0	1.3	5,879.5	0.9	565.5
1995	7,820.2	1.4	6,968.7	0.9	851.4
1996	7,718.7	1.3	7,867.6	1.0	-148.9
1997	8,681.8	1.3	8,673.6	1.0	8.2
1998	8,670.1	1.4	8,361.0	0.9	309.1
1999	6,263.2	1.0	9,830.2	1.0	-3,567.0
2000	6,295.1	0.9	11,117.2	0.9	-4,822.1
2001	6,363.3	1.0	9,568.7	0.8	-3,205.3
2002	6,463.8	1.0	9,611.5	0.8	-3,147.7
2003	6,525.7	1.0	11,639.5	0.9	-5,113.8
2004	7,663.6	1.1	15,489.8	1.1	-7,826.2

\* Exportações domésticas

\*\* Importações para consumo, valor aduaneiro

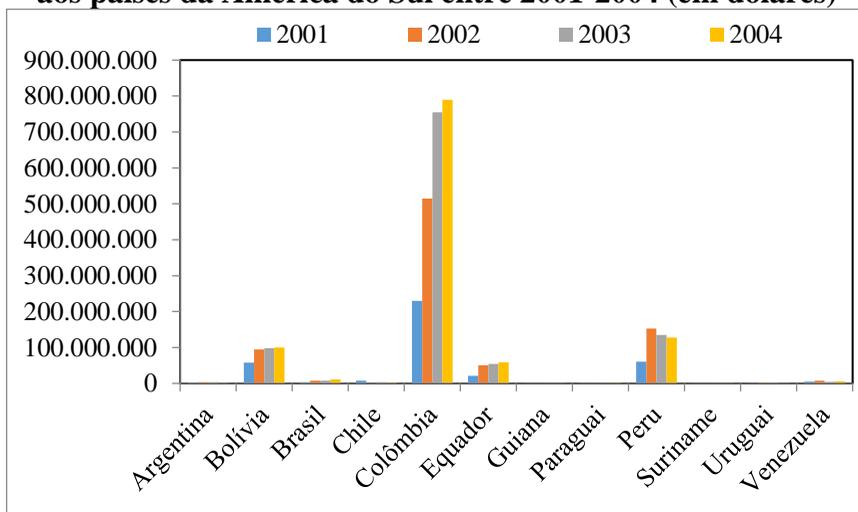
Fonte: Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act, USTR, 2013. Organização: Brigola (2019).

Com base na Tabela 7, é possível compreender que, nos primeiros anos da gestão de George W. Bush, as exportações dos EUA para os países beneficiados pelo ATPA/ATPDEA ficaram praticamente as mesmas que nos governos de George H. W. Bush e

Bill Clinton, tendo pouca variação. Porém, as importações realizadas pelos EUA de produtos desses países tiveram um aumento significativo, em especial no ano de 2004, no qual a balança comercial de Washington apresentou o maior déficit, levando-se em conta o período analisado na tabela.

Ainda sobre os países do ATPA/ATPDEA, cabe frisar que foram os mesmos que receberam os maiores montantes em relação às assistências realizadas pelos EUA aos países da América do Sul no tocante à segurança, na qual o narcotráfico era a diretriz de maior prioridade. O Gráfico 9 a seguir ilustra essa questão.

**Gráfico 9 - Assistência em segurança realizada pelos EUA aos países da América do Sul entre 2001-2004 (em dólares)**



Fonte: Security Assistance Monitor. Organização: Brigola (2019).

Entre os países analisados, a Colômbia aparece como o principal receptáculo das assistências estadunidenses, com recursos

enviados por meio do Plano Colômbia. O país apresentou uma epopeica vantagem em relação aos demais a partir do ano de 2001, sendo que os valores foram aumentando gradualmente até o ano de 2004. A Colômbia recebeu 67,51% de toda assistência fornecida pelo país do Norte. O Peru foi o segundo país a receber os maiores montantes, com 14,04%; enquanto que a Bolívia recebeu 10,32%, e o Equador recebeu 5,41% das assistências em segurança, entre 2001 e 2004.

Ainda no tocante à agenda de segurança, vale lembrar que a América do Sul foi alvo de suspeitas de células terroristas na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Esses países receberam valores extremamente baixos em relação aos países andinos já citados. O Brasil recebeu 0,86% das assistências durante os quatro anos; a Argentina recebeu 0,30%; enquanto o Paraguai recebeu 0,17%.

Dentre os grupos suspeitos de atuarem na região, envolvidos no contrabando de produtos ilegais e contando com a ineficiência da fiscalização na área fronteiriça, estavam o Hamas da Palestina; o Hezbollah do Líbano; Al Qaeda, grupo liderado por Osama Bin Laden; e al-Gama'a al-Islamiyya, do Egito. Moniz Bandeira (2010b) afirma que, desde os atentados terroristas, funcionários do governo norte-americano esforçavam-se para, de qualquer modo, vincular a região chamada de *Tri-border Area* (TBA) às atividades terroristas internacionais.

De acordo com Amaral (2008), os generais responsáveis por cada Comando Regional do Pentágono enviavam um documento anual ao Congresso dos EUA relatando as potenciais ameaças em suas respectivas regiões de responsabilidade e descrevendo o modo como elas estavam agindo em relação a tais ameaças e de que modo o Congresso poderia contribuir nessa tarefa.

O general James Hill, chefe do Comando Sul do Pentágono (USSOUTHCOM), no ano de 2002, escreveu, em seu relatório ao Congresso dos EUA, a respeito das principais ameaças em sua respectiva região, “sendo a Tríplice Fronteira citada antes até mesmo de tratar das FARC na Colômbia, tradicional foco da atenção do Comando Sul” (AMARAL, 2008, p. 210). Em seu documento, alegava que:

Grupos terroristas baseados no Oriente Médio incluindo o Hamas, o Hizballah e a al-Gama'a al-Islamiyya têm redes e estruturas de apoio ao longo da região [sob responsabilidade do SouthCom, a América Latina, menos o México]. Estas células, que se estendem da América do Sul à América Central e Caribe, consistem não somente de pessoal de logística e apoio, como também de terroristas que têm participado em ataques no Oriente Médio. Apoiadores de islâmicos radicais têm se reunido há longo tempo em áreas como a região da Tríplice Fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina, [área] conhecida por suas ligações profundas com uma ampla gama de atividades criminosas transnacionais (HILL, 2002 *apud* AMARAL, 2008, p. 210).

Assim como o general Hill, o Administrador Assistente para Inteligência da DEA, Steven W. Casteel, em seu discurso ao Congresso dos EUA, em 20 de maio de 2003, também desferiu acusações sobre a existência de grupos terroristas na Tríplice Fronteira. De acordo com Casteel:

As duas principais organizações terroristas que existem na Tríplice Fronteira do Paraguai, Argentina e Brasil são Hizballah e o Movimento de Resistência Islâmico conhecido como HAMAS. Os membros

dessas organizações geralmente assimilam a cultura local e normalmente se tornam comerciantes em *shopping centers* para ocultar suas atividades ilegais. A inteligência indica que as células terroristas fundamentalistas islâmicas operam a partir de fortalezas na Tríplice Fronteira de Paraguai, Brasil e Argentina. Eles geram renda significativa controlando a venda de vários tipos de contrabando nessas áreas, incluindo drogas, bebidas, cigarros, armas e documentos forjados (CASTEEL, 2003).

Ainda em 2003, um artigo foi publicado na revista *Foreign Affairs*, de autoria de Jessica Stern, então docente na *Public Policy at Harvard's John F. Kennedy School of Government*. Nele, alegava-se que havia uma crescente evidência terrorista na “*Lowless triborder*” e, por detrás dos grupos já citados, estavam Síria e Irã lhes prestando apoio (MONIZ BANDEIRA, 2010b). No ano seguinte, o embaixador Rubens Barbosa enviou uma carta à citada revista, comentando o artigo de Jessica Stern, qualificando-o como uma acusação injusta:

Essa região, disse ele, estava sob vigilância havia mais de uma década, e, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, os esforços redobram, com a criação pelo Brasil, Argentina e Paraguai do Grupo de Trabalho sobre o Terrorismo, e o mecanismo 3+1, que combinava a coleta de inteligência e intercâmbio de informações pelos três países do Mercosul, em cooperação com os Estados Unidos. Assim ressaltando que o Brasil nunca deixara de investigar uma acusação séria ou confiável a respeito da presença de terroristas, Rubens Barbosa concluiu acentuando que não podia deixar de contestar as alegações feitas sem fundamento de Jessica Stern, que visava perpetuar a “*damaging stereotype*” do

Brasil na luta contra o terrorismo e de milhares de brasileiros, argentinos e paraguaios que viviam na Tríplice Fronteira (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 326).

Embora o Brasil tenha apresentado baixos montantes em assistência recebida pelos EUA na área da segurança em relação à Colômbia, Bolívia, Peru e Equador, no ano de 2004, o Brasil teve um aumento de 51,91% no recebimento de assistências dos EUA em relação ao ano de 2003. E, mesmo que a maior parte dos recursos tenha sido destinada ao combate do tráfico de drogas, entre os quatro anos, foi a primeira vez que uma parcela dos recursos foi destinada ao combate ao terrorismo (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019), o que explica a preocupação dos EUA com a região fronteira.

Além da agenda de segurança, em termos de agenda econômica, George W. Bush manteve para a América do Sul o objetivo de expandir o livre comércio através da finalização da ALCA, porém as negociações pouco avançaram, chegando a ocorrer três reuniões ministeriais – Buenos Aires (2001), Quito (2002) e Miami (2003) – e três Cúpulas das Américas – Quebec (2001), Monterrey (2004) e Mar Del Plata (2005). Segundo Pecequillo (2013), antes mesmo de 2005, as negociações da ALCA já estavam esgotadas.

De acordo com Pecequillo (2012), além da resistência dos países sul-americanos, algumas questões da política interna dos EUA se interpuseram à formalização da iniciativa, enfraquecendo a proposta e chegando ao fim das negociações em 2005.

A partir do insucesso das políticas neoliberais implantadas nos anos 1990, com as diretrizes de política externa dos EUA voltadas para o Oriente Médio, tornando a América do Sul uma região secundária; com ausência de uma política hemisférica

concreta que apresentasse ganhos à região; e, ainda, com a ascensão ao poder de governos progressistas, a América do Sul passou a apresentar uma forte tendência de autonomia em relação a Washington – com algumas exceções, como a Colômbia, principalmente –, dando início a um processo de integração regional em diferentes blocos, com os mais diversos objetivos.

Esse regionalismo em ascensão na América do Sul ficou conhecido por *Regionalismo Pós-liberal* (VEIGA; RIOS, 2007) e também foi classificado por Riggiozzi e Grugel (2015 *apud* LUIGI, 2017) como *Integração Pós-hegemônica*. O *Regionalismo Pós-liberal* ou *Integração Pós-hegemônica* foi:

[...] moldado pela mudança da geopolítica das Américas. O declínio relativo dos Estados Unidos e o fato de Washington se concentrar em preocupações domésticas e crises internacionais fora do hemisfério, combinados com os dilemas da política externa do Brasil, significam que não há hegemonia regional incontestável (RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015, p. 782 *apud* LUIGI, 2017, p. 82).

Pecequilo (2013) afirma que essas novas diretrizes estabelecidas nos governos de esquerda e centro-esquerda da América do Sul marcaram um desalinhamento em relação a Washington em detrimento de uma cooperação intrarregional e global, em especial no parâmetro Sul-Sul, e não exclusivamente Norte-Sul. A recusa dos países sul-americanos em formalizar a ALCA, em 2005, marcou essa nova guinada.

Mesmo que a maior parte da América do Sul tenha alterado as suas diretrizes externas no sentido de formalizar políticas revisionistas em relação aos EUA e seus ideais neoliberais, buscando

maior autonomia, é preciso esclarecer que os níveis de revisionismos não foram homogêneos<sup>30</sup>. Em 2006, Coutinho assinalava que:

Examinando todos os casos, observa-se a existência de uma variedade expressiva de continuidade e mudança entre os países da região. Em alguns países, como a Argentina, a mudança de fundamentos da política econômica é bastante clara. Em outros, como o Brasil, a dose de continuidade da ortodoxia é maior. Na Bolívia e na Venezuela, a revisão generalizada de políticas adotadas no período neoliberal, como a privatização, é bem nítida. Já na Colômbia persiste a mesma doutrina liberal. Sendo assim, embora sua força seja inegável, a guinada à esquerda e mais nacionalista que atinge a região na virada de século está muito longe de ser uniforme ou representar o fim completo da liberalização econômica no continente (COUTINHO, 2006, p. 116).

Embora classificados em grupos distintos, os países sul-americanos passaram a olhar para a América do Sul como algo promissor e a visualizar o âmbito regional como um meio de alcançar seus interesses, sejam eles de natureza econômica, política, social ou militar. A região já experimentou diferentes blocos de integração: a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), criada em 1960 e substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em 1980; o Pacto Andino, criado em 1969, passando na década de 1990 a se chamar CAN (Comunidade Andina das Nações); e o Mercosul, criado em 1991.

---

<sup>30</sup> O “revisionismo consiste aqui em tomar a unipolaridade como ‘status quo’ insustentável e/ou insuportável, o que supõe certo tipo, algo aguerrido, de unidade sul-americana, composta com alianças externas pertinentes” (GUIMARÃES, 2008, p. 244 *apud* MONTEIRO, 2014, p. 180).

Os blocos regionais que vieram a se formar após os anos 2000, em sua maioria, derivaram do *Regionalismo Pós-Liberal* que, de acordo com Veiga e Rios (2007), passou a questionar as agendas de viés exclusivamente comercial, expandindo o raio de ação ao espaço político/diplomático, infraestrutural e de segurança.

O lançamento da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), criada na *1ª Reunião de Presidentes da América do Sul*, em Brasília, no ano de 2000, abriu caminho para as iniciativas que viriam a surgir na América do Sul. Para Simões:

Por trás da reunião de 2000 não estava uma nova visão política do papel que a América do Sul poderia desempenhar na solução de seus próprios problemas, mas uma intenção mais modesta de articular projetos de infraestrutura para melhorar a vinculação com outros países e regiões (SIMÕES, 2011, p. 48).

De modo semelhante, Vitte (2006) complementa ao afirmar que a IIRSA visava a:

[...] uma tentativa de integração dos meios de transportes, fontes de energia e redes de telecomunicações, visando organizar o espaço do subcontinente. A partir de um plano de integração elaborado pelo BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) foram apontados os principais problemas que inibem o comércio na América do Sul e feitas propostas para otimizar as trocas internacionais, tendo como referência os chamados eixos de integração e desenvolvimento, recortados considerando os maiores fluxos de intercâmbios e as

potencialidades econômicas a serem desenvolvidas (VITTE, 2006, p. 34).

Porém, mesmo sem objetivos tão ambiciosos, a proposta da IIRSA foi o primeiro passo para o desenvolvimento do cenário autônomo sul-americano. Quatro anos mais tarde, em 2004, foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a qual deu origem a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que teve em 2008 a assinatura de seu Tratado Constitutivo, o qual lhe garantiu personalidade jurídica. Porém, o bloco só chegou a vigorar no ano de 2011, após o nono país (o Uruguai) assinar a ratificação do Tratado Constitutivo (LUIGI, 2017; SENHORAS, 2010).

A Unasul formou-se com o intuito de ser um bloco constituído basicamente de países da América do Sul, consolidando e integrando a região como um polo de poder regional com perspectivas de maior projeção desses países no cenário internacional. E todos os países da América do Sul, exceto a Guiana Francesa, um departamento ultramar francês, passaram a fazer desta iniciativa. De acordo com Nery (2016):

A Unasul tem um perfil diferente das outras iniciativas e se aproxima mais de um instrumento de governança regional do que dos padrões clássicos de integração, [...] enfatiza a autonomia política regional e a necessidade de projetar geopoliticamente a América do Sul (NERY, 2016, p. 67).

O objetivo da Unasul não era “alcançar um bloco comercial coerente no curto prazo, mas ampliar as possibilidades nas áreas de infraestrutura, investimentos e energia, além de outras possíveis, como segurança e defesa, políticas sociais, educação e saúde”

(SIMÕES, 2011, p. 49). Calixtre e Barros (2010) afirmam que a Unasul foi estabelecida para atuar na integração econômica da América do Sul por intermédio de três eixos temáticos: a) infraestrutura, a partir da incorporação da IIRSA ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), em 2009; b) finanças, a partir da Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR), criada em 2008; e c) defesa, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em 2008.

Contudo, antes mesmo de minar a proposta da ALCA e a ocorrer a formalização da Unasul, os EUA já ensaiavam uma outra estratégia econômica destinada aos países da América do Sul, que seria a assinatura de tratados bilaterais de livre comércio (TLC). O primeiro país sul-americano a assinar esse tipo de acordo com os EUA foi o Chile, em 2003, entrando em vigor em janeiro de 2004. Anos depois, o Peru assinou em 2006, entrando em vigor em 2009, e a Colômbia assinou também em 2006, entrando o acordo em vigor em 2012.

Mesmo com a reeleição de George W. Bush em 2005, não houve o renascimento do *Século das Américas*, mantendo-se o esvaziamento das políticas hemisféricas por parte dos EUA, tanto pelas prioridades direcionadas ao Oriente Médio, como pela crise econômica que teve seu auge em 2008 (PECEQUILO, 2013).

A *Nacional Security Strategy* de 2006 apresentou os mesmos objetivos que a de 2002, enfatizando os sucessos obtidos no primeiro mandato de George W. Bush e os desafios que Washington ainda iria enfrentar em seu governo. Sobre a América do Sul, o documento enfatizava novamente a necessidade de contenção ao narcotráfico – embora, no documento, o termo utilizado seja América Latina – em especial na Colômbia, alegando-se que: “na Colômbia, um aliado democrático está lutando contra os ataques persistentes de terroristas marxistas e traficantes de drogas” (THE WHITE HOUSE, 2006, p. 15).

Já sobre a Venezuela, o tom do texto demonstrou hostilidade em relação ao governo desse país: “Na Venezuela, um demagogo inundado de dinheiro do petróleo está minando a democracia e buscando desestabilizar a região” (THE WHITE HOUSE, 2006, p. 15)<sup>31</sup>. Sobre a expansão do livre mercado e livre comércio, a ALCA não foi sequer citada no documento, sendo mencionados apenas os TLCs com Chile, Colômbia, Equador e Peru – até aquela data, apenas o TLC com o Chile havia entrado em vigor, mas o governo de Washington buscava alcançar o mesmo *status* com os demais países.

No âmbito econômico, apenas os TLCs tiveram avanços. A política externa do segundo governo George W. Bush para a América do Sul ficou marcada em especial por sua agenda de segurança. A luta contra o narcotráfico se perpetuou, os países que faziam parte do ATPA/ATPDEA continuaram a receber benefícios no comércio com os EUA, como demonstra a Tabela 8.

Diferente do primeiro mandato, o segundo governo de George W. Bush teve um elevado avanço nas relações comerciais com os países do ATPA/ATPDEA, aumentando o número, tanto das exportações estadunidenses aos países quanto das importações realizadas pelos EUA, mantendo-se a balança comercial de Washington deficitária.

---

<sup>31</sup> Sobre a hostilidade do governo de George W. Bush em relação a Hugo Chávez, vale lembrar a tentativa sem sucesso de golpe de Estado ocorrido na Venezuela contra Chávez em 2002, quando houve indícios de que os EUA estavam cooperando para a derrocada do presidente bolivariano.

**Tabela 8 - Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA/ATPDEA (2001-2008)**

Ano	Exportações estadunidenses aos países do ATPA/ATPDEA*	Participação do ATPA/ATPDEA nas exportações mundiais dos EUA	Importações estadunidenses dos países do ATPA/ATPDEA **	Participação do ATPA/ATPDEA nas importações mundiais dos EUA	Balança Comercial dos EUA
	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$
2001	6,363.3	1.0	9,568.7	0.8	-3,205.3
2002	6,463.8	1.0	9,611.5	0.8	-3,147.7
2003	6,525.7	1.0	11,639.5	0.9	-5,113.8
2004	7,663.6	1.1	15,489.8	1.1	-7,826.2
2005	8,919.1	1.1	20,060.1	1.2	-11,141.0
2006	11,636.5	1.3	22,510.6	1.2	-10,874.1
2007	14,620.5	1.4	20,922.9	1.1	-6,302.4
2008	19,762.7	1.7	28,483.0	1.4	-8,720.3

\*Exportações domésticas

\*\*Importações para consumo, valor aduaneiro

Fonte: *Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act*, USTR, 2013. Organização: Brigola (2019).

No ano de 2008, o então presidente boliviano, Evo Morales, fez acusações ao embaixador estadunidense, Philip Goldberg, de conspiração contra seu governo e incitamento de movimentos separatistas na Bolívia, pedindo, então, que ele se retirasse do país. No mesmo ano, o presidente também cortou relações com a agência antidrogas dos EUA, a DEA, e expulsou seus representantes do solo boliviano, alegando que ela também conspirava contra seu governo<sup>32</sup>. “Em represália, o governo de George W. Bush anunciou a eliminação da Bolívia do ATPA/ATPDEA, que condiciona as vantagens tarifárias à luta antidrogas” (GAZETA DO POVO, 2009).

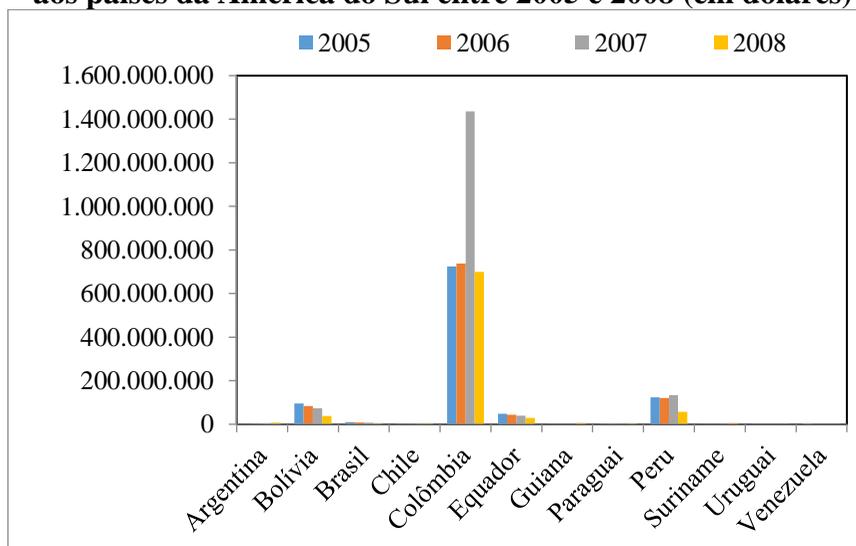
Em 15 de setembro de 2008, o Presidente designou a Bolívia como um país que havia demonstrado, nos últimos 12 meses, não cumprir suas obrigações sob

<sup>32</sup> Em apoio a Evo Morales, o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, também expulsou o embaixador estadunidense, Patrick Duddy, de Caracas.

acordos internacionais de combate ao narcotráfico e tomar as medidas estabelecidas na Lei de Assistência Externa de 1961. Em 25 de novembro de 2008, com base no fracasso da Bolívia em atender aos critérios de elegibilidade do ATPA/ATPDEA relacionados à cooperação antinarcóticos, o Presidente suspendeu a designação da Bolívia como país beneficiário sob o ATPA/ATPDEA, a partir de 15 de dezembro de 2008 (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2009, p. 1).

Mas, de fato, a Colômbia era o principal vetor na luta contra o narcotráfico na América do Sul. Desde o início do Plano Colômbia, o país tinha se tornado o principal receptor das assistências dos EUA para essa finalidade. O Gráfico 10 demonstra esta afirmação.

**Gráfico 10 - Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2005 e 2008 (em dólares)**



Fonte: Security Assistance Monitor. Organização: Brigola (2019).

A leitura do Gráfico 10 permite uma melhor compreensão sobre a diferença gritante entre a assistência em segurança recebida pela Colômbia em relação aos demais países sul-americanos, devido ao Plano Colômbia. A Colômbia recebeu 78,62% de toda assistência para a América do Sul, durante o período pesquisado; seguida pelo Peru, com 9,53%; Bolívia, com 6,38%, e Equador, com 3,51%; tendo os demais países apresentado números pouco expressivos.

Esses dados demonstram que os países que receberam os maiores montantes em assistência dos EUA no tocante a segurança são aqueles com maior envolvimento com o narcotráfico e, portanto, os maiores beneficiados pelo programa ATPA/ATPDEA. Ou seja, o combate ao tráfico de drogas e a grupos armados envolvidos com o narcotráfico foram as diretrizes principais da agenda de segurança dos EUA para a América do Sul, durante as gestões de George W. Bush.

As acusações de terrorismo na Tríplice Fronteira voltaram a ocorrer e, de acordo com Amaral (2008), diferente do primeiro mandato, elas não tiveram início com membros do Comando Sul do Pentágono ou do DEA, mas com embaixadores estadunidenses do Cone Sul.

Os Estados Unidos pediram aos seus diplomatas, em 2008, que investigassem a possível presença da Al-Qaeda e outros “grupos terroristas” islamitas na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, segundo documentos secretos publicados este domingo pelo site WikiLeaks. Segundo documento difundido pela página do WikiLeaks a vários jornais e publicado pelo britânico The Guardian, a chancelaria americana pediu em 2008 à sua embaixada em Assunção “informação sobre a presença, as intenções, os planos e as atividades de grupos terroristas (...) no Paraguai, concretamente na

tríplice fronteira” com o Brasil e a Argentina (PRESSE, 2010a).

Durante a segunda gestão de George W. Bush, o Brasil apresentou queda de 2,69% no recebimento das assistências em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul. E, embora a maior parte dos recursos tenha sido, assim como na primeira gestão, despendida para o combate ao narcotráfico, ocorreu uma significativa parcela voltada para o combate ao terrorismo (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019).

Em contrapartida, os montantes para a Argentina tiveram um acréscimo de 35% em relação à gestão anterior, sendo a maior parte desses recursos para treinamento de militares argentinos, combate ao terrorismo e fornecimento, por parte dos EUA, de equipamentos militares usados e excedentes (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019). Enquanto o Paraguai obteve, em relação à primeira gestão de George W. Bush, um aumento de 105% dos valores recebidos em assistência para segurança, fornecidos pelos EUA, recursos destinados em especial para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019).

Cabe destacar que, em 2005, ocorreu a realização de um acordo entre EUA e Paraguai para que tropas estadunidenses entrassem no país sul-americano e ficassem até o fim de 2016, podendo esse prazo ser prorrogado. O acordo previa o treinamento dos soldados paraguaios para eles “lidarem com o narcotráfico, o terrorismo, a corrupção governamental e as questões domésticas de saúde, garantindo imunidade jurídica aos estadunidenses” (JORGE, 2009, p. 85).

Ainda em 2008, o governo George W. Bush gerou uma polêmica entre os países sul-americanos ao defender a reativação da

Quarta Frota Naval dos EUA – que atuava sobre os auspícios do Comando Sul dos EUA (*USSOUTHCOM*) e estava desativada desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o chefe de Operações Navais, o almirante Gary Roughead, “a reconstituição da Quarta Frota reconhece a imensa importância da segurança marítima na parte sul do Hemisfério Ocidental e envia um forte sinal a todos os serviços marítimos civis e militares da América Central e Latina” (U.S. DEPARTMENT OF NAVY, 2008).

Nossa estratégia marítima aumenta a importância de formar parcerias marítimas globais, trabalhando com parceiros internacionais como base para a segurança marítima global. O restabelecimento da Quarta Frota nos permite empregar, de maneira mais eficaz, as forças navais para construir confiança entre os países por meio de esforços coletivos de segurança marítima que se concentram em interesses mútuos (U.S. DEPARTMENT OF NAVY, 2008).

Entre os impactos estratégicos da reativação da Quarta Frota no Atlântico Sul, cabe destacar que existem diversas interpretações. Autores como Moniz Bandeira (2010c) ou Pecequillo e Jaeger (2019) trazem uma visão mais pessimista, defendendo que a reativação da Quarta Frota estaria diretamente ligada às descobertas brasileiras de petróleo na camada pré-sal. E consideram ainda que suas forças de atuação “são empregadas em ações diretas e em missões de reconhecimento especial, capazes de empreender guerra não convencional, defesa interna no exterior e operações contra o terrorismo” (MONIZ BANDEIRA, 2010c, p. 71).

Por outro lado, Fragelli (2010 *apud* ABDUL-HAK, 2013) afirma que:

[...] do ponto de vista militar, a criação da Quarta Esquadra não traduz nada de novo, pois a verdade é que a Marinha norte-americana possui uma capacidade de se deslocar e operar em qualquer teatro do mundo com grande rapidez e eficiência, especialmente em áreas próximas, como são as do Comando Sul (FRAGELLI, 2010 *apud* ABDUL-HAK, 2013, p. 159).

Então, para Fragelli (2010 *apud* ABDUL-HAK, 2013), mesmo sem a Quarta Frota, os EUA poderiam operar no Atlântico Sul sem dificuldades. Sendo verdade ou não, os líderes dos países da América do Sul não olharam com bons olhos para tal atitude do governo Bush, como se pode constatar:

Essa decisão, tomada de forma unilateral pelo governo de George W. Bush, já provocou manifestações de desagrado dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Cristina Kirchner (Argentina), Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia), apesar de os EUA garantirem que suas embarcações somente serão utilizadas em “operações de paz, de assistência humanitária e de socorro em caso de desastres naturais” (THUSWOHL, 2008).

O então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, “advertiu que a Quarta Frota naval dos Estados Unidos está de olho nas grandes reservas descobertas na costa brasileira” (PENA NETO, 2008).

Em uma matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 13/07/2008, por Sérgio Dávila, o autor se posicionou alegando que a reativação da Quarta Frota estaria ligada também a um modo de

monitorar uma potencial corrida armamentista na América do Sul, desencadeada pela Venezuela; observar com mais interesses as atuações do Brasil como líder regional, sobretudo em suas articulações para a integração regional a partir do Conselho de Defesa regional; acompanhar o avanço da presença comercial e militar de países extrarregionais como China e Irã; e, por fim, garantir sua presença militar na região compensando a possibilidade de perder a base de Manta no Equador (DÁVILA, 2008).

Concluindo, é possível afirmar que a política externa de George W. Bush para a América do Sul não negligenciou totalmente a região, embora tenha sido caracterizada por um papel secundário, justificada pelo distanciamento devido às prioridades das diretrizes voltadas ao Oriente Médio e pela ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda no subcontinente com a forte tendência à autonomia e integração regional.

O combate ao narcotráfico se manteve a partir da continuidade dos benefícios aplicados pelo ATPA/ATPDEA e pelas assistências militares através do Plano Colômbia. A América do Sul não ficou incólume em relação às diretrizes de Washington sobre a contenção ao terrorismo, sendo acusada pelo governo dos EUA de ser um potencial refúgio para grupos extremistas.

Por fim, no âmbito econômico, poucos avanços marcaram o governo de George W. Bush para a região, principalmente pela não conclusão da ALCA, sendo esta substituída por uma estratégia de concluir acordos de livre comércio de caráter bilateral com um número seletivo de países. A decadência da hegemonia estadunidense na América do Sul foi certamente percebida pelos estadistas de Washington e talvez a reativação da Quarta Frota possa ter sido um sinal dessa percepção, significando uma tentativa de aproximação com a região.



## **PARTE 2**

---

*Relações geopolíticas do governo  
Barack Obama com a América do Sul (2009-2016)*



## **RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS DO GOVERNO BARACK OBAMA COM A AMÉRICA DO SUL (2009-2016)**

Esta parte do livro foi organizada em diferentes capítulos. Num primeiro momento, foi realizado através de pesquisas bibliográficas e jornais, um histórico sobre a candidatura de Barack Obama, a partir de sua trajetória política, campanha e discursos proferidos.

Em seguida, foi realizada uma análise sobre as diretrizes da agenda de interesses globais dos EUA durante os dois mandatos de Barack Obama, verificadas por meio de documentos oficiais como o *Nacional Security Strategy* (NSS), elaborado pelo próprio presidente e seus assessores, e o *Strategic Plan*, elaborado pelo Departamento de Estado. E ainda, buscou-se averiguar de que modo a América do Sul foi abordada nesses documentos.

Em última instância, foi realizada uma pesquisa sobre as relações do governo Obama com a América do Sul, em suas duas gestões, a partir de sua agenda econômica, política e de segurança, tendo como foco principal a análise de documentos e dados disponíveis em páginas como Departamento de Estado, Departamento de Defesa, além de páginas de programas de assistência econômica e social dos Estados Unidos, como a *USAID* e o *Security Assistance Monitor*, bem como páginas de *Think Tanks*.

Neste capítulo, foi dado maior enfoque a pesquisa nos seguintes países: o Brasil e a Venezuela, por serem aqueles com maiores destaques regionais, já que eram líderes de dois projetos de integração autônomos naquele período, respectivamente a Unasul e a Alba; a Colômbia, por possuir uma estreita relação com os EUA no campo da segurança e do comércio, justificado pelo combate ao

narcotráfico; e o Chile e o Peru, países com os quais os EUA buscaram uma maior aproximação comercial por meio dos Tratados de Livre Comércio (TLC), pois tal aproximação foi um dos meios de consolidação do TPP, a principal diretriz econômica da política global do presidente Obama.

Isso não quer dizer, entretanto, que os demais países tenham sido totalmente excluídos da pesquisa; a todo momento em que houve questões pertinentes, eles foram citados.

O objetivo desta parte do livro, consiste em analisar de que modo foi conduzida a política externa de Barack Obama para a América do Sul, buscando averiguar se a região se manteve como uma área de importância geopolítica para os interesses estadunidenses.

Conclui-se que, mesmo com os discursos de aproximação para com a América do Sul, pronunciados por Barack Obama, poucos avanços na prática ocorreram nas relações entre o país do Norte e a da região, durante a gestão do presidente democrata. Embora a América do Sul tenha se mantido como uma área de importância para os interesses de Washington, tanto no âmbito da segurança, quanto no âmbito econômico, em suma, a política externa de Barack Obama para a região, em sua maioria, manteve as diretrizes dos governos anteriores. O foco principal de sua política externa foi direcionado para o Oriente Médio e posteriormente para a região Ásia-Pacífico. O que remete ao entendimento de que a América do Sul foi uma área secundária para os interesses dos EUA na gestão de Barack Obama.

## **CAPÍTULO 4**

---

*Uma biografia sucinta de Barack Obama: do Estado do Haváí à Casa Branca em Washington, D.C.*



## **UMA BIOGRAFIA SUCINTA DE BARACK OBAMA: DO ESTADO DO HAVAÍ À CASA BRANCA EM WASHINGTON, D.C.**

Este capítulo objetiva caracterizar de forma breve a vida e a carreira de Barack Obama até assumir a Casa Branca. Sua trajetória é reveladora de como conseguiu romper fronteiras e fazer história quando conquistou o eleitorado estadunidense e chegou ao poder da nação hegemônica global, em 2009.

Além de ser o primeiro presidente negro dos EUA, o modo como conduziu sua campanha merece destaque, pois, não bastasse ser na época um senador pouco conhecido, teve como adversária, no Partido Democrata, a então membro do *mainstream* da política estadunidense e esposa de um ex-presidente, Hillary Clinton. Outro desafio viria nas eleições presidenciais, quando teve que concorrer com o candidato considerado um herói no país, John McCain, um veterano da Guerra do Vietnã.

Filho de pai queniano, Barack Hussein Obama, e mãe estadunidense nascida no Kansas, Ann Dunham, Barack Hussein Obama Jr. nasceu em 4 de agosto de 1961, em Honolulu, Havaí. Após seu pai deixar a família para continuar seus estudos em Harvard e depois retornar para o Quênia, Barack Obama foi criado por sua mãe no Havaí, passando alguns anos da sua vida na Indonésia, quando sua mãe se casou com Lolo Soetoro – um geólogo indonésio que, na época, estudara no Havaí.

Quatro anos mais tarde, Barack Obama retornou ao seu país de origem para morar com seus avós maternos, iniciando a quinta série na *Punahou School*, considerada a “melhor escola particular do Havaí e a mais antiga a oeste do rio Mississippi” (REMKNICK, 2010, p. 86). Em seu livro *A origem dos meus sonhos*, Barack Obama

descreveu esse período como o mais turbulento de sua vida, “pois ele se debatia para entender sua herança birracial em uma época em que isso ainda era relativamente pouco comum nos Estados Unidos” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011, p. 4).

Após se formar no ensino médio na *Punahou School*, Barack Obama chegou a frequentar o *Occidental College*, em Los Angeles, por dois anos, porém se mudou para Nova York, onde passou a estudar na Universidade Colúmbia, obtendo o diploma de bacharelado em Humanidades, em 1983 (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2011).

No ano de 1985, Barack Obama deixou a cidade de Nova York para tentar a vida em Chicago, onde passou a trabalhar “como organizador comunitário para uma coalizão de igrejas locais no lado sul da cidade, área afro-americana pobre e duramente afetada pela transição de centro de manufatura para economia de serviços” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011, p. 4). Sobre esse trabalho do jovem Obama, Remnick descreve:

Em poucos anos, Obama fez do Projeto de Desenvolvimento Comunitário um programa compacto e eficaz, mais viu com clareza seus limites [...] Obama já pensava em uma atuação mais abrangente, procurava maneiras de causar maior impacto [...] decidira conquistar os instrumentos necessários para deixar sua assinatura num quadro bem maior do que o disponível para um organizador comunitário (REMNICK, 2010, p. 204-205).

Sendo assim, Barack Obama em 1988 se mudou para Cambridge, onde iniciaria seus estudos em Harvard no curso de Direito. “Obama se matriculou em Harvard consciente, por ser um lugar sério capaz de oferecer avanços no conhecimento que jamais

adquiriria como organizador da zona sul de Chicago” (REMNICK, 2010, p. 210). Desse modo, ele cursou a Escola de Direito da renomada universidade de Harvard, obtendo um grande destaque “ao ser eleito o primeiro presidente negro da prestigiada publicação *Harvard Law Review* e ao formar-se em Direito *magna cum laude*<sup>33</sup>, em 1991” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011, p. 4).

Após trabalhar como advogado de direitos civis e professor em Chicago, o ano de 1996 marcou a primeira experiência de Barack Obama na política, quando foi eleito pelo Partido Democrata para o Senado Estadual de Illinois, destacando-se rapidamente “da maioria dos legisladores afro-americanos” (KLEIN, 2009, p. 23). Assim,

Em 1996, foi eleito senador pelo estado de Illinois, tendo uma atuação moderada, porém com ênfase na questão social e dos direitos civis. Dentre seus principais feitos como senador destacamos a tentativa de criar um fundo para o combate a AIDS nacional e internacional; mudança das regras dos seguros de saúde, dando mais direitos aos inadimplentes e a lei que obriga a instalação e manutenção de câmara nas salas de interrogatório da polícia dos EUA. Como senador, destacou-se também em temas relacionados à África, ao desarmamento militar e aos biocombustíveis (FINGUERUT, 2009a, p. 37).

No ano de 2000, concorrendo ao Congresso dos EUA, Barack Obama fora derrotado por Bobby L. Rush. Mas, em uma nova tentativa, conseguiu ser eleito em 2004, para o Senado Federal dos EUA, também pelo estado de Illinois. De acordo com Finguerut (2009a, p. 37), Barack Obama “passou a aparecer nas listas de

---

<sup>33</sup> A expressão *magna cum laude* deriva do Latin e significa “com grande honra”. Normalmente é concedida essa honra acadêmica de distinção a um aluno que tenha se formado entre os 10% ou 15% melhores de sua classe.

políticos mais influentes do Partido Democrata”, embora ainda não fosse conhecido em escala nacional e mundial (MOMPEAN, 2014).

A influência de Barack Obama no Partido Democrata lhe rendeu o papel de:

[...] orador principal na convenção do Partido Democrata, em 27 de julho de 2004, no Fleet Center, em Boston. Ele fez um discurso que se tornou um marco histórico em sua carreira política, sendo considerado o início de sua trajetória para conseguir a indicação do Partido Democrata para concorrer à Casa Branca em 2008. (MOMPEAN, 2014, p. 16)

Para Amy Sullivan (2009, p. 64), “ele fez o discurso de sua vida. Barack Obama mostrou-se impressionantemente à vontade em sua primeira aparição nacional, arrancando aplausos e improvisando falas como se tivesse feito isso muitas vezes antes”. Como lembra Weisskopf (2009, p. 48), “boa parte da resposta pode ser encontrada nas lições aprendidas naquela primeira derrota. [...] Ele deixou de lado o estilo oratório de Harvard, e aderiu a um discurso informal e mais próximo de seu público”.

Ao proferir seu discurso, Barack Obama iniciou falando sobre a origem simples de sua família. Seu pai era um estudante estrangeiro vindo do Quênia, onde cresceu pastoreando cabras; e sua mãe, nascida no Kansas, mudou-se com seus pais, em busca de oportunidades, para o Havaí, onde ambos se conheceram. Cada parte do discurso de Barack Obama atraía aplausos do público. Entre os trechos de sua fala, destaca-se:

Meus pais compartilhavam não apenas um amor improvável; eles compartilhavam uma fé permanente

nas possibilidades desta nação. Eles me dariam um nome africano, Barack, ou “abençoado”, acreditando que, em uma América tolerante, seu nome não é uma barreira para o sucesso (OBAMA, 2004).

A questão das diferenças também foi abordada com um tom de superação delas em prol da união de um único Estados Unidos da América, como é possível verificar na fala a seguir:

Agora, enquanto falamos, há aqueles que estão se preparando para nos dividir, os mestres em distorções e os vendedores de propagandas negativas, que adotam a política do vale tudo. Bem, eu lhes digo hoje à noite, não há uma América liberal e uma América conservadora; há os Estados Unidos da América. Não há uma América negra e uma branca, nem uma América dos latinos e uma América dos asiáticos; há os Estados Unidos da América (OBAMA, 2004).

Nesse mesmo evento, durante seu discurso, Barack Obama ressaltou seu apoio ao candidato democrata John Kerry, afirmando que “nesta eleição, oferecemos essa escolha. Nosso partido escolheu para nos liderar um homem que personifica o melhor que este país tem a oferecer. E esse homem é John Kerry” (OBAMA, 2004). Kerry concorreria às eleições daquele ano, contra o republicano George W. Bush, e acabou sendo derrotado por ele.

No início do ano de 2007, Barack Obama ganhou as manchetes dos jornais ao anunciar que se candidataria para concorrer às eleições presidenciais de 2008. Seu primeiro obstáculo seria então enfrentar a ex-primeira dama e senadora no Estado de Nova York, Hillary Rodham Clinton, nas eleições primárias para decidir quem

seria o representante do Partido Democrata nas eleições presidenciais.

Hillary Clinton “era um dos nomes democratas mais conhecidos no país e a favorita para obter a indicação do Partido Democrata numa futura corrida eleitoral pela presidência dos Estados Unidos” (MOMPEAN, 2014, p. 16). De acordo com Finguerut:

Sua candidatura fundamentava-se em dois pilares: a gestão Clinton, marcada por uma boa inserção internacional, bons índices econômicos e na imagem de Hillary como mulher de coragem e com experiência capaz de ir à guerra e de responder a altura aos ataques dos conservadores e neoconservadores do partido Republicano. Sua campanha foi cara e centrada em grandes colégios eleitorais. O perfil de seus apoiadores, da metade da campanha para frente, ficou bem definido: um eleitorado mais velho, branco, sindicalizado e também latino, que no passado apoiou Bill Clinton (FINGUERUT, 2009a, p. 38).

Barack Obama, mesmo com seu implacável discurso em 2004, estava com seu prestígio ainda em formação, enquanto Hillary Clinton liderava as pesquisas. Uma das estratégias para vencer sua oponente foi o uso da tecnologia, como demonstra Tumulty (2009), afirmando que essa foi sua companheira de chapa desde o início de sua campanha. Nas palavras de Barack Obama: “o que eu não previa era a eficácia com que pudemos utilizar a internet para conseguir a participação da base, tanto no aspecto financeiro quanto no organizacional” (TUMULTY, 2009, p. 68).

Ainda de acordo com Tumulty (2009), outro fator relevante para Barack Obama foi a escolha do seu pessoal. Enquanto Hillary

Clinton realizava gastos exorbitantes em sua campanha, Barack Obama poupava dinheiro com muitos voluntários ao seu lado. “Como eu não era o candidato favorito, todas as pessoas que vieram trabalhar nesta campanha acreditavam realmente em seus objetivos. Logo, não eram mercenárias”, afirmava o candidato à presidência (TUMULTY, 2009, p. 70). Finguerut frisa que a campanha de Barack Obama contra Hillary Clinton estava ancorada em quatro frentes:

- 1) Uma campanha cuja essência era um discurso de mudança e esperança;
- 2) Uma campanha voltada para os jovens (eleitorado até então considerado apático e indiferente ao processo eleitoral), capaz de mobilizar também os afrodescendentes;
- 3) Buscou construir uma larga base de doadores capazes de dar fôlego a uma campanha longa e cara;
- 4) Esforçou-se para ter destaque, conquistando vitórias, logo nas primeiras primárias (FINGUERUT, 2009a, p. 38).

Harnden (2008) assim como Tumulty (2009) destacam a importância que a vitória no Estado de Iowa representou na campanha do futuro presidente dos EUA. A maior arma de Hillary Clinton era seu marido, o que remetia ao passado do país, trazendo ao eleitorado um sentimento de copresidência por parte de Bill Clinton, enquanto a população estava com anseio por mudança. No estado de Iowa, Bill Clinton, ao discursar, utilizou-se do slogan “de volta ao futuro”, para a candidatura de sua esposa, ao passo que Barack Obama discursava para que não fosse construída uma ponte de retorno ao século XX (HARN DEN, 2008). O administrador da campanha de Barack Obama, David Plouffe, afirmou que “a missão número um era terminar à frente de Hillary Clinton em Iowa” (TUMULTY, 2009, p. 70).

De acordo com um artigo publicado no jornal *The Economist*, Iowa é um estado rural escassamente povoado, onde a população é predominante branca: descendentes de alemães e eslavos, e também de conservadores cristãos. Sua importância nas eleições dos EUA ocorre, pois, “o comitê de Iowa é o local onde a disputa eleitoral para a presidência começa em 1º de fevereiro e serve como uma indicação precoce de quem poderá ganhar a nomeação nas convenções nacionais e quem tem poucas chances de sucesso” (THE ECONOMIST, 2016).

Tanto Barack Obama como Hillary Clinton estavam concorrendo para entrar para a história. Ele tinha a aspiração de se tornar o primeiro presidente afrodescendente dos EUA, e ela, de se tornar a primeira mulher no cargo. Mas a vitória de Barack Obama pôs fim à primeira tentativa de Hillary Clinton.

Quando anunciada a vitória de Barack Obama, o jornal *The Guardian*, em uma edição, alegou que Obama conquistara a reputação de “matador de gigantes políticos, que, depois de menos de quatro anos no Senado dos EUA, derrubou o casal responsável pela criação da máquina política mais poderosa dos democratas” (THE GUARDIAN, 2008).

Vencida a etapa de disputa interna no Partido Democrata, o próximo obstáculo de Barack Obama seria enfrentar John McCain do Partido Republicano. O candidato republicano era senador pelo estado do Arizona, conhecido por ter servido às Forças Armadas estadunidenses na Guerra do Vietnã, onde ficou preso por cinco anos e voltado com vida. Sua reputação era a de um herói nacional.

Porém, a intervenção no Iraque sob a justificativa de coibir a sua suposta produção de armas de destruição em massa marcou a queda da aceitação do presidente George W. Bush, também do Partido Republicano, devido a não comprovação de que o país do Oriente Médio estava produzindo tais armas. Essa crise de imagem

trouxe uma repercussão negativa na corrida presidencial de John McCain, sendo que ele mesmo foi um dos apoiadores da Doutrina Bush. Como descreve Mompean:

Em 1º de julho de 2008, o *The New York Times* chamou os oito anos do então governo republicano de “era do terror” por ter promulgado a doutrina de guerras preventivas para criar uma lógica mais permissiva para o emprego de forças armadas, além de ter sido um governo que aprimorou as prerrogativas de uma presidência imperial em todos os assuntos relativos à segurança nacional (MOMPEAN, 2014, p. 42).

Ademais, a crise econômica instaurada em 2008 devido aos empréstimos para o setor imobiliário contribuiu ainda mais para o desprestígio do governo de George W. Bush. Para uma significativa parcela do eleitorado estadunidense, John McCain representava a continuidade das diretrizes da política externa do governo de George W. Bush, devido à sua formação militar, ao apoio às políticas intervencionistas no Oriente Médio, por representar o Partido Republicano e por receber o apoio de George W. Bush em sua campanha.

Embora John McCain tenha disputado com Bush em 2000 as primárias para representar o Partido Republicano nas eleições presidenciais – as quais foram vencidas pelo segundo candidato –, ambos tinham um respeito mútuo, sendo que McCain, após perder a disputa em 2000, trabalhou para a eleição e reeleição de seu adversário. Nas palavras dele: “Estou muito honrado por receber o apoio do presidente, por quem tenho muita admiração e respeito. Tivemos muita competição em 2000, mas tive o prazer de trabalhar

por sua eleição e por sua reeleição” (G1, 2008). Porém, segundo Thomaz:

Os eleitores norte-americanos nas eleições de 2008, assim como no ano de 2004, orientaram-se, em grande medida pelo medo, mas o principal agente catalisador foi o desejo de mudança. Se em 2004 o medo era em função do terror pós-11 de setembro, em 2008 o medo estava relacionado com o futuro da economia de seu país (THOMAZ, 2009, p. 17).

Enquanto a vitória de John McCain era vista como a continuidade do governo anterior, com maior preocupação para as diretrizes externas, a população estava mais preocupada com o futuro econômico dos EUA. Por sua vez, Barack Obama embasou sua campanha com *slogans* de impacto, em torno das palavras *hope* (esperança) e *change* (mudança), assim como frases do tipo *Change we can believe in* (“A mudança em que podemos acreditar”) e *Yes, we can* (“Sim, nós podemos”) (MOMPEAN, 2014).

Sobre a agenda de Barack Obama, Issues (2008 *apud* THOMAZ, 2009) afirma que chegou a ser comparada com as diretrizes do *New Deal*, de Franklin Roosevelt. Entre suas metas, estavam:

[...] um plano detalhado para a economia dos Estados Unidos voltarem aos trilhos, através da criação de novos postos de trabalho e aliviando a carga de impostos aos trabalhadores norte-americanos; [...] continuar a longa tradição diplomática, melhorando simultaneamente a posição dos Estados Unidos no mundo; implantar um plano de saúde que dará acesso e cobertura com preços acessíveis para todos; [...] trabalhar com seus comandantes militares

responsavelmente para acabar com a guerra no Iraque; reorientar os recursos para combater a Al-Qaeda no Afeganistão e focar-se na luta contra os terroristas responsáveis pelo ataque em 11 de setembro (ISSUES, 2008 *apud* THOMAZ, 2009, p. 18).

Obama passou a ganhar notoriedade, sendo “muitas vezes comparado a John F. Kennedy e a Martin Luther King Jr., e caracterizado pelos meios de comunicação de massa como um candidato nascido da miscigenação de raças e culturas, capaz de mudar barreiras culturais e sociais” (MOMPEAN, 2014, p. 11). Thomaz apresenta números que evidenciam os resultados de tal caracterização de Obama:

Com relação aos eleitores negros, principalmente impulsionados pela candidatura de Barack Obama, houve um aumento de 58% em 2004 para 70% em 2008 da participação desse eleitorado, sendo que o candidato democrata recebeu 95% desses votos. Obama ainda teve um aumento de 11% dos votos relativos aos hispânicos, isto é, em 2004 os democratas obtiveram 56% dos votos de hispânicos e em 2008 esse número passou para 67% [...] Obama recebeu 66% de votos dos jovens (18-29 anos) contra 32% dos votos para McCain. Uma diferença como esta somente havia ocorrido duas vezes no histórico das eleições dos Estados Unidos, sendo que jamais fosse tão significativa (THOMAZ, 2009, p. 17).

Cabe destacar o apoio que a campanha de Barack Obama recebeu de Collin Powell – também negro – que possuía uma grande reputação nos anos 1990 após a Guerra do Golfo, chegando até mesmo a cogitar disputar as eleições presidenciais de 1996, e que

depois deixaria de atuar como secretário de Estado do governo de George W. Bush em 2005 (REMNICK, 2010).

Powell, em entrevista ao programa *Meer the Press*, soube escolher suas palavras para não desagradar o Partido Republicano, mas não deixou de esconder que havia escolhido um lado nas eleições, como é possível notar na transcrição de Remnick (2010) de um trecho da entrevista:

No lado republicano, nas últimas sete semanas, a mentalidade do Partido Republicano e do senhor McCain vem se tornando cada vez mais estreita. Ao mesmo tempo, o senhor Obama vem nos dando uma visão mais ampla, mais abrangente das necessidades e aspirações do nosso povo [...] Ele é uma nova geração que está surgindo no mundo, no palco mundial, no palco americano. E por essa razão vou votar no senador Barack Obama (REMNICK, 2010, p. 623-624).

Outro ponto que destacou a posição de Barack Obama como favorito à presidência foram as viagens realizadas ao exterior, tendo como destino Afeganistão, Iraque, Jordânia, Israel, Cisjordânia, Alemanha, França e Inglaterra. Tal atitude, além de ser vista como uma crítica à política isolacionista de George W. Bush, serviu para que os eleitores avaliassem como o senador de Illinois se sairia no palco diplomático internacional (TUMULTY, 2009).

Entre as cidades citadas, Berlim foi a mais significativa e mais lotada de espectadores, onde Barack Obama discursou sobre a importância da cooperação entre os EUA e a Europa “pela superação de diferenças e pela retomada de velhas alianças para restaurar a estabilidade global e, desta maneira, enfrentar ameaças existentes e imprevistas” (MOMPEAN, 2014, p. 52). Mompean ainda

acrescenta, comparando Obama ao seu oponente na mesma circunstância:

Por outro lado, como o próprio *The Wall Street Journal* admite na passagem antes descrita, o senador McCain fez uma viagem semelhante ao *tour* de Obama no mês de março, mas não foi acompanhado da imprensa e recebeu muito pouca atenção dos meios de comunicação. De acordo com levantamento do Instituto Media Research Center, a viagem de Obama resultou em 92 minutos de cobertura jornalística nos principais telejornais da TV americana, enquanto a viagem de McCain rendeu oito minutos e meio de cobertura (MOMPEAN, 2014, p. 52).

As imagens de ambos os candidatos no exterior foram analisadas a partir de uma pesquisa de opinião feita pelo Serviço Mundial da BBC em 22 países, mostrando que a grande maioria preferia Barack Obama a John McCain numa margem de aproximadamente quatro para um, e ainda aproximadamente 50% dos entrevistados alegaram que, se Barack Obama se tornasse presidente, tal fato poderia mudar fundamentalmente a imagem que eles faziam dos EUA (REMICK, 2010).

Sendo assim, o resultado das eleições parecia claro e a vitória de Barack Obama seria certa. No dia 4 de novembro de 2008, a notícia tomou conta dos grandes jornais dos EUA: Barack Obama saíra vitorioso com 365 votos contra 176 de John McCain. O Quadro 4 apresenta os dados sobre as eleições, demonstrando em qual estado cada candidato obteve mais votos.

**Quadro 4 - Resultados das eleições presidenciais dos EUA de 2008 (por Estado)**

Estado	Obama	McCain	Estado	Obama	McCain
Alabama	38%	60%	Montana	47%	50%
Alaska	38%	60%	Nebraska	42%	57%
Arizona	45%	54%	Nevada	55%	43%
Arkansas	39%	59%	New Hampshire	54%	45%
California	61%	37%	New Jersey	57%	42%
Colorado	54%	45%	New Mexico	57%	42%
Connecticut	61%	38%	New York	62%	37%
Delaware	62%	37%	North Carolina	50%	50%
Florida	51%	48%	North Dakota	45%	53%
Georgia	47%	52%	Ohio	51%	47%
Hawaii	72%	27%	Oklahoma	34%	66%
Idaho	36%	62%	Oregon	57%	41%
Illinois	62%	37%	Pennsylvania	55%	44%
Indiana	50%	49%	Rhode Island	63%	35%
Iowa	54%	45%	South Carolina	45%	54%
Kansas	41%	57%	South Dakota	45%	53%
Kentucky	41%	57%	Tennessee	42%	57%
Louisiana	40%	59%	Texas	44%	56%
Maine	58%	41%	Utah	35%	62%
Maryland	62%	37%	Vermont	68%	31%
Massachusetts	62%	36%	Virginia	53%	46%
Michigan	57%	41%	Washington	57%	41%
Minnesota	54%	44%	West Virginia	43%	56%
Mississippi	43%	56%	Wisconsin	56%	42%
Missouri	49%	49%	Wyoming	33%	65%
D.C.	93%	7%			

Fonte: The New York Times [2018]. Organização: Brigola (2019).

Barack Obama saiu vitorioso em 28 estados e em Washington, D.C., enquanto John McCain conquistou a vitória em 22 estados. De acordo com Thomaz (2009), estados como Carolina do Norte, Colorado, Flórida, Indiana, Nevada e Virgínia, elegeram o George. W. Bush nas eleições de 2000 e de 2004, migrando depois para o Partido Democrata. Na Carolina do Norte, um democrata não era eleito desde Jimmy Carter, em 1976, e em Indiana, desde 1964 (THOMAZ, 2009).

Os jornais retrataram em suas publicações a vitória de Barack Obama como o início de uma nova história no país, assim como um acontecimento histórico em escala mundial:

*Obama makes history* (Obama faz história - *The Washington Post*), *Change has come* (A mudança chegou - *Tampa Tribune*), *History victory* (Vitória histórica - *Boston Globe*), *Historic choice* (Escolha histórica - *New Jersey Herald*), *Obama: Racial Barrier Falls in Decisive Victory* (Obama: A barreira racial cai em uma vitória decisiva - *The New York Times*), *Obama sweeps to historic victory* (Obama ganha em vitória histórica - *The Wall Street Journal*), *Historic win* (Vitória histórica - *The Philadelphia Inquirer*), *Change has come* (A mudança chegou - *The Times Tribune*), *Change has come to America* (A mudança chegou para a América - *Seattle Post*), *It's Obama: Decisive victory makes history* (É Obama: Vitória decisiva faz história - *Los Angeles Times*), *A new dawn* (Um novo começo - *Daily News-Los Angeles*), *A new era* (Uma nova era - *Oakland Tribune*) (MOMPEAN, 2014, p. 11-12).

Em seu discurso de vitória, Barack Obama iniciou alegando que os EUA são o país da oportunidade e que tudo ali é possível, independentemente de sua cor, opção sexual ou visão política. A superação das diferenças ficou clara em sua fala, ao dizer que todos fazem parte do país chamado de Estados Unidos da América, como é possível conferir na citação a seguir:

Se existe alguém que ainda duvida que a América é um lugar onde tudo é possível, que ainda se pergunta se o sonho de nossos fundadores está vivo em nosso tempo, que ainda questiona o poder de nossa

democracia, esta noite é a sua resposta. [...] É a resposta dada por jovens e idosos, ricos e pobres, democratas e republicanos, negros, brancos, hispânicos, asiáticos, americanos nativos, gays, heterossexuais, deficientes e não deficientes. Americanos que enviaram uma mensagem ao mundo de que nunca fomos apenas uma coleção de indivíduos ou uma coleção de estados vermelhos e azuis. [...] Nós somos e sempre seremos os Estados Unidos da América (OBAMA, 2008a).

Além de saudar as diferenças, Barack Obama frisou que seu governo significaria mudanças para o país, ao discursar que “esta noite, por causa do que fizemos nesta data nas eleições, e neste momento decisivo, a mudança chegou à América” (OBAMA, 2008a).

De acordo com Lowenthal (2011), Barack Obama em sua campanha, falou pouco sobre a América Latina, mas seu discurso assumido em 28 de maio de 2008, chamado de *Renewing U.S. Leadership in the Americas*, era um tanto esperançoso, pois, além de criticar as posturas na política global (assim como regional) adotadas por seu antecessor, George W. Bush, o então novo presidente falava em novas relações hemisféricas, tendo como princípio a cooperação.

O discurso proferido por Barack Obama sobre as relações hemisféricas resultou em um documento de treze páginas intitulado, *A new partnership for the Americas*. No documento, foi abordada a intenção de aproximação diplomática dos EUA com a América Latina para restabelecer a liderança estadunidense no hemisfério por meio de três objetivos: 1) aumentar a democracia e o Estado de Direito nas Américas; 2) abordar ameaças comuns como tráfico de drogas, gangues transnacionais e terrorismo; 3) combater a pobreza, a fome, os problemas de saúde e o aquecimento global (OBAMA, 2008b).

Sendo assim, nos próximos capítulos foram analisadas as diretrizes da política externa adotadas por Barack Obama para a América do Sul. Primeiramente, foram abordadas as diretrizes de acordo com os principais documentos que regem a política externa estadunidense, como as *National Security Strategies* e os *Strategic Plans*, e posteriormente a abordagem de que modo a política externa de Barack Obama para a América do Sul foi conduzida na prática.



## **CAPÍTULO 5**

---

*A política global de Barack Obama: uma análise sobre as National Security Strategies (2010 e 2015)*



## **A POLÍTICA GLOBAL DE BARACK OBAMA: UMA ANÁLISE SOBRE AS NATIONAL SECURITY STRATEGIES (2010 E 2015)**

Neste capítulo, foram abordados os objetivos da política externa de caráter global de Barack Obama – conhecida como *Doutrina Obama* – de acordo com os documentos oficiais de segurança nacional, chamados de *National Security Strategy* (NSS). Conforme o *Goldwater-Nichols Defense Department Reorganization Act* de 1986, o presidente dos EUA deve elaborar um relatório anual no qual deve constar a estratégia de segurança nacional do país, chamada de *National Security Strategy* (NSS) (SHIMABUKURO, 2009).

Nesse documento, são detalhados os objetivos nacionais vitais para a segurança nacional dos EUA, assim como as diretrizes da política externa e de defesa para que essas determinações sejam alcançadas (SNIDER, 1995). Assim como no governo anterior, de George W. Bush, durante o governo do presidente Barack Obama, foram redigidas apenas duas NSS, uma publicada em 2010 e outra em 2015, após a sua reeleição.

A importância desta análise se dá pelo fato de permitir que se verifique de que modo a América do Sul apareceu nesses documentos. Os discursos de Barack Obama, como o já citado *Renewing U.S. Leadership in the Americas*, assim como o realizado na cerimônia de abertura da 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago, no dia 17 de março de 2009, tiveram uma conotação positiva para as relações hemisféricas. Cabe então, nesta análise, averiguar se o discurso se manteve apenas na enunciação ou avançou para a prática.

De acordo com a primeira NSS publicada em 2010 – a qual definia as primeiras prioridades do governo Barack Obama desde

que assumiu em 2009 –, o foco principal da estratégia apresentada no documento era, portanto, renovar a liderança global dos EUA, para que assim o país pudesse avançar de modo mais incisivo em seus interesses no século XXI (THE WHITE HOUSE, 2010a).

Os Estados Unidos devem renovar sua liderança no mundo, construindo e cultivando as fontes de nossa força e influência. Nossa segurança nacional depende da capacidade da América de alavancar nossos exclusivos atributos nacionais, assim como a segurança global depende de uma liderança americana forte e responsável. Isso inclui nossa força militar, competitividade econômica, liderança moral, engajamento global e esforços para moldar um sistema internacional que sirva aos interesses mútuos de nações e povos (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 7).

A Ásia continuou tendo uma grande atenção do governo estadunidense, sendo a região do Oriente Médio e a Península Coreana prioridades no tocante à ameaça a segurança dos EUA. O combate ao terrorismo internacional permaneceu como uma das diretrizes principais, sendo a *Al Qaeda* o grupo mais citado no documento, seguido pelo *Talibã*: “Sempre procuraremos deslegitimar o uso do terrorismo e isolar aqueles que o praticam [...]. Estamos em guerra com uma rede específica, a *Al Qaeda* e suas afiliadas terroristas que apoiam os esforços para atacar os Estados Unidos, nossos aliados e parceiros” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 20).

Entre os países citados, aparecem o Afeganistão e o Paquistão, classificados como “o epicentro do terrorismo violento praticado pela *Al Qaeda*” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 20). Com relação ao Iraque, o presidente Obama falou sobre devolver um

país soberano aos iraquianos, sendo que o presidente, então senador na época, posicionou-se contrário à invasão do país árabe pelo governo George W. Bush.

No Iraque, estamos em transição para as plenas soberania e responsabilidade iraquianas – um processo que inclui a remoção de nossas tropas, o fortalecimento de nossa capacidade civil e uma parceria de longo prazo com o governo e o povo iraquiano (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 4).

A questão árabe-israelense também foi citada, ao ponto de o documento enfatizar uma resolução pacífica desse conflito, buscando a paz entre Israel e seus vizinhos e cumprindo as aspirações do povo palestino para a construção de seu Estado-nação. A política de contenção aos armamentos de destruição em massa apareceu como uma relevante preocupação de Washington sob o comando de Barack Obama. Nesse caso, o Irã e a Coreia do Norte aparecem como os *Estados Párias*<sup>34</sup>. De acordo com o documento de estratégia de segurança nacional:

Os Estados Unidos buscarão a desnuclearização da península coreana e trabalharão para impedir o Irã de desenvolver uma arma nuclear. Não se trata de selecionar nações – é sobre as responsabilidades de todas as nações e o sucesso do regime de não-proliferação. Ambas as nações enfrentam uma escolha clara. Se a Coreia do Norte eliminar seu programa de armas nucleares e o Irã cumprir suas obrigações internacionais em seu programa nuclear,

---

<sup>34</sup> O termo *Estado Pária* surgiu durante a gestão Clinton, nos anos 1990, “para designar tanto uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, como um fator desestabilizador da ordem mundial” (DERGHOUKASSIAN, 2002, p. 271).

eles poderão prosseguir no caminho de maior integração política e econômica com a comunidade internacional. Se eles ignorarem suas obrigações internacionais, buscaremos vários meios para aumentar seu isolamento e colocá-los em conformidade com as normas internacionais de não proliferação (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 23-24).

O multilateralismo, por meio do fortalecimento das organizações regionais e globais, também foi abordado pela NSS de 2010, assim como temáticas sobre o meio ambiente, a segurança cibernética, a segurança doméstica e o compromisso dos EUA com a democracia e com os direitos humanos (THE WHITE HOUSE, 2010a). Sobre os temas que destacam o multilateralismo, o documento evidencia a busca por parcerias que o governo dos EUA iria realizar no combate às redes criminosas e ao tráfico de ilícitos internacionais.

O combate às redes transnacionais de criminosos e tráfico exige uma estratégia multidimensional que proteja os cidadãos, quebre a força financeira das redes criminosas e terroristas, interrompa as redes de tráfico ilícito, derrote as organizações criminosas transnacionais, combata a corrupção do governo, fortaleça o Estado de direito, reforce os sistemas judiciais e melhore a transparência. Embora esses sejam grandes desafios, os Estados Unidos poderão conceber e executar uma estratégia coletiva com outras nações que enfrentam as mesmas ameaças (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 49).

Ainda, como um dos principais objetivos destacados no documento, aparece a recuperação da economia dos EUA pós-crise

de 2008, que foi considerada a maior crise econômica desde a Grande Depressão, desencadeada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929 (THE WHITE HOUSE, 2010a). Entre os fatores econômicos, foi destacado o engajamento econômico, político e diplomático com a região da Ásia-Pacífico, tendo em vista seu rápido crescimento econômico:

O dramático crescimento econômico da Ásia aumentou sua conexão com a prosperidade futura da América e seus centros de influência emergentes a tornam cada vez mais importante. Tomamos medidas substanciais para aprofundar nosso engajamento na região, por meio de organizações regionais, novos diálogos e diplomacia de alto nível. [...] Trabalharemos para promover esses interesses mútuos por meio de nossas alianças, aprofundar nosso relacionamento com potências emergentes e buscar um papel mais forte na arquitetura multilateral da região, incluindo a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, a Parceria Transpacífica e a Cúpula do Leste Asiático (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 43).

Esse objetivo por maior engajamento na região Ásia-Pacífico viria a se tornar, ao longo de seu governo, a maior prioridade da política externa do presidente Obama, chamada de “Pivô-asiático”. Essa política consistiu no deslocamento do foco de sua agenda externa do Oriente Médio para a região citada, fato que será explicado mais detalhadamente no capítulo 7, no qual foi abordado o primeiro mandato de Barack Obama.

No tocante às relações hemisféricas, o documento faz jus às declarações de aproximação realizadas por Barack Obama, ao frisar que:

Nas Américas, estamos ligados pela proximidade, pelos mercados integrados, pela interdependência energética, por um compromisso com a democracia amplamente partilhado e pelo Estado de Direito. Nossos profundos laços históricos, familiares e culturais tornam nossas alianças e parcerias críticas para os interesses dos EUA. Trabalharemos em parceria igualitária para promover a inclusão econômica e social, salvaguardar a segurança e a proteção dos cidadãos, promover a energia limpa e defender os valores universais das pessoas do hemisfério (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 44).

O termo América Latina aparece apenas uma vez no texto, citada juntamente com a África e a região do Pacífico, sendo apontado que, nessas regiões, “potências novas e emergentes oferecem oportunidades de parceria, mesmo que uma quantidade de Estados ponha em risco a segurança regional e global ao desrespeitar as normas internacionais” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 8).

O termo América do Sul não aparece na redação do documento. Os únicos países da América do Sul que são citados, e separadamente, foram a Argentina, em referência a sua participação do G-20, e o Brasil. Sobre o Brasil, foi destacada a liderança regional brasileira no continente sul-americano, sendo enaltecida como “bem-vinda” a posição do país pelos EUA.

Destaca também que seus progressos macroeconômicos, “juntamente com seus passos para reduzir as lacunas socioeconômicas, fornecem lições importantes para países das Américas e da África” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 44). Em conjunto com países emergentes como China, Rússia e Índia, Brasil e Argentina chegaram a ser chamados de “centro de influência emergentes” devido às suas características econômicas, sendo o Brasil também citado como um importante parceiro no combate às

mudanças climáticas, assim como na segurança energética “que envolve a cooperação na área de biocombustíveis (etanol) e a atração do mercado de gás e petróleo brasileiro representado pelo pré-sal” (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 376).

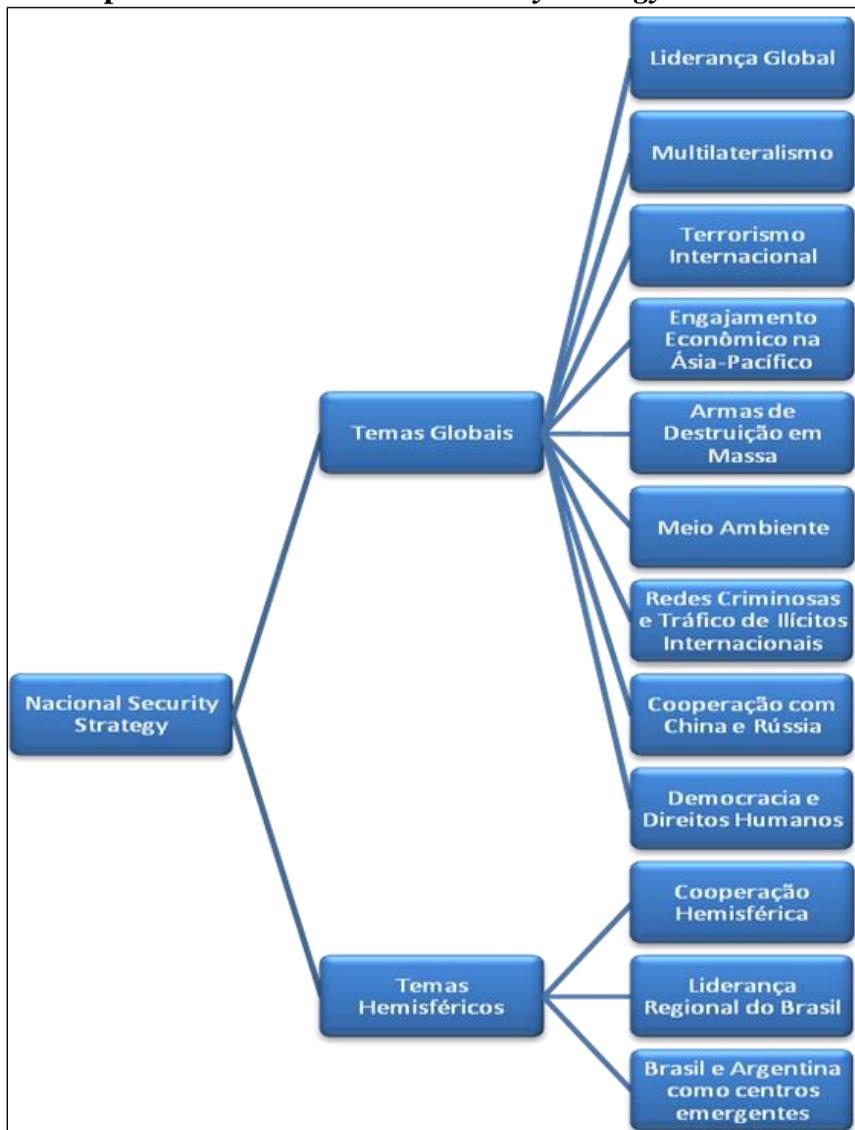
As questões de segurança, como o narcotráfico na Colômbia, e a questão da Venezuela não foram citadas especificamente, de modo que ambos os assuntos estivessem inseridos em propostas de âmbito global, como o combate às redes criminosas e ao tráfico de ilícitos internacionais, bem como a promoção da democracia e dos direitos humanos.

A Figura 3 apresenta um organograma resumido em tópicos as principais diretrizes destacadas na NSS de 2010, separadas em temas globais e hemisféricos.

Como demonstrado, a América do Sul pouco apareceu na primeira NSS apresentada pelo presidente Obama em 2010. Embora alguns temas globais enquadrem também os países da América do Sul, não houve uma abordagem de temas específicos para a região, apenas a cooperação hemisférica, a liderança regional brasileira e o *status* do Brasil e da Argentina como centros emergentes.

A *National Security Strategy* de 2015, do segundo mandato de Barack Obama, não trouxe mudanças significativas em relação ao primeiro, sendo considerada por Pecequilo e Forner (2017, p. 377) como um “mais do mesmo”, mantendo suas diretrizes em temáticas clássicas.

**Figura 3 - As principais diretrizes apresentadas na *National Security Strategy* de 2010**



Fonte: National Security Strategy (2010). Organização: Brigola (2019).

Ainda prevaleceu a questão da retomada da liderança dos EUA no cenário internacional através da promoção de seus valores para alcançar seus objetivos. Nas palavras do presidente Obama: “a liderança americana é uma força global para o bem, mas está fundamentada em nossos interesses nacionais duradouros, conforme descrito na Estratégia de Segurança Nacional de 2010” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 2).

Para sustentar a liderança global estadunidense, a economia do país é um dos pilares cruciais. Nesse sentido, a recuperação econômica, após a crise devastadora ocorrida em 2008, ainda continuou presente na estratégia de segurança nacional. “Uma economia forte, combinada com uma proeminente presença dos EUA no sistema financeiro global, cria oportunidades para aumentar nossa segurança” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 15), e ainda, “a economia americana é um motor para o crescimento econômico global e uma fonte de estabilidade para o sistema internacional” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 15).

No âmbito da segurança, o terrorismo foi apresentado como um dos pontos norteadores, juntamente com a contenção da produção de armas de destruição em massa. Ainda sobre o terrorismo, a *Al Qaeda* foi novamente mencionada, e cabe salientar que, no ano de 2011, o líder da organização, Osama Bin Laden, havia sido capturado no Paquistão e morto por militares dos EUA. Mas, embora seu líder tenha sido abatido, o grupo não foi desmantelado, dando continuidade a suas atividades.

Pela primeira vez, foi citado o Estado Islâmico – com a sigla ISIL – e o documento também fez referência a regiões para além do Oriente Médio, citando o Norte da África, possivelmente em alusão aos conflitos civis desencadeados pela Primavera Árabe.

A potencial proliferação de armas de destruição em massa, particularmente armas nucleares, representa um risco grave. Mesmo que tenhamos dizimado a liderança principal da *Al Qaeda*, redes mais difusas da *Al Qaeda*, ISIL e grupos afiliados ameaçam cidadãos, interesses, aliados e parceiros dos EUA. Extremistas violentos exploram a agitação em todo o Oriente Médio e o Norte da África (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 1).

Temas como mudanças climáticas, segurança energética, segurança cibernética e inovação tecnológica, assim como combate à pobreza extrema e defesa da democracia também foram abordados, ainda que de modo mais sucinto.

A promoção de alianças e a cooperação dos EUA com os demais países ou instituições globais para a manutenção da paz e da estabilidade em diferentes regiões do planeta apareceram como uma das principais diretrizes no documento. Sobre a região da Ásia-Pacífico, o estreitamento das relações com países asiáticos foi ressaltado como uma das ferramentas cruciais para responder aos desafios regionais (THE WHITE HOUSE, 2015a). Também foi constatado que os EUA buscavam o fortalecimento dos laços econômicos com países desta região, sendo o Tratado Transpacífico a parte central desse esforço (THE WHITE HOUSE, 2015a).

Ainda sobre a Ásia, cabe destacar a posição da China: apesar de não estar entre os participantes do Tratado Transpacífico, no documento consta que Washington procuraria “desenvolver um relacionamento construtivo com a China, que ofereça benefícios para os dois povos e promova segurança e prosperidade na Ásia e no mundo” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 24). Entre os pontos de cooperação de ambos, citados no texto da NSS-2015, estão as mudanças climáticas, a saúde pública, o crescimento econômico e a desnuclearização da península coreana; por outro lado, o documento

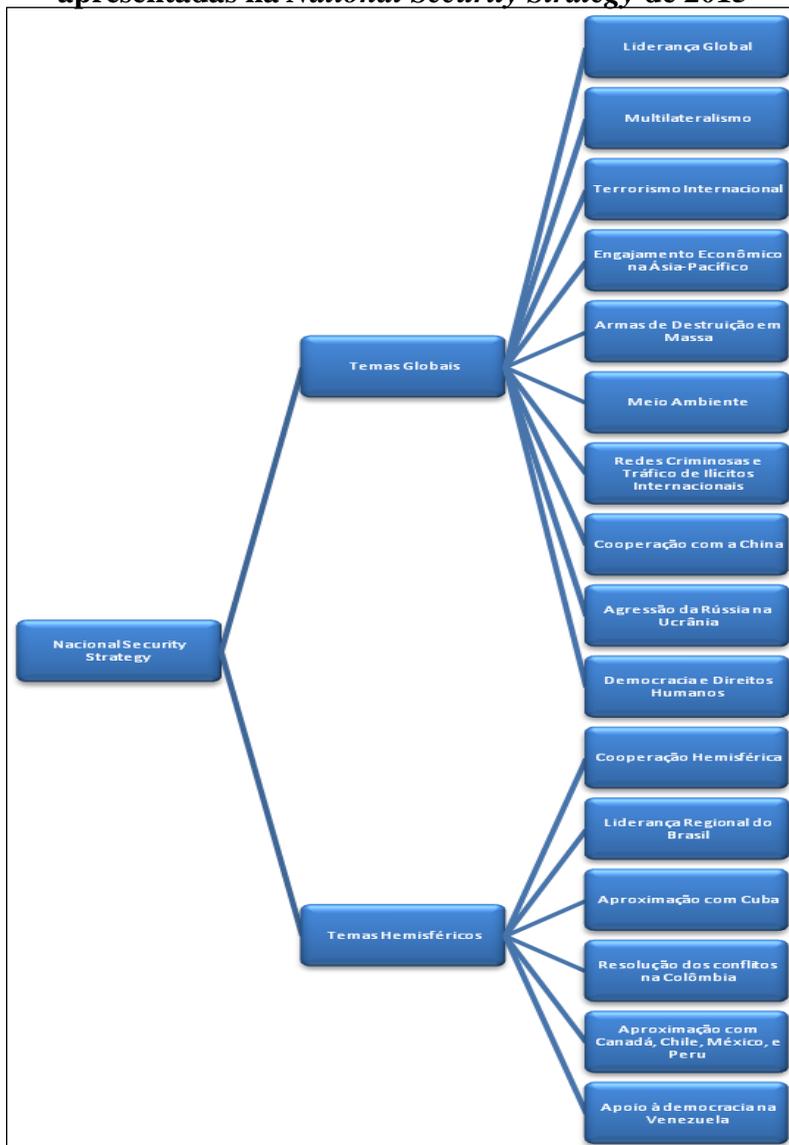
ênfatisou o monitoramento de Washington sobre a modernização militar chinesa e a necessidade de expandir a presença militar estadunidense na Ásia.

Sobre a Europa, o documento destacou o aprofundamento da aliança entre os EUA e os países do continente por meio da OTAN, sendo considerada a aliança mais forte que o mundo já conheceu (THE WHITE HOUSE, 2015a). As ofensivas da Rússia na Ucrânia também foram citadas, demonstrando o apoio de Washington ao país invadido e a manutenção de sanções contra Moscou.

As regiões do Oriente Médio e do Norte da África aparecem como baluartes de grupos terroristas que devem ser eliminados pelos EUA, assim como se firma o compromisso de Washington com a instauração da democracia nos países dessas regiões, com as resoluções de conflitos e instabilidades regionais e com a concretização de um acordo sobre o programa nuclear iraniano. Enquanto na África subsaariana, as preocupações estão voltadas para investimentos e auxílios econômicos contra a fome e doenças como o HIV e o Ebola, a atuação militar para a resolução de conflitos internos visando a estabilidade regional, o respeito aos direitos humanos e às liberdades básicas da população (THE WHITE HOUSE, 2015a).

No tocante às Américas, o documento almejou por uma aproximação dos EUA com o continente, visando um hemisfério próspero, democrático e com maior projeção no sistema internacional. Os maiores desafios para tais avanços aparecem na forma de “instituições fracas, altas taxas de criminalidade, grupos poderosos do crime organizado, tráfico de drogas, disparidade econômica remanescente e sistemas inadequados de educação e saúde” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 27).

**Figura 4 - As principais diretrizes apresentadas na *National Security Strategy* de 2015**



Fonte: National Security Strategy (2015). Organização: Brigola (2019).

Uma possível aproximação com Cuba foi abordada no texto, assim como a colaboração com países vulneráveis politicamente, acusados de serem dominados por sindicatos mafiosos, sendo citados no documento: Guatemala, El Salvador e Honduras; além disso, a solidariedade em relação à reconstrução do Haiti foi comentada.

O documento apresentou também a posição de aproximação econômica dos EUA com Chile, Peru, México e Canadá, objetivando formalizar novos padrões globais de comércio com a concretização do bloco Transpacífico. E, assim como na NSS de 2010, o Brasil foi citado novamente, transparecendo o objetivo de Washington em avançar na parceria econômica com Brasília. Outros aspectos e questões particulares sobre a América do Sul apareceram na NSS de 2015, como a tentativa de resolução dos conflitos e guerrilhas na Colômbia por meio de acordos com as FARC e o apoio às populações dos países em que a democracia se encontrava fragilizada, como a Venezuela (THE WHITE HOUSE, 2015a).

Concluindo, a NSS-2010 e a NSS-2015 possuem, em sua maioria, os mesmos objetivos. Entre algumas novas diretrizes que foram acrescentadas, é possível citar a alteração da posição estadunidense em relação à Rússia, basicamente após a ofensiva militar na Ucrânia, a aproximação diplomática com Cuba, o fortalecimento das relações econômicas com os países latino-americanos (Chile, México e Peru) e com o Canadá por conta do bloco econômico Transpacífico e o apoio à democracia na Venezuela.

Contudo, não houve grandes mudanças nas prioridades globais da estratégia almejada por Barack Obama. Ao se remeter às teorias da geopolítica clássica, o *Heartland* e, mais precisamente, o *Rimland* eurasiático continuaram sendo a área pivô dos interesses de Washington, particularmente a região do Oriente Médio, e posteriormente se estendendo para a região Ásia-Pacífico. A

recuperação da economia dos EUA por meio de políticas internas ou acordos econômicos com demais países é, indiscutivelmente, um dos pilares do documento de segurança nacional, visto que o país passou por uma crise econômica classificada como a mais severa desde 1929.

Os países da América do Sul foram poucas vezes citados em ambos os documentos, tendo em vista que não foi apresentada, em nenhuma das NSS, uma política voltada essencialmente para a região, mas sim, para a América como um todo, ou para a América Latina. Em particular, o Brasil, por sua liderança regional, é o país de maior destaque do subcontinente no documento, sendo citado na NSS de 2010 e na de 2015. A Argentina foi citada apenas uma vez, na NSS de 2010, por sua posição no G-20.

Por sua vez, a NSS de 2015 apresentou questões mais específicas da América do Sul em relação à NSS de 2010, como o caso da Colômbia, o país que mantém relações mais estreitas com Washington devido ao seu apoio no combate ao narcotráfico, aparecendo no documento por essa mesma razão. Chile e Peru são citados a partir do objetivo econômico dos EUA em formalizar o acordo Transpacífico, que não é um bloco restrito apenas à América do Sul.

Por fim, a Venezuela, que, por passar por instabilidades políticas internas e por apresentar um viés revisionista antagônico aos EUA, também apareceu como uma preocupação para a segurança nacional estadunidense, sendo que o país sul-americano é um grande fornecedor de petróleo para os EUA e possui uma das maiores reservas petrolíferas do mundo. Provavelmente daí se origina a maior preocupação.

## **CAPÍTULO 6**

---

*Governo Obama e as diretrizes de política externa  
do Departamento de Estado e da USAID: os  
Strategic Plans (2007-2012 e 2014-2017)*



## **GOVERNO OBAMA E AS DIRETRIZES DE POLÍTICA EXTERNA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO E DA USAID: OS *STRATEGIC PLANS* (2007-2012 E 2014-2017)**

Após a realização da análise sobre as *National Security Strategies* do governo Obama, cabe fazer uma relação das duas NSSs com os objetivos nacionais determinados pelos *Strategic Plans*, pois ambos são instrumentos da política externa estadunidense. Diferente da NSS, que é preparada pelo presidente e pelo *National Security Council* (NSC)<sup>35</sup>, o *Strategic Plan* é elaborado pelo Departamento de Estado em conjunto com a USAID (*United States Agency for International Development*), que foi incluída a partir de 2002 (CONTRERA; LIMA, 2009). Em suma, o *Strategic Plan* é:

[...] uma formulação que contempla o conjunto dos Assuntos Internacionais e não apenas de Política Externa. A distinção é significativa, já que Assuntos Internacionais cobre toda a gama de interesses nacionais estadunidenses, incluindo a segurança nacional, a estabilidade econômica, proteção dos cidadãos do país do exterior e resposta aos desafios globais para a saúde e o meio ambiente. Em contraste, a política externa centra-se na condução das relações com outros Estados nacionais e organizações

---

<sup>35</sup> Desde a sua criação, no governo do presidente Truman, a função do Conselho de Segurança Nacional (NSC) foi a de assessorar e auxiliar o Presidente em matéria de segurança nacional e política externa, coordenando as várias agências governamentais. Os membros estatutários do NSC são o Presidente dos EUA, o Vice-Presidente e os Secretários de Estado e de Defesa. Pelo estatuto, o diretor da CIA e o presidente do *Joint Chiefs of Staff* são conselheiros. Outros conselheiros, incluindo membros de gabinetes adicionais, tais como o Secretário do Tesouro, podem ser convidados (CONTRERA, 2017, p. 30).

internacionais na promoção e na defesa dos interesses nacionais (CONTRERA; LIMA, 2009, p. 52).

Durante a gestão do presidente Obama, foi redigido apenas um *Strategic Plan*, com o período de abrangência de 2014 a 2017, correspondendo à segunda gestão do então presidente. O *Strategic Plan* anterior, com abrangência de 2007 a 2012, embora tenha correspondido em seu período aos anos da primeira gestão do presidente Obama (2009-2012), foi redigido na gestão de George W. Bush.

Contudo, é de grande importância incluir esse documento na análise, visando averiguar se houve sintonia ou conformidade na política externa do então presidente Obama com o documento. De acordo com Nelson e Tillman (1985 *apud* CONTRERA, 2017, p. 34), “após a Segunda Guerra Mundial as decisões presidenciais relacionadas à política externa pautaram-se cada vez mais nas informações e recomendações fornecidas pela burocracia de política externa vinculada ao Executivo”. Porém, Contrera (2017, p. 34) afirma que “críticos do papel assumido pela burocracia apontaram, contudo, o risco dela estar mais interessada em predeterminar as decisões presidenciais do que simplesmente informar ao Presidente”.

De acordo com Contrera e Lima (2009), o *Strategic Plan* de 2007-2012 estava ancorado na NSS de 2006. O documento frisa que a diplomacia estadunidense e a assistência externa estariam embasadas em três crenças fundamentais: “nossa liberdade é mais protegida ao se garantir que os outros sejam livres; nossa segurança depende de um esforço global para garantir os direitos de todos; e nossa prosperidade depende da prosperidade de outros” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 10). Os objetivos estratégicos e as metas estratégicas estão representados no Quadro 5.

**Quadro 5 - Objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2007-2012**

<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Metas Estratégicas</b>
Atingir a Paz e a Segurança	Antiterrorismo
	Armas de destruição em massa e armas convencionais desestabilizadoras
	Cooperação de segurança e reforma do setor de segurança
	Prevenção, mitigação e resposta a conflitos
	Crime transnacional
	Segurança Interna
Governar justamente e democraticamente	Estado de direito e direitos humanos
	Boa governança
	Competição política e construção de consenso
	Sociedade civil
Investir nas pessoas	Saúde
	Educação
	Serviços sociais e proteção para populações especialmente vulneráveis
Promover o crescimento econômico e a prosperidade	Mercados privados
	Comércio e investimento
	Segurança energética
	Meio Ambiente
	Agricultura
Fornecer assistência humanitária	Proteção, assistência e soluções
	Prevenção e mitigação de desastres
	Meios ordenados e humanos para a gestão da migração

Fonte: U.S. Department of State; U.S. Agency for International Development (USAID). *Strategic Plan 2007-2012* (2007). Organização: Brigola (2019).

O documento demonstra bastante semelhança com a NSS que viria a ser desenvolvida pelo presidente Obama no ano de 2010. As questões de segurança permaneceram praticamente as mesmas, tendo o terrorismo e as armas de destruição em massa em um grande destaque. De acordo com o documento:

O terrorismo ameaça à paz e a segurança no país e no exterior, e prevenir o terrorismo é uma das maiores prioridades de nossa nação [...] Nós e nossos parceiros, tanto no Governo dos Estados Unidos quanto na comunidade internacional, trabalharemos para dismantelar a liderança e as redes que fornecem financiamento e outro apoio material aos terroristas (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 12).

Com relação ao objetivo de *Governar justamente e democraticamente*, o documento alega ser uma questão de princípio do governo dos EUA, e que a garantia de governos democráticos significa uma maior contribuição a sua segurança nacional. Os estados considerados autoritários “que não respondem às necessidades de seu povo ou não respeitam os direitos humanos internacionais e as normas democráticas representam uma ameaça de longo prazo à segurança dos Estados Unidos e de outras democracias” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 18).

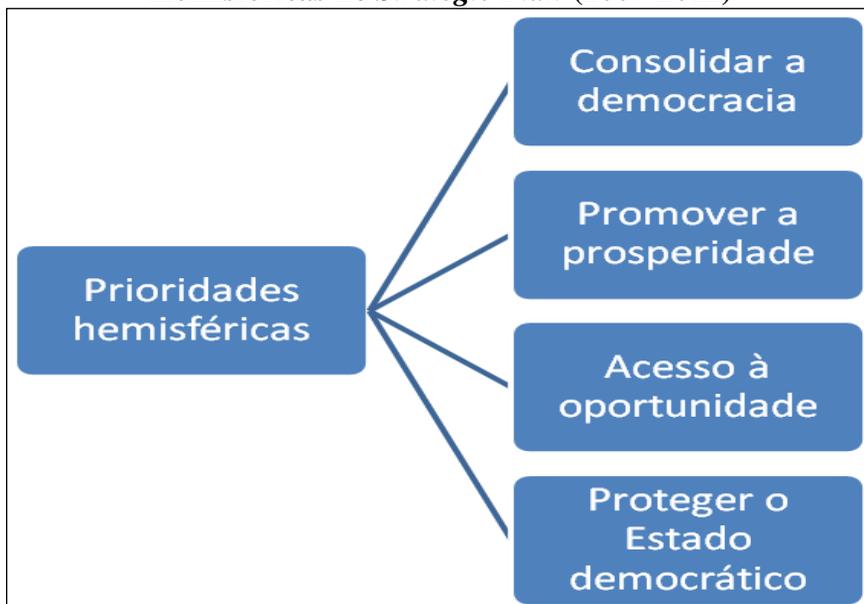
De modo semelhante, a NSS publicada em 2010 também possuía a democracia como uma questão de grande relevância, podendo-se ler em seu texto: “estamos trabalhando em estreita colaboração com os cidadãos, comunidades e líderes políticos e da sociedade civil para fortalecer as principais instituições de responsabilidade democrática” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 37).

Sobre *Promover o crescimento econômico e a prosperidade*, o documento afirma que os EUA escolheram construir sua prosperidade por meio da liderança da economia global. Entre os principais objetivos econômicos que foram registrados nas duas NSSs do governo do presidente Obama, estava a importância da

região Ásia-Pacífico para o comércio estadunidense, uma questão que já vinha sendo discutida no *Strategic Plan* de 2007-2012.

De acordo com o documento, as economias emergentes do Leste Asiático e Pacífico estavam gerando mudanças históricas nas relações regionais, sendo elas políticas, de segurança e econômicas, e os EUA iriam continuar a promover a abertura do comércio naquela região por meio dos TLCs (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007). Essa posição foi amplamente defendida pelas duas NSSs do presidente Obama, por meio da consolidação do bloco econômico TPP.

**Figura 5 - Prioridades Hemisféricas no *Strategic Plan* (2007-2012)**



Fonte: U.S. Department of State; U.S. Agency for International Development (USAID). *Strategic Plan 2007-2012* (2007). Organização: Brigola (2019).

O *Strategic Plan* (2007-2012) apresentou em seu texto subdivisões em que estavam definidas as prioridades específicas dos EUA em cada região, estando elas relacionadas às sete metas estratégicas (CONTRERA; LIMA, 2009). As prioridades hemisféricas estão ilustradas na Figura 5.

Dentro dessas prioridades, cabe destacar que os EUA continuariam a trabalhar em conjunto com seus vizinhos regionais para fortalecer a democracia em todo o hemisfério. Para alcançar esse objetivo, o *Strategic Plan* (2007-2012) afirma que o governo dos EUA iria cooperar para fortalecer as instituições da democracia representativa, como partidos políticos, legislaturas, agências executivas, mídia e sociedade civil (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007).

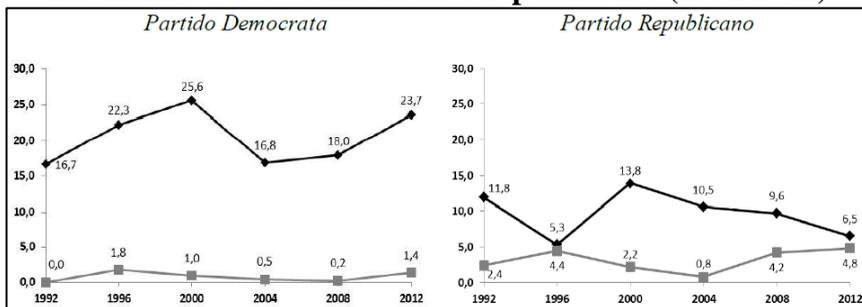
No tópico referente ao *Acesso à oportunidade*, foram abordados o combate à pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população no hemisfério, combatendo também doenças altamente contagiosas como o HIV. No tocante às questões econômicas, foram abordadas a formalização dos TLCs com os países andinos e a pressão do governo dos EUA “pela reforma de mercado, transparência e ambientes de regulamentação e jurídicos propícios à abertura e à expansão do setor privado doméstico, bem como à atração de investimentos – nacionais e estrangeiros” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 55). Quanto à questão da segurança, o documento abordou o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de ilícitos, afirmando que “os Estados Unidos, trabalhando por meio da Cúpula das Américas e da OEA, continuarão a ajudar a reformular a agenda e as instituições de segurança do hemisfério” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 55). De acordo com o documento, “essas metas estão refletidas em

uma agenda hemisférica comum moldada pelas Cúpulas das Américas” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 54).

O *Strategic Plan* (2007-2012) demonstrou um discurso em direção ao multilateralismo, tanto nas prioridades globais, quanto nas prioridades hemisféricas. O documento até apresentou uma seção específica sobre as Organizações Internacionais. Durante o período em que o *Strategic Plan* (2007-2012) foi formulado, o cargo de secretário de Estado estava sendo ocupado por Condoleezza Rice e os cargos de administrador em exercício da USAID e diretor interino de Assistência Externa estavam com Henrietta H. Fore, ambas do Partido Republicano.

De acordo com Contrera (2017), entre os anos de 1992 e 2012, a ênfase pelo multilateralismo tinha aparecido tanto nos discursos do Partido Democrata como do Partido Republicano, porém, mesmo que os dois partidos se demonstrem mais liberais do que conservadores no tocante ao multilateralismo, os democratas são mais enfáticos nesta via de política externa do que os republicanos (CONTRERA, 2017). Essa abordagem está ilustrada no Gráfico 11.

**Gráfico 11 - Frequência de aparição das categorias positiva e negativa do Multilateralismo nos manifestos de democratas e republicanos (1992-2012)**



Fonte: Contrera (2017).

## Quadro 6 - Objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2014-2017

Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas
Fortalecer o alcance econômico dos EUA e obter um impacto econômico positivo	Expandir o acesso a mercados futuros, investimento e comércio
	Promover o crescimento econômico inclusivo, reduzir a pobreza extrema e melhorar a segurança alimentar
Fortalecer o impacto da Política Externa dos Estados Unidos sobre os nossos desafios estratégicos	Construir uma nova estabilidade no Oriente Médio e no Norte da África
	Reequilibrar a política externa para a região Ásia-Pacífico através de diplomacia aprimorada, cooperação em segurança e desenvolvimento
	Prevenir e responder a crises e conflitos, a fontes de fragilidade e prestar assistência humanitária aos necessitados
	Superar os desafios de segurança globais através do engajamento diplomático e cooperação para o desenvolvimento
	Fortalecer os esforços dos Estados Unidos para combater os desafios de Saúde Global.
Promover a transição para um ambiente de baixa emissão, resiliente ao clima, enquanto expandimos o acesso global a uma energia sustentável	Construção de uma forte ação doméstica, liderar ações internacionais para combater as alterações climáticas
	Promover a segurança energética, o acesso à energia limpa e a transição para uma economia global mais limpa
Proteger interesses vitais dos EUA através da promoção da Democracia e dos Direitos Humanos e fortalecimento da sociedade civil	Incentivar a governabilidade democrática como uma força para a estabilidade, a paz e a prosperidade
	Promover e Proteger os Direitos Humanos através de um engajamento bilateral e multilateral construtivo e assistência específica
	Fortalecer e proteger a sociedade civil, reconhecendo o papel fundamental da capacidade local na promoção de uma governança democrática e proteção de direitos humanos
Modernizar o modo com que fazemos diplomacia e desenvolvimento	Habilitar diplomatas e profissionais de desenvolvimento para influenciar e operar de forma mais eficiente, eficaz e colaborativa

Fonte: U.S. Department of State; U.S. Agency for International Development (USAID). *Strategic Plan 2014-2017* (2014). Organização: Brigola (2019).

O *Strategic Plan* de 2014-2017 foi o único redigido durante a gestão do presidente Obama, e, diferentemente do *Strategic Plan* anterior (2007-2012), foi formulado por membros do Partido Democrata, como o então secretário de Estado John F. Kerry e Rajiv Shah, então administrador da USAID. Os objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2014-2017 estão ilustrados no Quadro 6.

Como é possível observar no Quadro 6, os objetivos descritos no *Strategic Plan* (2014-2017) se complementam aos temas abordados na NSS de 2010 e na de 2015, o que demonstra uma conformidade da burocracia do Departamento de Estado com as diretrizes traçadas pelo presidente Obama.

No tocante à economia, o objetivo estratégico sob o título, *Fortalecer o alcance econômico dos EUA e obter um impacto econômico positivo* almejou o acesso dos EUA a futuros mercados, investimento e comércio por meio do estímulo à redução de barreiras, à abertura comercial e à negociação de acordos de livre comércio. De acordo com Contrera (2017, p. 203), “o grande foco naquele momento era a conclusão das negociações da Parceria Transpacífico, a qual estava relacionada a uma meta específica em torno de fortalecer a integração econômica regional”.

Sobre o tema da segurança, sob o título, *Fortalecer o impacto da Política Externa dos Estados Unidos sobre os nossos desafios estratégicos*, a estabilidade no Oriente Médio e no Norte da África foi registrada como a principal prioridade desse objetivo estratégico, assim como o combate a grupos terroristas e a contenção do Irã na aquisição de armamento nuclear.

A região da Ásia-Pacífico também foi citada nessa temática, sobretudo por conta das atividades envolvendo armamento nuclear com a Coreia do Norte. De acordo com o documento, as “parcerias fortalecidas com a China, a Indonésia e a Índia – e com outros parceiros emergentes, incluindo o Vietnã e a Birmânia – contribuem

para a estabilidade e a prosperidade regional” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 19).

As questões sobre meio ambiente, em especial as mudanças climáticas e as fontes de energia sustentáveis, tiveram destaque como um dos objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2012-2017, sob o título, *Promover a transição para um ambiente de baixa emissão, resiliente ao clima, enquanto expandimos o acesso global a uma energia sustentável*.

De acordo com o documento, as mudanças climáticas representam “uma ameaça real e iminente aos interesses centrais dos EUA e à economia global [...] Fontes sustentáveis e seguras de energia são fundamentais para o crescimento econômico global, a prosperidade e a estabilidade” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 25). No *Strategic Plan* anterior (2007-2012), as questões ambientais apareceram como metas estratégicas, atreladas ao objetivo estratégico *Promover o crescimento econômico e a prosperidade*.

No tocante ao objetivo estratégico *Proteger interesses vitais dos EUA através da promoção da Democracia e dos Direitos Humanos e fortalecimento da sociedade civil*, o documento aponta que esses valores são “um investimento estratégico de longo prazo em nossa segurança, uma questão de princípio e uma fonte crucial de nossa influência e força internacional” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 30).

A promoção da democracia e dos direitos humanos, que também foi enfatizada no *Strategic Plan* de 2007-2012, manteve-se como temática do Partido Democrata no *Strategic Plan* de 2014-

2017, e ainda cabe frisar novamente que tal temática apareceu nas duas NSSs elaboradas durante o governo do presidente Obama.

O último objetivo estratégico foi intitulado, *Modernizar o modo com que fazemos diplomacia e desenvolvimento*. O documento ressaltou a relevância do Departamento de Estado e da USAID na condução e na realização das assistências feitas pelos EUA por meio de suas diretrizes de política externa e também o compromisso do governo estadunidense de tornar esses órgãos cada vez mais eficientes. A assistência externa há tempos está presente na agenda de política externa dos EUA, sendo definida por Mateo (2017, p. 46) como, “todas as transferências de recursos feitas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, político e social no exterior”. Mais especificamente:

No século XX, a ajuda externa [dos EUA] serviu a múltiplos propósitos: diplomáticos, culturais, de desenvolvimento e segurança, humanitários e comerciais. Após a Guerra Fria, a promoção de transição política e econômica nos antigos países soviéticos, o apoio à governança democrática, a mediação de conflitos, a administração de transições pós-conflito e de problemas climáticos, e a luta internacional contra o terrorismo estão cada vez mais importantes (PICARD; BUSS, 2009, p. 8 *apud* MATEO, 2017, p. 58).

Diferentemente do *Strategic Plan* anterior (2007-2012), o *Strategic Plan* de 2014-2017 não apresentou, em seu texto, um capítulo com subdivisões das prioridades estratégicas específicas para cada região do globo terrestre, com exceção do Oriente Médio, do Norte da África e da região da Ásia-Pacífico, que apareceram como título de metas estratégicas. As demais regiões apareceram atreladas aos objetivos estratégicos e às metas estratégicas, porém,

sem serem abordadas com especificidade. Praticamente nenhum país sul-americano foi mencionado, mas a América Latina foi citada como um mercado em ascensão para as exportações dos EUA, uma aliada na promoção do crescimento econômico e no combate à pobreza e como uma região com instituições judiciais que seriam fortalecidas pelos EUA (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014).

Por fim, conclui-se que as NSSs publicadas no governo do presidente Obama (2010 e 2015) mantiveram as diretrizes principais apontadas pelo *Strategic Plan* de 2009-2012. Embora esse documento tenha sido elaborado por republicanos, como já mencionado, ele apresentou uma forte tendência ao multilateralismo, uma característica mais marcante nos governos democratas, e isso provavelmente contribuiu para que o presidente Obama tivesse mantido as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Estado, sendo que o período de abrangência daquele documento envolveria seus primeiros anos de governo.

## **CAPÍTULO 7**

---

*O primeiro mandato de Barack Obama e as relações com a América do Sul: esperança e desapontamento*



## **O PRIMEIRO MANDATO DE BARACK OBAMA E AS RELAÇÕES COM A AMÉRICA DO SUL: ESPERANÇA E DESAPONTAMENTO**

Ao assumir a presidência dos EUA em janeiro de 2009, Barack Obama trouxe esperança aos governantes sul-americanos no que diz respeito às relações entre Washington e os países da América do Sul, em especial após o já mencionado discurso *Renewing U.S. Leadership in the Americas*. A política externa de seu antecessor, George W. Bush, colocou a América do Sul como uma região de interesse secundário em sua agenda, estando ela direcionada para o *Heartland* e *Rimland* eurasiático.

O discurso do então novo presidente reacendeu a expectativa de que as relações hemisféricas seriam positivas, sobretudo as relações políticas: Barack Obama afirmou que elas seriam, a partir de seu governo, de caráter cooperativo, em oposição àquela velha política baseada nos princípios da Doutrina Monroe.

De acordo com Lowenthal (2011), após assumir a presidência, Barack Obama e sua equipe rapidamente mostraram interesse pela América Latina como um todo. Algumas reuniões com presidentes sul-americanos foram marcadas, sendo Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, o primeiro presidente estrangeiro a ser recebido em *Camp David*. Logo depois, o presidente Obama recebeu Michele Bachellet, do Chile, e Álvaro Uribe, da Colômbia, em Washington. Também o vice-presidente Joseph Biden visitou o Chile em março de 2009 (LOWENTHAL, 2011).

No dia 17 de abril de 2009, ocorreu a 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago. Nesse evento, um fato curioso foi o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, presentear o presidente Obama com o livro *As veias abertas da América Latina*,

de autoria de Eduardo Galeano, que retrata o passado histórico da América Latina, caracterizado pela exploração econômica por potências europeias. Após as relações conturbadas da Venezuela durante a gestão de George W. Bush, a atitude de Chávez representou “um sinal de ‘paz’ com o governo americano” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Durante a 5ª *Cúpula das Américas*, Barack Obama discursou de modo positivo sobre as propostas de sua gestão para as relações hemisféricas de um modo geral, não aparecendo em sua fala algo especificamente sobre a América do Sul. Nas palavras do então presidente dos EUA:

Acho que todos reconhecem que nos reunimos em um momento crítico para o povo das Américas. Nosso bem-estar retrocedeu por uma crise econômica histórica. Nossa segurança está ameaçada por uma ampla gama de ameaças. Mas esse perigo pode ser ofuscado pela promessa de uma nova prosperidade e segurança pessoal e pela proteção da liberdade e da justiça para todas as pessoas do nosso hemisfério. Esse é o futuro que podemos construir juntos, mas apenas se avançarmos com um novo senso de parceria (OBAMA, 2009).

Barack Obama também comentou sobre as gestões passadas, sem citar nomes, alegando que as questões mal resolvidas do passado seriam corrigidas em sua gestão:

Sei que as promessas de parceria não foram cumpridas no passado e que essa confiança deve ser conquistada ao longo do tempo [...] Com muita frequência, uma oportunidade de construir uma nova parceria das Américas foi prejudicada por debates

obsoletos [...] Não vim aqui para debater o passado – vim aqui para lidar com o futuro [...] E trabalhando juntos, podemos dar passos importantes para avançar na prosperidade, na segurança e na liberdade. Essa é a agenda do século XXI que nos reunimos para aprovar (OBAMA, 2009).

Entre as propostas de política externa para o hemisfério, o presidente Obama iniciou pela questão do estímulo ao crescimento econômico dos países, como a atuação de medidas necessárias para que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) conseguisse aumentar seus níveis de empréstimos, assim como o comprometimento dos EUA no trabalho para minorar a desigualdade social. De acordo com Barack Obama, foram pedidos ao Congresso do EUA, US\$ 448 milhões em assistência imediata para os países afetados pela crise de 2008 (OBAMA, 2009), e ainda foi anunciado por ele “um novo Fundo de Crescimento das Microfinanças para o hemisfério que pode reiniciar os empréstimos podendo impulsionar empresas e empreendedores” (OBAMA, 2009).

Em seu discurso, o presidente Obama também incluiu políticas do meio ambiente, chegando a propor uma Parceria Energética e Climática das Américas, a qual se comprometeria com o progresso de um futuro sustentável. O Brasil chegou a ser citado pelo então presidente, devido ao país possuir destaque no uso de energia renovável.

A questão da segurança também foi abordada, sobretudo em relação ao combate aos cartéis de drogas e à contenção do tráfico de armamentos entre grupos narcoterroristas. Nas palavras do presidente Obama, a segurança só viria com liberdade e justiça, valores fundamentais da Carta Interamericana de Direitos Humanos, sendo um imperativo promovê-la (OBAMA, 2009).

Por fim, o presidente Obama abordou as relações com Cuba, alegando que seu governo estava disposto a “virar a página” em relação ao passado e buscar um novo começo com este país. Entre as questões sobre a aproximação com a ilha, o presidente Obama frisou a necessidade de rever, sobretudo, as políticas em relação às drogas, à migração e a questões econômicas, de direitos humanos, de liberdade de expressão e de reforma democrática (OBAMA, 2009).

## **A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO OBAMA PARA A AMÉRICA DO SUL EM SUA DIMENSÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA**

Para Colombo e Frechero (2012), foi unânime o entusiasmo entre os países da América Latina com o resultado da 5ª *Cúpula das Américas*, porém, na América do Sul, o entusiasmo foi efêmero. Em agosto de 2009, ainda no primeiro ano da gestão Obama, foi anunciado um acordo militar entre os EUA e a Colômbia (LOWENTHAL, 2011), sendo assinado no dia 30 de outubro do mesmo ano. O acordo de cooperação em defesa entre os EUA e a Colômbia foi batizado formalmente de *Supplemental Agreement for Cooperation and Technical Assistance and Security* (SACTA).

O acordo teria como função, “facilitar uma cooperação bilateral eficaz em questões de segurança na Colômbia, incluindo produção e tráfico de narcóticos, terrorismo, contrabando ilícito de todos os tipos e desastres humanitários e naturais” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009). O Departamento de Estado dos EUA destacou que o acordo não permitiria nenhuma base militar estadunidense em solo colombiano, mas garantiria o acesso dos EUA às instalações colombianas acordadas (U.S. DEPARTMENT OF

STATE, 2009), que estão representadas na Figura 6. Conforme o texto do acordo, as bases eram:

[...] a Base Aérea Germán Olano Moreno, em Palanquero; a Base Aérea Alberto Pawells Rodríguez, em Malambo; o Forte Militar de Tolemaida, em Nilo; o Forte Militar Larandia, em Florencia; a Base Aérea Capitán Luis Fernando Gómez Niño, em Apíay; a Base Naval ARC Bolívar, em Cartagena; e a Base Naval ARC Málaga em Bahía Málaga; e permitindo o acesso e o uso de outras instalações e locais, conforme acordado entre as Partes ou seus Agentes Executivos (GOVERNMENT OF THE UNITED STATES; GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA, 2009, artigo IV).

Como demonstra Vieira (2014), as bases continuariam pertencendo à Colômbia, mas seriam dirigidas pelos EUA por dez anos para utilização das Forças Armadas estadunidenses. Entre as bases, a de *Palanquero* teria o maior destaque, sendo realizado um *addendum* sobre ela no *Military Construction Program – Fiscal Year (FY) 2010, Budget Estimates* – publicado pela Força Aérea dos EUA, em maio de 2009<sup>36</sup>. Nesse documento, foram registradas as estimativas dos gastos militares da força aérea dos EUA para o ano de 2010, as quais deveriam ser enviadas para a aprovação do Congresso dos EUA.

---

<sup>36</sup> O *addendum* foi incorporado ao relatório em 16 de novembro de 2009 (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009).

**Figura 6 - Bases colombianas citadas no acordo de defesa entre EUA e Colômbia, em 2009**



Fonte: Vieira (2014).

No documento, consta o pedido de 46 milhões de dólares para investimento na melhoria estrutural da base aérea, pois ela tem

a vantagem potencial de apoiar “missões de mobilidade, fornecendo acesso a todo o continente, exceto à região do Cabo Horn, se houver combustível disponível, e a mais da metade do continente, se não for reabastecido” (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215). Para as missões na base de *Palanquero*, seria utilizado o avião de transporte C-17 Globe Master III: seu alcance sem abastecimento está ilustrado na Figura 7. De acordo com o relatório da força aérea, a partir de *Palanquero*, os EUA teriam:

[...] uma oportunidade única para operações de espectro total<sup>37</sup> em uma sub-região crítica do nosso hemisfério, onde a segurança e a estabilidade estão sob constante ameaça de insurgências terroristas financiadas por narcóticos, governos anti-EUA, pobreza endêmica e desastres naturais recorrentes (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215).

É importante ressaltar que o acordo entre EUA e Colômbia foi assinado em 30 de outubro de 2009 e submetido ao congresso em 16 de novembro (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009) do mesmo ano. Contudo, no dia 28 de outubro de 2009, já havia sido publicado o *National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010*, no qual constava o aceite do Congresso dos EUA para a liberação dos 46 milhões de dólares para a base de *Palanquero* assim que fosse assinado o acordo entre os países (111<sup>th</sup> U.S. CONGRESS, 2009).

---

<sup>37</sup> “O Exército define operações de espectro total como a combinação de operações ofensivas, defensivas e de estabilidade no exterior ou operações de apoio civil em solo dos EUA” (SMALL WARS JOURNAL, 2012).

**Figura 7 - Alcance de ida e volta sem reabastecimento do avião C-17 Globe Master III na América Latina**



Fonte: Vieira (2014).

Ou seja, pela análise dos documentos, é evidente que as verbas para a manutenção estrutural da base militar já estavam destinadas antes da assinatura do acordo e da incorporação do *addendum* ao *Military Construction Program– Fiscal Year (FY)*

2010, *Budget Estimates*. Entre as bases aéreas estadunidenses que estão localizadas fora do território dos EUA, a base de *Palanquero* seria uma das que receberiam os maiores recursos no ano de 2010. A Tabela 9 mostra que, entre as oito bases aéreas que receberiam esses recursos, *Palanquero* ficaria atrás apenas de *Andersen Air Force Base*, em Guam, e *Al Udeid Air Base*, no Qatar.

**Tabela 9 - Recursos em milhões de dólares destinados para as bases aéreas estadunidenses fora dos EUA (Fiscal Year 2010)**

País	Instalação ou Localização	Montante
Afganistão	Bagram Air Base	\$22,000,000
Colômbia	Palanquero Air Base	\$46,000,000
Alemanha	Ramstein Air Base	\$34,700,000
Alemanha	Spangdahlem Air Base	\$23,500,000
Guam	Andersen Air Force Base	\$61,702,000
Itália	Naval Air Station Sigonella	\$31,300,000
Qatar	Al Udeid Air Base	\$60,000,000
Turquia	Incirlik Air Base	\$9,200,000

Fonte: National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010. Organização: Brigola (2020).

Antes da assinatura do acordo com a Colômbia, apenas o anúncio da sua formalização foi suficiente para levantar uma série de discussões entre os países sul-americanos, assunto que acabou se tornando a pauta principal da 3ª *Cúpula da Unasul*, ocorrida em Quito, no dia 10 de agosto de 2009, da qual a Colômbia não participara. O assunto foi levado para uma reunião da Unasul em Bariloche, Argentina, no dia 28 de agosto de 2009, tendo então a presença da Colômbia no evento, situação que, para muitos, especialmente alguns jornais, seria motivo para colocar à prova a utilidade da organização recém-criada em 2008.

O resultado foi uma polarização da região, pois, mesmo com a tentativa de Álvaro Uribe, então presidente da Colômbia, de

convencer os demais países de que o acordo não afetaria a estabilidade regional por ter como meta apenas o combate ao tráfico de ilícitos, a explicação não foi bem aceita pelos demais governantes e entre os críticos mais severos estavam os governos da Venezuela, da Bolívia e do Equador.

Nas palavras de Álvaro Uribe “não são bases americanas, mas colombianas que contarão com militares dos Estados Unidos” (CARMO, 2009a). De acordo com Abdul-Hak (2013), o governo peruano mostrou apoio à Colômbia, enquanto “os demais países buscaram encontrar um meio termo na polarização provocada pela Colômbia, de um lado, e a Venezuela, o Equador e a Bolívia, de outro” (ABDUL-HAK, 2013, p. 169).

Entre as objeções dos presidentes sul-americanos, Rafael Correa, do Equador, enfatizou que “os problemas são da Colômbia e devem ser resolvidos pela Colômbia” (CARMO, 2009a). Hugo Chávez apresentou na reunião o relatório *Global En Route Strategy (Livre Branco)*, no qual constavam informações sobre a base de *Palanquero*, em especial, sobre a mobilidade do avião C-17, embora ele seja uma aeronave de transporte e não possua armamentos. Para Chávez, “essa ‘mobilidade’ na região poderia surgir a partir deste pacto entre Colômbia e Estados Unidos” (CARMO, 2009b).

Com desconfiança de que o acordo poderia ameaçar a soberania dos demais países da América do Sul, os líderes “pediram a Uribe a apresentação do documento do acordo aos integrantes do Conselho de Segurança da Unasul e o acesso de membros do Conselho às bases colombianas que serão usadas pelos americanos” (CARMO, 2009a).

Essa desconfiança dos países sul-americanos era legítima de acordo com autores como Moniz Bandeira (2008) e Cantor (2012). Para eles, a Colômbia, desde o Plano Colômbia, tornou-se uma peça importante no xadrez geopolítico sul-americano – semelhante a

Israel no Oriente Médio –, passando a ser um país *pivot* para a influência estadunidense na região, em especial para antagonizar países com posicionamentos revisionistas a Washington.

De modo semelhante, Ostos Cetina (2011) afirma que, por conta de a Colômbia estar localizada em um ponto intermediário entre a América Central, o Mar do Caribe e a América do Sul, o país é classificado como o *Rimland* na estratégia dos EUA para a América Latina, sendo um “posto avançado de onde se propõe ‘monitorar’ e atender a tudo o que acontecer no que eles consideram, até hoje, sua principal área de influência em todo o mundo” (OSTOS CETINA, 2011, p. 159).

O então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, procurou fazer uma intermediação diplomática para que os ânimos não continuassem exaltados durante a reunião, buscando uma solução pacífica para o problema em questão. De acordo com Saraiva (2009), o Brasil optou por buscar “o caminho do meio”, pois não possuía uma política externa de confrontação aos EUA, mas, ao mesmo tempo, não poderia aceitar a presença militar de um ator externo na América do Sul, sua principal área de interesse.

O presidente brasileiro falou sobre a importância da Unasul para a região, como um mecanismo para solução de problemas internos. O respeito à soberania de cada país também foi abordado em sua fala:

É importante que a gente deixe claro que nós temos que partir do pressuposto de que toda integração que nós queremos não nos dá o direito de achar que podemos ter ingerência na soberania da Argentina, do Equador, do Brasil, da Bolívia, da Colômbia. Não. Soberania é uma coisa sagrada que cada povo conquistou (SILVA, 2009).

Ademais, o presidente Lula afirmou que havia conversado com o presidente Obama solicitando uma reunião da Unasul, durante uma reunião do G-20 ou da ONU, com a presença do então presidente estadunidense. De acordo com o presidente Lula, o objetivo dessa reunião seria deixar clara a relação que os EUA estavam querendo ter com a América do Sul. Porém, a solicitação não foi atendida pelo presidente Obama (SILVA, 2009). Sobre sua fala com o presidente estadunidense, o presidente brasileiro afirmou que havia dito a ele que:

[...] nós respeitamos a soberania e os acordos bilaterais que as nações fazem. Mas o que nós queremos? Nos resguardar. E que no tratado estejam contidas garantias jurídicas para que a gente possa ter fórum internacional [capaz] de dizer: olha, está extrapolando o limite (SILVA, 2009).

De acordo com Carmo:

A reunião terminou com um documento indicando que os assuntos de Defesa serão discutidos na próxima reunião do Conselho de Defesa, na primeira quinzena de setembro. O texto final afirma que a América do Sul deve ser uma “área de paz” e que “forças estrangeiras” não devem interferir na soberania dos países da região. O documento diz ainda que as nações sul-americanas devem combater o terrorismo e o narcotráfico (CARMO, 2009b).

Embora os países da Unasul e o CDS tenham tomado uma posição conjunta contra as bases estadunidenses na região, o acordo colombiano com Washington se mostrou um potencial estopim para

divergências na América do Sul com a Colômbia, ameaçando deixar o bloco, afirmando “falta de sensibilidade dos Estados membros diante dos problemas de insegurança que afetam o país, como narcotráfico, terrorismo e tráfico de armas” (ACOSTA, 2009).

No dia 27 de novembro de 2009, ocorreu a reunião extraordinária de ministros de Relações Exteriores e de Defesa da Unasul, em Quito, Equador, como prevista pelo documento que resultou da reunião em Bariloche. Neste encontro, o então ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez, não compareceu, enviando Miguel Ruiz e o segundo comandante das Forças Militares, David Moreno. Esse fato, embora tenha desagradado a delegação da Venezuela, foi compreendido pelos demais países (SAMANIEGO, 2009).

Em seu sentido amplo, a “reunião cumpriu, em parte, os seus objetivos e conseguiu criar algumas resoluções para melhorar a clareza de informações no continente” (VIEIRA, 2014, p. 193). Além de ter colocado em registro algumas questões pontuais, tais como: maior intercâmbio nas políticas de defesa dos países da Unasul; transparência nos gastos militares; transparência nos exercícios militares conjuntos com países da região ou externos à região; reafirmação do compromisso com a democracia, os direitos humanos, o combate às drogas e a busca de garantia de um ambiente de paz na América do Sul, entre outras questões, o documento final sobre a reunião acordou que:

Os Estados membros da UNASUL garantirão formalmente que os acordos de cooperação em matéria de defesa dos quais são Partes e que envolvem algum grau de presença em seus territórios de pessoal militar ou civil e/ou de armamento e equipamentos provenientes de Estados da região ou extra-regionais não serão utilizados de maneira que atentem contra a soberania, a segurança, a

estabilidade e a integridade territorial dos Estados sul-americanos. Eles garantirão que as atividades emanadas dos referidos acordos não terão efeitos de qualquer natureza sobre o território e o espaço soberano de outro Estado da UNASUL (UNASUL, 2009, artigo IV).

Em agosto de 2010, o acordo entre a Colômbia e os EUA foi rejeitado pela Corte Constitucional da Colômbia, a qual alegava que, para sua entrada em vigor, deveria ser passado e aprovado pelo legislativo colombiano (PRESSE, 2010b). O presidente da Corte, Mauricio González, afirmou que o acordo de 2009 “criava novas cooperações, e não continuava cooperações anteriores” (VIEIRA, 2014, p. 194). Na decisão do tribunal, foi destacado “que o uso de bases por parte de tropas estrangeiras deve ser amparado por um tratado internacional, e não pelos acordos de cooperação já existentes entre os dois países” (PRESSE, 2010b).

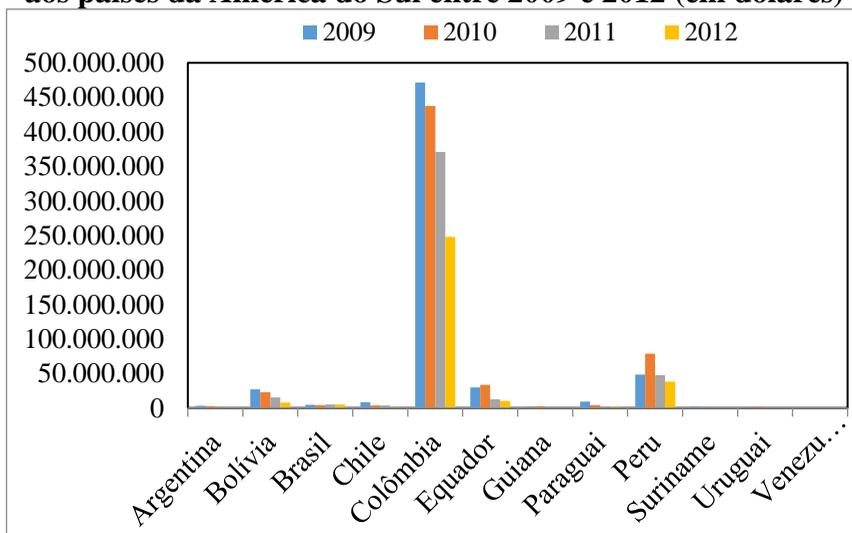
A Corte Constitucional esclarece que sua decisão não inclui juízo sobre a validade ou eficácia de outros acordos de cooperação e assistência nas áreas de segurança e defesa pactados anteriormente com Estados Unidos ou outros países. As relações de ajuda, assistência e cooperação entre Colômbia e Estados Unidos continuarão sendo regidas pelos tratados, convênios e acordos simplificados ou complementares vigentes (PRESSE, 2010b).

O governo colombiano, então, acatou a decisão da Corte e o acordo acabou sendo congelado. De acordo com Vieira (2014), a atitude do então presidente colombiano recém-empossado, Juan Manuel Santos – que durante a assinatura do acordo era ministro da Defesa –, significou um ar de mudança em sua política externa em

relação ao governo anterior de Álvaro Uribe, buscando um melhor relacionamento com os países sul-americanos, sem deixar de manter suas relações estreitas com Washington. Para Weisbrot (2011), entre as novas abordagens para as relações regionais de Manuel Santos estava incluída a reparação das relações com a Venezuela, que se mantinham até então conflituosas.

Como mencionado acima, o congelamento do acordo de 2009 não significou a anulação de acordos anteriores entre a Colômbia e os EUA. O Gráfico 12 mostra a assistência em segurança realizada pelos EUA aos países da América do Sul durante a primeira gestão de Barack Obama e, a partir da observação dele, fica evidente que a Colômbia permaneceu como o país sul-americano que mais recebeu auxílio militar de Washington, principalmente por causa do Plano Colômbia.

**Gráfico 12 - Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2009 e 2012 (em dólares)**



Fonte: Security Assistance Monitor. Organização: Brigola (2020).

Devido ao Plano Colômbia, a diferença entre a assistência em segurança oferecida pelos EUA à Colômbia foi esmagadoramente maior em relação aos demais países sul-americanos. De acordo com Arnson e Tickner (2016), a assistência militar e econômica de Washington para Bogotá teve um dos os maiores valores da história de todos os programas de assistência para as Américas.

Ainda no Gráfico 12, observa-se que o Peru, o Equador e a Bolívia foram os destaques após a Colômbia, cabendo lembrar que são países incluídos na luta contra o narcotráfico, sendo também beneficiários do ATPA/ATPDEA (com exceção da Bolívia, que foi cortada do programa em 2008), o que justifica que a assistência em segurança esteja diretamente ligada ao combate ao tráfico de narcóticos.

A região mais problemática do Peru são os vales dos rios Apurímac, Ene e Mantaro (VRAEM) que, além de serem localidades com a maior produção de coca do país, são redutos do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso (GAGNE, 2015). Essa região está geograficamente próxima à Bolívia, sendo o principal corredor de exportação de produtos ilícitos.

As autoridades peruanas estimam que cerca de 50% da cocaína do Peru transitava pela Bolívia por meio de transbordo aéreo, conhecido como “ponte aérea” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). No caso do Equador, percebe-se uma diminuição da assistência recebida após os anos de 2009 e 2010, o que pode ser interpretado como uma consequência ao fechamento da Base de Manta, uma postura que desagradou o governo de Washington, pois demonstrou que o governo equatoriano de Rafael Correa não estava alinhado aos interesses dos EUA.

A Bolívia, mesmo deixando de ser beneficiada pelo ATPA/ATPDEA após 2008, acusada de não cumprir os critérios do programa para combate ao narcotráfico, recebeu montantes

consideráveis de assistência em segurança. O então presidente Evo Morales, era o principal dirigente dos produtores de coca da região do Chapare na Bolívia, e lutava contra a descriminalização da produção dessa planta. Em 2012, quando foi reeleito para liderar os produtores de Chapare, Morales afirmou que o processo de descriminalização da produção “está muito avançado porque, na chancelaria, há uma campanha permanente para convencer a comunidade internacional sobre a importância do mastigado de coca nas culturas tradicionais andinas” (MORALES, 2012).

Além de Morales defender a produção da folha de coca – por motivos culturais –, o então governo boliviano fazia parte do bloco “bolivariano”, liderado por Hugo Chávez, o que causava descontentamento aos EUA – lembrando que, em 2008, Morales expulsou o DEA da Bolívia, alegando que eles conspiravam contra seu governo.

De acordo com uma reportagem publicada pelo jornal Correio Braziliense, em 2012, a Bolívia contava com cerca de 31 mil hectares de cultivos de folha de coca, dos quais, 12 mil eram destinados a usos tradicionais e eram cultivos legalizados (CORREIO BRAZILIENSE, 2012). Porém, com as ações do Plano Colômbia, houve queda na produção colombiana, mas, essa queda “tanto em área cultivada como em refino, rendimento da folha e rentabilidade do negócio, foi compensada com aumentos constantes no Peru e Bolívia, os outros dois principais produtores no mundo” (CORREIO BRAZILIENSE, 2012).

Para além da assistência em matéria de segurança, é importante verificar a exportação de armas e equipamentos militares dos EUA para os países da América do Sul para compreender se há relação com a agenda de segurança na região, em especial por causa do narcotráfico. Para esta pesquisa, foi utilizado o *Stockholm*

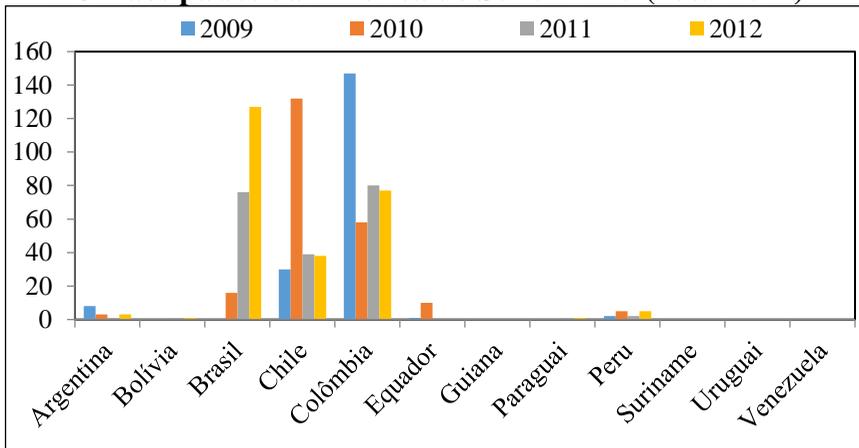
*International Peace Research Institute* (SIPRI) como referência<sup>38</sup>. Os dados apresentados pelo SIPRI seguem a unidade de medida *Trend Indicator Value* (TIV), um valor de unidade exclusivo desenvolvido pelo próprio órgão para medir a transferência internacional de equipamentos seguindo uma unidade comum<sup>39</sup>. O Gráfico 13 demonstra as exportações de equipamentos militares dos EUA aos países sul-americanos e os principais países compradores.

---

<sup>38</sup> “O Banco de Dados de Transferências de Armas não cobre outros equipamentos militares, como armas pequenas e armamento leve (SALW), exceto mísseis guiados portáteis, como sistemas de defesa aérea portáteis (MANPADS) e mísseis antitanque guiados. Caminhões, artilharia com calibre abaixo de 100 mm, munição, equipamentos e componentes de suporte (além dos mencionados acima), serviços de reparo e suporte ou transferências de tecnologia também não estão incluídos no banco de dados” (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI, 2020).

<sup>39</sup> “O TIV baseia-se nos custos unitários de produção conhecidos de um conjunto principal de armas e pretende representar a transferência de recursos militares e não o valor financeiro da transferência. As armas, cujo custo de produção não é conhecido, são comparadas com as armas principais com base: nas características de tamanho e desempenho (peso, velocidade, alcance e carga útil); no tipo de eletrônica, nos arranjos de carga ou descarga, no motor, nos trilhos ou rodas, em armamento e materiais e no ano em que a arma foi produzida. Uma arma que esteve em serviço em outra força armada vale 40% do valor de uma nova arma. Uma arma usada que foi significativamente reformada ou modificada pelo fornecedor antes da entrega custa 66% o valor de uma nova. [...] Os números do SIPRI TIV não representam os preços de venda das transferências de armas. Portanto, não devem ser comparados diretamente com o produto interno bruto (PIB), as despesas militares, os valores de vendas ou o valor financeiro das licenças de exportação na tentativa de medir a carga econômica das importações de armas ou os benefícios econômicos das exportações. Eles são mais usados como dados brutos para calcular tendências nas transferências internacionais de armas ao longo do tempo, porcentagens globais para fornecedores e destinatários e porcentagens para o volume de transferências de ou para estados específicos” (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI, 2020).

**Gráfico 13 - Equipamentos militares exportados pelos EUA aos países da América do Sul em TIV (2009-2012)\***



Fonte: SIPRI (2020). Organização: Brigola (2020).

\* Em milhões de TIV

O fato de a Colômbia oscilar entre a primeira e a segunda posições durante os quatro anos, reflete sua relação estreita com Washington, além de sua necessidade de aquisição de novos equipamentos no combate ao narcotráfico. O Brasil passou a adquirir um maior número de equipamentos a partir de 2010, sendo que, nesse mesmo ano, foi celebrado um acordo em matéria de defesa entre o Brasil e os EUA, o qual será abordado adiante.

Uma comparação entre o Gráfico 12 e o Gráfico 13 nos permite concluir que a Colômbia, além de receber o maior montante em assistência de segurança dos EUA, também foi o país que mais adquiriu equipamentos militares do país do Norte. Em contraste, países como o Equador e o Peru, que tiveram um destaque considerável na recepção de assistência em segurança, não apresentaram um número alto de aquisição de equipamentos.

Isso pode ser interpretado de modo que, os montantes em dólares despendidos pelos EUA para assistência no âmbito da segurança para esses países não seja, em sua maior parte, para a renovação dos equipamentos de suas Forças Armadas, mas para cobrir gastos com treinamento militar, cursos militares ou manutenção dos equipamentos que já possuíam. Na Tabela 10, é possível verificar as unidades dos equipamentos militares adquiridos pelos países da América do Sul durante o período analisado.

**Tabela 10 - Equipamentos militares<sup>40</sup> exportados pelos EUA aos países da América do Sul em unidades (2009-2012)<sup>41</sup>**

	<i>Aviões</i>	<i>Helicópteros</i>	<i>Blindados</i>	<i>Mísseis</i>	<i>Artilharia</i>	<i>Navios</i>
Argentina	0	5	0	0	0	0
Bolívia	0	6	0	0	0	0
Brasil	9	12	0	0	0	0
Chile	3	8	0	210	12	1
Colômbia	33	37	39	0	0	0
Equador	0	2	0	0	0	0
Paraguai	4	0	0	0	0	0
Peru	5	8	0	0	0	0

Fonte: SIPRI (2020). Organização: Brigola (2020).

De acordo com a Tabela 10, Chile foi o país que apresentou a maior diversificação na aquisição de novos equipamentos dos EUA, não adquirindo apenas blindados, entre todas as opções; a Colômbia teve destaque na aquisição de aviões, helicópteros e blindados; e o Brasil adquiriu apenas aviões e helicópteros.

<sup>40</sup> A pesquisa só levou em conta os equipamentos que foram acordados a partir de 2009. Equipamentos que foram encomendados antes de 2009, mas que foram entregues após esse ano, não foram incluídos na tabela.

<sup>41</sup> Os países da América do Sul que não apresentaram aquisição de equipamentos durante o período estudado não foram incluídos na tabela.

Ao comparar o Gráfico 13 com a Tabela 10, nota-se que alguns países apresentaram um valor maior que outros na aquisição de equipamentos em TIV, mas apresentaram valor inferior na aquisição em número de unidades - isso é explicado pelos diferentes valores de transferência de uma unidade para outra unidade -. Por exemplo, a Argentina, embora tenha adquirido um valor maior que a Bolívia em TIV, em unidades, adquiriu apenas cinco helicópteros, sendo que a Bolívia adquiriu seis. Porém, os helicópteros que o país platino importou são os Bell-206/OH-58<sup>42</sup>, mais caros que os R-44 importados pela Bolívia (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI, 2020).

Ainda sobre o Gráfico 13, sua observação indica que o combate ao narcotráfico continuou sendo uma importante diretriz dos EUA na América do Sul, tendo como foco principal a Colômbia, a Bolívia, o Equador e o Peru. O fato de a Colômbia ser o país que recebeu elevada assistência militar e que importou o maior número de helicópteros, aviões e blindados dos EUA, demonstra a continuidade da militarização da política de combate às drogas no primeiro governo Obama, constatando que os equipamentos são voltados para o combate ao narcotráfico e a guerrilha causada por grupos narcotraficantes no país.

De acordo com Milani (2017), as estratégias do presidente Obama para o combate às drogas tiveram uma abordagem própria, diferente da dos governos anteriores.

Em primeiro lugar, a maior mudança refere-se ao reconhecimento do vício como um problema de saúde, e da necessidade de incorporar esse ponto na estratégia de contenção. Em segundo lugar, há a visão

---

<sup>42</sup> Vale ressaltar que a Argentina também adquiriu 15 motores de aviões TFE-731, os quais não foram computados na pesquisa (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI, 2020).

de que o narcotráfico é um problema que não tem apenas origem estrangeira, mas que os Estados Unidos também são responsáveis por sua existência, e que, portanto, há a necessidade de focar em contenção interna (MILANI, 2017, p. 6).

Porém, “a estratégia apresentava o controle da oferta, através da imposição da força, da interdição de drogas em trânsito para os EUA e do desmantelamento das organizações criminosas como objetivos críticos” (MILANI, 2017, p. 6), sendo então utilizada a repressão em âmbito internacional. O *National Drug Control Strategy*, de 2010, aponta que os EUA e a Colômbia tiveram resultados expressivos no combate ao tráfico de drogas nos últimos dez anos e que, “os EUA continuarão a apoiar o governo da Colômbia para conter o fluxo de drogas produzidos no exterior e reduzir as consequências devastadoras da produção, tráfico e consumo” (THE WHITE HOUSE, 2010b, p. 83).

No ano de 2011, os EUA publicaram a *Strategy to Combat Transnational Organized Crime*, uma estratégia formulada a partir de um princípio unificador que consiste em, “construir, equilibrar e integrar as ferramentas do poder americano para combater o crime organizado transnacional e ameaças relacionadas à segurança nacional – e instigar nossos parceiros estrangeiros a fazerem o mesmo” (THE WHITE HOUSE, 2011, p. 1). Vale chamar a atenção para a cooperação dos EUA com os demais países que são produtores ou rota do tráfico de ilícitos. No texto da *National Drug Control Strategy*, foi destacado que:

Os Estados Unidos continuarão sua cooperação de longa data com a comunidade internacional em nossos esforços conjuntos para interromper o comércio mundial de drogas por meio do apoio à redução da safra de drogas, promoção de meios de

subsistência alternativos e capacitação de nações parceiras. Nossos esforços antinarcóticos aplicarão todas as ferramentas disponíveis para garantir que as melhorias sejam permanentes e sustentáveis pelos aliados internacionais. Esses esforços incluirão programas de assistência complementares e abrangentes em todo o espectro de prevenção, intervenção e aplicação (THE WHITE HOUSE, 2010b, p. 24).

A Venezuela, embora não seja um produtor de folha de coca nem de cocaína, está conectada ao tráfico como rota no fluxo das drogas. Em setembro de 2012:

[...] o presidente americano, Barack Obama, assinou um memorando que designou a Venezuela, pela sétima vez, como um país que não conseguiu cumprir suas obrigações internacionais para combater o tráfico de drogas. Ele citou um relatório federal que concluiu que o país era “uma das rotas de tráfico preferenciais para se sair da América do Sul” e tinha um “ambiente em geral permissivo” (NEUMAN, 2012).

Contudo, Poljak (2020), ao citar o sociólogo e ex-Diretor Executivo do Programa de Controle de Drogas das Nações Unidas, Pino Arlacchi (2020), afirma que não há nenhuma evidência de fato de que a Venezuela tenha alguma participação como rota de tráfico de drogas para os EUA, definindo essas acusações como caluniosas. Para Poljak (2020), os discursos estadunidenses sobre a falha da Venezuela no combate às drogas era um subterfúgio para manter as políticas restritivas contra Caracas. O governo dos EUA também acusava a Venezuela de compactuar com as ações criminosas das

FARC, o que levou o Departamento do Tesouro dos EUA, em setembro de 2011, a sancionar quatro oficiais venezuelanos pelo apoio ao comércio de armas e ao tráfico de drogas das FARC (SULLIVAN, 2013a).

De acordo com Gouvêa:

A unificação entre o “combate ao narcotráfico”, “a luta contra o terrorismo” e “a defesa da democracia” sempre estiveram presentes nos ataques estadunidenses à Revolução Bolivariana na medida em que o governo Chávez era associado pelos EUA à guerrilha colombiana e esta ao narcotráfico e ao terrorismo (GOUVÊA, 2020, p. 112).

De um modo geral, a Venezuela foi uma grande preocupação dos EUA na América do Sul na questão política e de segurança durante o primeiro ano de gestão de Obama. Washington e Caracas possuíam o que McCoy (2011) chamou de um “casamento inconveniente”, devido às suas divergências ideológicas concomitantes a uma parceria econômica.

O governo de Hugo Chávez (1999-2013) atuava com uma política de autonomia e de confrontação ao imperialismo estadunidense, “coexistindo de maneira paradoxal com uma estreita dependência econômica em relação à superpotência do Norte” (COLOMBO; FRECHERO, 2012, p. 202), pelo fato de os EUA serem os principais compradores do petróleo venezuelano. Em contrapartida, de acordo com McCoy (2011), os EUA possuíam três pontos a serem considerados com relação a seus interesses na Venezuela.

Segundo essa autora, os interesses estratégicos dos EUA na Venezuela estariam, em primeiro lugar, pautados no fornecimento

de petróleo por parte do país sul-americano a Washington; em segundo lugar, na promoção da democracia em detrimento da concentração excessiva do Poder Executivo – essa concentração de poder resultaria no aumento da violência interna e contribuiria para a desestabilização regional; em terceiro lugar, na aproximação com a Venezuela, pois, sem impasses com países da região, facilitaria ao governo do presidente Obama estabelecer relações mais estreitas de cooperação e resoluções de problemas regionais.

Ambos os países apresentaram relações amistosas na 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago, em 2009, chegando até mesmo a aceitar a reintegração de seus respectivos embaixadores. Chávez, por suspeita de que os EUA estivessem intervindo em assuntos internos da Bolívia, expulsara o embaixador estadunidense de Caracas, Patrick Duddy, em apoio ao outro país sul-americano, e os EUA responderam solicitando o afastamento do embaixador venezuelano, Bernardo Alvarez, de seu país (SULLIVAN, 2009).

Em 2009, algumas questões tornaram conturbadas as relações de Obama e Chávez, como o caso de Honduras. A Venezuela não reconheceu as eleições realizadas em novembro daquele ano no país da América Central, demonstrando seu apoio ao presidente Manuel Zelaya, que havia sido retirado do poder pelas Forças Armadas e pelos poderes Legislativo e Judiciário, em junho de 2009. Embora os EUA, a princípio, tenham denunciado o golpe de Estado, eles passaram a emitir sinais de reconhecimento às eleições de novembro (NEVES; SPEKTOR, 2011), o que desagradou não apenas a Venezuela, mas aos países sul-americanos em geral.

De acordo com Cardoso (2016, p. 122), “os esforços em derrocar o presidente Manuel Zelaya resultaram no fortalecimento de um Estado neoliberal; na supressão de barreiras que pusessem obstáculos à exploração de recursos naturais por empresas nacionais

e estrangeiras”, fato que provavelmente esteja ligado à mudança de posicionamento dos EUA sobre o caso.

Para além das diferenças ocasionadas pela questão de Honduras, a Venezuela também foi o país que mais concedeu críticas ao acordo militar entre os EUA e a Colômbia, como já mencionado, criticando o acordo como um instrumento do imperialismo estadunidense na América do Sul.

Mesmo com esses contratemplos, o ano de 2010 poderia ter sido de retomada das boas relações entre ambos os países devido ao processo de reintegração dos embaixadores dos EUA e da Venezuela, mas ocorreu um novo evento que prolongou a crise diplomática entre eles. Larry Palmer foi escolhido por Barack Obama como o novo embaixador estadunidense em Caracas, o que, a princípio, foi formalmente aceito pelo governo venezuelano.

Porém, antes de exercer a função, em uma audiência no Senado, Palmer, ao responder um questionário, alegou que “a moral dos militares venezuelanos era baixa e que era necessário investigar a suposta presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) na Venezuela” (JORNAL DE BRASÍLIA, 2011), e também afirmou “que Cuba exercia muita influência sobre as Forças Armadas da Venezuela” (RFI, 2010). As palavras de Palmer foram, de acordo com Weisbrot (2011), publicadas duas semanas depois no sítio eletrônico do então senador republicano Richard Lugar, chegando ao conhecimento público.

Em resposta, o governo da Venezuela recusou a nomeação de Palmer como embaixador em solo venezuelano, levando os EUA a cancelar o visto do embaixador Bernardo Álvarez da Venezuela; em contrapartida, o Departamento de Estado americano havia dito que Washington não tinha a intenção de nomear um outro embaixador no lugar de Larry Palmer (RFI, 2010).

Para Weisbrot:

É claro que essa manobra foi executada por funcionários em cooperação com aliados de direita no Departamento de Estado. Obviamente, o presidente Obama estava no comando e poderia simplesmente ter nomeado um novo embaixador que não seria induzido a insultar publicamente o governo anfitrião antes de sua nomeação. Mas uma vez que o confronto foi planejado, a Casa Branca – que deixou a política da América Latina para o Departamento de Estado – não quis correr o risco político de ser vista como “cedendo a Chávez” (WEISBROT, 2011, p. 5).

De fato, a política externa de Barack Obama para a Venezuela manteve “as diretrizes do período final do governo George W. Bush, com respostas e ações pontuais de oposição a Hugo Chávez e com a continuidade do monitoramento das ações do governo venezuelano” (COSTA, 2019, p. 13). A então senadora Hillary Clinton sustentou que o governo dos EUA deveria se preocupar com as políticas de Hugo, Chávez, mas que não deveria exagerar a respeito da ameaça que ele representava (SULLIVAN, 2009).

A preocupação dos EUA com as políticas da Venezuela foi registrada no *Annual Threat Assessment of the Intelligence Community for the Senate Select Committee on Intelligence*, tanto de 2009 quanto de 2010. Escritos pela Inteligência Nacional dos EUA, os documentos demonstram que a aproximação da Venezuela com países considerados hostis ou concorrentes de Washington, como Rússia, China e Irã, seria algo a merecer atenção.

A Venezuela foi citada como uma ponte de aproximação entre o Irã e os demais países latino-americanos (BLAIR, 2009),

porém, a aproximação mais estreita e de maior preocupação era com Moscou, em especial pela compra de equipamentos militares, como os caças russos Sukhoi Su-30, em 2006, em substituição aos estadunidenses F-16 (BLAIR, 2009).

No final de 2008, Hugo Chávez anunciou a construção de um reator nuclear na Venezuela com a assistência russa (BLAIR, 2009). Os países chegaram a assinar um acordo em 2010 para construir a primeira usina nuclear venezuelana, porém, o projeto foi suspenso por Chávez em 2011, após o desastre ocorrido na central japonesa de Fukushima (PRESSE, 2011).

*O Annual Threat Assessment of the Intelligence Community for the Senate Select Committee on Intelligence*, publicado em 2010, também abordou a Venezuela como motivo de preocupação. A aproximação com o Irã foi novamente citada, a respeito do fato de que a Venezuela poderia se tornar um fornecedor alternativo de gasolina ao regime iraniano (BLAIR, 2010), coibido pelas sanções internacionais impostas pelos EUA<sup>43</sup>. De acordo com Carmo e Pecequilo (2016):

Em maio de 2011, os EUA impuseram sanções à PDVSA por manter relações comerciais com o Irã. Evidentemente, as sanções não têm nenhum efeito prático, especialmente sobre as exportações petrolíferas da Venezuela para os Estados Unidos, mas colabora para aumentar o clima conflituoso entre os dois países (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 54).

---

<sup>43</sup> De acordo com uma matéria publicada na revista Exame em 2011, mesmo sendo o segundo maior produtor de petróleo da OPEP, “o Irã ainda precisava importar cerca de 20 milhões de litros de gasolina diários na primavera de 2010, ou seja, um terço de seu consumo” (EXAME, 2011).

A aquisição de armamentos russos pela Venezuela também foi destacada novamente no texto, com a alegação de que:

Nos últimos cinco anos, a Venezuela comprou mais de US \$ 6 bilhões de armas de Moscou, incluindo 24 caças SU30MK, juntamente com helicópteros, tanques, veículos blindados, mísseis de defesa aérea e armas pequenas. [...] a escala das compras causou preocupação nos países vizinhos, particularmente na Colômbia, e corre o risco de alimentar uma corrida armamentista regional (BLAIR, 2010, p. 33).

O documento acusava Hugo Chávez de ser um dos maiores detratores internacionais, por denunciar a democracia liberal e o capitalismo de mercado, bem como por se inclinar para uma política mais autoritária e estatista, além de compactuar com grupos terroristas como as FARC.

Mesmo com a crise diplomática, de acordo com Sullivan (2013a), o Departamento de Estado dos EUA sustentava seu comprometimento em buscar uma aproximação com a Venezuela, tendo como foco a atuação antidrogas e antiterrorismo. Contudo, ainda que as relações político-diplomáticas entre os dois países estivessem deterioradas desde a ascensão de Hugo Chávez, com seu revisionismo antagônico aos EUA, as relações econômicas entre os dois países mantiveram-se expressivas, como será demonstrado no item sobre a política externa de Barack Obama para a América do Sul, no âmbito econômico.

Assim como a Venezuela, mas em menor escala, o Brasil também passou por relações conturbadas com os EUA durante a primeira gestão do presidente Obama. Embora o ex-presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, tivesse sido o primeiro

presidente a ser recebido por Obama em *Camp David*, as relações entre ambos ficaram marcadas por diversos reveses.

Em 2009, assim como a Venezuela, o Brasil posicionou-se a favor do então presidente deposto, Manuel Zelaya, em Honduras, criticando a postura assumida pelo governo de Washington ao aceitar o novo presidente empossado. E, no caso do acordo dos EUA com a Colômbia, embora o Brasil tivesse feito um papel mais diplomático, Lula deixou claro que não concordava com uma presença militar externa na América do Sul.

Logo, em 2010, ocorreu também a tentativa do Brasil, juntamente com a Turquia, de intermediar um acordo para amenizar os embargos e pressões econômicas dos EUA ao Irã, devido ao programa nuclear iraniano. O acordo consistia na troca de urânio pouco enriquecido do Irã por combustível nuclear enriquecido no exterior, porém, não ocorreu a aprovação de Washington e, conseqüentemente, acabou por levar ao esfriamento das relações dos EUA com o Itamaraty (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Mas nem tudo resultou em saldo negativo: ainda no ano de 2010, no dia 12 de abril, foi celebrado o *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa*, que viria a entrar em vigor em 26 de junho de 2015 (DEFESANET, 2020).

No escopo do acordo, redigido em seu capítulo I, constam seus objetivos, sendo eles:

- a) A cooperação entre as Partes em assuntos relativos à Defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, segurança tecnológica e aquisição de produtos e serviços de Defesa;

- b) A troca de informações e experiências adquiridas no campo de operações e na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como as relacionadas a operações internacionais de manutenção de paz;
- c) A troca de experiências na área de tecnologia de defesa;
- d) A participação em treinamento e instrução militar combinados, exercícios militares conjuntos e o intercâmbio relacionado a esses temas;
- e) Colaboração em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos militares; e
- f) A cooperação em quaisquer outras áreas militares que possa ser de interesse mútuo das Partes. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010, Artigo I)

Para Neves e Spektor (2011) e também Hirst e Pereira (2016), o acordo possuiu um grande peso simbólico, pois ambos os países não estabeleciam acordos na área de defesa desde o fim do Plano de Assistência Militar (PAM), rompido em 1977. A assinatura do acordo pelo então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva representou, segundo Milani (2019, p. 207), “um importante contraste à retórica de autonomia e afastamento da potência que predominou naquele momento, mostrando como permaneciam os esforços cooperativos e as relações de clientelismo”<sup>44</sup>.

Vale lembrar que, no período da assinatura do acordo em questão, estava em curso o Programa Fx-2 do Brasil, lançado em

---

<sup>44</sup> Milani (2019), citando (CARNEY, 1989), afirma que a política baseada no clientelismo significa relações de cooperação entre atores com recursos desiguais, uma posição oposta ao modelo do revisionismo autônomo em que a política externa brasileira estava pautada naquele período.

2007, que consistia na modernização da Força Aérea brasileira por meio da aquisição de novas aeronaves. Em outubro de 2008, o processo de decisão do governo brasileiro chegava a seu estágio final e três empresas disputavam a compra do Brasil: a empresa francesa, Dassault, ofertando o caça Rafale F3; a empresa sueca Saab, ofertando o caça Gripen; e a empresa estadunidense Boeing, ofertando o caça F-18 E/F Super Hornet.

Nesse sentido, parecia haver uma relação estreita entre a assinatura do acordo de defesa e o interesse dos EUA na venda de seus caças para a Força Aérea Brasileira. Ainda em 2012, foram enviados dois caças F-18 E/F Super Hornet da Marinha dos EUA para fazer uma apresentação no 60º aniversário da Esquadrilha da Fumaça, em Pirassununga, Brasil (VALDUGA, 2012), provavelmente com intuito de fazer propaganda de suas aeronaves.

Enfim, em 2013, o governo brasileiro fez a sua escolha, optando pela oferta da empresa sueca Saab, ao anunciar a compra de 36 caças Gripen, a serem pagos e entregues até 2023 (BRAGA; PASSARINHO, 2013). De acordo com o ministro de Defesa na época, Celso Amorim, a razão pela escolha da empresa sueca “levou em conta performance, transferência efetiva de tecnologia e custo, não só de aquisição, mas de manutenção” (BRAGA; PASSARINHO, 2013).

Conforme Milani (2019), o Brasil buscava elevar sua autonomia estratégica por meio de dois caminhos: “i) diversificação dos fornecedores de armas e ii) opção por acordos de importação que incluíssem transferência de tecnologia e construção de equipamentos no território nacional” (MILANI, 2019, p. 214).

No entanto, ainda que não tenha se efetivado a compra dos caças norte-americanos pelo Brasil, o acordo bilateral em defesa, celebrado em 2010, foi o maior avanço entre os dois países até aquele momento (HIRST; PEREIRA, 2016). Meacham (2015) afirma que o

acordo traria benefícios para ambos os países. Do ponto de vista do Brasil, Meacham coloca que:

À medida que o papel do Brasil nas questões globais cresce, o país provavelmente terá que diversificar seu perfil internacional em relação à manutenção da paz e segurança, em particular. Já um líder em questões ambientais e participante ativo em esforços multilaterais de manutenção da paz, o papel do Brasil em questões de defesa e militares provavelmente crescerá. [...] Uma maior cooperação com os Estados Unidos pode ser vital para alcançar os objetivos do Brasil de modernizar suas forças armadas e consolidar sua base de defesa industrial (MEACHAM, 2015).

E na perspectiva dos EUA:

[...] além do evidente valor comercial que uma parceria de defesa mais estreita com o Brasil implica, os benefícios de uma maior colaboração dependem principalmente de considerações geopolíticas e estratégicas. [...] Apesar de ser uma região bastante estável, a proximidade da América Latina com os Estados Unidos faz dela um particular interesse e uma relevância para Washington. E com isso em mente, uma cooperação militar mais estreita com o Brasil pode ser importante para a coleta de informações (MEACHAM, 2015).

A coleta de informações a que se refere o autor ocorre por conta da assinatura, também em 2010, do *Acordo de Segurança Geral em Informação Militar* (GSOMIA, na sigla em inglês), o qual

também viria a vigorar a partir de 2015 e que estabeleceria “regras e procedimentos específicos para a troca de informação sensíveis entre ambos os países” (MILANI, 2019, p. 206), facilitando o compartilhamento de informações no tocante a assuntos militares, segurança e defesa (MEACHAM, 2015).

Para além do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa e do Acordo de Segurança Geral em Informação Militar*, com o fim do governo Lula e início do governo de Dilma Rousseff, em 2011, algumas questões sinalizavam a reestruturação das relações entre ambos os países.

Uma dessas questões foi marcada pela visita do presidente Barack Obama ao Brasil, em maio de 2011, o primeiro país sul-americano visitado pelo então presidente desde o início de sua gestão. Na opinião de Aramayo e Pereira (2011), a possibilidade de reestruturação das relações de ambos os países dependia de um governo mais pragmático e menos ideológico por parte da presidente, Dilma Rousseff, recém-empossada.

De acordo com Carmo e Pecequilo (2016), durante a visita do presidente Obama ao Brasil, o presidente estadunidense falou sobre o interesse no aprofundamento da parceria energética, com foco no pré-sal e no etanol; além disso foi citada a possibilidade de uma parceria bilateral para a realização da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016). Porém

Dimensões concretas de concessões, entretanto, não ocorreram em temas chave do interesse brasileiro quando Obama veio ao Brasil: a obtenção do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU), para a qual não se obteve apoio formal dos norte-americanos, mas uma declaração de “apreço à candidatura”, a reforma e atualização do

sistema multilateral em geral e o destravamento das negociações comerciais bi e multilaterais na RDD e OMC. Pode-se indicar que a visita de Obama ao Brasil seguiu o mesmo padrão de passagens do Presidente e da Secretária de Estado Hillary Clinton em outras nações emergentes como China e Índia: declarações positivas, mas sem aberturas significativas de concessões do lado norte-americano, ao mesmo tempo em que se tentaram abrir oportunidades político-econômicas nestes países, buscando reafirmar o domínio estratégico da hegemonia (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 45).

Após os reveses ocorridos entre o Brasil e os EUA durante a gestão Lula, restou para o novo governo brasileiro, de Dilma Rousseff, uma série de questões a serem resolvidas entre ambos os países, como o combate a narcóticos, comércio, energia, meio ambiente, promoção de biocombustíveis, direitos de propriedade intelectual e segurança no Haiti (ARAMAYO; PEREIRA, 2011).

Por fim, no último ano da primeira gestão de Barack Obama, em 2012, ocorreu o *impeachment* do então presidente do Paraguai, Fernando Lugo. A condução do processo em que ocorreu a destituição do ex-presidente paraguaio foi bastante polêmica, gerando posicionamentos divergentes entre os países sul-americanos e os EUA sobre o caso.

Fernando Lugo foi eleito em 2008 pela *Aliança Patriótica*, sendo considerado um presidente de centro-esquerda, e colocou fim ao poder de 61 anos do *Partido Colorado*, de orientação conservadora. De acordo com Toledo (2015), a ascensão ao poder de Fernando Lugo ocorreu sob o prisma de seis eixos programáticos, sendo eles: Reforma agrária, Crescimento econômico com igualdade social, Recuperação da institucionalidade, Justiça soberana e

independente, Plano de emergência nacional e Recuperação da soberania, principalmente a energética. Para Toledo (2015),

A chave da campanha eleitoral de Lugo fundamentava-se em uma base de amplas reformas vinculadas a necessidade de justiça social e distribuição de renda, combatendo a pobreza e as desigualdades. Vinculou-se tais reformas a uma questão externa: a renegociação do Tratado de Itaipu, o que geraria recursos relevantes para o investimento em capital social (TOLEDO, 2015, p. 59).

O então presidente paraguaio conseguiu realizar amplas melhorias sociais no país, assim como incrementar o PIB nacional, sobretudo por meio de um novo acordo com o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que triplicaria os montantes que o Brasil pagava ao Paraguai pelo consumo de energia de Itaipu, a que o Paraguai tinha direito, mas não consumia.

De fato, Fernando Lugo conquistou a popularidade das classes mais baixas, contudo, desagradou à elite conservadora do país, a qual conquistou seu poder durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e manteve a hegemonia do país após o período de redemocratização. Essa elite conservadora, em sua maioria, possuía interesses ligados ao agronegócio (ARAÚJO; PEREIRA, 2018) e temia que o governo de Fernando Lugo “pusesse em prática uma ampla reforma agrária, sob pressão dos camponeses, o que foi promessa de campanha” (MONTEIRO, 2018, p. 77).

Em maio de 2012, um grupo de manifestantes sem-terra invadiu a propriedade do empresário e político paraguaio pelo partido Colorado, Blas Riquelme, localizada na região de Curuguaty. De acordo com Carmo (2012), a disputa pelas terras havia se intensificado no país:

[...] com líderes dos sem-terra pedindo uma revisão dos títulos de propriedade dos fazendeiros – em muitos casos brasiguaios – sob argumento de que os latifúndios foram distribuídos de forma ilegal durante o regime militar liderado por Alfredo Stroessner (1954-1989) (CARMO, 2012).

Durante a invasão às terras do empresário e político Blas Riquelme, ocorreu um conflito agrário que resultou na morte de 11 sem-terras e 6 policiais, sendo esse fato o estopim para a abertura de um processo de *impeachment* contra o então presidente Fernando Lugo<sup>45</sup>. O evento ficou conhecido como o *Massacre de Curuguaty* e surgiu como “uma espécie de ‘culminância’ das tensões agrárias entre Fernando Lugo e oposição, empresariado nacional e mesmo seus próprios aliados” (MATTOS, 2018, p. 338). Ainda de acordo com Mattos:

Em menos de uma semana do Massacre de Curuguaty, Fernando Lugo foi removido do cargo, em 22 de junho de 2012, mediante julgamento político promovido pela Câmara de Deputados. O pedido foi feito após o Massacre de Curuguaty pelo deputado Luis Gneiting, do Partido Colorado, tendo forte apoio do Patria Querida e do PLRA, com setenta e seis votos contra três ausentes. O processo foi encerrado no Senado, com trinta e nove votos a favor e quatro contras. O processo foi realizado com inédita rapidez, com um presidente da república sendo julgado e sumariamente afastado em menos de quarenta e oito horas (MATTOS, 2018, p. 339).

---

<sup>45</sup> Segundo Monteiro (2018), após a retirada dos manifestantes sem-terra da propriedade questionada, foi comprovado que Blas Riquelme não possuía o direito de propriedade sobre as terras.

Alguns países da América do Sul, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru e Venezuela, mostraram-se opositores ao julgamento, não reconhecendo o novo governo do até então vice-presidente Federico Franco, do *Partido Liberal Radical Autêntico* (PLRA), classificando a destituição de Fernando Lugo como um golpe de Estado (GAIO, 2012).

De modo institucional, a Unasul e o Mercosul posicionaram-se contrários ao processo de *impeachment*, “o Paraguai foi suspenso das decisões políticas dos dois órgãos, enquanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) compreendeu que o processo foi legítimo e emitiu parecer favorável à permanência do país sem nenhuma advertência” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 131).

O governo dos EUA, por meio da fala da então secretária de Estado adjunta para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Roberta Jacobson, em uma conferência de imprensa, posicionou-se favoravelmente ao governo de Federico Franco, ao defender a permanência do Paraguai na OEA após o processo de *impeachment*.

De fato, os governos de esquerda e centro-esquerda que emergiram na América do Sul durante os anos 2000 consolidaram-se em um cenário regional marcado pela diminuição da influência dos EUA na região e pela forte tendência da integração regional de caráter revisionista em relação ao governo de Washington.

Neste sentido, a posição assumida pelo governo dos EUA em relação ao *impeachment* de Fernando Lugo marcou o término da primeira gestão de Barack Obama com uma política “de realinhamento de sua área de influência direta” (MONTEIRO, 2018, p. 62), reconhecendo no governo de Francisco Franco, de orientação liberal, uma posição ideológica que tradicionalmente mantém suas diretrizes externas alinhadas aos interesses dos EUA.

## **A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO OBAMA PARA A AMÉRICA DO SUL EM ÂMBITO ECONÔMICO**

As promessas proferidas pelo presidente Obama em 2009 na 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago, assim como seus planos de cooperação econômica, descritos na NSS de 2010 para a América Latina, não chegaram a ocorrer na prática. Em vez de uma renovação na execução da política externa para a região, o que ocorreu foi uma continuidade dos projetos já estabelecidos durante o governo de George W. Bush. Entre eles, pode ser citada a entrada em vigor dos Tratados de Livre Comércio (TLC) com o Peru, em fevereiro de 2009, e com a Colômbia, em maio de 2012, ambos assinados durante a gestão de George W. Bush.

Cabe mencionar que os TLCs realizados pelo ex-presidente estadunidense, na época, foram fortemente recusados pelos membros do Partido Democrata, em especial por não enfatizarem questões relativas a meio ambiente, direitos humanos e direitos trabalhistas (LIMA; MENDONÇA, 2013). Quando os democratas se tornaram maioria no Congresso após o ano de 2007, foi pleiteado que tais questões fossem incorporadas nas negociações dos acordos concluídos, como pré-requisito para sua ratificação (LIMA; MENDONÇA, 2013).

Enquanto senador dos EUA, Barack Obama se mostrou crítico às políticas comerciais adotadas por George W. Bush. Bhandari e Klaphake (2011, p. 73 *apud* LIMA; MENDONÇA, 2013) apontam que, em dezesseis ocasiões, o então senador Obama votou treze vezes, no tocante à política comercial no Senado, em apoio às barreiras comerciais e contra a diminuição dos subsídios comerciais.

Os autores afirmam que Barack Obama se mostrou cético em relação ao livre comércio durante o período em que estava no cargo de senador e também em sua campanha à presidência. Porém, ao ser

eleito como presidente, o livre comércio passou a estar presente em suas diretrizes de política externa, como constam em suas duas *National Security Strategies*.

Na sequência, o acordo firmado com o Peru, chamado formalmente de *The United States-Peru Free Trade Agreement* (PTPA), teve como objetivo:

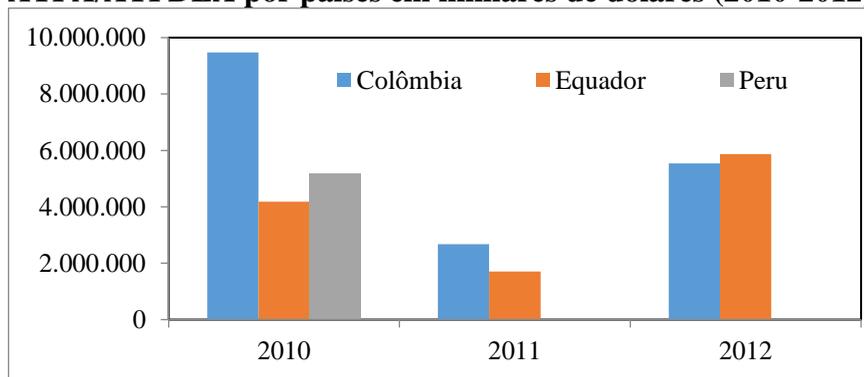
[...] eliminar tarifas e remover barreiras aos serviços dos EUA, fornecer uma estrutura legal previsível e segura para investidores e fortalecer a proteção à propriedade intelectual, aos trabalhadores e ao meio ambiente. O PTPA é o primeiro acordo em vigor que incorpora disposições inovadoras relativas à proteção do meio ambiente e dos direitos trabalhistas que foram incluídas como parte do Acordo Bipartidário de Política Comercial desenvolvido pelos líderes do Congresso em 10 de maio de 2007 (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, [201-?]).

Por sua vez, o acordo com a Colômbia foi formalmente denominado de *The United States-Colombia Trade Promotion Agreement* (TPA), e teve como objetivo:

[...] fornecer a eliminação de tarifas e remover barreiras aos serviços dos EUA, incluindo serviços financeiros. Também inclui disciplinas importantes relacionadas à administração aduaneira e à facilitação do comércio, barreiras técnicas ao comércio, compras governamentais, investimentos, telecomunicações, comércio de eletrônicos, direitos de propriedade intelectual e proteção trabalhista e ambiental (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, [201-?]).

É importante frisar que os TLCs que ambos os países sul-americanos assinaram com os EUA substituíram os benefícios gerados pelo ATPA/ATPDEA, a partir da data em que os TLCs entraram em vigor. A Colômbia foi considerada como um país do ATPA/ATPDEA até o fim de 2012, mas não contou com os benefícios após maio daquele ano. Em 2012, a Colômbia forneceu quase a metade das importações realizadas pelos EUA, no âmbito do ATPA/ATPDEA (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013), como é possível visualizar no Gráfico 14.

**Gráfico 14 - Importações dos EUA sob o ATPA/ATPDEA por países em milhares de dólares (2010-2012)**



Fonte: Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act, USTR, 2013. Organização: Brigola (2020).

Como mostrado no Gráfico 14, a Colômbia vinha sendo a maior beneficiária das importações pelos EUA por meio do ATPA/ATPDEA até 2011, sendo ultrapassada pelo Equador em 2012. Naquele ano, o Equador ficou com 51% das importações realizadas pelos EUA, enquanto a Colômbia ficou com 49%. Cada país teve um aumento de mais de 100% em relação ao ano de 2011.

O aumento foi maior para o Equador, devido à sua presença constante no programa durante todo o ano de 2012, sendo, a partir de então, o único beneficiado pelo ATPA/ATPDEA (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013).

As importações dos EUA dos países ATPA/ATPDEA eram baseadas, principalmente, em matérias-primas e produtos agrícolas. Em 2012, de forma geral, os combustíveis minerais, em especial o petróleo bruto, responderam por 72% das importações contra 70% em 2011 (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013), representando um acréscimo em relação ao ano de 2010, no qual se teve 60% das importações estadunidenses (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012a).

Os preços mais altos do petróleo foram os principais responsáveis pelo aumento da participação, mas a quantidade de importações de petróleo também teve expansão (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013). Outras importações de destaque dos países ATPA / ATPDEA durante os períodos em análise foram metais preciosos, pedras preciosas e joias; ouro não monetário; café; flores de corte; peixes e crustáceos, especialmente camarões; frutas e nozes, principalmente bananas.

Entre os produtos de maior destaque que os EUA importaram da Colômbia pelo programa, estavam os combustíveis minerais, flores de corte, vestuário e plásticos (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013). No caso do Equador, os principais produtos importados pelos EUA foram os combustíveis minerais; as flores de corte e frutas; além de legumes frescos e preparados que também se destacaram na venda para os EUA (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013). Embora o TLC com o Peru tenha entrado em vigor em 2009, o país ainda recebeu os benefícios da ATPA/ATPDEA em 2010, mas não contou com eles a partir de 2011.

Em suma, os três países que possuíam TLCs com os EUA eram membros da Aliança do Pacífico. Criada em 2011, era uma organização econômica, a qual, de acordo com Busso (2016), foi um dos motivos que tornaram a política do presidente Obama mais ativa para a América do Sul, em especial em seu segundo mandato.

Autores como Padula (2013), Fiori (2014) e Pecequilo (2015) afirmam que a promoção dos TLCs e o apoio à Aliança do Pacífico pelos EUA significavam apenas uma parte de sua estratégia maior, que seria a consolidação do *Trans-Pacific Partnership* – TPP, a peça central “da política de reafirmação do poder econômico e militar norte-americano, na região do Pacífico” (FIORI, 2014).

O objetivo da formalização do TPP – que não é um bloco originalmente formulado pelos EUA – veio da nova estratégia do presidente Obama, denominada de “Pivô-asiático”. Percebendo a relevância estratégica da região Ásia-Pacífico, o presidente Obama deslocou, “o foco de sua política externa do Oriente Médio, com a retirada de tropas do Iraque e do Afeganistão para aquela região, canalizando esforços militares, diplomáticos e econômicos” (HENDLER; NOGUEIRA, 2016, p. 219).

Em novembro de 2011, o presidente norte-americano, em discurso ao parlamento australiano, afirmou seu objetivo de orientar uma política externa para a região Ásia-Pacífico. Nas palavras do então presidente dos EUA, o “novo foco nessa região reflete uma verdade fundamental – os Estados Unidos foram e sempre serão uma nação do Pacífico” (OBAMA, 2011).

O TPP foi originalmente formado em 2005, iniciando-se as negociações de um acordo multilateral de livre comércio. Os países participantes eram: Brunei, Chile, Nova Zelândia e Cingapura, com o nome de *Pacific Four* (P4), e entrou em vigor em 2006

(CARNEIRO, 2015)<sup>46</sup>. A organização logo mudou de nome para *Trans-Pacific Partnership* – TPP com a adesão às negociações de outros países, como a Austrália (2008), os EUA (2008), o Peru (2008) e o Vietnã (2008).

A primeira rodada de negociações do TPP ocorreu em março de 2010, na Austrália. Posteriormente ocorreu a entrada da Malásia (2010), do Canadá (2012), do México (2012) e do Japão (2013). Após diversas rodadas de negociações sem sucesso, em outubro de 2015, os países alcançaram um acordo final, que fora assinado em fevereiro de 2016 (URATA, 2018). No entanto, os EUA se retiraram do acordo em janeiro de 2017, no início da gestão do presidente Donald Trump.

O TPP chegou a ter expressão após 2009, quando o então presidente Obama decidiu participar ativamente das negociações com o objetivo de formalizar oficialmente o grande bloco econômico no arco do Pacífico que já vinha sendo idealizado por Brunei, Chile, Nova Zelândia e Cingapura desde 2005 (PADULA, 2013).

De fato, um documento publicado pelo *United States Trade Representative*, em 2008, já afirmava que o TPP demonstrava “a intenção dos EUA de manter seu envolvimento ativo na região da Ásia-Pacífico” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2008). Desde então, Washington ditou o ritmo das negociações, buscado um acordo que refletisse “as suas prioridades econômicas e a ampliação da participação de países da região” (PADULA, 2013, p. 11) até o início da gestão Trump em 2017.

Em suma, o TPP era considerado pelo *United States Trade Representative* como um acordo abrangente e relevante que abriria mercados importantes, possibilitando o estabelecimento das regras comerciais de alto padrão, no qual se abordariam as principais

---

<sup>46</sup> O *Pacific Four* entrou em vigor por meio do acordo *Trans-Pacific Strategic Economic Partnership* (TPSEP).

questões econômicas globais do século XXI (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2015), dando a entender que elas seriam as relações econômicas realizadas no epicentro da economia mundial, o qual, de acordo com Simões (2018), seria o entorno do oceano Pacífico.

Para além da facilitação do acesso aos mercados de bens, serviços e investimentos entre os países membros, o TPP tinha o objetivo de incluir medidas como princípios trabalhistas e de conservação ambiental (CARNEIRO, 2015). Carneiro (2015) afirma que o bloco estaria baseado em cinco aspectos que, de acordo com o *United States Trade Representative*, seriam as características-chave para o TPP se tornar um novo paradigma da economia global. Os aspectos seriam:

*i) acesso abrangente a mercados, removendo tarifas e outras barreiras à circulação de bens, serviços e investimentos; ii) criação de um acordo verdadeiramente regional, para facilitar o desenvolvimento de cadeias de suprimento entre os membros; iii) inclusão de temas transversais ou horizontais, como convergência regulatória e competitividade; iv) inclusão de novos temas, como tecnologias verdes e economia digital; v) permissão de adaptação e atualização contínua do acordo mesmo após sua inclusão, tornando-o um acordo vivo (living agreement) (CARNEIRO, 2015, p. 16).*

Autores como Amaral e Mattos (2013), Padula (2013) e Pecequillo (2015) defendem que o TPP tinha o propósito de conter o avanço da China na região do Pacífico, garantindo, assim, a supremacia comercial aos moldes de Washington. Li e Whalley (2012), citados por Amaral e Mattos (2013), afirmam que os acordos do TPP viriam a prejudicar a China e os demais países não membros

do bloco, e com a possível adesão do Japão, os danos à economia chinesa seriam ainda maiores. Amaral e Mattos (2013, p. 129) afirmam que o TPP pode ser classificado como “um instrumento regional para garantir um protecionismo comercial”, trazendo então benefícios aos países membros.

Pecequilo vai mais além ao afirmar que o TPP:

[...] visa ao isolamento da China na região asiática (e da Índia e da Rússia, indiretamente), à revitalização da aliança bilateral com o Japão e ao fortalecimento da parceria com países como Austrália e Nova Zelândia. Mas a TPP não lida somente com comércio: ela envolve o reposicionamento de forças militares, garantindo a projeção de poder militar no Pacífico e em locais que não parecem tão próximos, mas nos quais a China tem atuado fortemente – a África e a costa do Pacífico da América Latina (que favorece sua projeção no hemisfério) (PECEQUILO, 2015).

Lameiras (2018) coloca que o TPP se enquadra no conceito de *poder estrutural* elaborado por Susan Strange em sua obra *States and markets*, sendo o “poder de definir a agenda de discussão ou de criar as regras e os costumes que definem os regimes internacionais destinados a governar as relações econômicas internacionais” (STRANGE, 1994 *apud* LAMEIRAS, 2018, p. 177).

Nesse sentido, a contenção da China pode ser compreendida como um dos motivos para incitar os TLCs com os países da América do Sul que correspondem a Aliança do Pacífico, bloco econômico do qual o Chile e o Peru também fazem parte através das negociações do TPP, em contexto cada vez maior de aproximação da China com os países sul-americanos, como é possível visualizar no Quadro 7.

**Quadro 7 - Posição ocupada  
pela China como parceiro comercial  
dos países da América do Sul (2000-2012)**

País	Posição da China como destino das exportações		Posição da China como origem das importações	
	2000	2012	2000	2012
Argentina	6	3	4	2
Bolívia	18	9	7	2
Brasil	12	1	11	1
Chile	5	1	4	2
Colômbia	36	2	9	2
Equador	18	11	10	2
Paraguai	15	25	3	1
Peru	4	1	9	2
Uruguai	4	2	7	3
Venezuela	35	2	18	2

Fonte: Slipak (2014). Organização: Brigola (2020).

A partir dos dados disponíveis no Quadro 7, fica evidente que, entre 2000 e 2012, a China se aproximou significativamente dos países da América do Sul na área comercial. O país asiático ocupou em 2012 a primeira posição como destino das exportações do Brasil, do Chile e do Peru, a segunda posição do destino das exportações da Colômbia, do Uruguai e da Venezuela e a terceira posição como destino das exportações da Argentina. Sobre a posição da China como origem das importações, o país apareceu em primeiro lugar nas importações do Brasil e do Paraguai, em segundo lugar nas importações da Argentina, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Venezuela e em terceiro lugar nas importações do Uruguai. De acordo com Padula, a China:

[...] vem ganhando crescente participação no comércio e nos investimentos da região, sendo

responsável em grande parte pelo seu crescimento econômico e pela “bonança de divisas”, processo que vêm reforçando a inserção econômica dos países da América do Sul baseada na exportação de commodities [...] Os principais motivadores econômicos das relações comerciais e investimentos chineses, assim como de suas alianças estratégicas na América do Sul, são: a busca por acesso a recursos naturais e a expansão de mercado para seus bens acabados (PADULA, 2013, p. 13).

Cabe resgatar aqui as teorias da geopolítica clássica elaboradas por Halford Mackinder e Nicholas Spykman, frisando que, mesmo após todos esses anos, elas continuaram presentes na política externa dos EUA. A China é um poder econômico e militar ascendente no *Rimland*, que, como já foi mencionado, corresponde às regiões costeiras que circundam o continente eurasiático e seus mares marginais (SPYKMAN, 1944b). O avanço chinês está se expandindo gradativamente para as regiões além do *Rimland*, sendo para o *Heartland* eurasiático, proposto por Mackinder, por meio das relações comerciais com os países europeus, assim como para o Crescente Externo, conceito também elaborado por Mackinder, no qual a América do Sul está localizada.

Nesse sentido, de acordo com Dueck, em termos atuais, a solução seria “uma presença avançada cuidadosamente mantida pelos EUA para contrabalançar a China e uma campanha contínua de pressão econômica americana contra Pequim” (DUECK, 2019). Para isso, os EUA deveriam se aproximar de países onde a influência chinesa estivesse crescendo, com o intuito de estreitar as relações com os estadunidenses e “trabalhar ao lado desses aliados para neutralizar a influência econômica, diplomática e estratégica da China ao longo do perímetro do Rimland” (DUECK, 2019).

Pecequillo e Forner (2017) alegam que o apoio dos EUA à Aliança do Pacífico e a tentativa de formalização do TPP, além de conter a aproximação chinesa com países da América do Sul, também visava oferecer um contraponto aos arranjos institucionais autônomos encabeçados pelos países sul-americanos, como, por exemplo, a Unasul, que, embora não tivesse avançado nas relações econômicas, era um modelo de integração do qual os EUA não faziam parte. De modo semelhante, Rodrigues (2018) defende que a política adotada por meio da formalização dos TLCs na América do Sul configurava um modelo pautado na *interdependência assimétrica*, pois:

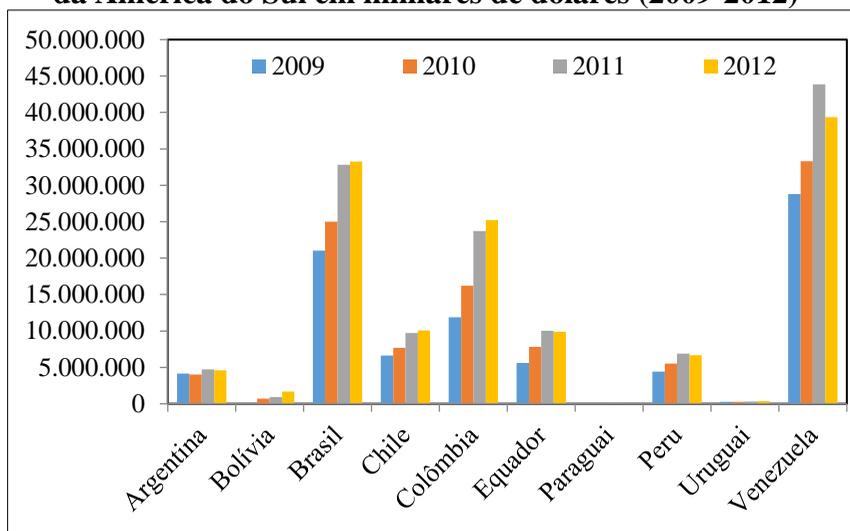
Acordos do tipo TLC's corroboram e intensificam a histórica reprodução das economias latino-americanas de baixo valor agregado e pautado em recursos primários, uma vez que o intercâmbio desigual é acelerado e inviabiliza, direta ou indiretamente, a construção de um parque industrial-tecnológico e militar (RODRIGUES, 2018, p. 33).

Para além dessas premissas, foi realizada uma análise das relações comerciais dos EUA com a América do Sul, em âmbito geral, para melhor compreender se as relações econômicas entre ambos, durante a gestão de Barack Obama, tiveram um deslocamento maior para a região do Pacífico a partir da conclusão dos TLCs.

Durante os quatro anos da gestão Obama, o comércio com a América do Sul ficou marcado pelo montante de US\$ 447.645.148 em importações e US\$ 402.401.156 em exportações (TRADEMAP, 2020). O resultado final foi um déficit de US\$ 45.243.992 na balança comercial dos EUA, significando que, durante a primeira gestão de Obama, os EUA importaram mais produtos da América do Sul do

que exportaram para ela, sendo as principais parcerias com o Brasil, a Venezuela, a Colômbia, o Chile e o Peru, como mostram os Gráficos 15 e 16.

**Gráfico 15 - Importações estadunidenses dos países da América do Sul em milhares de dólares (2009-2012)\***

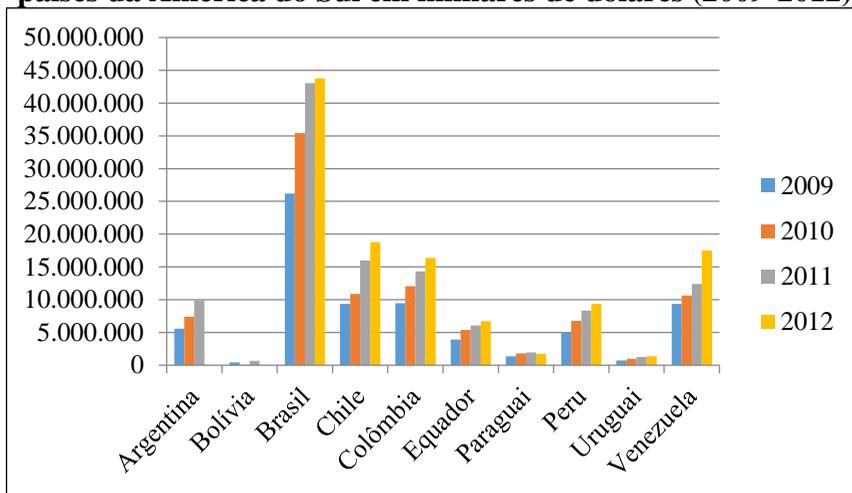


Fonte: TradeMap. Organização: Brigola (2020).

Nota: Na pesquisa, não foram incluídos a Guiana e o Suriname.

Como é possível observar, nos Gráficos 15 e 16, durante a primeira gestão de Barack Obama, a Venezuela foi o principal fornecedor de produtos aos EUA, durante os quatro anos. O país representou aproximadamente 32,45% das importações estadunidenses da América do Sul durante esse período. A liderança venezuelana representada no Gráfico 15 é explicada pelo estreito comércio de petróleo entre a Venezuela e os EUA, sendo o país norte-americano seu principal mercado comprador.

**Gráfico 16 - Exportações estadunidenses para os países da América do Sul em milhares de dólares (2009-2012)**



Fonte: TradeMap. Organização: Brigola (2020).

Nota: Na pesquisa, não foram incluídos a Guiana e o Suriname.

O Brasil apareceu em segundo lugar nas importações estadunidenses da América do Sul, dada a dimensão econômica brasileira e sua tradicional parceria comercial com o país do Norte, perfazendo 25,04% das importações estadunidenses da América do Sul. Embora os EUA sejam um tradicional parceiro econômico do Brasil, é importante destacar que, a partir de 2009, a China passou a ser o principal parceiro econômico do país sul-americano, “depois de oitenta anos de predomínio estadunidense ininterrupto” (COLOMBO; FRECHERO, 2012, p. 207).

De acordo com Runde:

[...] a relação Brasil-China é unilateral e focada em indústrias extrativas e pouco qualificadas, como mineração, carne e soja, em vez das indústrias não-

*commodities* e de maior valor agregado que o Brasil espera incentivar dentro de suas fronteiras. Os Estados Unidos, por outro lado, tornaram-se o primeiro destino para as exportações brasileiras de manufaturados e semimanufaturados (RUNDE, 2016).

Já a Colômbia ocupou a terceira posição no quadro geral, com 17,20% das importações realizadas pelos EUA no subcontinente; o Chile fez 7,62%, ocupando a quarta posição; o Equador ocupou a quinta posição com 7,45%, seguido pelo Peru, que fez 5,24%, ocupando a sexta posição. Mesmo com o TLC tendo entrado em vigor apenas em 2012, a Colômbia apareceu com maior destaque entre os três países na mesma situação, sendo que o TLC do Chile com os EUA entrou em vigor em 2004 e o do Peru com os EUA vigorou em 2009. Essa posição privilegiada da Colômbia remete à estreita parceria com o país norte-americano originada do combate ao narcotráfico.

A Argentina ocupou a sétima posição, representando 3,89% das importações estadunidenses da América do Sul. Cabe frisar que, no ano de 2012, o presidente Obama excluiu a Argentina do Sistema Generalizado de Preferências (SGP)<sup>47</sup>. O governo dos EUA “considerou na época que o kirchnerismo estava prejudicando as empresas Azurix e Blue Ridge Investment no âmbito do ICSID, devido ao cancelamento de contratos em meio à crise argentina de 2001” (IPROFESIONAL, 2018). Segundo o iProfesional (2018), vinhos, açúcar, azeite, azeitonas e queijo são alguns dos produtos que eram beneficiados pelo programa sendo que, em 2011, 12% dos

---

<sup>47</sup> “O SGP consiste na concessão de preferências tarifárias por países desenvolvidos a certos produtos exportados de países em desenvolvimento, que recebem tratamento preferencial e reduções tarifárias significativas” (IPROFESIONAL, 2018).

produtos argentinos exportados aos EUA se enquadraram no SGP, com tarifa de 0%<sup>48</sup>.

No tocante às exportações provindas dos EUA para a América do Sul, o Brasil foi o país que recebeu os maiores montantes, liderando a posição com 36,87% das exportações estadunidenses para a região. O Chile ficou mais bem posicionado em relação às exportações dos EUA para a América do Sul, ocupando a segunda posição no quadro geral durante os quatro anos, recebendo 13,67% dos produtos exportados pelos EUA.

A Colômbia ficou com a terceira colocação com 12,97% e, conforme a Comissão do Comércio Internacional sobre o TLC da Colômbia com os EUA, “as reduções de tarifas no acordo expandiram as exportações de bens dos EUA em mais de US\$ 1,1 bilhão, apoiando milhares de empregos americanos adicionais” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012b), e ainda:

Mais de 80% das exportações dos EUA de produtos industriais e de consumo para a Colômbia ficarão isentas de impostos imediatamente, com as tarifas restantes eliminadas ao longo de 10 anos. Com as tarifas médias das exportações industriais dos EUA variando de 7,4 a 14,6%, isso aumentará substancialmente as exportações dos EUA (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012b).

A Venezuela representou 12,40% das exportações estadunidenses para a região, ficando na quarta colocação; a Argentina apareceu em quinto lugar, com 8,22% das exportações; o Peru em sexto, com 7,29%, e o Equador em sétimo, com 5,48%.

---

<sup>48</sup> No ano de 2018, a Argentina foi formalmente reincorporada pelos EUA ao programa SGP durante a gestão do presidente Trump.

Dentre os países citados, a Colômbia, o Equador e a Venezuela apresentaram um valor maior nas exportações em relação às importações nas relações comerciais com os EUA. Nesse caso, cabe lembrar que a Colômbia e o Equador eram beneficiados pelo ATPA/ATPDEA, acordo do qual oferecia preferências comerciais, com isenção de impostos, para aumentar a exportação dos países andinos beneficiados pelo programa aos EUA, sob o comprometimento com o combate ao narcotráfico em seus respectivos países. O caso da Venezuela, como já citado, remete ao estreito comércio de petróleo, tendo os EUA como seu principal comprador.

Países como Argentina, Brasil, Chile e Peru importaram mais produtos dos EUA, do que exportaram ao país do Norte. Embora o Brasil tenha os EUA com um amplo mercado para seus produtos manufaturados, de acordo com Lima (2019), dos quinze principais produtos exportados pelo Brasil aos EUA, onze enquadram-se na categoria de produtos de baixa e média intensidade tecnológica e apenas quatro produtos são classificados como de alta e média intensidade tecnológica<sup>49</sup>.

Nesse sentido, conforme Lima (2019), de 2002 a 2014, a tendência geral do comércio entre Brasil e EUA ficou marcada pela maior relevância que os produtos de baixo valor agregado foram ganhando na pauta comercial entre os países, enquanto os produtos de maior intensidade tecnológica foram perdendo espaço. No tocante às importações brasileiras, os produtos importados são predominantemente manufaturados de média e alta intensidade tecnológica, ou seja, de maior valor agregado, resultando em maiores valores nas importações brasileiras provindas dos EUA e em menor valor nas exportações brasileiras aos EUA (LIMA, 2019).

---

<sup>49</sup> De acordo com Lima (2019), os principais produtos de média e alta tecnologia exportados pelo Brasil aos EUA são aviões, máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração, entre outros, e motores para veículos automóveis e suas partes.

A superioridade das exportações estadunidenses para o Chile e o Peru em relação às importações é explicada pela assinatura dos TLCs que ambos possuem com os EUA. O TLC do Chile com os EUA entrou em vigor em 2004; contudo, desde 2008, o país apresentou déficits em sua balança comercial com o governo de Washington (TRADEMAP, 2020). O Peru foi um dos beneficiados pelo ATPA/ATPDEA até o ano de 2009, tendo sua participação no programa encerrada após a entrada em vigor de seu TLC com os EUA, no mesmo ano.

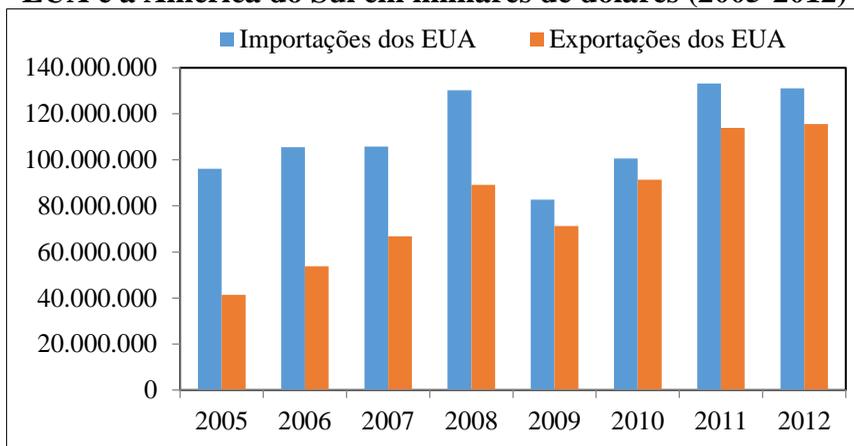
Entre os anos de 2002 – ano em que o ATPA fora rebatizado para ATPA/ATPDEA – e 2007, o Peru possuía superávits em sua balança comercial com os EUA (TRADEMAP, 2020), provavelmente pelo impulso que o programa dava a suas exportações para o parceiro comercial do Norte. Com a entrada em vigor do TLC, em 2009, o Peru fora automaticamente excluído do ATPA/ATPDEA, que foi substituído pelo Tratado de Livre Comércio; desde então, o Peru passou a ter elevados déficits em sua balança comercial com os EUA. Nesse caso, conclui-se que os TLCs beneficiaram mais as exportações estadunidenses do que as exportações dos países sul-americanos.

Como demonstra Tosoni (2017), no período entre 2004 e 2013, as exportações chilenas para os EUA cresceram em média de 7,7% ao ano, enquanto as importações chilenas do país do Norte cresceram 19,2%. O caso do Peru foi semelhante: entre 2009 e 2013, as exportações peruanas aos EUA cresceram 12,7% ao ano, enquanto as importações realizadas pelo país sul-americano, dos EUA, cresceram 19,5% ao ano<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Tosoni (2017) afirma que não houve aumento do PIB do Chile e do Peru após a assinatura dos TLCs. De acordo com o autor, os períodos de maior crescimento econômico desses países foram anteriores aos Acordos de Livre Comércio, sendo o momento culminante do Chile no início dos anos 1990, e do Peru nos anos 1960 e entre 2006 e 2008.

**Gráfico 17 - Evolução do comércio exterior entre os EUA e a América do Sul em milhares de dólares (2005-2012)**



Fonte: TradeMap. Organização: Brigola (2020).

Nota: Na pesquisa, não foram incluídos a Guiana e o Suriname.

O primeiro ano do governo Obama, em 2009, coincidiu com as consequências da crise econômica de 2008, o que impactou as relações entre os EUA e a América do Sul naquele ano, tendo uma queda considerável nas importações e exportações. Nesse sentido, é de grande importância verificar como ocorreu a evolução do comércio exterior dos EUA com a América do Sul a partir da última gestão do governo George W. Bush seguida pela primeira gestão do governo Obama. Essa análise está ilustrada no Gráfico 17.

De acordo com a análise no Gráfico 17, ficou evidente que as importações foram superiores às exportações em ambos os governos. Sobre o governo de George W. Bush, em 2008, seu último ano de governo, houve um maior impulso nas relações comerciais com a América do Sul, totalizando US\$ 130.222.501 em importações e US\$ 89.100.433 em exportações. As importações dos EUA em 2009 foram US\$ 82.767.805, com uma queda em torno de

36% em relação ao ano anterior, enquanto as exportações ficaram com US\$ 71.295.743, com queda de aproximadamente 19% em relação ao ano anterior.

De acordo com Scott (2010), as informações publicadas no *US Census Bureau* de 2010 apresentaram que o comércio global dos EUA sofreu uma queda no ano de 2009 em relação a 2008. O país apresentou uma redução do comércio de bens e serviços de 45,3%, um reflexo dos “efeitos da recessão e da crise financeira na demanda por bens e serviços e o impacto da escassez generalizada de empréstimos necessários para financiar o comércio” (SCOTT, 2010).

Por sua vez, o comércio global de mercadorias nos EUA caiu 38,5%. O declínio das importações de petróleo, por conta da diminuição do valor do barril do produto energético, foi responsável por aproximadamente 56% da queda das importações globais de mercadorias realizadas pelos EUA em 2009 e a importação de produtos manufaturados sofreu uma queda de 27% (SCOTT, 2010).

Porém, o Gráfico 17 mostra uma rápida recuperação das relações econômicas entre os EUA e a América do Sul a partir de 2010. Ocorreu um crescimento significativo tanto das importações como das exportações, sendo 2011 o ápice das importações realizadas pelos EUA, com US\$ 133.172.530, representando um aumento de aproximadamente 2% em relação ao ano de 2008, ano que teve o maior valor das importações durante o governo George W. Bush.

Em 2012, ocorreu o ápice das exportações dos EUA para a América do Sul, durante o período analisado, com US\$ 115.567.016, representando um aumento de aproximadamente 29% em relação a 2008, ano em que as exportações foram mais significativas durante o governo George W. Bush.



## **CAPÍTULO 8**

---

*O segundo mandato de Barack Obama e  
a América do Sul: novas relações hemisféricas?*



## **O SEGUNDO MANDATO DE BARACK OBAMA E A AMÉRICA DO SUL: NOVAS RELAÇÕES HEMISFÉRICAS?**

Em janeiro de 2013, Barack Obama deu início à sua segunda gestão como presidente dos EUA. Analistas das relações internacionais ficaram intrigados sobre como seriam, nessa nova gestão, as relações entre Washington e os países da América do Sul. Presse (2012) enfatizou que o restante do hemisfério esteve praticamente ausente da campanha para reeleição de Barack Obama. No documento sobre o plano de governo do Partido Democrata, questões como o combate ao crime organizado e o impulso ao comércio foram temas que se destacaram em relação ao subcontinente (G1, 2012).

Durante a 6ª *Cúpula das Américas*, que ocorreu em abril de 2012, na Colômbia, o presidente Obama – que já era candidato para as eleições de novembro – discursou sobre o avanço das relações econômicas entre a potência do Norte e o restante do hemisfério. O presidente Obama não abordou especificamente a América do Sul, mas a América Latina, ao afirmar que:

Na verdade, nenhuma outra região afeta tão profundamente a vida diária das pessoas nos Estados Unidos [...] Eu acredito firmemente que esta região só vai se tornar mais importante para o nosso futuro. É por isso que, em nossa cúpula há três anos em Trinidad e Tobago, prometi buscar parcerias de igualdade, baseada no interesse e no respeito mútuo e enraizada na responsabilidade compartilhada. Eu vou dizer isso novamente – nas Américas não há parceiros seniores ou juniores, somos simplesmente parceiros (OBAMA, 2012).

De acordo com Morgenfeld (2017), na *6ª Cúpula das Américas*, o candidato democrata estava buscando reorientar seu discurso, enfatizando sua atenção para o Sul, pois suas aspirações à reeleição o forçariam a lutar pelo voto da população latina, que estava crescendo incessantemente nos EUA. Especificamente em relação aos países da América do Sul, em seu discurso no evento, o presidente Obama abordou questões como o apoio dos EUA no combate ao narcotráfico na Colômbia, assim como a assinatura do TLC com países andinos; o aumento do comércio com o Brasil; e o progresso com Chile e Peru nas negociações do TPP (OBAMA, 2012).

Autores como Busso (2016), assim como Pecequillo e Forner (2017), defendem que as políticas dos EUA para a América do Sul, no segundo mandato do presidente Obama, foram mais ativas, especialmente com o fim do governo Lula e a morte de Chávez, ambos líderes regionais de grande influência, esperando-se, com o fim desses governos, o enfraquecimento das principais organizações e iniciativas regionais que faziam um contraponto à influência dos EUA na região – casos da Unasul e Alba –, e também porque os governantes que sucederam no Brasil e na Venezuela tiveram maior foco em políticas domésticas. Também houve a tentativa de fortalecimento das políticas econômicas dos EUA com os países da Aliança do Pacífico, visando concretizar seu projeto do TPP e conter o avanço econômico chinês naquela porção do continente.

Cabe frisar que, na segunda gestão Obama, John Kerry substituiu Hillary Clinton no Departamento de Estado dos EUA, aquele que trata da política externa do país. O secretário John Kerry discursou perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), em junho de 2013, afirmando que a Doutrina Monroe havia sido superada e clamando por novas relações hemisféricas.

Como já descrito, a NSS de 2015 afirmava ser um objetivo dos EUA iniciar novas relações hemisféricas. Porém, nada foi

apresentado que pudesse ser considerado como novo nessas relações quando comparado ao documento anterior, publicado em 2010, e que apresentava como princípios: a aproximação com o Brasil, pela sua liderança regional; o combate ao narcotráfico e grupos considerados como narcoterroristas na Colômbia; a promoção da democracia e uma aproximação com a Venezuela; assim como o estreitamento econômico com os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru).

## **A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK OBAMA PARA A AMÉRICA DO SUL EM SUA DIMENSÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA NO DECORRER DO SEGUNDO MANDATO**

Embora o discurso do secretário John Kerry na OEA, em junho de 2013, tenha sido em defesa do fim da Doutrina Monroe, na prática, o que aconteceu foi algo diferente. De acordo com Pecequilo e Forner (2017), esta é uma estratégia da diplomacia dos EUA que é amplamente conhecida: utilizar-se de declarações retóricas sobre temas polêmicos. Para esses autores, o que “se observa não é a mudança do conteúdo estratégico de fortalecimento geopolítico e geoeconômico dos Estados Unidos no hemisfério, mas a mudança tática pró-cooperação” (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 383), significando novas formas de cooperação entre o país hegemônico e a região. Algumas iniciativas de governos anteriores, que já foram mencionadas, como a *Aliança para o Progresso*, a *Iniciativa para as Américas* e a ALCA, são alguns exemplos.

Essa estratégia diplomática durante a segunda gestão de governo do presidente Obama pode ser exemplificada nas relações com o Brasil, as quais pareciam estar caminhando para um maior estreitamento dos laços, com a visita do presidente Obama ao Brasil em 2011, quando Dilma Rousseff assumiu a presidência do país sul-

americano. Os traços para essas novas relações estavam delineados na medida em que uma visita da presidente Dilma Rousseff à Casa Branca estava agendada para outubro de 2013. Contudo, um preocupante evento foi responsável pelo cancelamento da reunião por parte da então presidente brasileira, que será explicado na sequência.

Ainda em 2013, no primeiro ano da nova gestão Obama, foram vazados pelo ex-analista da agência, Edward Snowden, documentos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), os quais constavam atividades de espionagem da agência estadunidense ao governo brasileiro. De acordo com uma publicação de Meachan (2013) no *think tank Center for Strategic and International Studies*:

A princípio, a agência alegou que a vigilância foi feita por preocupação com a segurança nacional dos EUA. Porém, à medida que mais e mais documentos vazavam, o ceticismo aumentava sobre as intenções do programa – particularmente quando foi revelado que os esforços da NSA também podem ter buscado informações comerciais estratégicas sobre petróleo, energia e comércio (MEACHAM, 2013).

Os documentos revelaram “que foi feita espionagem de comunicações da presidente Dilma Rousseff com seus principais assessores. Também é espionada a comunicação dos assessores entre eles e com terceiros” (G1, 2013). Outros documentos revelados mostraram que a empresa petrolífera brasileira Petrobras também foi alvo de espionagem. Naquele período, a Petrobras estava “desenvolvendo as maiores descobertas de petróleo deste século, que estão em uma região do pré-sal nas profundezas do Atlântico” (WATTS, 2013).

Entre os possíveis objetivos da espionagem na petrolífera brasileira, suspeitava-se que investigavam sobre a tecnologia envolvendo a exploração em alta profundidade na camada pré-sal, mas não se sabe se os dados da Petrobras foram realmente vasculhados nem qual foi o alcance dessa espionagem (BBC BRASIL, 2013).

O governo brasileiro pediu explicações a Washington sobre o conteúdo dos documentos vazados da NSA, sendo que, diante da plenária da *68ª Assembleia Geral das Nações Unidas*, a então presidente brasileira Dilma Rousseff, em seu discurso, acusou Washington “com seus programas de espionagem, de ação ilegal e antidemocrática, por violarem o Direito Internacional, os direitos humanos, a soberania dos países e as liberdades civis” (BARBOSA; LUCA, 2013).

Nos Estados Unidos, ambos os partidos da esfera política denunciaram as atividades da NSA. “Rand Paul, um senador republicano de Kentucky, chamou de ‘um ataque total à Constituição’, e o ex-vice-presidente democrata Al Gore disse que eles foram ‘obscenamente ultrajantes’” (BYMAN; WITTES, 2014, p. 127). O diretor de inteligência nacional dos EUA, James Clapper, chegou a afirmar que “não é segredo que a comunidade de inteligência coleta informações sobre questões econômicas, financeiras e financiamento do terrorismo. [...] Mas ele novamente negou que isso equivale à espionagem industrial” (WATTS, 2013).

Esse caso esfriou as relações bilaterais entre os dois países, que, desde o governo Lula, tiveram avanços pouco significativos. Mesmo com os sinais de melhoria nas relações com o governo Dilma Rousseff após a visita de Barack Obama ao Brasil, o escândalo envolvendo os documentos sobre a espionagem do governo estadunidense ao Brasil tornou todas as tentativas de novas relações bilaterais infrutuosas.

De acordo com Hirst e Pereira (2016), as perspectivas de retomada das relações bilaterais surgiram no ano de 2015, após a reeleição de Dilma Rousseff, com um novo agendamento da visita da presidente brasileira aos EUA. No encontro, a então presidente do Brasil declarou que as tensões bilaterais de 2013 haviam sido superadas (HARRIS, 2015 *apud* MILANI, 2019, p. 199). Contudo, o cenário político brasileiro se encontrava diferente daquele de 2013, já que, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, começou a ocorrer uma significativa diminuição do apoio interno à presidente, acompanhado de um enfraquecimento da economia brasileira (HIRST; PEREIRA, 2016).

O ano de 2015 foi marcado por uma onda de protestos a favor do *impeachment* da então presidente, Dilma Rousseff, estimulada por uma crise político-econômica que se instaurou no país, especialmente após os escândalos de corrupção denunciados pela *Operação Lava Jato*<sup>51</sup>. De acordo com Tatagiba (2018, p. 117-118), a campanha pelo *impeachment* “se destacou por sua força numérica e simbólica. No que se refere ao número de manifestantes e capilaridade territorial, a campanha produziu cinco grandes mobilizações nacionais, quatro delas em 2015 e uma no começo de 2016”. O *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreu no final de agosto

---

<sup>51</sup> A Operação Lava Jato é a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. Ela teve início no Paraná, em 17 de março de 2014, unificando quatro ações que apuravam redes operadas por doleiros que praticavam crimes financeiros com recursos públicos. O nome Lava Jato era uma dessas frentes iniciais e fazia referência a uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de veículos, em Brasília, usada para movimentação de dinheiro ilícito de uma das organizações investigadas inicialmente. Desde então, a operação descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e algumas das maiores empresas públicas e privadas do país, principalmente empreiteiras (FOLHA DE S. PAULO, [201-?]).

de 2016, tendo então seu vice, Michel Temer, do partido MDB, assumido o cargo de presidente do Brasil<sup>52</sup>.

A princípio, “o governo de Barack Obama optou pelo distanciamento em relação à administração Temer” (AYUSO; CUÉ; SECO, 2016), não havendo ao menos uma ligação do presidente estadunidense ao novo governante (interino) do Brasil. Ninio e Mello (2016), em uma reportagem da Folha de S. Paulo, afirmaram que uma ligação oficial legitimaria a opinião dos EUA a favor do governo de Michel Temer ao cargo.

Pignotti (2016), em um artigo na Carta Maior, alegou que a afirmação do porta-voz do Departamento de Estado, John Kirby, no dia da cerimônia de posse de Michel Temer após a queda de Dilma Rousseff (em 31 de agosto de 2016), de que “foi uma decisão do povo brasileiro, que obviamente respeitamos” significou que “Washington reconheceu de imediato a nova administração, mas não a incluiu entre as que gozam da sua amizade preferencial” (PIGNOTTI, 2016).

Na abertura da *XX Conferência da CAF* (Banco de Desenvolvimento da América Latina), realizada em Washington, no início de setembro de 2016, o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, “deu um forte apoio ao Governo de Michel Temer ao afirmar que o

---

<sup>52</sup> Alguns autores como Mark Weisbrot, co-diretor do *Center for Economic and Policy Research*, e Andre Korybko, jornalista russo, autor do livro *Guerras Híbridas – Das Revoluções Coloridas aos Golpes* e também conselheiro do *Institute for Strategic Studies and Predictions*, suspeitaram sobre um possível apoio dos EUA ao *impeachment*, por meio de participações na Operação Lava Jato e financiamento e treinamento de grupos de oposição. De acordo com esses autores, o governo estadunidense teria o objetivo de desestabilizar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Embora a presidência de Dilma Rousseff fosse uma gestão menos ideológica do que a do governo Lula, ambos eram do mesmo partido de centro-esquerda em um país com *status* de potência regional e não vinha tendo um alinhamento estreito com os interesses de Washington. Essa atividade de apoio à desestabilização de um governo por grupos ativistas de oposição visando substituí-lo por um governo alinhado aos interesses de certo país é classificada por Andrew Korybko como *Guerra Híbrida*.

Brasil pode continuar a contar com Washington, que aprova o processo de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff” (AYUSO, 2016). No final do mesmo mês, em setembro, Barack Obama se encontrou com o então presidente do Brasil em um almoço formal da ONU, em homenagem ao secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon. O encontro entre os dois presidentes foi resumido em um simples aperto de mão (BASILE, 2016).

Contudo, como afirma Milani (2019), com o fim do governo de Dilma Rousseff, as portas para a aproximação das relações bilaterais entre EUA e Brasil voltariam a se abrir. As diretrizes regionais da política externa brasileira foram reorientadas, passando a condenar o governo de Nicolás Maduro, na Venezuela – enfraquecido após a morte de Hugo Chávez –, e atribuindo menor realce ao regionalismo autônomo, por meio da Unasul. Nesse sentido, o final do governo de Dilma Rousseff representou “uma evidência de que o momento do giro à esquerda na América Latina havia se esgotado, abrindo espaço para uma nova fase nas relações hemisféricas (MILANI, 2019, p. 158)”.

Seguindo esse raciocínio, Pecequilo e Forner afirmam que:

O rápido enfraquecimento dos governos de esquerda latino-americanos ocorreu não só na Venezuela e Brasil, mas se estendeu a outros: Bolívia de Evo Morales, Equador de Rafael Correa, pressionados pela crescente oposição interna, a ascensão do neoliberalismo no Peru, a vitória eleitoral de Maurício Macri na Argentina, e a volta de uma política externa Norte-Sul. Com isso, Obama consolidou iniciativas e passou a encontrar novos aliados para a projeção do poder norte-americano. Se em 2011 Obama visitou Rousseff logo após sua posse, em 2016 o mesmo gesto foi repetido com Macri (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 385).

Sobre a decadência dos governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, é importante mencionar a transição do governo de Cristina Kirchner para o de Mauricio Macri, em dezembro de 2015, na Argentina. A política externa de Kirchner em relação aos EUA seguia as mesmas diretrizes de Lula no Brasil, apresentando uma tendência à autonomia, mas não de confrontação com a potência do Norte, enquanto Mauricio Macri buscou uma aproximação maior com os EUA. De acordo com Milani (2019, p. 254), no governo Macri, “intensificou-se o clientelismo, no sentido em que a relação bilateral com a potência hegemônica voltou a ser percebida como benéfica e não havia questionamentos a suas recomendações”.

No tocante à Venezuela, as mudanças nas relações bilaterais com os EUA ocorreram devido à morte de Hugo Chávez, em 5 de março de 2013, pondo fim a um governo de quatorze anos, um dos governos sul-americanos que mais trouxe preocupações a Washington. De acordo com Sullivan (2013b), entre os principais pontos de preocupações dos formuladores de políticas dos EUA para com o governo Chávez, estavam:

[...] a deterioração dos direitos humanos e condições democráticas, as significativas compras de armas militares na Venezuela, falta de cooperação nos esforços antiterroristas, cooperação bilateral antidrogas limitada e as relações da Venezuela com Cuba e Irã (SULLIVAN, 2013b, p. 1).

No dia 14 de abril de 2013, o então vice-presidente venezuelano, Nicolás Maduro, que estava como interino desde a morte de Hugo Chávez, foi eleito o novo presidente da Venezuela, pelo mesmo partido chavista, PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela), de orientação de esquerda. O presidente Obama, após a

morte de Hugo Chávez, lançou uma declaração que sinalizava uma tentativa de reconstruir as relações político-diplomáticas entre os dois países:

Neste momento desafiador da morte do presidente Hugo Chávez, os Estados Unidos reafirmam seu apoio ao povo venezuelano e seu interesse em desenvolver um relacionamento construtivo com o governo venezuelano. Quando a Venezuela inicia um novo capítulo em sua história, os Estados Unidos continuam comprometidos com políticas que promovam princípios democráticos, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos (OBAMA, 2013).

Enfim, parecia que a crise diplomática entre os dois países estava caminhando para novos rumos mais amistosos, sendo que, à margem da Assembleia Geral da OEA, em junho de 2013, o secretário de Estado dos EUA, John Kerry – que também tinha falado sobre o fim da Doutrina Monroe no evento – teve um encontro com o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Elías José Jaua. De acordo com uma reportagem da Fox News, o encontro aconteceu a pedido do país sul-americano e “ocorreu poucas horas depois que a Venezuela libertou da prisão um cineasta americano que havia sido preso por acusações de espionagem, [...] além de ser a primeira reunião ministerial entre as duas nações desde 2009” (FOX NEWS, 2013).

Kerry concordou com o chanceler da Venezuela sobre a necessidade de buscar formas para melhorar as relações entre os dois países e acrescentou que a liberação do cineasta americano Timothy Tracy significava um “desenvolvimento positivo” nas relações bilaterais entre ambos (O GLOBO, 2013).

No entanto, logo em setembro de 2013, a Venezuela expulsou três diplomatas estadunidenses de Caracas, sob a alegação de que estavam conspirando para desestabilizar o país e sabotar seu governo em um momento em que a sociedade venezuelana passava por uma divisão entre “chavistas” e oposição. O então porta-voz da Casa Branca, Jay Carney, afirmou que “esta ação do governo venezuelano é claramente um esforço para desviar de seus problemas internos e não é uma forma séria de um país conduzir sua política externa” (CAWTHORNE, 2013).

Em resposta, os EUA rejeitaram as acusações e expulsaram três embaixadores venezuelanos, incluindo os encarregados de negócios da Embaixada da Venezuela em Washington (SULLIVAN, 2017). Nicolás Maduro repudiou a ação tomada pelo governo estadunidense ao alegar que:

Esta não pode ser considerada uma decisão recíproca, se você olhar para a conduta clara de nossos funcionários, que em nenhum momento ousaram encontrar grupos que se opõem ao governo do presidente Barack Obama, ou pessoas interessadas em agir contra ele (CAWTHORNE, 2013).

A TV estatal venezuelana mostrou uma reportagem sobre uma viagem na qual os três embaixadores estadunidenses deslocaram-se até o estado de Bolívar, em reunião com a Sumate, um órgão não governamental pró-oposição (CAWTHORNE, 2013). De fato, a reunião aconteceu, mas foi explicada pela embaixada estadunidense como um envolvimento diplomático normal, ao alegar que o órgão dos EUA mantém “contatos regulares em todo o espectro político venezuelano, incluindo o partido no poder” (THE GUARDIAN, 2013).

Sobre esse caso, “apoiadores do governo venezuelano, no entanto, apontam para uma história de oposição dos EUA ao socialismo na Venezuela, incluindo o endosso de Washington a um breve golpe contra Chávez em 2002” (CAWTHORNE, 2013), enquanto os críticos do governo venezuelano afirmaram que Nicolás Maduro estava utilizando-se de uma estratégia já realizada por Hugo Chávez, que consistia na invenção de crises para desviar o foco dos problemas econômicos e sociais que a Venezuela estava vivenciando (CAWTHORNE, 2013).

No ano de 2014, uma onda de protestos causados pelos opositores ao governo de Nicolás Maduro tomou conta da Venezuela. Questões como as más condições econômicas; as altas taxas de criminalidade; a recepção violenta, por parte do Estado venezuelano aos protestos, inclusive com a ocorrência de abuso dos direitos humanos; e ainda, na segunda metade de 2014, a queda dos preços do petróleo pioraram as precárias condições em curso no país bolivariano (SULLIVAN, 2017).

A Venezuela entrara “em uma crise política, econômica, institucional e social generalizada, levando grandes contingentes populacionais a emigrarem do país” (COSTA, 2019, p. 14). Nesse sentido, em sua segunda gestão, Barack Obama encarou uma nova relação com a Venezuela, “já não mais enfrentando o desafio de lidar com Hugo Chávez, mas, sim, com uma crise venezuelana doméstica que gerou novos problemas para a diplomacia estadunidense” (COSTA, 2019, p. 14). De acordo com Sullivan:

Desde meados de 2014, no entanto, o rápido declínio no preço do petróleo, que responde por 96% das exportações venezuelanas, atingiu fortemente a Venezuela, com uma economia em contração, aumento da inflação, declínio das reservas internacionais e aumento da pobreza. A situação

econômica também resultou em aumento da escassez de alimentos e medicamentos e altos índices de crimes violentos. As perspectivas econômicas do país para os próximos anos são ruins, e a economia deve permanecer atolada em recessão. Segundo o Banco Mundial, o governo venezuelano deixou de acumular poupanças quando o preço do petróleo estava alto, para que pudesse usar seus recursos para facilitar uma reversão nos termos de troca ou para amortecer os ajustes macroeconômicos necessários (SULLIVAN, 2017, p. 24).

Em meio aos protestos ocorridos na Venezuela em 2014, em fevereiro desse mesmo ano, Maduro voltou a acusar os EUA de conspirar contra seu governo, ordenando a expulsão de três diplomatas que, segundo o governo venezuelano, tiveram “participação em reuniões com universitários, ao mesmo tempo em que prosseguem os protestos de estudantes” (UOL NOTÍCIAS, 2014). Ainda em fevereiro, “o presidente Maduro anunciou que seu governo limitaria o número de diplomatas dos EUA trabalhando no país” (SULLIVAN, 2017, p. 31).

Os protestos continuaram a ser respondidos com alto grau de repressão e violação aos direitos humanos por parte do governo venezuelano, sendo aprovada, em 2015, uma resolução assinada por Maduro e seu ministro de Defesa, Vladimir Padrino López, que autorizou as Forças Armadas a utilizarem armas de fogo para o controle das manifestações e reuniões públicas. De acordo com Lobo-Guerrero:

A resolução, que não distingue manifestações pacíficas de violentas, vai de encontro a dois artigos da Constituição venezuelana. O principal é o artigo 68, que diz respeito aos direitos políticos, e que diz textualmente: “Fica proibido o uso de armas de fogo

e substâncias tóxicas no controle de manifestações pacíficas. A lei regulamentará a atuação dos corpos policiais e de segurança e controle de ordem pública” (LOBO-GUERRERO, 2015).

Em resposta às atitudes do governo venezuelano, o presidente Obama declarou que a Venezuela representava “uma ameaça não usual e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos” (THE WHITE HOUSE, 2015b), chegando a emitir, em março, a *Executive Order 13692*, a qual determinava “sanções contra indivíduos que inibem o processo democrático, cometem violências ou violações dos direitos humanos, ou se envolvem em corrupção” (SEELKE, 2019, p. 2).

Os indivíduos que se enquadrassem nessas sanções abordadas pela Ordem Executiva teriam o bloqueio e o congelamento de suas propriedades e seus investimentos nos EUA, ficando os residentes nos EUA proibidos de fazer negócios com a Venezuela, estando também os venezuelanos com a entrada suspensa em território estadunidense (THE WHITE HOUSE, 2015b). Sullivan (2017, p. 30) afirma que, no início de março de 2015, o Departamento de Estado dos EUA “impôs restrições de visto a um total de 56 venezuelanos por motivos de direitos humanos e corrupção pública”, pessoas que pertenciam ao alto escalão de segurança e justiça do governo Maduro (SILVA, 2015).

Por fim, mesmo que os EUA tenham tomado medidas mais ativas contra o governo venezuelano, Corrales e Romero (2016) afirmam que, com as crises internas, em especial após 2015, Maduro devotou menor atenção à política externa, significando um menor ativismo no exterior, tanto nos ataques ao governo estadunidense, quanto no apoio político e econômico aos países aliados no bloco bolivariano.

Ademais, os assuntos internacionais de segurança que envolvessem, ainda que indiretamente, a Venezuela, passaram a favorecer os EUA no seu antagonismo com o país sul-americano. Entre esses assuntos, é possível citar: o início das negociações de paz do governo colombiano com as FARC, grupo considerado aliado do governo venezuelano; as negociações sobre o acordo nuclear entre EUA e Irã, outro aliado da Venezuela; e a aproximação dos EUA com Cuba para a normalização das relações, país visto também como aliado ao governo bolivariano. Nesse sentido, o governo de Maduro tornou-se uma ameaça menor do que o governo de Chávez aos EUA, embora temas como o desrespeito aos direitos humanos e o tráfico de drogas tenham permanecido como preocupações de segurança dos EUA com a Venezuela (CORRALES; ROMERO, 2016).

Em 2016, o cenário crítico entre os dois países se manteve, sendo que, no início do ano, o presidente Obama “estendeu por mais um ano a declaração de ‘emergência nacional’ sobre a Venezuela, alegando que a erosão dos direitos humanos e a perseguição de dirigentes opositores persistem no país” (G1, 2016b). A crise com a Venezuela se estendeu no governo de Donald Trump, o qual chegou a impor novas sanções ao governo venezuelano.

Ainda sobre a agenda político-estratégica do governo Obama em seu segundo mandato, o combate ao narcotráfico continuou como um forte componente da política externa de Obama para a América do Sul, em especial na Colômbia, onde o tráfico de ilícitos está ligado a grupos considerados narcoterroristas, como as FARC. Na *National Security Strategy* de 2015, o governo dos EUA afirmou que iria apoiar a conclusão de um acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, considerando a Colômbia um país chave para a contribuição da paz e da segurança internacional (THE WHITE HOUSE, 2015a).

Logo em agosto de 2012, o então presidente colombiano, Juan Manuel Santos, “anunciou que havia aberto conversações de

paz exploratórias com as FARC e estava pronto para iniciar conversas formais” (BEITTEL, 2019, p. 6). Países como Noruega e Cuba tiveram um importante papel como mediadores do processo de paz.

O acordo a ser negociado seria norteado, segundo Beittel (2019), por seis pontos principais, sendo eles: uso da terra e desenvolvimento rural; participação política das FARC após o desarmamento; cultivos ilícitos e tráfico de drogas; reparações das vítimas e justiça de transição; desmobilização e desarmamento das FARC e um cessar-fogo bilateral; e o sexto seria a criação de mecanismos que implementariam e monitorariam a conclusão do acordo de paz.

Embora os EUA apoiassem o processo de paz iniciado em 2012, apenas em fevereiro de 2015 o governo de Washington posicionou-se de maneira mais ativa, enviando Bernard Aronson como o primeiro mediador dos EUA ao processo de paz colombiano. John Kerry, em um discurso proferido na sede do Departamento de Estado em Washington, D.C., afirmou que “a criação dessa posição, que até agora não existia, foi motivada pelo pedido de Santos de que os Estados Unidos assumissem um papel mais ativo nas negociações de paz” (PÁGINA12, 2015). Segundo o jornal Página 12 (2015), o Departamento de Estado dos EUA alegou que o Executivo estadunidense apenas mediará a conclusão do processo, mas não faria parte das negociações de paz (PÁGINA12, 2015).

Em fevereiro de 2016, no aniversário de quinze anos do Plano Colômbia, o governo de Washington reiterou seu apoio ao processo de paz, por meio da *Resolução 368*, lançada pelo Congresso dos EUA. De acordo com o documento, o Congresso dos EUA reafirma, “o apoio inabalável do Governo e do povo dos Estados Unidos no povo da Colômbia em busca da paz e na aspiração de viver em um país livre de conflitos violentos” (114<sup>th</sup> U.S. CONGRESS, 2016, p. 4).

## Ainda, o Congresso dos EUA, pela *Resolução 368*:

[...] incentiva o Secretário de Estado a desenvolver uma estratégia abrangente e plurianual para garantir a implementação e sustentabilidade bem-sucedidas de um potencial acordo de paz na Colômbia, se esse acordo for endossado pelo povo colombiano, e fortalecer ainda mais a estreita parceria bilateral compartilhada pelos governos dos Estados Unidos e da Colômbia; e reafirma o seu compromisso de continuar a parceria entre os Estados Unidos e a Colômbia em questões de segurança mútua, incluindo cooperação antinarcóticos, combate ao crime organizado transnacional, e garantir justiça para quem causou danos indelévels às nossas populações (114<sup>th</sup> U.S. CONGRESS, 2016, p. 5).

No mesmo dia do décimo quinto aniversário do Plano Colômbia, Barack Obama anunciou um novo projeto para apoiar o processo de paz, chamado de Paz Colômbia, o qual:

[...] concentrará a assistência futura dos EUA em três pilares: 1) consolidar e expandir o progresso em segurança e combate ao narcotráfico enquanto reintegra as FARC na sociedade; 2) Expandir a presença e instituições do Estado para fortalecer o estado de direito e as economias rurais, especialmente nas antigas áreas de conflito; e 3) Promover a justiça e outros serviços essenciais para as vítimas de conflito (THE WHITE HOUSE, 2016).

De acordo com o *International Narcotics Control Strategy Report*, publicado em 2013, no ano de 2012, a produção de cocaína

na Colômbia “caiu para menos de 200 toneladas, em relação as 700 toneladas em 2001, atingindo o nível mais baixo em quase 20 anos” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2013, p. 16). Contudo, mesmo com as ações do governo contra o narcotráfico, como a erradicação, interdição agressiva e atividades policiais, ocorreu um aumento de 60% na produção de cocaína em relação a 2014 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). Seguindo essa realidade:

[...] em 22 de setembro de 2015, o Governo da Colômbia anunciou uma nova estratégia de controle de drogas que reduz o foco na erradicação forçada da coca e aprimora os esforços de interdição; policiamento rural; processar organizações criminosas; antilavagem de dinheiro; desenvolvimento alternativo; projetos de infraestrutura e desenvolvimento; investimento social; e proteção de parques nacionais (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 132).

De acordo com o relatório do Departamento de Estado dos EUA, a mudança de estratégia pelo governo colombiano, constituiu uma importante medida para a implementação do acordo de paz, sendo que o governo da Colômbia e as FARC chegaram a um acordo final que deveria ir para plebiscito em 2 de outubro de 2016. No plebiscito, constava a pergunta: “*Você apoia o acordo final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?*” (BBC BRASIL, 2016).

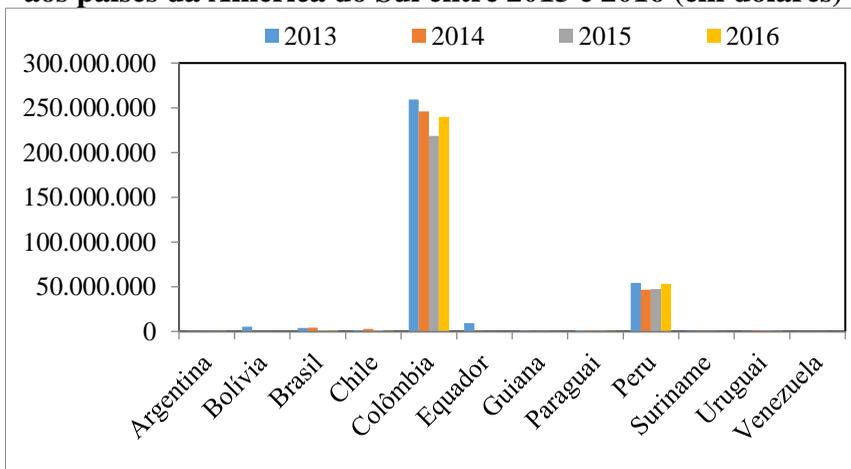
Com 99% das urnas apuradas, ocorreu, então, a vitória daqueles que optaram pelo “não”, com 50,2% dos votos, contra 49,7% daqueles que optaram pelo “sim”, sendo que houve uma abstenção de aproximadamente 67% da população no plebiscito (BBC BRASIL, 2016). A principal alegação dos eleitores que se posicionaram contrários ao acordo estava na “ausência de punição

aos culpados de crimes – tanto os integrantes das forças oficiais, quanto os da Farc acabariam anistiados caso o acordo de paz fosse confirmado nas urnas, exceto para crimes como torturas, chacinas e estupros” (BBC BRASIL, 2016).

Por fim, um acordo definitivo foi assinado em 24 de novembro de 2016, com alterações em relação ao acordo inicial, com o objetivo de amenizar as críticas dos opositores (KATKOV, 2016). De acordo com Beittel (2019, p. 7), “o processo de paz foi reconhecido como a conquista mais significativa da presidência de Santos e elogiado fora da Colômbia e em toda a região”, garantindo ao então presidente colombiano o prêmio Nobel da Paz em dezembro de 2016.

Enquanto o acordo de paz se processava, entre 2012 e 2016, a Colômbia continuou a ser o país que mais recebeu assistências dos EUA em segurança como demonstra o Gráfico 18.

**Gráfico 18 - Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2013 e 2016 (em dólares)**



Fonte: Security Assistance Monitor. Organização: Brigola (2020).

De acordo com o Gráfico 18, a Colômbia continuou a receber o maior valor em assistência em segurança, perfazendo 79,60% do total fornecido para os países da América do Sul. Entre outubro de 2013 e outubro de 2014, os EUA haviam cessado a assistência para fumigação aérea após o abate – supostamente por grupos ligados ao narcotráfico – de dois aviões que faziam a pulverização, levando à morte de um piloto estadunidense.

Em 2015, o então presidente colombiano Juan Manuel Santos ordenou a suspensão da fumigação aérea das vastas plantações ilegais de coca do país (NEUMAN, 2015), um programa amplamente apoiado pelos EUA e que fazia parte do Plano Colômbia desde 2000 (KRAUL, 2013). Além disso, em 2016, mesmo com a ocorrência do processamento do acordo de paz realizado entre o governo colombiano e as FARC, a assistência em segurança teve maiores montantes que em 2015.

O Peru foi o segundo país que mais recebeu assistência em segurança dos EUA de acordo com o Gráfico 18, compreensível pelo fato de aquele país ser o segundo maior produtor de cocaína do mundo. De acordo com McClintock (2016), durante a gestão Obama, aproximadamente 45% da assistência fornecida pelos EUA foi destinada às forças de segurança, uma porcentagem similar ao governo de George W. Bush. Assim,

Os Estados Unidos financiam projetos para apoiar a estratégia antidrogas do Peru por meio de treinamento, assistência técnica, capacitação, inteligência e o fornecimento direcionado de equipamentos por meio de organizações internacionais, implementadores não governamentais e do Governo do Peru [...] Os Estados Unidos também fornecem apoio aéreo para atividades de erradicação e interdição (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 242).

No ano de 2012, o Peru passou a utilizar, em sua maior parte, recursos próprios para interdição militar, erradicação e desenvolvimento alternativo (KOVEN; McCLINTOCK, 2015 *apud* McCLINTOCK, 2016). Durante o governo de Ollanta Humala (2011-2016), o Peru aumentou seu orçamento antinarcótico de US\$ 145 milhões em 2012 para aproximadamente US\$ 211 milhões em 2016 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

O principal problema nos esforços conjuntos entre os EUA e o Peru para a erradicação do narcotráfico tem sido a incapacidade do país andino de realizar operações na região do VRAEM (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). Em 2012, um dos líderes do Sendero Luminoso, conhecido como Artemio, foi preso na região do Alto Huallaga e, em 2013, outros líderes do grupo também foram mortos.

McClintock (2016) aponta que as recentes investidas militares do governo peruano na região do VRAEM não tiveram sucesso, lembrando que, como já mencionado, a região do VRAEM é por onde escoam a maior parte da produção de coca peruana e produtos ilícitos para a Bolívia.

Nos relatórios recentes do Departamento de Estado dos EUA, a Bolívia e Venezuela são classificadas como países que “falharam comprovadamente” em seus esforços no combate ao narcotráfico. Nota-se que a Bolívia e o Equador, que receberam montantes significativos das assistências em segurança na primeira gestão do presidente Obama, apresentaram uma queda significativa da assistência durante o segundo governo do presidente estadunidense.

Ambos os países, por questões ideológicas, manifestaram pouco interesse em trabalhar com os EUA, resultando em reduções significativas na assistência fornecida pelo governo de Washington (MEYER, 2016a). De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, devido à falta de cooperação da Bolívia em atividades de

contenção às drogas, o governo de Washington fechou a seção do *International Narcotics and Law Enforcement Affairs* em La Paz em 2013 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2015). Esse órgão é ligado ao Departamento de Estado dos EUA, encarregado de contribuir com a política de combate às drogas.

Também em 2013, o presidente boliviano Evo Morales expulsou a USAID de seu país, alegando conspiração contra seu governo. A USAID é um órgão ligado ao governo dos EUA, sendo responsável por realizar assistências externas, e vinha operando na Bolívia desde 1964. De acordo com o então presidente Morales, a USAID possuía fins políticos e não sociais, manipulando líderes sindicais para conspirar contra o governo nacional (BBC NEWS, 2013). De acordo com o *International Narcotics Control Strategy Report*, publicado em 2017, a Bolívia tem recebido o maior apoio financeiro externo antinarcóticos da União Europeia (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Sobre o Equador, a USAID encerrou sua missão no país em 2014. Conforme Valencia (2013), o então presidente equatoriano, Rafael Correa, havia informado à USAID que o órgão “não poderia empreender novas atividades ou estender as existentes sem um acordo que regulasse a assistência bilateral. Isso levou a decisão dos EUA de cancelar o auxílio”. E ainda:

[...] a assistência à Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET) e ao Financiamento Militar Estrangeiro (FMF) foram interrompidas e os fundos remanescentes foram realocados quando o governo equatoriano encerrou a cooperação militar bilateral e solicitou à Embaixada dos Estados Unidos que encerrasse as operações de cooperação militar até 30 de abril de 2014 (U.S. FOREIGN ASSISTANCE, [201-?]).

De acordo com a página eletrônica do *U.S. Foreign Assistance* [201-?], o governo dos EUA continuaria a fomentar o desenvolvimento das instituições equatorianas e de processos que favorecessem a democracia no país, os direitos humanos e o Estado de Direito. A assistência promovida pelos EUA ao Equador daria apoio à sociedade civil e à liberdade de expressão no país andino.

No tocante à Venezuela, embora o país não fosse produtor de coca ou drogas, ele continuou sendo acusado de ser uma rota para o tráfico. Como afirma Lecce, Gavin e Corbin (2014), como as relações entre os EUA e a Venezuela deterioraram-se ao longo dos anos 2000, a cooperação na área de combate às drogas diminuiu, tornando o país um dos principais pontos de voos de aeronaves carregadas de drogas com destino aos EUA e à Europa. O Departamento de Estado dos EUA alega que a crise política e econômica instaurada no país contribui com esse processo de tornar o país um ponto importante na rota de traficantes de drogas.

Em 2015, o governo venezuelano se engajou em uma cooperação bilateral mínima com os Estados Unidos. As autoridades venezuelanas não processam efetivamente os traficantes de drogas [...] Além disso, os policiais venezuelanos carecem do equipamento, treinamento e recursos necessários para impedir significativamente as operações das principais organizações de narcotráfico (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 15).

Cabe comentar brevemente o caso da Argentina durante os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015). Embora as relações com os EUA estivessem marcadas pelo distanciamento naqueles governos, de acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, as relações bilaterais entre os dois

países baseavam-se em interesses compartilhados no âmbito da segurança, entre eles: a manutenção da paz e estabilidade regional, a não proliferação nuclear e os direitos humanos (SULLIVAN; NELSON, 2015), o que torna a Argentina um aliado estratégico importante para os EUA.

Durante o governo de Maurício Macri essa agenda de interesses compartilhados foi intensificada por meio da busca de acordos no campo da segurança estratégica, envolvendo o terrorismo transnacional na Tríplice Fronteira e a cooperação militar no combate ao narcotráfico (HONORIO; JUNQUEIRA, 2016).

Contudo, a assistência em segurança fornecida pelos EUA para a Argentina foi significativamente baixa em ambos os governos do presidente Obama. Segundo Sullivan e Nelson (2015), a Argentina tradicionalmente não recebe muita assistência dos EUA pelo fato de sua renda per capita ser relativamente elevada, recebendo nos últimos anos uma pequena quantia de assistência em segurança destinada, em especial, à educação e ao treinamento militar.

Esse mesmo caso se aplica ao Brasil, que, por possuir números mais estáveis na economia, também recebe um montante significativamente pequeno em assistência dos EUA (MEYER, 2016b).

Embora, em 2009, a Casa Branca tenha declarado o “fim da guerra contra as drogas” no sentido de mudar a estratégia no combate aos produtos ilícitos, muitos críticos defendem que essa foi apenas uma mudança de discurso, pois muitas políticas antidrogas permaneceram as mesmas (FONSECA; ROSEN, 2017). Entre elas, é importante frisar, houve a continuidade da militarização dessas políticas.

Com o Plano Colômbia, o país se manteve como principal receptor das assistências em segurança. A tese da continuidade da

militarização da política antidrogas também vale para o exemplo do Peru – o segundo maior produtor de cocaína do mundo –, que foi também o segundo país a receber os maiores montantes da assistência em segurança dos EUA na primeira gestão de Obama, permanecendo na mesma posição na segunda gestão.

De acordo com Meyer (2017), as relações dos EUA não apenas com a América do Sul, mas com toda a América Latina e o Caribe, estão se tornando gradativamente menos definidas pela assistência externa devido ao progresso ocasionado por ela. No entanto, as assistências externas continuam a desempenhar um papel importante na política externa dos EUA para a região.

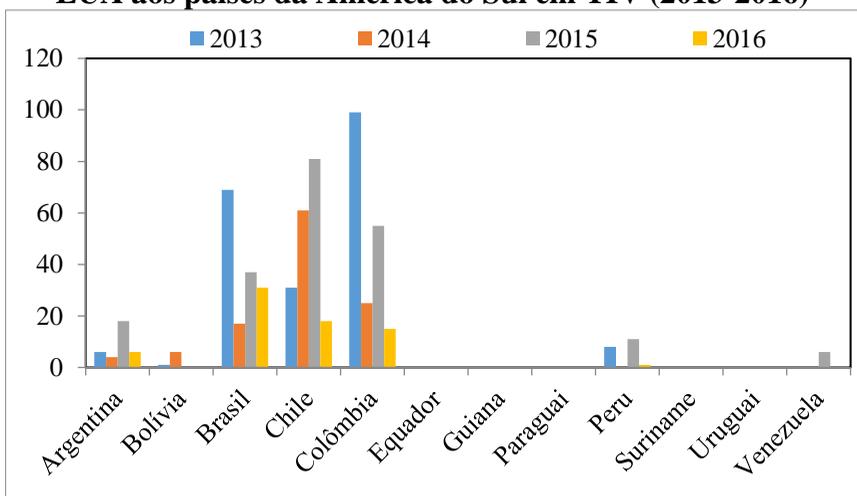
Para além da assistência em segurança, foi realizada novamente uma análise sobre as transferências de equipamentos militares para a América do Sul, tendo em mente que a maioria dos países que recebeu esses equipamentos em alta quantidade, está engajada na luta contra o narcotráfico.

Essas transferências seguem o valor em TIV, que conforme foi explicado anteriormente, refere-se a um valor de unidade exclusivo desenvolvido pelo SIPRI para medir a transferência internacional de equipamentos seguindo uma unidade comum. Sendo assim, o Gráfico 19 mostra as informações sobre a aquisição de equipamentos militares estadunidenses na América do Sul em TIV de 2013 a 2016.

De acordo com o Gráfico 19, a Colômbia continuou a ser o principal receptor dos equipamentos militares estadunidenses, seguida pelo Chile e pelo Brasil. Vale salientar que 2013 foi o ano em que a Argentina e o Peru representaram os maiores valores de aquisição de equipamentos em TIV em toda a gestão de Obama e, o mais emblemático, o ano de 2015 foi o único em que a Venezuela apresentou algum valor na aquisição de equipamentos provindos dos EUA, sendo que as relações diplomáticas entre ambos os países

estavam deterioradas. O país apresentou 6 milhões em TIV na aquisição de helicópteros leves Enstrom-480 (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2020).

**Gráfico 19 - Equipamentos militares exportados pelos EUA aos países da América do Sul em TIV (2013-2016)\***



Fonte: SIPRI (2020). Organização: Brigola (2020).

Nota: Em milhões de TIV.

Comparando o Gráfico 18 com o 19, em uma média dos quatro anos da segunda gestão do presidente Obama, a Colômbia foi o país que mais recebeu assistência em segurança dos EUA, assim como foi o país que obteve os maiores valores em TIV na aquisição de equipamentos estadunidenses. Gouvêa (2020, p. 113) afirma que a “importância econômica da indústria do narcotráfico e do complexo industrial-militar não deve tampouco ser menosprezada”, pois a venda de equipamentos militares para o combate do tráfico de

ilícitos e de contenção aos grupos narcoterroristas torna-se um mercado rentável para os EUA.

De acordo com Cantor (2012), a estreita relação entre Washington e Bogotá, por meio do Plano Colômbia, trouxe melhorias significativas nas capacidades militares da Colômbia, seja por meio de treinamento militar ou por aquisição de equipamentos bélicos com a finalidade de contenção à ação de narcoterroristas. Conforme Graziottin (2017, p. 297), embora as relações estreitas entre EUA e Colômbia tenham sido fontes “de críticas decorrentes de seu papel subserviente a Washington, para Bogotá representou uma escolha pragmática de crescimento do seu poder militar”.

O Peru, que recebeu a segunda maior remessa de assistência em segurança, apresentou um valor baixo em TIV na aquisição de equipamentos, porém, da primeira para a segunda gestão de Obama, o respectivo país destacou um aumento de aproximadamente 42% na aquisição de armamentos em TIV.

O Chile e o Brasil receberam pouca assistência em segurança dos EUA, mas ficaram respectivamente na segunda e na terceira posição em relação à aquisição de equipamentos militares estadunidenses em TIV. Ambos apresentaram, desde a primeira gestão do presidente Obama, altos valores na aquisição de equipamentos militares em TIV, sendo que o Chile foi o país que mais teve diversificação de equipamentos de todos os países da América do Sul. No caso do Brasil, a continuidade dos altos valores em TIV de aquisição de equipamentos militares pode estar relacionada ao acordo em defesa celebrado em 2010.

Para além das medidas de combate ao tráfico de ilícitos na porção continental da América do Sul, “o problema do narcotráfico propicia uma securitização do espaço sul-atlântico, sobretudo por potências extra regionais” (PIMENTEL, 2018, p. 72), tendo o

narcotráfico como uma justificativa para mobilização de suas marinhas nessa porção do oceano.

Em 2008, o ex-presidente George W. Bush reativou a Quarta Frota, subordinada da *USSOUTHCOM*, o comando naval dos EUA com a responsabilidade de atuar em operações de segurança na América Central, América do Sul e Caribe. Alguns países, como o Brasil, entenderam a reativação da Quarta Frota como uma atitude de espionagem relacionada às descobertas de petróleo na camada do pré-sal no litoral brasileiro.

O General John Kelly, nomeado em 2012 pelo presidente Barack Obama para comandar o *USSOUTHCOM*, afirmou que esse órgão atuava em duas missões complementares: “defender as abordagens ao sul dos Estados Unidos e apoiar os esforços das nações parceiras, em coordenação com nossas agências interinstitucionais dos EUA, para conter o fluxo de tráfico ilícitos” (KELLY, 2015, p. 12).

Entre alguns engajamentos do *USSOUTHCOM* na América do Sul, é possível citar: o trabalho conjunto com o DEA, no apoio às ações no Peru contra o grupo Sendero Luminoso; a cooperação com as forças de segurança brasileiras na preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; e o suporte no combate às drogas e ao processo de paz na Colômbia (KELLY, 2014; 2015). O Quadro 8, a seguir, demonstra a evolução das percepções de ameaças na América do Sul de acordo com os comandantes do *USSOUTHCOM*.

Pelas informações contidas no Quadro 8, fica claro que o crime transnacional e o narcotráfico são as principais ameaças à região, na percepção dos comandantes do *USSOUTHCOM*. O terrorismo internacional também apareceu com uma ameaça recorrente, provavelmente em alusão às suspeitas de grupos terroristas na chamada *tri-border area*.

**Quadro 8 - Percepções de ameaças  
pelos Comandantes do USSOUTHCOM (2009-2016)**

Ano	Comandante	Ameaças Percebidas	Potências citadas como desafios
2009	Admiral James G. Stavridis	Narcoterrorismo Tráfico de drogas Crime Gangues Espectro do terrorismo islâmico transnacional	
2010	General Douglas M. Fraser	Tráfico de ilícitos Terrorismo transnacional e narcoterrorismo Crime Gangues e o potencial de difusão de armas de destruição em massas	China, Rússia Irã
2011	General Douglas M. Fraser	Crime organizado transnacional Desastres naturais	China, Rússia, Irã
2012	General Douglas M. Fraser	Crime organizado transnacional Desastres naturais e humanitários Migração em massa Organizações extremistas e violentas/terrorismo Irã	Irã, Rússia, China
2013	General John F. Kelly	Crime organizado transnacional Irã Terrorismo Potências externas	Irã, China
2014	General John F. Kelly	Crime organizado transnacional Irã e atores extremistas Potências externas	Irã, Rússia, China
2015	General John F. Kelly	Crime organizado transnacional Irã e organizações islâmicas terroristas China e Rússia como ameaças potenciais	Irã, Rússia, China
2016	Admiral Kurt W. Tidd	Redes criminosas transnacionais Terroristas estrangeiros (ISIS)	Irã, Rússia, China

Fonte: Milani (2019). Organização: Brigola (2020).

No entanto, o general Kelly afirmou que, entre os cinco comandos dos EUA, o *USSOUTHCOM* é o que tem menor prioridade: um comando que estava mal equipado para atender às ameaças da América Latina como um todo. Alertando também que países como China, Rússia e Irã fizeram esforços conjuntos nos últimos anos para reforçar sua presença e influência na região (KELLY, 2014), sendo esses países citados em quase todos os anos nas percepções de ameaças regionais. De acordo com Ellis (2019), os recursos fornecidos por meio da assistência na área da segurança dificilmente seriam adequados para algo além de treinamentos militares e exercícios conjuntos.

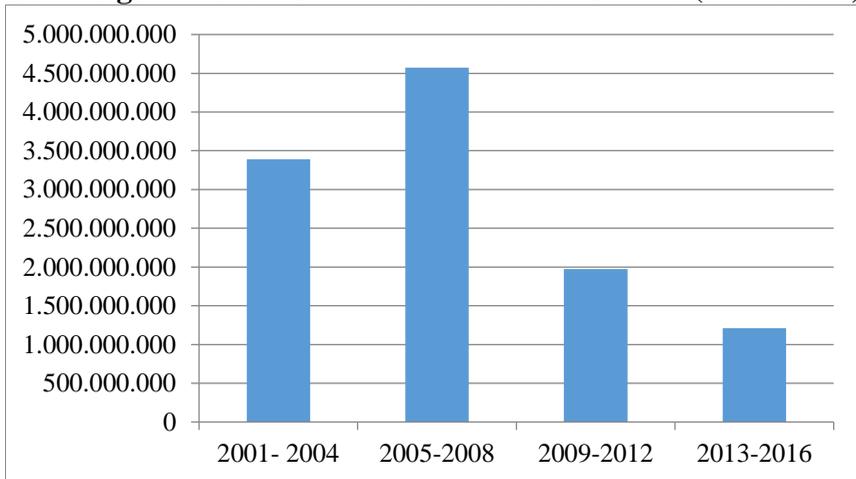
Cabe verificar a evolução dos montantes de assistência em segurança durante o governo de George W. Bush e de Barack Obama. Essa análise é importante para compreender em qual governo as políticas na área de segurança, em especial as relacionadas ao combate do tráfico de ilícitos, tiveram mais atenção. O Gráfico 20 demonstra os dados para embasar a interpretação.

De acordo com o Gráfico 20, ficou evidente que a assistência em segurança teve um dispêndio maior de recursos durante as gestões de George W. Bush, em especial em seu segundo mandato. Conforme Contrera (2017), nas últimas eleições, a assistência em segurança – classificada pelo autor como ajuda geopolítica –, embora tenha aparecido constantemente, tanto na pauta dos governos do Partido Republicano quanto na dos democratas, teve maior ênfase na administração da política externa dos primeiros do que na dos segundos<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> O autor classifica como ajuda geopolítica “a transferência ou o apoio de recursos militares a países e regiões aliados dos Estados Unidos que enfrentam ameaças dentro e fora de suas fronteiras” (CONTRERA, 2017, p. 128).

**Gráfico 20 - Comparação da assistência em segurança realizada pelos EUA aos países da América do Sul nos governos de G. W. Bush e Barack Obama (em dólares)**



Fonte: Security Assistance Monitor. Organização: Brigola (2020).

De acordo com o autor, entre os anos de 1992 e 2012, os republicanos manifestaram sua posição sobre essa temática nas seis eleições, enquanto os democratas não se pronunciaram sobre o tema em 1992 e 2000, e apresentaram negação dessa assistência nas eleições de 1996, declarando a “Colômbia inelegível para receber assistência americana, uma vez que os colombianos não cooperavam com os esforços antinarcóticos dos Estados Unidos” (CONTRERA, 2017, p. 128). Contudo, foi na gestão do democrata Bill Clinton, eleito em 1996, que o Plano Colômbia foi criado, programa responsável pela maior parte da assistência em segurança fornecida pelos EUA à América do Sul.

No tocante ao governo de Barack Obama, Meyer (2016a) coloca que as assistências externas dos EUA para a América do Sul tiveram um declínio gradual a partir do *Fiscal Year* de 2011,

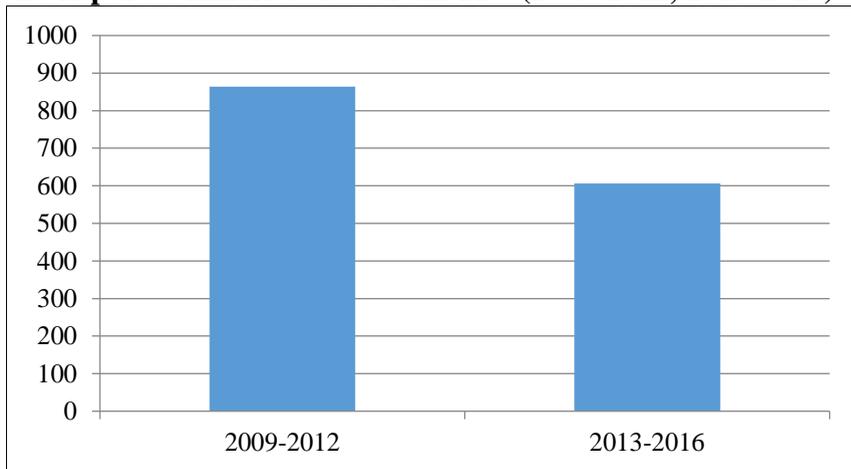
voltando a se recuperar apenas no *Fiscal Year* de 2015. Esse declínio foi resultado dos cortes no orçamento geral dos EUA para assistências externas como medida de contenção de déficits orçamentários após a crise e a recessão econômica pós-2008. É possível visualizar essa questão a partir de Mansani e Reis (2014), que, ao citar Putnam (1988), afirmam que as tomadas de decisões sobre a política externa não são influenciadas apenas pelo ambiente externo, mas também pelo ambiente interno do país.

As exportações de equipamentos militares em TIV para a América do Sul, também sofreram baixas na segunda gestão do presidente Obama, como demonstra o Gráfico 21, o que nos leva a pensar que, durante os governos do presidente democrata, a agenda econômica voltada à promoção do livre comércio teve maior importância que a agenda político-estratégica.

Conforme Anderson (2015), o segundo mandato de Barack Obama teve o comércio internacional como principal diretriz de sua agenda de política externa, sobretudo por conta da China ter se tornado o maior exportador e importador do mundo em 2011 – alcançando 10,4% das exportações e 9,5% das importações mundiais, passando, em 2015, a alcançar 13,8 % e 10,1%, respectivamente (LIMA; PELLANDRA, 2017).

Entre os anos de 2009 e 2012, os EUA exportaram 869 milhões em TIV em equipamentos militares para a América do Sul como um todo. Já entre os anos de 2013 e 2016, as exportações caíram para 606 milhões em TIV, tendo uma queda de 30,26% em relação à primeira gestão Obama. Vale lembrar que, durante o período analisado, ocorreu uma diversificação dos fornecedores de equipamentos militares para os países da América do Sul.

**Gráfico 21 - Comparação por período das exportações de equipamentos militares dos EUA para a América do Sul em TIV (2009-2012, 2013-2016)\***



Fonte: SIPRI, 2020. Organização: Brigola, 2020.

Nota: \* Em milhões de TIV.

A Rússia foi o principal exportador de equipamentos para a região durante o período de 2012 a 2016, em especial de mísseis (FLEURANT et al., 2017), tendo a Venezuela e o Peru seus principais mercados compradores (GAMA NETO, 2018). O governo venezuelano encontrou na aproximação com Moscou – que se iniciou no governo de George W. Bush – uma resposta às proibições impostas pelos EUA para a modernização de suas Forças Armadas devido à crise política instaurada entre ambos os países (GAMA NETO, 2018).

A China, que ocupou a terceira posição mundial de exportador de equipamentos militares de 2012 a 2016, também encontrou bons compradores na América do Sul, como a Argentina, a Bolívia, o Equador e a Venezuela, pois, além de apresentarem preços mais modestos do que os equipamentos ocidentais e russos,

os chineses não fazem restrições em suas vendas de equipamentos (GAMA NETO, 2018). De modo contrário, mesmo quando o PAM (Plano de Assistência Militar) ainda estava em atividade, os equipamentos militares fornecidos pelos EUA aos países da América do Sul eram de segunda mão, sobressalentes da Segunda Guerra Mundial, o que significa que a modernização das Forças Armadas dos países da América do Sul não faz parte do repertório estadunidense, utilizando-se, de fato, de medidas restritivas em suas vendas.

Um exemplo disso foi a escolha do governo brasileiro em optar pela compra dos caças Gripen, da Suécia, ao invés dos F-18 norte-americanos, justamente pelo fato de o governo de Washington não aceitar a transferência de tecnologia das aeronaves para o Brasil. Sendo assim, a maior aproximação da Rússia e da China no mercado de defesa na América do Sul corroboram a baixa e/ou a diminuição na aquisição de equipamentos militares dos EUA por parte de países como Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela.

## **A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK OBAMA PARA A AMÉRICA DO SUL EM ÂMBITO ECONÔMICO NO DECORRER DO SEGUNDO MANDATO**

O primeiro aspecto a ser destacado em âmbito econômico, durante a segunda gestão do presidente Obama, foi sem dúvida a consolidação do TPP, uma prioridade econômica não na América do Sul de maneira geral, mas para alguns países do arco do Pacífico que possuíam TLCs com os EUA. De acordo com Estevadeordal (2016), os países membros do TPP em conjunto somavam 40% do PIB global, 26% do comércio internacional e 10% da população global em 2016.

A formalização do TPP foi um dos principais objetivos a ser alcançado durante a gestão do presidente Obama, sendo citada nas duas NSSs de seu governo. A NSS de 2010 afirmava o compromisso dos EUA “com os países parceiros do transpacífico para estabelecer um acordo regional com altos padrões” (THE WHITE HOUSE, 2010, p. 32).

Enquanto que, na NSS de 2015, o documento afirmava que o TPP seria como um motor do crescimento econômico global e, juntamente com o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), traduzido para Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento<sup>54</sup>, colocariam os EUA no centro de uma área de livre comércio que abrange dois terços da economia global (THE WHITE HOUSE, 2015).

Lameiras (2018) assim como Lima e Mendonça (2013) afirmam que a política externa em âmbito econômico na segunda gestão de Barack Obama foi mais assertiva em relação à primeira gestão, sendo que:

[...] esta característica da política comercial “menos ativa” no primeiro governo deveu à priorização de outros temas, como a reforma do sistema de saúde pública, uma enorme crise econômica, além dos atoleiros do Iraque e do Afeganistão. Ao mesmo tempo, e talvez essa seja a variável mais importante, foi reflexo do esgarçamento político-partidário sobre a forma de inserção dos Estados Unidos na economia internacional, especificamente em sua face mais aparente para o conjunto da sociedade: o comércio. Tal esgarçamento vem se processando desde a década de 1990 como uma crescente crítica à globalização

---

<sup>54</sup> O *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) é um acordo de livre comércio entre os EUA e a União Europeia, em fase de negociação.

incorporada mais diretamente na posição do Partido Democrata (LIMA; MENDONÇA, 2013, p. 38).

Por sua vez, na segunda gestão Obama, alguns fatores de natureza sistêmica e doméstica contribuíram para que a política externa em seus âmbitos econômicos fosse mais enfatizada, sendo eles:

[...] a recuperação econômica do país, a menor incidência de projetos de lei que acentuassem a clivagem partidária entre republicanos e democratas em matéria de política comercial e a renitente paralisação da Rodada Doha de negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC)<sup>55</sup> (LAMEIRAS, 2018, p. 181).

Nesse sentido, tais condições tornaram o ambiente doméstico e externo mais favorável para a conclusão dos objetivos econômicos de Washington. Mesmo com o acordo do TPP sendo assinado apenas em 2016, no último ano da gestão Obama, durante o processo de negociações, os EUA se aproximaram dos países do Pacífico para a expansão do livre comércio por meio dos TLCs. Como já mencionado, os TLCs foram um meio de expandir o livre comércio com os países signatários, sendo essa estratégia uma fatia de um plano maior, que seria a consolidação do TPP.

Vale frisar que foi na segunda gestão do presidente Obama que as negociações do TPP tiveram maiores avanços, chegando o bloco a se formalizar em 2016. De acordo com Biegon (2017, p. 6),

---

<sup>55</sup> A Rodada de Doha foi criada em 2001, com sede no Catar, tendo como objetivo discutir a liberalização comercial e o crescimento econômico. Por conta das divergências entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos sobre questões tarifárias e subsídios, houve a paralisação das negociações.

o TPP foi “uma tentativa de ressuscitar um consenso mais amplo de livre comércio, sincronizando os acordos comerciais existentes dentro de um único regime, a fim de ir além das limitações da abordagem da liberalização competitiva”.

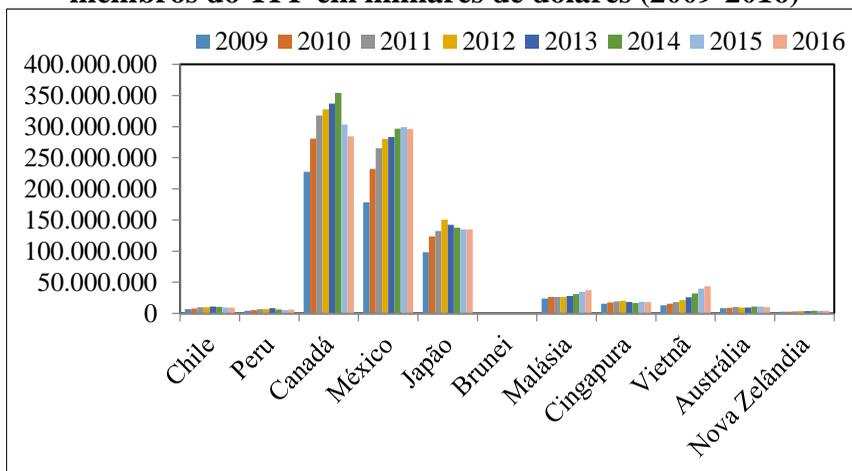
Essa opção de fortalecimento com os mercados da Ásia-Pacífico é resultado da política do “Pivô-asiático”, já mencionada no capítulo anterior. De acordo com Brites (2016), o primeiro indício dessa política ocorreu a partir de 2010, quando o então secretário de Defesa, Robert Gates, e Hillary Clinton, então secretária de Estado, realizaram uma visita a Hanói com o intuito de estreitar as relações com o Vietnã.

A importância estratégica na aproximação com países que faziam parte do TPP, para conter a China na região Ásia-Pacífico tornou-se evidente no documento *The Trans-Pacific Partnership: Strategic Importance of TPP*, publicado pelo *United States Trade Representative*, em 2015. De acordo com o documento:

Se não aprovarmos esse contrato e redigirmos essas regras, nossos concorrentes definirão regras fracas, ameaçando empregos e trabalhadores americanos e prejudicando a liderança dos EUA na Ásia [...] O TPP fortalece a economia dos EUA, que é a base da segurança nacional dos EUA e uma fonte crítica de nossa influência no exterior [...] Para enfrentar esse desafio, os Estados Unidos devem escrever regras para fortalecer nossa economia e promover um campo de jogo econômico global justo. O TPP é como fazemos isso. E se não liderarmos o comércio, outros que não compartilhem nossos interesses ou valores preencherão esse vazio (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2015, p. 1-2).

No ano de 2014, a região da Ásia-Pacífico representou aproximadamente 45% de todos os bens exportados pelos EUA (LINEBARGER; BERTSCHE, 2016) e por isso é de grande importância analisar o comércio exterior desse país, durante toda a gestão Obama, com os países que foram signatários do TPP, buscando compreender qual é o nível de prioridade da América do Sul nesse bloco. Sendo assim, os Gráficos 22 e 23 trazem informações sobre as importações estadunidenses dos países signatários do TPP, bem como sobre as exportações dos EUA para esses países durante toda a gestão do presidente Obama (2009-2016).

**Gráfico 22 - Importações estadunidenses dos países membros do TPP em milhares de dólares (2009-2016)**

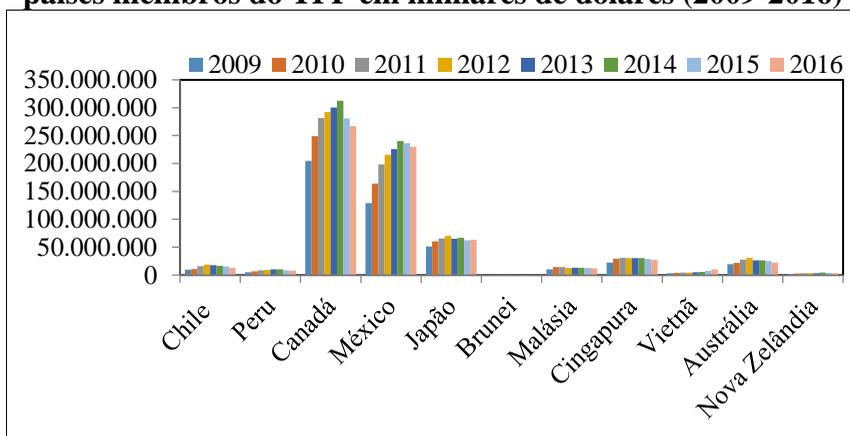


Fonte: TradeMap. Organização: Brigola (2020).

De acordo com os Gráficos 22 e 23, fica claro que o Canadá e o México eram, respectivamente, os principais mercados para os EUA entre os membros do bloco, tanto em importações quanto em exportações. Ambos os países representaram aproximadamente

70,9% das importações realizadas pelos EUA e 74,8% das exportações estadunidenses para os países membros do TPP. Essa relação estreita era resultado do NAFTA, um bloco de livre comércio formado pelos três países em 1994<sup>56</sup>, além de serem dois grandes mercados de países vizinhos aos EUA.

**Gráfico 23 - Exportações estadunidenses aos países membros do TPP em milhares de dólares (2009-2016)**



Fonte: TradeMap. Organização: Brigola (2020).

Os países asiáticos apareceram em seguida, representando 25,6% das importações feitas pelos EUA e recebendo 17,2% das exportações estadunidenses entre os países do bloco. Com números bem menos expressivos, os países da América do Sul (Chile e Peru), representaram 1,9% das importações realizadas pelos EUA, enquanto importaram em torno de 3,6% dos produtos enviados pelos EUA. Por fim, os países da Oceania, como a Austrália e a Nova

<sup>56</sup> No ano de 2018, sob a liderança de Donald Trump, o NAFTA foi rebatizado com o nome de *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA).

Zelândia, representaram em torno de 1,6% das importações realizadas pelos EUA e receberam em torno de 4,4% das exportações estadunidenses, ficando à frente dos países da América do Sul.

Cabe observar que os países asiáticos, considerando apenas Brunei, Malásia, Cingapura e Vietnã, compuseram cerca de 9,15% das importações dos EUA, uma porcentagem maior que a dos países da América do Sul e Oceania juntos, que somaram 2,5%. No tocante às exportações dos EUA, não houve uma predominância dos países asiáticos, pois eles representaram 7,36% do total, enquanto os países da América do Sul e da Oceania juntos representaram 8%.

Wilson (2015) defende que o TPP iria contribuir para o melhor acesso do Chile e do Peru com os mercados asiáticos, consequentemente, aumentando as suas exportações, além de melhorar as suas capacidades de atração de investimento direto. Ambos os países são dependentes da exportação de *commodities* para a China, como já foi demonstrado, mas embora essa relação comercial com o país asiático tenha sido altamente profícua, a desaceleração econômica chinesa tem apresentado um desafio significativo para essas relações, sendo o TPP uma oportunidade para expandir suas exportações a outros mercados na Ásia (WILSON, 2015).

Contudo, um estudo realizado por Fleischhaker et al. (2016) alega que o TPP não traria muitas vantagens ao Chile, sendo que o país andino já possui acordos bilaterais com os mais variados países da região Ásia-Pacífico, entre eles os EUA, o Canadá, o Vietnã, a Tailândia, a Malásia, a China, entre outros, bem como com todos os seus parceiros regionais da Aliança do Pacífico (Colômbia, México e Peru). Nesse sentido, argumentam os autores que os benefícios adicionais ao Chile provindos do TPP seriam limitados.

Embora os dados dos Gráficos 22 e 23 tenham mostrado que os países da América do Sul possuíam uma baixa prioridade para os

EUA entre os países do TPP, o governo do presidente Obama lançou uma iniciativa econômica para a América Latina denominada de *Look South* em 2014 (SARAGOZA 2014). A iniciativa *Look South* foi anunciada pela secretária do Comércio, Penny Pritzker, e tinha como objetivo expandir o comércio dos EUA com as economias latino-americanas com as quais os EUA possuíam TLCs (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2014).

A iniciativa *Look South* estava diretamente relacionada à *Open for Business Agenda*, lançada em 2013 por Penny Pritzker, “construída com base em comércio e investimento, inovação e novos tipos de dados para uso por empresas americanas” (CLARK, 2013), e à *National Export Initiative*, lançada pelo presidente Obama em 2010, “a fim de aprimorar e coordenar os esforços federais para facilitar a criação de empregos nos Estados Unidos através da promoção de exportações” (OBAMA, 2010).

De acordo com Saragoza (2014, p. 7-8), a iniciativa *Look South* pretendia “ajudar as empresas com sede nos EUA a expandir as atividades comerciais nesses países com acordos de livre comércio”. Ao citar Barack Obama, uma matéria do *Minority Business Development Agency* (MBDA), de 2014, ligado ao Departamento de Comércio dos EUA, afirmou que mais de 40% das exportações dos EUA têm a América Latina como destino e mais da metade dos países em que o governo estadunidense possui TLCs está na América Latina, totalizando 11 países (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2014). Desde que a iniciativa foi lançada:

As exportações de mercadorias dos EUA para os mercados *Look South* (nossos 11 países parceiros do Acordo de Livre Comércio (TLC) na América Latina) aumentaram US\$ 16,0 bilhões até novembro de 2014, o que representa mais de um terço do aumento das

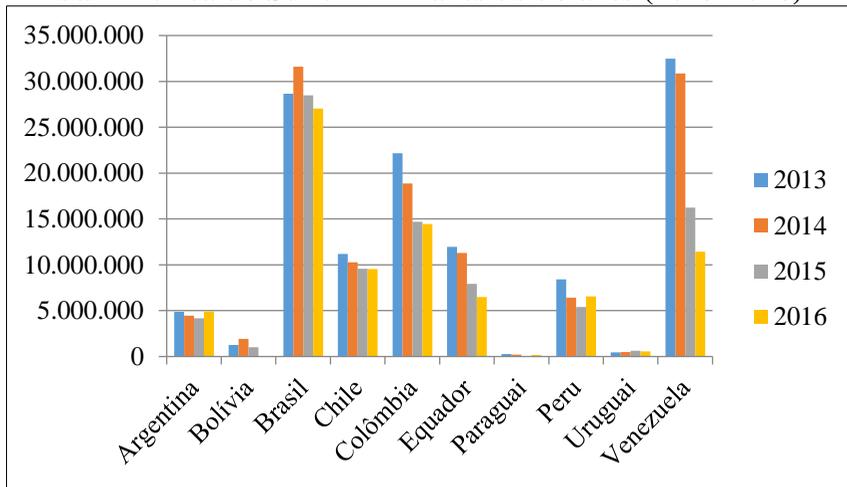
exportações globais dos EUA no mesmo período em 2013 (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2015).

Ainda segundo Saragoza (2014), a iniciativa *Look South* tinha pouco a ver com uma tentativa de reaproximação dos EUA com a América Latina, mas representava uma resposta à presença chinesa que vinha crescendo cada vez mais na região. E, embora os dados sobre a *Look South* tivessem apresentado um aumento das exportações dos EUA para a América Latina, a partir da observação do Gráfico 23, ficou evidente que a maior parte das exportações tinha o México com principal destino, ou seja, um país latino-americano externo à América do Sul.

Além dos países sul-americanos membros do TPP, coube analisar as relações comerciais dos EUA com toda a América do Sul. Os demais países que não fazem parte do TPP são importantes para a análise, caso da Colômbia, que possui um TLC com os EUA; do Brasil, que, durante a primeira gestão de Obama, foi o principal receptor das exportações estadunidenses e o segundo maior exportador de produtos aos EUA; e, por fim, da Venezuela, que, mesmo com as questões diplomáticas tensas com Washington, foi, entre os países da América do Sul, aquele que teve os maiores valores de exportação para os EUA durante a primeira gestão do presidente Obama, sendo que o país norte-americano era o principal comprador do petróleo venezuelano.

Durante a segunda gestão do presidente Obama, os EUA importaram cerca de US\$ 407.384.197 em produtos da América do Sul e exportaram cerca de US\$ 435.069.726, resultando em um superávit de US\$ 27.685.529. Os Gráficos 24 e 25 ilustram as relações comerciais entre os EUA e os países da América do Sul durante a segunda gestão de Barack Obama.

**Gráfico 24 - Importações estadunidenses dos países da América do Sul em milhares de dólares (2013-2016)**



Fonte: TradeMap. Organização: Brigola, 2020.

No tocante às importações estadunidenses dos países da América do Sul, a Venezuela liderou o *ranking* de produtos exportados aos EUA durante toda a primeira gestão do presidente Obama, vindo a apresentar quedas em suas exportações aos EUA durante a segunda gestão. Com as quedas nas exportações da Venezuela para os EUA a partir de 2014, o Brasil passou a liderar as exportações sul-americanas para o país do Norte. O total exportado pelo Brasil aos EUA representou 28,42% das importações estadunidenses da América do Sul.

Assim, como já mencionado, o país da América do Norte:

[...] é o principal destino de exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados, compondo cerca de 75% da pauta exportadora brasileira aos EUA, enquanto que, para o resto do mundo, essa

participação não chega a 50% (e, para a China, gira em torno de 15%) (BRASIL, 2016, p. 47).

Os EUA permaneceram como o segundo principal parceiro comercial do Brasil, tendo sido superados pela China em 2009. De acordo com Meyer (2016b), o Brasil era o vigésimo segundo maior parceiro comercial dos EUA, exportando ao seu parceiro do Norte produtos como petróleo bruto, aeronaves civis, ferro e aço, maquinaria e café.

A Venezuela, que na gestão anterior liderou o *ranking* de exportações aos EUA, durante a segunda gestão do presidente Obama, liderou apenas no ano de 2013, participando com 26,68% das importações estadunidenses da região naquele ano; contudo, a partir de 2014, suas exportações para os EUA caíram drasticamente, fazendo com que o país fosse superado pelo Brasil.

Durante os quatro anos da segunda gestão do presidente Obama, a Venezuela fez 22,33% das exportações da região para o país do Norte. Tais dados demonstram que as relações econômicas se mantiveram mesmo com as diferenças políticas entre ambos os países e com valores significativos, embora tenha ocorrido uma diminuição da exportação venezuelana aos EUA.

A queda das exportações pode ser entendida pela ótica de que, entre os anos de 2012 e 2015, os EUA, sendo até então o maior importador e consumidor de petróleo do mundo, passaram ao patamar de maior produtor mundial do recurso energético, devido à extração do óleo de xisto por meio do *fracking* (MACHADO, 2016), e também pela queda dos preços do barril do petróleo, em 2014, que agravou a crise econômica no país, diminuiu a produção petrolífera e, conseqüentemente, a receita com as exportações.

Segundo Pitts e Rosati (2014), o agravamento da crise econômica na Venezuela gerou um êxodo de trabalhadores

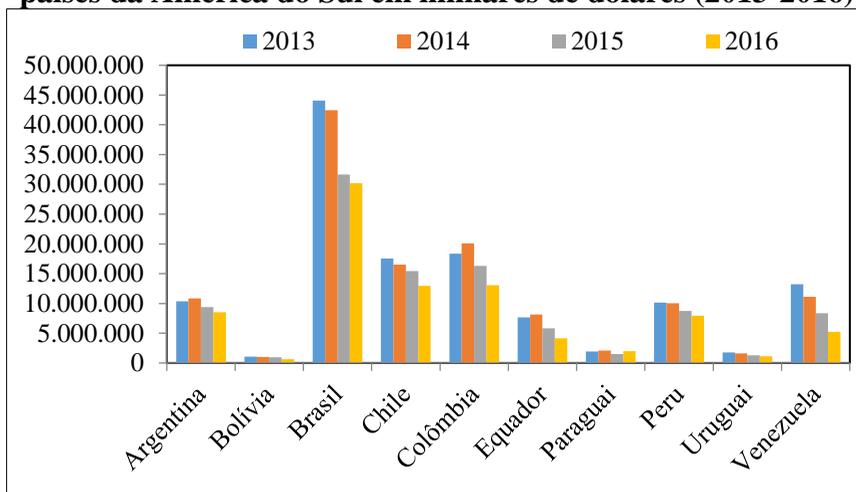
qualificados dos campos petrolíferos para o exterior, buscando melhores oportunidades. Essa saída, de acordo com os autores, impactou negativamente a produção de petróleo bruto no país.

A Colômbia apareceu como o terceiro maior país exportador da América do Sul para os EUA no quadro geral, com 17,21% das exportações da região, seguida pelo Chile com 9,96%, ocupando a quarta colocação. De acordo com um relatório realizado pelo *Departamento de Estudios de la Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile*, publicado em 2015, o TLC trouxe um impacto positivo nas exportações chilenas, em especial por impulsionar alguns setores e bens que não eram comercializados antes do TLC entrar em vigor, como tangerinas, ouro semitrabalhado, inulina, óxido e hidróxido de lítio, produtos de grande participação no mercado dos EUA (DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES ECONÓMICAS INTERNACIONALES DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 2015).

Nota-se uma queda nas exportações da maioria dos países sul-americanos entre os anos de 2014 e 2015, o que, de acordo com um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi ocasionado pela queda dos preços das *commodities*, afetando não apenas a América do Sul, mas toda a América Latina (GIORDANO *et al.*, 2016).

No tocante às exportações estadunidenses para a América do Sul, o Brasil ficou em primeiro lugar, representando 34% das exportações dos EUA para a região durante os quatro anos da segunda gestão de Obama. Em relação à primeira gestão, ocorreu uma queda de menos de 1% nas exportações estadunidenses para o Brasil, ou seja, não ocorreu uma mudança significativa. Em relação à balança comercial entre ambos os países, os EUA obtiveram maior vantagem.

**Gráfico 25 - Exportações estadunidenses aos países da América do Sul em milhares de dólares (2013-2016)**



Fonte: TradeMap. Organização: Brigola (2020).

Em 2015, o Brasil foi o país com o qual os EUA tiveram o décimo maior superávit comercial, atrás de Hong Kong, Países Baixos, Emirados Árabes Unidos, Bélgica, Austrália, Cingapura, Panamá, Chile e Argentina (BRASIL, 2016). Entre os produtos exportados pelos EUA ao Brasil, em 2015, “incluíram aeronaves civis e peças refinadas, maquinaria pesada e elétrica, derivados de petróleo e equipamentos médicos” (MEYER, 2016b, p. 14).

A Colômbia ficou em segundo lugar, importando 15,58% das exportações dos EUA para a América do Sul. Em relação à primeira gestão de Obama, as exportações estadunidenses para a Colômbia tiveram um aumento de 29,88%.

Desde 2012, quando o TLC entre EUA e Colômbia entrou em vigor:

[...] mais de 80% das exportações americanas de produtos industriais e de produtos de consumo para a Colômbia tornaram-se imediatamente isentas de impostos; as tarifas restantes serão eliminadas gradualmente por um período de dez anos. Recentemente, em 1º de janeiro de 2016, mais de 500 linhas tarifárias adicionais tornaram-se isentas de impostos pela primeira vez (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2016).

Como descrito na *Trade Policy Agenda*, publicada em 2017, no ano de 2016, os EUA e a Colômbia continuaram trabalhando para “acelerar a eliminação de tarifas para certos bens no âmbito do Acordo, no estabelecimento de certos elementos relacionados ao mecanismo de solução de controvérsias e atualizações das regras de origem do Acordo” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2017, p. 122). Nesse sentido, a maior demanda das exportações estadunidenses para a Colômbia durante a segunda gestão de Obama pode ser explicada pela entrada em vigor do TLC firmado entre os dois países.

Em 2017, a Colômbia ficou na vigésima segunda posição entre os mercados de exportação dos EUA (VILARREAL; GARCIA, 2018). De acordo com um artigo publicado no jornal *CONtexto Ganadero* (2018), após a entrada em vigor do TLC, o país apresentou seu primeiro déficit na balança comercial com os EUA, contrariando uma tendência de 1999 a 2013 (CONTEXTO GANADERO, 2018).

O Chile foi o terceiro país que mais recebeu exportações dos EUA durante a segunda gestão de Obama, representando 14,34% das exportações estadunidenses para a América do Sul. Em relação à primeira gestão de Obama, as exportações dos EUA para o Chile aumentaram em torno de 13,40%, sendo que, em 1º de janeiro de 2015, 100% do comércio entre o Chile e os Estados Unidos foi

liberalizado, concluindo o programa de redução de tarifas iniciado em 2004 (DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES ECONÓMICAS INTERNACIONALES DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 2015).

Nota-se que dois dos três países que possuem um TLC com os EUA ficaram bem posicionados em relação às exportações estadunidenses na região, ficando a Colômbia em segundo lugar e o Chile em terceiro, respectivamente. O Peru, que também possui um TLC com os EUA, ficou na sexta colocação, atrás dos países citados e também da Argentina e da Venezuela, que ocuparam, respectivamente a quarta e a quinta colocações. De acordo com os dados do Business Roundtable (2015), em 2013, 46% das exportações globais dos EUA foram para parceiros que possuíam TLC com o governo de Washington.

Ainda sobre os países com TLC com os EUA, durante a segunda gestão de Barack Obama, eles continuaram a apresentar déficits em suas balanças comerciais durante os quatro anos, com exceção da Colômbia, que, em 2013 e 2016, apresentou uma balança superavitária (TRADEMAP, 2020). Contudo, ao se analisar o comércio exterior da Colômbia com os EUA, observa-se que os dados disponibilizados pelo *TradeMap* demonstram que as exportações do país sul-americano para o norte-americano caíram 8% durante a segunda gestão Obama, enquanto as importações subiram 29,88%, dando a entender que, desde a entrada em vigor do TLC entre os dois países em 2012, as relações comerciais foram mais favoráveis ao governo de Washington.

Um estudo realizado por Bohigues e Rivas (2019) sobre as opiniões das elites políticas dos países da América Latina a respeito

dos TLCs com os EUA apontou um resultado revelador<sup>57</sup>. De acordo com os autores, a elite política do Chile, com legislatura em vigência entre 2014 e 2018, mostrou-se favorável ao TLC com os EUA; em contrapartida e, surpreendentemente, a elite política colombiana com legislatura em vigência de 2014 a 2018 se mostrou pouco favorável ao TLC com os EUA. Conforme Velásquez e Torrecillas (2017), na Colômbia, diversos grupos políticos e acadêmicos se posicionaram contra a formalização do TLC com Washington por considerá-lo desvantajoso e assimétrico. Ainda de acordo com Velásquez e Torrecillas:

[...] a constituição do referido acordo de livre comércio representava uma grave desvantagem comparativa e competitiva para a Colômbia, no que diz respeito ao tamanho e à abrangência de ambas as economias. Como consequência, isso afetaria principalmente a economia mais fraca: a colombiana. Ao falar de desvantagens competitivas e comparativas, dizia-se que o avanço tecnológico dos Estados Unidos, somado à influência política, deixaria o país sul-americano com um tratado desvantajoso, por não ter ferramentas suficientes para poder competir em termos comerciais no mercado norte-americano (VELÁZQUEZ; TORRECILLAS, 2017).

Cabe mencionar as relações comerciais dos EUA com a Argentina, sendo que o país sul-americano representou 4,5% das exportações da América do Sul para os EUA e importou 8,9% dos produtos estadunidenses para a região. É importante frisar que, no ano de 2014, os EUA tiveram uma vitória sobre a Argentina na

---

<sup>57</sup> Os autores classificam como elites políticas os membros de um gabinete, prefeitos, senadores, deputados, entre outros (BOHIGUES; RIVAS, 2019).

OMC. O país sul-americano estava tomando medidas protecionistas para favorecer as suas exportações e conter as importações estadunidenses. Tal medida foi denunciada pelo governo de Washington, sendo então levada à mediação da OMC, a qual favoreceu os EUA em sua decisão. De acordo com o *United States Trade Representative*:

Essas exigências impostas pelo governo argentino significam que muitas empresas norte-americanas que buscam trazer seus produtos para a Argentina precisariam primeiro concordar em exportar produtos argentinos, fazer investimentos na Argentina, baixar os preços de seus produtos ou abster-se de repatriar seus lucros para os Estados Unidos (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014).

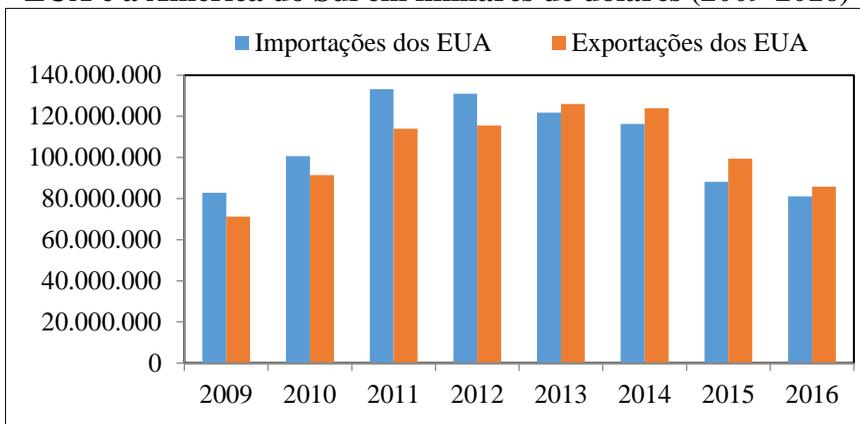
A Argentina possui uma significativa disparidade em relação à intensidade tecnológica e ao valor agregado de suas exportações no que tange às importações dos EUA. As principais exportações dos EUA para a Argentina incluem computadores, produtos químicos industriais e agrícolas, equipamentos agrícolas e de transporte, máquinas-ferramentas, peças para plataformas de petróleo e óleo combustível refinado (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014), enquanto a Argentina exporta *commodities* para o país do Norte.

Em 2014, ocorreu uma queda nas exportações dos países da América do Sul para os EUA devido à queda dos preços das *commodities* no mercado global. O Gráfico 25 mostrou que, nesse mesmo período, também ocorreu uma diminuição das exportações dos EUA para os países sul-americanos (ou uma queda nas importações sul-americanas), ocasionada pela queda dos preços das *commodities*, o que afetou o poder de compra desses países e, ao

mesmo tempo, houve uma alta do dólar, consequentemente depreciando as moedas dos países sul-americanos (MARS, 2015).

Por fim, cabe analisar a evolução do comércio exterior dos EUA com a América do Sul durante toda gestão de Barack Obama para constatar seus avanços e retrocessos. O Gráfico 26 apresenta os dados para a análise.

**Gráfico 26 - Evolução do comércio exterior entre os EUA e a América do Sul em milhares de dólares (2009-2016)**



Fonte: TradeMap. Organização: Brigola, 2020.

De acordo com Gráfico 26, ocorreu uma inversão em relação às exportações e às importações durante as duas gestões de Barack Obama. Assim, enquanto as importações estadunidenses foram maiores na primeira gestão do presidente Obama, as exportações estadunidenses passaram a predominar sobre as importações a partir de 2013, no primeiro ano da segunda gestão, mantendo-se assim até o fim de seu mandato.

As importações da América do Sul realizadas pelos EUA somaram, na primeira gestão de Obama, um total de US\$ 447.645.148 e, na segunda gestão, US\$ 407.384.197, representando uma queda de 9%. No tocante às exportações estadunidenses para a região, na primeira gestão de Obama, foi exportado o valor de US\$ 392.153.387, sendo que, no segundo mandato, foram US\$ 435.069.726, representando um aumento de 11%.

Como já frisado, a diminuição das exportações dos países da América do Sul na segunda gestão de Obama ocorreu durante a queda dos preços das *commodities* no mercado global e também por causa da desvalorização da moeda desses países em relação ao dólar. Por sua vez, o aumento das exportações dos EUA para a região no período podem ser compreendidas como resultado das políticas de exportação promovidas pelo governo estadunidense, tais como a *National Export Initiative*, a *Open for Business Agenda* e a *Look South*.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese defendida neste livro, consiste em que, mesmo de modo secundário aos interesses de Washington, a América do Sul representa uma área de importância estratégica e geopolítica para os EUA, tanto no âmbito comercial quanto no âmbito da segurança. Constatou-se que as relações entre a América do Sul e os EUA foram marcadas historicamente por movimentos pendulares, houve momentos em que ações coercitivas ou de negligência por parte de Washington predominaram, e momentos marcados pelas relações cooperativas entre o país do Norte e a região.

Como foi demonstrado no início deste livro, o princípio destas relações, tendo a Doutrina Monroe, em 1823, como ponto de partida, não evidenciou uma política externa de Washington especificamente para a América do Sul, mas para toda a América Latina – sendo na América Central e no Caribe onde estas políticas se manifestaram com maior intensidade.

Os EUA, com a implementação da Doutrina Monroe em 1823, anunciaram sua intenção de hegemonia sobre a América Latina. Logo mais, em 1904, foi aprovado como um dos princípios dessa doutrina o Corolário Roosevelt, também chamado de *Big Stick*, assegurando “o direito de intervenção militar preventiva [na América Latina], não para implementar as reivindicações de seus cidadãos, mas para impedir intervenção europeia” (SCHOUTZ, 2000, p. 325 *apud* PAGLIARI, 2004, p. 33). Após os anos de 1930, os EUA procuraram se desvincular de novas intervenções na região inaugurando a política da chamada “boa vizinhança”.

Como já foi mencionado, Tulchin (2016) afirma que a América do Sul, especificamente, passou a ter uma importância maior para os interesses de Washington após a Primeira Guerra Mundial. Durante a Segunda Guerra Mundial, as preocupações dos

EUA de que a América do Sul poderia se afastar da órbita do governo de Washington ficou evidente nos textos de Spykman, ao alertar sobre a potencial influência nazista no subcontinente, em especial nos países de maior destaque regional, e mais afastados geograficamente dos EUA, classificados pelo autor como ABC. Sendo respectivamente a Argentina, o Brasil e o Chile.

Na Guerra Fria estas preocupações se perpetuaram, contudo, a ameaça nazista foi substituída pela soviética e pela ideologia comunista. Com as mudanças no cenário internacional, com a emergência da bipolaridade, as políticas de caráter militar voltaram a ser recorrentes na região por meio da Doutrina de Segurança Nacional, que resultou em iniciativas regionais como o TIAR, o PAM, e o apoio dos EUA aos regimes militares na América Latina. Embora estas iniciativas tivessem toda a América Latina como alvo, a América do Sul naquele período já havia assumido um papel de maior relevância nas políticas hemisféricas em comparação com o cenário que era vivenciado no século XIX.

O período pós-Guerra Fria trouxe uma reorientação nas relações entre EUA e América do Sul. Questões como o combate ao narcotráfico e a guerrilha na Colômbia; a ascensão de governos populistas e não alinhados como Chávez na Venezuela; e a expansão do livre comércio a partir de planos bilaterais ou de blocos comerciais que se tornaram as principais preocupações de Washington no subcontinente (KISSINGER, 2001).

Por conta do narcotráfico, intensificou-se a presença militar dos EUA na região com a criação do Plano Colômbia, assim como o desenvolvimento de políticas cooperativas no formato de assistência para a contenção das atividades ilícitas. No âmbito econômico houve a investida de uma agenda neoliberal, imposta pelo Consenso de Washington, não apenas para a América do Sul, mas para toda a América Latina, que se tornou o pensamento predominante entre os líderes latino-americanos.

Ademais, o cenário geopolítico sul-americano que se instaurou durante o governo George W. Bush, no qual a ausência de uma agenda hemisférica por parte dos EUA e a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda que possibilitaram a formalização de iniciativas de integração regional, marcou o período de tentativa de autonomia sul-americana em relação à potência do Norte. Devido aos interesses dos EUA estarem voltados ao Oriente Médio, o fortalecimento de instituições como a Unasul e o CDS, que envolvessem apenas os países sul-americanos passaram a ganhar poder.

Barack Obama, quando concorria à presidência dos Estados Unidos, lançou seu discurso chamado de *Renewing U.S. Leadership in the Americas*, em maio de 2008 e, após ter sido eleito, também discursou na 5ª *Cúpula das Américas*, realizada em Trinidad e Tobago, em março de 2009. Em ambas, observaram-se evidências de que a política externa dos EUA em seu governo daria atenção não só para a América do Sul, mas para toda a América Latina, como uma área geopolítica de grande importância na política externa, e que o governo de Washington, ao contrário da gestão de George W. Bush, iria se aproximar da região de forma cooperativa. Essas foram as primeiras enunciações de intenções em relação ao subcontinente.

No entanto, embora Barack Obama tenha verbalizado suas diretrizes de política externa para a América Latina e América do Sul no sentido de melhoria das relações geopolíticas por meio da cooperação e do multilateralismo, na prática, não ocorreram avanços significativos na política externa estadunidense no contexto sul-americano.

Em ambas as gestões Obama, ocorreu uma maior continuidade das políticas de gestões anteriores. Como já mencionado, Pecequillo e Forner (2017) afirmam que, durante o governo de Barack Obama, ocorreu uma estratégia já conhecida da diplomacia estadunidense, sendo ela a preservação do conteúdo

estratégico e de consolidação de seu poder geopolítico e geoeconômico no hemisfério, alterando apenas a tática por meio de discursos que enfatizaram a cooperação.

No tocante à agenda político-estratégica no âmbito da segurança, o combate ao narcotráfico esteve entre as principais diretrizes, uma preocupação de Washington sobre a região e que havia tomado impulso desde o governo de Ronald Reagan nos anos de 1980. Embora Barack Obama tivesse abordado de maneira própria o combate às drogas, tratando os produtos ilícitos como um problema de saúde e considerando que a contenção do consumo não se presumia em estar apenas no exterior, mas no controle da oferta no próprio território dos EUA, persistiram as formas de combate dessa ameaça de gestões anteriores a este governo.

Assim, foram mantidos o ATPA, que fora elaborado por George H. W. Bush em 1991 (sendo renovada com a sigla ATPA/ATPDEA por George W. Bush em 2002) e o Plano Colômbia, que fora formalizado por Bill Clinton em 2000. As assistências externas realizadas pelos EUA no âmbito da segurança apresentaram queda na gestão do presidente Barack Obama, tendo uma diminuição mais expressiva na segunda gestão, devido, em especial, aos cortes no orçamento do governo estadunidense em contenção de gastos ocasionados pela recessão pós-crise de 2008.

Uma ação de política externa para a América do Sul no âmbito da segurança, exclusiva do governo de Barack Obama, e, talvez, a mais polêmica, foi a tentativa – embora sem sucesso – de fechar o acordo militar com a Colômbia, em 2009, para que fossem instaladas sete bases colombianas para soldados estadunidenses após o fechamento da base militar de Manta, no Equador. A maioria dos países sul-americanos foi contrária ao acordo, alegando que as bases poderiam servir como um instrumento geopolítico para os EUA manterem sua presença militar na América do Sul, podendo ser uma medida que resultasse em intervenções de assuntos regionais. Como

lembra Jorge (2009), no pós-Guerra Fria, o combate às drogas e aos grupos classificados como narcoterroristas foram as principais causas para o envolvimento militar dos EUA na América do Sul, iniciado após o Plano Colômbia.

A promoção da democracia como pauta da política externa também se manteve durante o governo do presidente Obama. Como afirma Anderson (2015), os destinos do capitalismo e o futuro da democracia raramente ficam de fora das diretrizes em política externa dos EUA. Para o governo de Washington, o governo da Venezuela enquadrava-se como uma afronta aos ideais democráticos, sendo o país citado de forma negativa em documentos oficiais do governo estadunidense como negligente quanto aos princípios da democracia, seja no governo de Hugo Chávez, seja no governo de Nicolás Maduro. Durante as duas gestões de Barack Obama, as relações políticas com a Venezuela foram conturbadas. No entanto, o comércio de petróleo venezuelano foi muito ativo.

O Brasil, que foi citado em ambas as *National Security Strategies* por seu destaque como líder regional e por ser uma economia emergente, apresentou poucos avanços nas relações bilaterais com os EUA. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva ficou marcado por divergências nas relações com Washington seguidas de um esfriamento após a tentativa do Brasil de mediar, juntamente com a Turquia, um acordo sobre o programa nuclear iraniano. O maior avanço entre os dois países durante o governo de Lula foi um acordo em matéria de defesa assinado em 2010.

Com a eleição de Dilma Rousseff, as relações bilaterais estavam caminhando para uma melhora, em especial após a visita de Barack Obama ao Brasil. Contudo, após os vazamentos dos documentos que demonstravam uma atitude de espionagem do governo estadunidense ao governo brasileiro, com o objetivo de obter informações sobre a Petrobras e a exploração de petróleo na região do pré-sal, tensionaram-se novamente as relações bilaterais

entre ambos os países. E, mesmo após o *impeachment* de Dilma Rousseff e a posse do vice-presidente, Michel Temer, as relações bilaterais entre EUA e Brasil não tiveram proximidade.

No tocante à agenda econômica, o governo Obama também deu continuidade às políticas iniciadas em gestões anteriores. Após o fim da ALCA, os EUA optaram por uma aproximação bilateral com um número seletivo de países por meio de Tratados de Livre Comércio (TLC), em especial, aqueles que compartilhavam da agenda liberal de Washington. Embora os TLCs com o Peru e com a Colômbia tivessem entrado em vigor durante a gestão de Barack Obama, ambos haviam sido assinados durante o governo de George W. Bush e, contraditoriamente, a princípio, eles haviam sido alvos de crítica dos membros do Partido Democrata, até mesmo do próprio Obama, por não darem ênfase a questões como meio ambiente, direitos humanos e direitos trabalhistas. No entanto, essas questões foram pleiteadas a serem incorporadas nas negociações dos TLCs a partir de 2007, quando os democratas se tornaram a maioria no Congresso (LIMA; MENDONÇA, 2013).

O presidente Obama teve como uma das suas diretrizes principais de política externa, em âmbito global, a promoção do livre comércio por meio da consolidação da Parceria Transpacífica (TPP). Na América do Sul, os países que possuíam TLC com os EUA participaram e eram os mesmos países que faziam parte da iniciativa econômica chamada de Aliança do Pacífico, nesse caso, Chile e Peru, com a exceção da Colômbia.

Embora, desde 2009, a política externa de Barack Obama já considerasse o TPP como um objetivo primordial, em especial devido ao avanço chinês na economia da região Ásia-Pacífico, foi na segunda gestão dele que as negociações obtiveram mais sucesso, com a formalização do acordo do TPP, em 2015, e sua assinatura em 2016.

Além dos países que possuíam TLCs com os EUA e, ao mesmo tempo, faziam parte do TPP, países como a Venezuela e o Brasil tiveram expressivas participações no comércio exterior com os EUA. No primeiro caso, foi o principal país exportador da região aos EUA até o ano de 2014. Após esse ano, ocorreu uma queda devido à diminuição da dependência estadunidense do petróleo e à queda do preço da *commodity* energética no mercado mundial.

Por sua vez, o Brasil foi o maior importador sul-americano de produtos estadunidenses e passou, a partir de 2014, a ser o maior exportador de produtos da região aos EUA. Mesmo com a China tendo ultrapassado os EUA na parceria comercial com o Brasil em 2009, as relações comerciais entre o país sul-americano e o país do Norte mostraram-se bem expressivas, sendo os EUA um mercado lucrativo para os produtos manufaturados brasileiros.

Nas relações econômicas, vale lembrar-se da *Look South*, uma política exclusiva do governo Obama que abrangeu não apenas a América do Sul, mas os países da América Latina que possuíam TLC com os EUA. Essa iniciativa consistiu em aumentar as exportações das empresas com sede nos EUA e que atuavam em países que possuíam TLCs com o país do Norte, objetivando, assim, aumentar as suas exportações para o subcontinente. Evidentemente, a *Look South* foi mais uma iniciativa para conter o avanço econômico chinês na região, e não exclusivamente uma tentativa de aproximação com os países sul-americanos.

Finalmente, conclui-se que a política externa, durante as duas gestões de Barack Obama para a América do Sul, teve poucos avanços em relação aos governos anteriores. Os discursos do presidente democrata apresentavam uma conotação cooperativa e multilateral, mas, na prática, a velha política da Doutrina Monroe foi mantida, de forma que a América do Sul se manteve como uma área de influência imediata dos EUA, ao invés de uma parceria solidária. Como afirma Pecequillo (2011, p. 473), “a política externa dos

Estados Unidos é caracterizada por um acúmulo de tradições de comportamento internacional, nascidas no século XVIII, que são adaptadas e readequadas aos desafios concretos a serem enfrentados pelo país”.

Constata-se que a América do Sul continuou a ser uma região que recebe a atenção do governo de Washington, seja por afetar a segurança nacional dos EUA como uma fonte produtora e exportadora de drogas, seja como uma oportunidade de mercados para o país do Norte, porém, não prioritária nas diretrizes de política externa estadunidense do governo Obama.

As iniciativas de integração regional autônomas em relação aos EUA, que se formaram durante o governo de George W. Bush e encabeçadas pelos governos de esquerda e centro-esquerda eleitos em diversos países sul-americanos, recentemente, perderam força após a transição para os governos liberais. Com seus novos governantes, voltaram a ter um posicionamento de aproximação às regras de Washington.

A aproximação de alguns países sul-americanos com a China trouxe maiores preocupações para os EUA em relação à América do Sul, pois uma maior presença chinesa na região poderia afetar, gradativamente, a influência estadunidense no subcontinente. Essa questão nos faz pensar que, enquanto não houver ameaças significativas à influência dos EUA na América do Sul, a atenção estadunidense para a região continuará pouco prioritária, mas, quando surgirem ameaças que possam acarretar perda de influência, de fontes de recursos naturais e de mercado, em contexto que possibilite distanciar os países da América do Sul de um alinhamento com Washington, a postura dos EUA em relação à região poderá ser reorientada.

## **REFERÊNCIAS**

---



## REFERÊNCIAS

111<sup>th</sup> U.S. CONGRESS. **National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010**. Washington, D.C.: U.S. Congress, 2009. Disponível em: <<https://www.congress.gov>>. Acesso em: 04/01/2020.

114<sup>th</sup> U.S. CONGRESS. **S. RES. 368**. Washington, D.C.: U.S. Congress, 2016. Disponível em: <<https://www.congress.gov>>. Acesso em: 26/06/2020.

ABDUL-HAK, A. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: Editora da FUNAG, 2013.

ACOSTA, L. J. “Colômbia diz que avalia permanência na UNASUL”. **Portal Eletrônico Rede Brasil Atual** [16/09/2009]. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br>>. Acesso em: 12/06/2019.

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. “Quinta reunião ministerial de comércio”. Declaração dos Ministros. **Portal Eletrônico da ALCA**. Canadá [1999]. Disponível em: <<http://www.ftaa-alca.org>>. Acesso em: 15/10/2018.

AMARAL, A. B. **A guerra ao terror e a tríplice fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos** (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

AMARAL, G. G.; MATTOS, T. C. L. “A Parceria Trans-Pacífico como uma estratégia de contenção da China”. **Aurora**, vol. 7, n. 1, julho/dezembro, 2013.

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

ARAMAYO, C; PEREIRA, C. “Obama’s Visit to Latin America: Redefining U.S.-Brazil Relations”. **Portal Eletrônico Brookings** [15/03/2011]. Disponível em: <<http://www.brookings.edu>>. Acesso em: 21/01/2020.

ARAÚJO, M. A.; PEREIRA, V. S. “Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil”. **Revista Katálisis**, vol. 21, n. 1, janeiro/abril, 2018.

ARNSON, C. J.; TICKNER, A. B. “Colombia and United States: the path of strategic partnership”. *In*: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?**. New York: Routledge, 2016.

AVILÉS, W. “US Intervention in Colombia: the role of transnational relations”. **Bulletin of Latin American Research**, vol. 27, n. 3, 2008.

AYERBE, L. F. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

AYUSO, S. “EUA respaldam impeachment e prometem trabalhar com Michel Temer”. **Portal Eletrônico El País** [08/09/2016]. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>. Acesso em: 02/04/2020.

AYUSO, S.; CUÉ, C.; SECO, R. “Temer, entre o silêncio dos EUA e o embate com a esquerda da região”. **Portal Eletrônico El País**

[20/05/2016]. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>. Acesso em: 18/05/2020.

BAGLEY, B. M. “The New Hundred Years War? U.S. National Security and the War on Drugs in Latin America”. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 30, n. 1, Spring, 1988.

BAINES, J. M. “U.S. Military Assistance to Latin America: an assessment”. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 14, n. 4, november, 1972.

BARBOSA, F.; LUCA, I. “Em discurso na Assembleia Geral da ONU, Dilma condena espionagem americana”. **Portal Eletrônico O Globo** [24/09/2013]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 13/09/2020.

BASILE, J. “Encontro entre Temer e Obama se resume a aperto de mão”. **Portal Eletrônico Valor Econômico** [20/09/2016]. Disponível em: <<https://valor.globo.com>>. Acesso em: 08/04/2020.

BASTOS, P. Z. “A política dos Estados Unidos para a América Latina: da diplomacia do dólar à boa vizinhança (1898-1933)”. **Textos para Discussão, IE/UNICAMP**, n. 204, abril, 2012.

BBC Brasil. “Em votação apertada, colombianos rejeitam acordo de paz com as Farc”. **Portal Eletrônico da BBC Brasil** [02/10/2016]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 24/05/2020.

BBC Brasil. “EUA espionaram Petrobras, dizem papeis vazados por Snowden”. **Portal Eletrônico da BBC Brasil** [08/09/2013]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 13/04/2020.

BBC NEWS. “Bolivian President Evo Morales expels USAID”. **Portal Eletrônico da BBC News** [01/05/2013]. Disponível em: <<https://www.bbc.com>>. Acesso em: 20/05/2020.

BEITTEL, J. S. **Colombia**: background and U.S. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service [2019]. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43813.pdf>>. Acesso em: 19/06/2020.

BERTONHA, J. F. **Geopolítica e Relações Internacionais na virada do século XXI**: uma história do tempo presente. Maringá: Editora Eduem, 2006.

BIEGON, R. “The United States and Latin America in the Trans-Pacific Partnership: renewing hegemony in a post-Washington consensus hemisphere?”. **Latin American Perspectives**, vol. 44, n. 4, 2017.

BLAIR, D. C. **Annual threat assessment of the intelligence community for the Senate Select Committee on Intelligence**. Washington, D.C.: U.S. Office of the Director of National Intelligence [2009]. Disponível em: <<https://www.dni.gov>>. Acesso em: 18/04/2020.

BLAIR, D. C. **Annual threat assessment of the intelligence community for the Senate Select Committee on Intelligence**. Washington, D.C.: U.S. Office of the Director of National Intelligence [2010]. Disponível em: <<https://www.dni.gov>>. Acesso em: 18/04/2020.

BOHIGUES, A.; RIVAS, J. M. “Free trade agreements and regional alliances: support from Latin American legislators”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 62, n. 1, 2019.

BORGES, F. A influência dos Estados Unidos nos conflitos colombianos: drogas, guerrilhas e terrorismo (1994-2009). *In*: AYERBE, L. F. **De Clinton a Obama**: políticas dos Estados Unidos para a América Latina. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

BRAGA, J.; PASSARINHO, N. “Governo anuncia compra de 36 caças suecos Gripen por US\$ 4,5 bilhões”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [19/12/2013]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 21/01/2020.

BRASIL. **Como exportar**: Estados Unidos da América. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

BRITES, P. V. P. “A política dos EUA para o Leste Asiático no Governo Obama: o balanceamento da China e a geopolítica regional”. **OIKOS**, vol. 15, n. 2, 2016.

BUSH, G. H. W. “Iniciativa para as Américas”. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 29, 1990.

BUSH, G. W. “Bush promete ‘século das Américas’”. **Portal Eletrônico da BBC Brasil** [15/02/2001]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 18/02/2019.

BUSINESS ROUNDTABLE. “How the U. S. Economy Benefits from International Trade & Investment”. **Portal Eletrônico Business Roundtable** [2015]. Disponível em: <<https://tradepartnership.com>>. Acesso em: 05/07/2020.

BUSSO, A. “Los desafíos de América de Sur frente a Estados Unidos en la segunda década del siglo XXI”. *In*: PASSOS, R. D. F.; FUCCILLE, A. (orgs.). **Visões do Sul**: crise e transformações do sistema internacional. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2016.

BUZAN, B. **People, states and fear: the security national problem in international relations**. Brighton: Wheatsheaf, 1983.

BUZAN, B.; WEAVER, O. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BYMAN, D.; WITTES, B. “Reforming the NSA: How to spy after Snowden”. **Foreign Affairs**, vol. 93, n. 3, may/june, 2014.

CALIXTRE, A. B.; BARROS, P. S. “O Banco do Sul e o Brasil na agenda da nova arquitetura financeira regional”. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, n. 3, julho, 2010.

CANTOR, R. V. “Colombia Y Geopolítica hoy”. **El Ágora USB**, vol. 12, n. 2, julio/diciembre, 2012.

CARDOSO, S. A. **Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal** (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Brasília: UNB, 2016.

CARMO, C. A.; PECEQUILO, C. S. “Venezuela-Brasil-EUA: uma visão retrospectiva da dinâmica regional (2002/2013)”. **OIKOS**, vol. 15, n. 2, 2016.

CARMO, M. “Cúpula da Unasul fracassa em aliviar tensão na região”. **Portal Eletrônico da BBC Brasil** [28/08/2009a]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 12/06/2019.

CARMO, M. “Em cúpula tensa da Unasul, Lula pede moderação a Chávez”. **Portal Eletrônico da BBC Brasil** [28/08/2009b].

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 08/07/2019.

CARMO, M. “Entenda a crise que pode derrubar presidente paraguaio”. **Portal Eletrônico da BBC Brasil** [26/06/2012]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 12/07/2020.

CARNEIRO, F. L. “Parceria Trans-Pacífico: um acordo megaregional na fronteira da regulação do comércio internacional?”. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

CASTEEL, S. W. “Narco-terrorism: international drug trafficking and terrorism – a dangerous mix”. **Portal Eletrônico da DEA Congressional Testimony** [20/05/2003]. Disponível em: <<https://www.judiciary.senate.gov>>. Acesso em: 29/06/2019.

CASTRO, T. “O Atlântico Sul no contexto regional”. **A Defesa Nacional**, n. 714, julho/agosto, 1984.

CASTRO, T. **Nossa América: geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

CAWTHORNE, A. “U.S. expels three Venezuelan diplomats in tit-for-tat move”. **Portal Eletrônico Reuters** [02/10/2013]. Disponível em: <<https://br.reuters.com>>. Acesso em: 21/09/2020.

CERVO, A. L. “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 43, n. 2, 2000.

CLARK, C. S. “Commerce Secretary unveils ‘Open for Business’ agenda”. **Portal Eletrônico GovExec** [14/11/2013]. Disponível em: <<https://www.govexec.com>>. Acesso em: 02/07/2020.

COLOMBO, S.; FRECHERO, J. I. “Yes We Can? A Política Externa de Obama para a América Latina: da decepção à autonomização da região”. **Contexto Internacional**, vol. 34, n. 1, janeiro/junho, 2012.

COMBLIN, J. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

CONTEXTO GANADERO. “En 6 años del TLC con Estados Unidos, no ha habido avances significativos”. **Portal Eletrônico Contexto Ganadero** [25/05/2018]. Disponível em: <<https://www.contextoganadero.com>>. Acesso em: 08/08/2020.

CONTRERA, F. **Política Externa americana no pós-Guerra Fria**: como se posicionam democratas e republicanos? (Tese de Doutorado em Ciência Política). São Carlos: UFSCar, 2017.

CONTRERA, F.; LIMA, L. R. “Os interesses nacionais dos Estados Unidos na América Latina. Os Planos Estratégicos do Departamento de Estado de 2000, 2004 e 2007”. *In*: AYERBE, L. F. **De Clinton a Obama**: políticas dos Estados Unidos para a América Latina. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

CORRALES, J.; ROMERO, C. A. U. S. “Venezuelan Relations after Hugo Chávez: why normalization has been impossible”. *In*: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.-Latin American relations**: cooperation or conflict in the 21st century?. New York: Routledge, 2016.

CORREIO BRAZILIENSE. “Guerra contra cocaína na Colômbia alimentou cultivos no Peru e na Bolívia”. **Portal Eletrônico Correio Braziliense** [05/07/2012]. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br>>. Acesso em 23/01/2020.

CORTES, M. J. “O Brasil e a ALCA: um estudo a partir da Argentina”. **Contexto Internacional**, vol. 26, n. 2, julho/dezembro, 2004.

COSTA, D. A. L. **Fundamentos para o estudo da Estratégia Nacional**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

COSTA, G. D. F. “A política externa dos Estados Unidos para a Venezuela: mudanças e continuidades entre os governos Bush e Obama”. **Revista NEIBA**, Cadernos Argentina – Brasil, vol. 8, 2019.

COUTINHO, M. “Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea”. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, novembro, 2006.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

CÚPULA DAS AMÉRICAS. “Declaração de princípios - 1ª Reunião de Cúpula das Américas – Miami”. **Portal Eletrônico Summit Américas** [1994]. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org>>. Acesso em 12/10/2018.

CÚPULA DAS AMÉRICAS. **Declaração de princípios**. 2ª Reunião de Cúpula das Américas, Santiago, 1998b. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org>>. Acesso em: 12 out. 2018.

CÚPULA DAS AMÉRICAS. **Declaração Ministerial de San José.** Reuniões Ministeriais da ALCA – Quarta reunião ministerial sobre Comércio, San José, 1998a. Disponível em: <<http://www.ftaa-alca.org>>. Acesso em: 12/10/2018.

CÚPULA DAS AMÉRICAS. **Declaração Ministerial de Toronto.** Reuniões Ministeriais da ALCA – Quinta reunião ministerial sobre Comércio, Toronto, 1999. Disponível em: <<http://www.ftaa-alca.org>>. Acesso em: 12 out. 2018.

DANTAS, G. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição:** belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2007.

DÁVILA. S. “Sob polêmica, EUA reativam sua Quarta Frota”. **Portal Eletrônico Folha de São Paulo** [13/07/2008]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 03/09/2019.

DEFESANET. “BR-US: Os principais acordos vigentes entre Brasil e EUA”. **Portal Eletrônico Defesanet** [11/03/2020]. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br>>. Acesso em: 21/03/2020.

DEFESANET. “RIDEX: AVIBRAS apresenta programas avançados”. **Portal Eletrônico Defesanet** [25/06/2018]. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br>>. Acesso em: 23/12/ 2019.

DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES ECONÓMICAS INTERNACIONALES DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. **Análisis de las relaciones comerciales entre Chile y Estados Unidos em el marco del Tratado de Libre Comercio.** Santiago: Ministerio de Relaciones Exteriores, Gobierno de Chile, 2015.

DERGHOUKASSIAN, K. “O Estado cortesão nas Relações Internacionais: a disputa por poder e lucro”. **Contexto Internacional**, vol. 24, n. 2, julho/dezembro, 2002.

DRAGO, L. M. **La República Argentina y el caso de Venezuela: documentos, juicios y comentarios relacionados com la nota pasada al ministro argentino en Washington**. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora de Coni Hermanos, 1903.

DUECK, C. “Mackinder’s Nightmare: part one”. **Portal Eletrônico Foreign Policy Research Institute** [8/10/2019]. Disponível em: <<https://www.fpri.org>>. Acesso em: 21/08/2020.

DULCI, T. M. S. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)** (Dissertação de Mestrado em História). São Paulo: USP, 2008.

ELLIS, E. “The U. S. Military in support of Strategic Objectives in Latin America and the Caribbean”. **PRISM**, vol. 8, n. 1, 2019.

ESTEVADEORDAL, A. “What the TPP means for Latin America and the Caribbean”. **Portal Eletrônico Brookings** [09/03/2016]. Disponível em: <<https://www.brookings.edu>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

EXAME. “Irã anuncia que possui maior refinaria do Oriente Médio”. **Portal Eletrônico EXAME** [05/02/2011]. Disponível em: <<https://exame.com>>. Acesso em: 19/05/2020.

FARIAS, F. J. M. **A dimensão estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)** (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: PUC-Campinas, 2008.

FINGUERUT, A. “A vitória de Obama ainda é sobre George W. Bush”. *In*: CINTRA, R; MINGUEIS, R. O regresso da maioria Democrata e os desafios adiante. **Revista Autor**, especial Obama, 2009a.

FINGUERUT, A. “Correntes de pensamento na formulação da política externa estadunidense após o fim da Guerra Fria: a equipe de governo de Barack H. Obama em perspectiva comparada”. *In*: AYERBE, L. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009b.

FIORI, J. L. “Brasil e o desafio do Pacífico”. **Portal Eletrônico Observatório das Metrôpoles** [19/08/2014]. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br>>. Acesso em: 12/09/2019.

FLEISCHHAKER, C.; GEORGE, S.; FELBERMAYR, G.; AICHELE, R. “A chain reaction? Effects of mega-trade agreements on Latin America”. GED Study Series. **Portal Eletrônico Bertelsmann Stiftung** [2016]. Disponível em: <<https://www.bertelsmann-stiftung.de>>. Acesso em: 19/09/2020.

FLEURANT, A.; KUIMOVA, A.; TIAN, N.; WEZEMAN, P. D.; WEZEMAN, S. T. “The SIPRI Top 100 arms-producing and military services companies, 2017”. **Portal Eletrônico SIPRI** [2018]. Disponível em: <<https://www.sipri.org>>. Acesso em: 13/12/2019.

FOLHA DE S. PAULO. “Chávez presenteia Obama com livro e acena paz em cúpula”. **Portal Eletrônico Folha de São Paulo** [18/04/2009]. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 02/01/ 2020.

FOLHA DE S. PAULO. “Operação Lava Jato”. **Portal Eletrônico Folha de São Paulo** [201-?]. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 05/04/2020.

FONSECA, B; ROSEN, J. D. **The new US Security agenda: trends and emerging threats**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

FONSECA, C. “O governo George W. Bush e o relacionamento EUA-América Latina”. **Relações Internacionais**, s/n, 2008.

FOX NEWS. “John Kerry Meets with Venezuela's Foreign Minister; talk of improving relations”. **Portal Eletrônico Fox News** [06/06/2013]. Disponível em: <<https://www.foxnews.com>>. Acesso em: 01/05/2020.

FRAGA, P. C. P. “A Geopolítica das drogas na América Latina”. **Revista em Pauta**, n. 19, 2007.

G1 - Globo. “Bush anuncia apoio à campanha de McCain à presidência”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [05/03/2008]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 16/10/2019.

G1 - Globo. “Documentos da NSA apontam Dilma Rousseff como alvo de espionagem”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [01/09/2013]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 13/04/2020.

G1 - Globo. “Fundadores do Mercosul impedem que Venezuela assumo o bloco”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [14/09/2016a]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 15/12/2019.

G1 - Globo. “Obama renova declaração de ‘emergência nacional’ sobre Venezuela”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [03/03/2016b]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 16/05/2020.

G1 - Globo. “Programa de Obama vai manter linha política com a América Latina”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [04/09/2012]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 12/06/2020.

GACETA DE COLOMBIA. “Estados Unidos”. **Portal Eletrônico Gaceta de Colombia** [01/02/1824]. Disponível em: <<https://angelalmarza.files.wordpress.com>>. Acesso em: 23/11/2017.

GAGNE, D. “Colombia overtakes Peru as world’s top coca cultivator: UN”. **Portal Eletrônico InSight Crime** [17/07/2015]. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org>>. Acesso em: 24/01/2020.

GAIO, G. “No meio do caminho tinha uma pedra”. **Boletim OPSA: Especial Rio+20**, n. 2, abril/junho, 2012.

GAMA NETO, R. B. “Rússia, China e a Coreia do Sul no mercado de defesa sul-americano”. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais - Austral**, vol. 7, n. 14, julho/dezembro, 2018.

GAZETA DO POVO. “Obama corta ajuda à Bolívia por falha na luta antidrogas”. **Portal Eletrônico Gazeta do Povo** [01/07/2009]. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br>>. Acesso em: 02/09/2019.

GESTEIRA, L. A. M. “A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul”. **Scientia Plena**, vol. 10, n. 12, 2014.

GIANNASI, C. A. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973)** (Tese de Doutorado em História). São Paulo: USP, 2011.

GILDERHUS, M. T. “The Monroe Doctrine: meanings and implications”. **Presidential Studies Quarterly**, vol. 36, n. 1, march, 2006.

GIORDANO, P.; HARRIS, J.; MICHALCZEWSKY, K.; RAMOS MARTÍNEZ, A.; IANUZZI, P. **Trade trend estimates Latin America and the Caribbean**. Integration and Trade Sector, IDB [2016]. Disponível em: <<https://publications.iadb.org>>. Acesso em: 30/07/2020.

GOMES, A. T. “O impacto do 11 de setembro na formulação da política externa norte-americana”. **Cena Internacional**, vol. 10, n. 2, 2008.

GONÇALVES, W. S.; MIYAMOTO, S. “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984”. **Estudos Históricos**, vol. 6, n. 12, 1993.

GOUVÊA, M. M. “Novas tropas dos EUA na Colômbia: contrarrevolução preventiva e aprofundamento da ofensiva em região estratégica, em meio à reconfiguração do capitalismo mundial”. In: ÁLVAREZ, J. E.; JIMÉNEZ, C. **Geopolítica imperial: intervenciones en Nuestra América en el siglo XXI**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

GOVERNMENT OF THE UNITED STATES; GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA. **Supplemental agreement for cooperation and technical assistance in defense and security between the governments of the United States of America and the Republic of Colombia** [2009]. Disponível em: <<http://www.latinreporters.com>>. Acesso em: 02/02/2020.

GRAZIOTTIN, G. “As estratégias das relações Estados Unidos-Colômbia e seus desdobramentos para a correlação de forças sul-americanas”. **Conjuntura Global**, vol. 6, n. 2, maio/agosto, 2017.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

GUZZI, A. C. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais)**. São Paulo: UNESP-UNICAMP-PUC/SP, 2008.

HAKIN, P. “Is Washington losing Latin America?”. **Foreign Affairs**, vol. 85, n. 1, January/February, 2006.

HARNDEN, T. “How Barack Obama beat Hillary Clinton?”. **Portal Eletrônico The Telegraph** [04/06/2008]. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk>>. Acesso em: 14/12/2019.

HENDLER, B.; NOGUEIRA, I. “O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: ‘arquipélago de economias de mercado’ ou palco da competição interestatal capitalista?”. **Revista Carta Internacional**, vol. 11, n. 3, 2016.

HERNÁNDEZ, A. P. “Escuadra venezolana en tiempos de Castro (1902-1903)”. **Tiempo y Espacio**, n. 64, julio/diciembre, 2015.

HERZ, M. “Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria”. **Estudos Avançados**, vol. 16, n. 46, 2002.

HIRST, M. **Brasil – Estados Unidos**: desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

HIRST, M; PEREIRA, L. B. V. “The unsettled nature of U.S.-Brazilian Relations”. *In*: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.–Latin American relations**: cooperation or conflict in the 21st century?. New York: Routledge, 2016.

HONORIO, K.; JUNQUEIRA, C. “Novo ciclo político na América do Sul impacta a segurança regional”. **Portal Eletrônico Carta Capital** [21/07/2016]. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 13/08/2020.

IPROFESIONAL. “Vinos, azúcar, frutas y más: ahora la Argentina tendrá luz verde para exportar a EE.UU. sin aranceles”. **Portal Eletrônico iProfesional** [16/02/2018]. Disponível em: <<https://www.iprofesional.com>>. Acesso em: 08/07/2020.

JORGE, B. W. G. A. “A presença militar dos Estados Unidos na América Latina: 1993-2009”. *In*: AYERBE, L. F. **De Clinton a Obama**: políticas dos Estados Unidos para a América Latina. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

JORNAL DE BRASÍLIA. “EUA deixam aberta a possibilidade de nomear outro embaixador para a Venezuela”. **Portal Eletrônico Jornal de Brasília** [03/01/2011]. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br>>. Acesso em: 22/01/2020.

KATKOV, M. “Colombia's Congress ratifies Second Peace Deal with marxist rebels”. **Portal Eletrônico NPR** [01/12/2016]. Disponível em: <<https://www.npr.org>>. Acesso em: 25/05/2016.

KELLY, J. F. **Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command before the 113<sup>th</sup> Congress**. Washington, D.C.: Senate Armed Services Committee [2014]. Disponível em: <<https://www.armed-services.senate.gov>>. Acesso em: 26/07/2020.

KELLY, J. F. **Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command before the 114<sup>th</sup> Congress**. Washington, D.C.: Senate Armed Services Committee [2015]. Disponível em: <<https://www.armed-services.senate.gov>>. Acesso em 26/07/2020.

KELLY, P. **Checkerboard and Shelterbelts: the geopolitics of South America**. Austin: First University of Texas Press Ed., 1997.

KISSINGER, H. A. **Diplomacia**. Lisboa: Editora Gradiva, 2007.

KISSINGER, H. A. **Does America Need a Foreign Policy?: toward a diplomacy for the 21st century**. New York: Simon & Schuster, 2001.

KISSINGER, H. A. **Política Externa Americana**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1969.

KLEIN, J. “O rosto novo”. *In*: TIME MAGAZINE. **Barack Obama: o caminho para a Casa Branca**. São Paulo: Editora Publifolha, 2009.

KRAUL, C. “Anti-coca spraying halted in Colombia after 2 U.S. pilots shot down”. **Portal Eletrônico Los Angeles Times**

[16/12/2013]. Disponível em: <<https://www.latimes.com>>. Acesso em: 13/08/2020.

LAMEIRAS, L. D. “A Política de Comércio Exterior dos Governos Obama (2009–2017) à luz do enfoque *strangeano*: implicações para o regime internacional de comércio”. **Revista Carta Internacional**, vol. 13, n. 1, 2018.

LECCE, D.; GAVIN, B.; CORBIN, L. “U.S. Southern Command's role in combating illicit trafficking”. **University of Miami, National Security & Armed Conflict Law Review** [2014]. Disponível em: <<https://repository.law.miami.edu>>. Acesso em: 30/07/2020.

LIMA, J. D.; PELLANDRA, A. **La irrupción de China y su impacto sobre la estructura productiva y comercial en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org>>. Acesso em: 29/09/2020.

LIMA, T.; MENDONÇA, F. “A política comercial dos Estados Unidos no primeiro governo Obama: heranças, estratégias e desafios”. **Boletim Meridiano 47**, vol. 14, n. 139, setembro/outubro, 2013.

LIMA, U. M. “As relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos no período 2000-2014”. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019.

LINEBARGER, T.; BERTSCHE, M. “Memo to Donald Trump (and Hillary Clinton): TPP is good for American manufacturers and the people they employ”. **Portal Eletrônico New York Daily News** [01/07/2016]. Disponível em: <<https://www.nydailynews.com>>. Acesso em: 26/06/2020.

LOBO-GUERRERO, C. “Maduro permite ao exército o uso de armas para reprimir manifestações”. **Portal Eletrônico El País** [30/01/2015]. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>. Acesso em: 12/05/2020.

LOWENTHAL. A. F. “O governo Obama e as Américas: promessa, desapontamento, oportunidade”. *In*: LOWENTHAL. A. F.; WHITEHEAD, L.; PICCONE, T. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

LUIGI, R. A. **A integração regional na América do Sul: a efetividade da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)** (Tese de Doutorado em Geografia). Campinas: UNICAMP, 2017.

LUZZANI, T. **Territorios vigilados: cómo opera la red de bases militares norteamericanas en Sudamérica**. Buenos Aires: Editora Debate, 2012.

MACHADO, M. “Os limites do preço do petróleo”. **Portal Eletrônico do IPEA** [17/06/2016]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 23/12/2019.

MACKINDER, H. J. “The Round World and the Winning of the Peace”. **Foreign Affairs**, vol. 21, n. 4, july, 1943.

MACKINDER, H. J. “The geographical pivot of history (1904)”. **The Geographical Journal**, vol. 170, n. 4, december, 2004.

MANSANI, R. S.; REIS, R. P. “As teorias das Relações Internacionais nos estudos de Política Externa: um breve olhar a partir das perspectivas Realista e Liberal”. **Revista Andina de Estudios Políticos**, vol. IV, n. 1, 2014.

MARS, A. “Todas as grandes moedas caem diante da aceleração do dólar em 2014”. **Portal Eletrônico El País** [01/01/2015]. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>. Acesso em: 05/07/2020.

MATEO, L. R. **A ajuda externa e a formulação da estratégia internacional dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001** (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). Campinas: UNESP, UNICAMP, PUC-SP, 2017.

MATTOS, G. S. “Da instabilidade política ao mau desempenho constitucional: uma análise dos processos de destituição presidencial paraguaios após 1990”. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, n. 1, março/junho, 2018.

McCLINTOCK, C. “U.S.-Peruvian relations: cooperation within the International System of the twenty-first century”. In: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?**. New York: Routledge, 2016.

McCOY, J. “O desafio de Chávez a Obama: um casamento inconveniente ou uma gélida separação”. In: LOWENTHAL, A. F.; WHITEHEAD, L.; PICCONE, T. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

MEACHAM, C. “Hey, NSA: Why Latin America?”. **Portal Eletrônico Center for Strategic and International Studies (CSIS)** [24/10/2013]. Disponível em: <<https://www.csis.org>>. Acesso em: 10/03/ 2020.

MEACHAM, C. “Why does U.S.-Brazil Defense Cooperation matter?”. **Portal Eletrônico Center for Strategic and International Studies (CSIS)** [01/12/2015]. Disponível em: <<https://www.csis.org>>. Acesso em: 19/01/2020.

MEDEIROS, T. R. **Entraves ao desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil**: dos primórdios da era atômica ao Acordo Nuclear Brasil – Alemanha (Dissertação de Mestrado em Economia). Minas Gerais: UFMG, 2005.

MEYER, P. J. **Brazil**: background and U.S. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2016b. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33456.pdf>>. Acesso em: 25/06/2020.

MEYER, P. J. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean**: recent trends and FY2016 appropriations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2016a. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44113.pdf>>. Acesso em: 25/06/2020.

MEYER, P. J. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean**: trends and FY 2017 appropriations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44647.pdf>>. Acesso em: 30/06/2020.

MILANI, L. P. “O governo de Barack Obama e a ‘guerra às drogas’: mais continuidade que mudanças”. **Boletim Meridiano 47**, vol. 18, 2017.

MILANI, L. P. **A Argentina e o Brasil frente aos Estados Unidos**: clientelismo e autonomia no campo da segurança internacional (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). Campinas: UNESP, UNICAMP, PUC-SP, 2019.

MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY. “Look South: increasing U.S. trade with Latin America”. Minority Business Development Agency (MBDA). **Portal Eletrônico U.S. Department of Commerce** [13/01/2014]. Disponível em: <<https://www.mbda.gov>>. Acesso em: 02/07/2020.

MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY. “One year later, Look South looking brighter”. Minority Business Development Agency (MBDA). **Portal Eletrônico U.S. Department of Commerce** [20/01/2015]. Disponível em: <<https://www.mbda.gov>>. Acesso em: 02/07/2020.

MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY. “The United States-Colombia Trade Promotion Agreement – four years later”. Minority Business Development Agency (MBDA). **Portal Eletrônico U.S. Department of Commerce** [15/07/2016]. Disponível em: <<https://www.mbda.gov>>. Acesso em 04/07/2020.

MITCHELL, N. “The height of the german challenge: the Venezuela blockade, 1902–3”. **Diplomatic History**, vol. 20, n. 2, Spring, 1996.

MOMPEAN, A. “**Yes, we can**”: Obama nos contratos de comunicação em construções midiáticas na campanha eleitoral nos EUA em 2008 (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 2014.

MONIZ BANDEIRA, L. A. “A importância Geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos”. **Revista da Escola Superior de Guerra**, vol. 24, n. 50, julho/dezembro, 2008.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **As relações perigosas: Brasil e Estados Unidos (De Collor a Lula)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010b.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010a.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Formação do Império Americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Geopolítica e Política Exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010c.

MONROE, J. “The Monroe Doctrine”. **Portal Eletrônico Archive** [1923]. Disponível em: <<http://www.archive.org>>. Acesso em: 15/03/2018.

MONTEIRO, L. V. “Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil”. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, n. 1, março/junho, 2018.

MONTEIRO, L. V. “Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 57, n. 1, 2014.

MONTENEGRO, E. G. “Novas ameaças: abordagem a partir de uma perspectiva internacional”. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (orgs.). **Novas ameaças**: dimensões e perspectivas. São Paulo: Editora Sicurezza, 2003.

MORALES, E. “Bolívia: Evo Morales reeleito como dirigente dos cocaleiros do Chapare”. **Portal Eletrônico Correio Braziliense** [08/07/2012]. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 23/01/2020.

MORGENFELD, L. “La visita de Obama y el giro de las relaciones entre Argentina y Estados Unidos”. **Nueva Época**, Año 10, n. 41, 2017.

NERY, T. “UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano”. **Caderno CRH**, vol. 29, n. SPE 03, 2016.

NEUMAN, W. “Defying U.S., Colombia halts aerial spraying of crops used to make cocaine”. **Portal Eletrônico The New York Times** [14/05/2015]. Disponível em: <<https://www.nytimes.com>>. Acesso em: 13/08/2020.

NEUMAN, W. “Sem barreiras, tráfico de cocaína invade a Venezuela”. **Portal Eletrônico Defesanet** [31/07/2012]. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br>>. Acesso em: 23/01/2020.

NEVES, J. A. C.; SPEKTOR, M. “Obama e o Brasil”. In: LOWENTHAL, A. F.; WHITEHEAD, L.; PICCONE, T. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

NINIO, M.; MELLO, P. C. “Obama não tem planos de ligar para Temer, diz Casa Branca”. **Portal Eletrônico da Folha de São Paulo** [12/05/2016]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 18/05/2020.

O GLOBO. “EUA e Venezuela concordam em buscar relações mais construtivas, diz Kerry”. **Portal Eletrônico O Globo** [05/06/2013]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 01/05/2020.

OBAMA, B. H. “A new partnership for the Americas”. **Portal Eletrônico Casede** [2008b]. Disponível em: <<https://www.casede.org>>. Acesso em: 25/10/2019.

OBAMA, B. H. “Executive Order 13534 –National Export Initiative”. **Portal Eletrônico The White House** [11/03/2010]. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 02/07/2020.

OBAMA, B. H. “Remark of President Barack Obama – as prepared for delivery Summit of the Americas opening plenary”. **Portal Eletrônico The White House** [14/04/2012]. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org>>. Acesso em: 14/07/2020.

OBAMA, B. H. “Remarks by President Obama to the Australian Parliament”. Parliament House, Canberra, Australia, 2011. **Portal Eletrônico The White House** [17/11/2011]. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 02/06/2020.

OBAMA, B. H. “Remarks by the President at the Summit of the Americas Opening Ceremony”. **Portal Eletrônico The White House** [17/04/2009]. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 03/01/2020.

OBAMA, B. H. “Statement of President Obama on the death of Venezuelan President Hugo Chavez”. **Portal Eletrônico The White House** [05/03/2013]. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 01/05/2020.

OBAMA, B. H. “Transcript: ‘This is your victory’, says Obama”. **Portal Eletrônico CNN Politics** [04/11/2008a]. Disponível em: <<http://edition.cnn.com>>. Acesso em: 29/10/2019.

OBAMA, B. H. “Transcript: Illinois Senate candidate Barack Obama”. **Portal Eletrônico The Washington Post** [27/07/2004]. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com>>. Acesso em: 12/10/2019.

OLIVEIRA, M. D. **Discursos selecionados do presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

OSTOS CETINA, M. P. “Aplicación de modelos geopolíticos en América Latina: los casos de Brasil y Colombia”. **Latinoamérica**, Revista de Estudios Latinoamericanos, n. 53, 2011.

PADULA, R. “A Aliança do Pacífico, o Brasil e o poder global na integração regional da América do Sul”. **Anais Eletrônicos do 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013.

PÁGINA12. “Obama manda un mediador”. **Portal Eletrônico Página 12** [21/02/2015]. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar>>. Acesso em: 20/05/2020.

PAGLIARI, G. C. “Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 49, n. 1, janeiro/junho, 2006.

PAGLIARI, G. C. **Segurança hemisférica e política externa brasileira**: temas, prioridades e mecanismos institucionais (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PALMER, D. S. **U.S. Relations with Latin America during the Clinton years**: opportunities lost or opportunities squandered? Gainesville: The University Press of Florida, 2006.

PECEQUILO, C. S. “A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China”. **Carta Internacional**, vol. 8, n. 2, julho/dezembro, 2013.

PECEQUILO, C. S. “Obama e o comércio internacional: com ou sem TPA?”. **Portal Eletrônico International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD)** [27/02/2015]. Disponível em: <<https://ictsd.iisd.org>>. Acesso em: 08/09/2019.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. “Obama e a América Latina (2009/2016): estagnação ou avanços?”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, vol. 6, n. 11, janeiro/junho, 2017.

PECEQUILO, C. S.; JAEGER, B. C. “Os Estados Unidos: a Geopolítica e a Geoeconomia da Energia”. **Brazilian Journal of International Relations**, vol. 8, n. 1, janeiro/abril, 2019.

PENA NETO, M. “Lula diz que Quarta Frota dos EUA está quase em cima do pré-sal”. **Portal Eletrônico O Estadão** [18/07/2008]. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br>>. Acesso em: 03/09/2019.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: Editora da EDUFBA, 2011.

PIGNOTTI, D. “Por que Obama evitou uma foto com Temer?”. **Portal Eletrônico Carta Maior** [06/09/2016]. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 18/05/2020.

PIMENTEL, C. R. **Avaliando a performance regional do Brasil no Atlântico Sul: Diplomacia, Defesa, Cooperação e Comércio em**

perspectiva comparada (Tese de Doutorado em Ciência Política). São Paulo: USP, 2018.

PITTS, P. D.; ROSATI, A. “Êxodo no setor petrolífero da Venezuela reduz produção de petróleo bruto do país”. **Portal Eletrônico UOL** [04/12/2014]. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br>>. Acesso em 17/07/2020.

POLJAK, E. V. “Monroe em drogas”. In: ÁLVAREZ, J. E.; JIMÉNEZ, C. **Geopolítica imperial: intervenciones en Nuestra América en el siglo XXI**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

PRESSE, F. “América Latina espera mudanças no 2º mandato de Obama”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [07/11/2012]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 03/05/ 2020.

PRESSE, F. “Chávez suspende programa nuclear da Venezuela”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [15/03/2011]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo>>. Acesso em: 19/05/2020.

PRESSE, F. “EUA queriam investigar presença da Al-Qaeda na tríplice fronteira”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [28/11/2010a]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 01/09/2019.

PRESSE, F. “Justiça congela acordo Colômbia-EUA sobre bases militares”. **Portal Eletrônico G1 Globo** [18/08/2010b]. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 21/12/2019.

RAMÍREZ, S. “La internacionalización del conflicto y de la paz en Colombia”. In: RESTREPO, L. A. (org.). **El Plan Colombia y la internacionalización del conflicto**. Bogotá: IEPRI/Planeta, 2001.

REGO-MONTEIRO, L. C. **Segurança na América do Sul: a construção regional e a experiência colombiana** (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

REMICK, D. **A ponte: vida e ascensão de Barack Obama**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa**. Ministério das Relações Exteriores, 2010. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 02/05/2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; REPÚBLICA DA ARGENTINA. **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear**, 1991. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br>>. Acesso em: 22/10/2018.

RFI. “Estados Unidos cancelam visto de embaixador venezuelano”. **Portal Eletrônico RFI** [30/12/2010]. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/br>>. Acesso em: 21/01/2020.

ROBERTSON, W. S. “South America and the Monroe Doctrine, 1824-1828”. **Political Science Quarterly**, vol. 30, n. 1, March, 1915.

RODRIGUES, B. S. “De Monroe a Obama: a América Latina como zona geoestratégica dos Estados Unidos”. **OIKOS**, vol. 17, n. 2, 2018.

ROOSEVELT, T. “Corollary to the Monroe Doctrine”. **Portal Eletrônico Ourdocuments** [1904]. Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov>>. Acesso em: 12/03/2018.

RUNDE, D. F. “Beyond the headlines: the U.S.-Brazil relationship”. **Portal Eletrônico Center for Strategic and International Studies (CSIS)** [17/03/2016]. Disponível em: <<https://www.csis.org>>. Acesso em: 22/01/2020.

SALOMON, M. “FHC cobra ‘passo’ para democracia em Cuba”. **Portal Eletrônico Folha de São Paulo** [20/04/1998]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 13/10/2018.

SAMANIEGO, M. A. “Reunión de Unsaar logró ‘significativos avances’”. **Portal Eletrônico El Tiempo** [27/11/2009]. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com>>. Acesso em: 13/02/2020.

SANTOS, M. “Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, n. 1, 2010.

SANTOS, M. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria**. São Paulo: Editora Annablume e Fapesp, 2007.

SARAGOZA, A. M. “Obama and Latin America: disappointed hopes”. **Cahiers des Ameriques Latines**, n. 75, 2014.

SARAIVA, J. F. S. “As trincheiras de Bariloche: a propósito da Reunião de Cúpula da Unasul”. **Meridiano**, vol. 47, n. 109, agosto, 2009.

SCHLESINGER JR., A. M. “The Alliance for Progress: a retrospective”. In: HELLMAN, R. G.; ROSENBAUM, H. J. (eds.).

**Latin America:** the search for a new international role. New York: J. Wiley, 1975.

SCHOULTZ, L. **Beneath the United States:** a history of U.S. policy toward Latin America. Cambridge: Harvard, 2001.

SCOTT, R. E. “U.S. Trade deficit falls in 2009, but larger share goes to China”. **Portal Eletrônico Economic Policy Institute** [11/02/2010]. Disponível em: <<https://www.epi.org/>>. Acesso em: 12/06/2020.

SECURITY ASSISTANCE MONITOR. “Data: Security Aid – Pivot Table”. **Portal Eletrônico Security Assistance Monitor** [2019]. Disponível em: <<http://securityassistance.org/data>>. Acesso em: 20/12/2019.

SEELKE, C. R. **Venezuela:** political crisis and U.S. Policy. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2019. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/IF10230.pdf>>. Acesso em: 08/07/ 2020.

SENHORAS, E. M. **Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul** (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2010.

SHIMABUKURO, A. “Concepções estratégicas dos Estados Unidos sobre a Segurança Internacional dos governos Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama”. *In:* AYERBE, L. F. **De Clinton a Obama:** políticas dos Estados Unidos para a América Latina. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

SILVA, L. I. L. “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas

(Unasul) – Bariloche, 28 de agosto de 2009”. **Brasil – Ministério das Relações Exteriores – Presidente da República Federativa do Brasil – Discursos** [28/08/2009]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 08/07/ 2019

SILVA, V. M. “Obama declara Venezuela ameaça à ‘segurança nacional’ dos EUA e impõe sanções ao país”. **Portal Eletrônico Opera Mundi** [09/03/2015]. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br>>. Acesso em: 13/05/2020.

SIMÕES. A. J. F. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SIMÕES. T. H. N. “A Aliança do Pacífico e o tabuleiro geopolítico sul-americano”. **Confins**, n. 35, 2018.

SMALL WARS JOURNAL. “Full Spectrum Operations in the Homeland: a ‘vision’ of the future”. **Portal Eletrônico Small Wars Journal** [25/07/2012]. Disponível em: <<https://smallwarsjournal.com>>. Acesso em: 25/05/2020.

SNIDER, D. M. **The National Security Strategy: documenting strategic vision**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 1995. Disponível em: <<http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2012/05/Snider.pdf>>. Acesso em: 29/10/2019.

SOUZA, C. L. “A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas”. **Anais eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória: UFES, 2008.

SPYKMAN, N. J. **Estados Unidos frente al mundo**. México: Editora FCE, 1944a.

SPYKMAN, N. J. **The Geography of the Peace**. New York: Harcourt, Brace & World, 1944b.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Arms Transfers Database** – Sources and methods [2020]. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases>>. Acesso em: 01/03/ 2020.

SULLIVAN, A. “Nasce um astro”. *In*: TIME MAGAZINE. **Barack Obama**: o caminho para a Casa Branca. São Paulo: Editora Publifolha, 2009.

SULLIVAN, M. P. **Hugo Chávez’s death**: implications for Venezuela and U.S. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2013b. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R42989.pdf>>. Acesso em: 03/06/2020.

SULLIVAN, M. P. **Venezuela**: background and U.S. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2013a.

SULLIVAN, M. P. **Venezuela**: issues for Congress, 2013-2016. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43239.pdf>>. Acesso em: 14/06/2020.

SULLIVAN, M. P. **Venezuela**: issues in the 111th Congress. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2009. Disponível em: <<https://www.everycrsreport.com>>. Acesso em: 08/04/2020.

SULLIVAN, M. P; NELSON, R. M. **Argentina**: background and U.S. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2015. Disponível em: <<https://www.everycrsreport.com>>. Acesso em: 25/07/2020.

TATAGIBA, L. “Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff”. **Lusotopie**, n. 17, 2018.

TEIXEIRA, C. G. P. **O pensamento neoconservador em política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

TEIXEIRA, V. M. “A influência do conflito das Malvinas na integração Sul-Americana”. **Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder; I GEOSIMPÓSIO; I GEOTRANS**. Foz do Iguaçu: UNBRAL, 2011.

TEIXEIRA, V. M. **A cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. Rio de Janeiro: Editora CENEGRI, 2014.

THE ECONOMIST. “Why Iowa is so important in the presidential election”. **Portal Eletrônico The economist** [31/01/2016]. Disponível em: <<https://www.economist.com>>. Acesso em: 14/10/2019.

THE GUARDIAN. “U.S. diplomats expelled from Venezuela for conspiring with ‘extreme right’”. **Portal Eletrônico The Guardian** [01/10/2013]. Disponível em: <<https://www.theguardian.com>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

THE GUARDIAN. “U.S. elections: Barack Obama wins Democratic nomination for president”. **Portal Eletrônico The Guardian** [04/06/2008]. Disponível em: <<https://www.theguardian.com>>. Acesso em: 16/10/ 2019.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy of United States**. Washington, D.C.: The White House, 2002a. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 25/05/2019.

THE WHITE HOUSE. “FACT SHEET: Peace Colombia – a New Era of partnership between the United States and Colombia”. **Portal Eletrônico The White House** [04/02/2016]. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 25/05/2020.

THE WHITE HOUSE. “FACT SHEET: Venezuela Executive Order”. **Portal Eletrônico The White House** [09/03/2015b]. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 13/05/2020.

THE WHITE HOUSE. **National Drug Control Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2010b. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 12/04/2020.

THE WHITE HOUSE. **National Security Decision Directives (NSDD) – 221**, Narcotics and National Security. Washington, D.C.: The White House, 1986. Disponível em: <<https://fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-221.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. Washington, D.C.: The White House, 1994. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 12/06/2018.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 1991. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>>. Acesso em: 12/06/2018.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 1993. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 12/06/2018.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2006. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 25/05/2019.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2010a. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 25/10/2019.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2015a. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 30/10/2019.

THE WHITE HOUSE. **Strategy to combat Transnational Organized Crime**. Washington, D.C.: The White House, 2011. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 12/04/2020.

THE WHITE HOUSE. **Trade Act of 2002**. Andean Trade Preference Act, 2002b. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org>>. Acesso em: 25/05/2019.

THOMAZ, L. F. “O comportamento político do eleitorado americano”. In: CINTRA, R.; MINGUEIS, R. O regresso da maioria Democrata e os desafios adiante. **Revista Autor**, Especial Obama, 2009.

THUSWOHL, M. “EUA reativam IV Frota e preocupam dirigentes da AL”. **Portal Eletrônico Carta Maior** [18/07/2008]. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 14/09/2018.

TOLEDO, S. B. **Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil**: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2015.

TOSONI, G. A. “Tratados de libre comercio, crecimiento y producto potencial en Chile, México y Perú”. **Economiaunam**, vol. 14, n. 42, septiembre/diciembre, 2017.

TRADEMAP. “Trade statistics for international business development”. **Portal Eletrônico TradeMap** [2020]. Disponível em: <<https://www.trademap.org/>>. Acesso em: 13/05/2020.

TULCHIN, J. S. **América Latina x Estados Unidos**: uma relação turbulenta. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

TUMULTY, K. “Derrotando Hillary”. *In*: TIME MAGAZINE. **Barack Obama**: o caminho para a Casa Branca. São Paulo: Editora Publifolha, 2009.

U.S DEPARTMENT OF NAVY. “Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet”. **Portal Eletrônico U.S. Department of Navy** [24/04/2008]. Disponível em: <<https://www.navy.mil>>. Acesso em: 03/09/2019.

U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE. **Military Construction Program – Fiscal Year 2010**: budget estimates. Washington, D.C.: U.S. Department of Air Force, May, 2009. Disponível em: <<https://www.saffm.hq.af.mil>>. Acesso em: 04/01/2020.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Annual Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress**. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, 1993. Disponível em: <<https://history.defense.gov>>. Acesso em: 30/09/2018.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Annual Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress**. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, 2002. Disponível em: <<https://history.defense.gov>>. Acesso em: 20/03/2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. “U.S.-Colombia Defense Cooperation Agreement”. **Portal Eletrônico U.S. Department of State** [30/10/2009]. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov>>. Acesso em: 02/02/ 2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Barack Obama**: 44° Presidente dos Estados Unidos. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2011. Disponível em: <<https://photos.state.gov>>. Acesso em: 12/09/2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1**: drug and chemical control. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2013. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov>>. Acesso em: 06/07/2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1**: drug and chemical control. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2015. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov>>. Acesso em: 26/07/2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1**: drug and chemical control. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Strategic Plan**: fiscal years 2007-2012. Washington, D.C.: U.S. Department os State; U.S. Agency for International Development (USAID), 2007. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov>>. Acesso em: 21/10/2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Strategic Plan**: fiscal years 2014-2017. Washington, D.C.: U.S. Department os State; U.S.

Agency for International Development (USAID), 2014. Disponível em: <<https://2012-2017.usaid.gov>>. Acesso em: 28/10/2019.

U.S. FOREIGN ASSISTANCE, “Foreign Assistance in Ecuador”. **Portal Eletrônico U.S. Foreign Assistance**. [201-?]. Disponível em: <<https://www.foreignassistance.gov>>. Acesso em: 14/08/2020.

UNASUL. “Reunión extraordinaria de ministros de relaciones exteriores y de defensa de la UNASUR”. **Portal Eletrônico Unasul** [27/11/2009]. Disponível em: <<https://www.resdal.org>>. Acesso em: 20/12/2019.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Sixth Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act as Amended**. Washington, D.C.: United States Trade Representative (USTR), 2012a. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org>>. Acesso em 25/04/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. “FACT SHEET: Benefits of the U.S.-Colombia Trade Promotion Agreement: more American exports, more American Jobs”. **Portal Eletrônico United States Trade Representative (USTR)** [2012b]. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 03/04/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. “Peru Trade Promotion Agreement”. **Portal Eletrônico United States Trade Representative (USTR)** [201-?]. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 25/04/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. “United States – Colombia Trade Promotion Agreement”. **Portal Eletrônico United States Trade Representative (USTR)** [201-?]. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 25/01/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. “United States prevails in WTO Trade Enforcement Dispute against Argentina’s Import Licensing Restrictions”. **Portal Eletrônico United States Trade Representative (USTR)** [22/08/2014]. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 12/08/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **2017 Trade Policy Agenda and 2016 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program**. Washington, D.C.: United States Trade Representative (USTR), 2017. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 01/08/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Fourth Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act**. Washington, D.C.: United States Trade Representative (USTR), 2009. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 02/09/2019.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act as Amended**. Washington, D.C.: United States Trade Representative (USTR), 2013. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org>>. Acesso em: 26/04/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **The Trans-Pacific Partnership: Strategic Importance of TPP**. Washington, D.C.: United States Trade Representative (USTR), 2015. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 10/06/2020.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Third Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act**. Washington, D.C.: United States Trade Representative (USTR), 2001. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org>>. Acesso em: 04/08/2018.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **United States to Negotiate Participation in Trans-Pacific Strategic Economic Partnership**. Washington, D.C.: United States Trade Representative (USTR), 2008. Disponível em: <<https://ustr.gov>>. Acesso em: 13/02/2020.

UOL NOTÍCIAS. “Venezuela dá ultimato de três dias para diplomatas americanos deixarem país”. **Portal Eletrônico UOL Notícias** [17/02/2014]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 16/05/2020.

URATA, S. “The Trans-Pacific Partnership: origin, evolution, special features and economic implications”. **Journal of Southeast Asian Economies**, vol. 35, n. 1, Special Issue: Commemorating the 50th Anniversary of the ISEAS – Yusof Ishak Institute, April, 2018.

VALDÉS, E. D. “O pensamento nacionalista na América Latina e a reivindicação da identidade econômica (1920-1940)”. **Estudos Históricos**, vol. 10, n. 20, 1997.

VALDUGA, F. “Aniversário de 60 anos da Esquadilha da Fumaça terá presença de caças F/A-18F Super Hornets da Marinha dos EUA”. **Portal Eletrônico Cavok** [02/04/2012]. Disponível em: <<https://www.cavok.com.br>>. Acesso em: 21/01/2020.

VALENCIA, A. “United States cancels aid programs to Ecuador officials”. **Portal Eletrônico Reuters**. [15/12/2013]. Disponível em: <<https://www.reuters.com>>. Acesso em: 15/08/2020.

VEIGA, P. M.; RÍOS, S. P. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul**: origens, iniciativas e dilemas. Serie Comercio Internacional – División de Comercio Internacional e Integración. Santiago: CEPAL, 2007.

VELÁSQUEZ, G. T.; TORRECILLAS, P. B. “El TLC de Colombia con Estados Unidos: una breve revisión”. **Portal Eletrônico Foreign Affairs – Latino America**. [13/07/2017]. Disponível em: <<http://revistafal.com>>. Acesso em: 08/07/2020.

VELLOZO JÚNIOR, J. **Dinâmicas de (in) segurança regional nos países em desenvolvimento**: uma perspectiva brasileira para a América do Sul (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UNB, 2006.

VENERONI, H. L. **Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de La America Latina**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1971.

VIEIRA, H. G. **A identidade de Segurança Brasileira nas relações com a Colômbia**: do Plano Colômbia ao tratado de 2009 (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). Florianópolis: UFSC, 2014.

VILLARREAL, M. A.; GARCIA, E. Y. **The U.S.-Colombia Free Trade Agreement: background and issues**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

VITTE, C. C. S. “Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA (Iniciativa de integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana)”. **Terra Livre**, vol. 2, n. 27, julho/dezembro, 2006.

VIZENTINI, P. F. “De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005)”. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, vol. 5, n. 2, julho/dezembro, 2005.

WATTS, J. “NSA accused of spying on Brazilian oil company Petrobras”. **Portal Eletrônico The Guardian** [09/09/2013].

Disponível em: <<https://www.theguardian.com>>. Acesso em: 13/04/2020.

WEISBROT, M. “Obama’s Latin America Policy: continuity without change”. **Portal Eletrônico Center for Economic and Policy Research** [2011]. Disponível em: <<https://www.cepr.net>>. Acesso em: 02/01/2020.

WEISSKOPF, M. “Como ele aprendeu a vencer”. *In*: TIME MAGAZINE. **Barack Obama: o caminho para a Casa Branca**. São Paulo: Editora Publifolha, 2009.

WILSON, C. “The Impact of TPP on Latin America and U.S. relations with the Region”. **Portal Eletrônico Wilson Center** [23/11/2015]. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org>>. Acesso em: 15/09/2020.

YOPO HERRERA, B.; SOLER, E. “Los organismos internacionales regionales frente a la Iniciativa para las Américas”. *In*: ARAVENA, F. R. (eds.). **América Latina y la Inicitiva para las Américas**. Santiago: Editora FLACSO, 1993.

## **SOBRE O AUTOR**

---



## **SOBRE OS AUTORES**



**Higor Ferreira Brigola** é bacharel em Geografia e mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como revisor do periódico Revista de Geopolítica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do Grupo de Pesquisa, Geografia das Relações Internacionais: Estado, Economia, Território e Integração Regional na América Latina e Caribe (LAGERE IG/UNICAMP). Professor de Geografia no Ensino Fundamental II e Ensino Médio no Colégio Andalu e Colégio SEI - Sistema de Ensino Itararé, na cidade de Itararé-SP. Realiza pesquisas na área de Geografia Política, Geopolítica e Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Geopolítica Clássica, Política Externa dos EUA, Relações entre EUA e América do Sul, Conflitos Internacionais e Segurança Internacional. Email: [higorbrigola@gmail.com](mailto:higorbrigola@gmail.com)



# **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

---





## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores / organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: <http://ioles.com.br/editora>



## CONTATO

### EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ <http://ioles.com.br/editora>

☎ + 55 (95) 981235533

✉ [eloisenhoras@gmail.com](mailto:eloisenhoras@gmail.com)



